

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS – GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ROSA VIRGÍNIA WANDERLEY DINIZ**

**O ENADE NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO**

**SOROCABA**

**2018**

**ROSA VIRGÍNIA WANDERLEY DINIZ**

**O ENADE NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Doutor Pedro L. Goergen

**SOROCABA**

**2018**

### Ficha Catalográfica

Diniz, Rosa Virgínia Wanderley  
D613e O ENADE na perspectiva da análise do discurso / Rosa Virgínia  
Wanderley Diniz. -- 2018.  
222 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Pedro L. Goergen  
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba,  
Sorocaba, SP, 2018.

1. Ensino superior – Brasil – Avaliação. 2. Universidades e  
faculdades – Brasil – Exames. 3. Avaliação educacional – Brasil. 4.  
Análise do discurso. I. Goegen, Pedro, orient. II. Universidade de  
Sorocaba. III. Título.

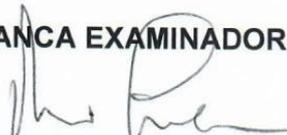
**ROSA VIRGÍNIA WANDERLEY DINIZ**

**O ENADE NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em: 12/09/2018

**BANCA EXAMINADORA:**

  
Prof. Dr. Pedro Laudinor Goergen

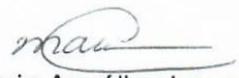
Universidade de Sorocaba (UNISO)

  
Profª. Drª. Débora Cristina Jeffrey

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

  
Profª. Drª. Eliete Jussara Nogueira

Universidade de Sorocaba (UNISO)

  
Profª. Drª. Maria Angélica Lauretti Carneiro

Universidade de Sorocaba (UNISO)

  
Profª. Drª. Luciana Coutinho Pagliarini de Souza

Universidade de Sorocaba (UNISO)

À **coragem** e à **persistência**, duas companheiras  
que incansavelmente me ajudaram nessa tese.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu marido e filha – Wagner César e Sofia – por tudo, sempre!

Ao Prof. Dr. Pedro Goergen pela orientação sempre perspicaz e amistosa.

Ao meu tio Prof. Dr. Vilson Brunel Meller (*in memoria*) sempre fonte de inspiração.

À minha colega Amanda Pires Chaves, pela parceria.

Ao bibliotecário Sandro Revolti e sua equipe  
pelo apoio ao acesso aos dados de pesquisa.

Obrigada!

“O que ‘se diz’ é tão regulamentado quanto o que ‘se faz’”.

(BEAUVOIR, 2015, p. 109)

DINIZ, Rosa Virgínia Wanderley. O ENADE na perspectiva da Análise do Discurso. [Tese]. Sorocaba: **Programa de Pós-Graduação em Educação**, Universidade de Sorocaba; 2018.

**RESUMO:** O redimensionamento das avaliações educacionais, com a adoção das avaliações em larga escala como estratégias de gestão educacional do ensino superior, e o conjunto de fenômenos sociais decorrentes da implantação dessa Política Pública configurou a problemática sobre como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é difundido pelos atores sociais envolvidos, dada a profusão de informações, dados e discursos a respeito após treze anos de sua implantação. A pesquisa realizada utilizou-se da Análise do Discurso (AD), de base francesa, como teoria e método para a condução dos trabalhos. Definiu-se como foco o estudo da avaliação governamental sistêmica do ensino superior em vigor, ou seja, o ENADE, desde a sua fase de implantação até o fim de 2017. Bem como, o conceito de *mídiun*, formulado por Régis Debray e apropriado pela AD francesa por Maingueneau, para contemplar a análise de três interlocutores, representando diferentes espaços sociais e variados gêneros, necessariamente textuais. Assim, foram analisados os discursos desde a perspectiva do Poder Público, por meio das normas legais; da perspectiva da mídia impressa, através do Jornal Folha de São Paulo; e dos discursos formulados pelas instituições de ensino superior privadas, a partir da publicação 'Revista Ensino Superior', mantida pelo sindicato dos mantenedores. Tudo isso com o objetivo de verificar como se estabelece os discursos a respeito da relação entre o exame ENADE e a ideia de qualidade. Com o início das análises, formularam-se eixos analíticos para desenhar as tendências discursivas, considerando-se a grande quantidade de dados. A hipótese inicial de pesquisa apontava para a existência de polêmica e polissemia discursiva nos interdiscursos desses *mídiuns*, tendo sido confirmada, ao final, pelos resultados das análises. Entretanto, observada ainda, para além dos interdiscursos, grande turbulência intradiscursiva nas formações discursivas geradas dentro de um mesmo *mídiun*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação Educacional – ENADE – Análise do Discurso.

DINIZ, Rosa Virgínia Wanderley. The O ENADE in perspective of the Speech Analysis. [Thesis]. Sorocaba: Post-Graduate Program in Education, Universidade de Sorocaba; 2018.

**ABSTRACT:** The redimensioning from educational assessments, with the adoption of the large-scale assessments as strategies of educational management of the higher education, and the range of social phenomena resulting from the implementation of this public politic configured the problematic about how the National Student Proficiency Exam (ENADE), is pervasive by the involved social actors, given the profusion of information, data and speeches regarding after thirteen years of yours implantation. The research was performed using Speech Analysis (SA), French-based, as theory and method for the conduct of work. Defined as focus the study of the systemic government assessment of higher education in effect, in other words, the ENADE from their implantation phase until the end of the 2017. Just as, the concept of mídiun, writing by Régis Debray and appropriate by French SA by Maingueneau for contemplate the analyze of three interlocutors, representing different social spaces and various genres, necessarily textuais. Thereby were analyzed the speeches since the perspective of Public Power through the legal norms; from the perspective of the press media, through the newspaper “Folha” of São Paulo; and the speeches made by private higher education institutions, as of the publication ‘Higher Education Magazine’, maintained by the maintainers syndicate. All this with the purpose of verify how it is established the speeches about the relation between the exam ENADE and the quality idea. With the beginning of the analyzes, analytical axes are formulated for draw the discursive tendencies, considering the large amount of data. The initial hypothesis of research points to the existence of controversy and discursive polysemy in the interdiscourse of this mídiuns, have been confirmed, at end, by the results of the analysis. However, still observed, for beyond of the interdiscourses, wide intradiscurious turbulence in the discursive formations generated within the same mídiun.

Key-words: Educational assessments – ENADE – Speech Analysis

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Estrutura de observação discursiva da pesquisa .....	20
Quadro 02 – Níveis de escolaridade sistematizados pela LDB/96 .....	23
Quadro 03 – Taxa bruta de matrícula do Ensino Superior .....	27
Quadro 04 – Dados do Ensino Médio – Estudantes Egressos de Escolas Públicas.....	35
Quadro 05 – Quantidade de cursos tecnológicos ofertados por área.....	38
Quadro 06 – Qualidade referenciada em produtos .....	46
Quadro 07 – Qualidade referenciada em processos.....	47
Quadro 08 – Dados das avaliações ENADE realizadas.....	65
Quadro 09 – Análise das formações discursivas .....	80
Quadro 10 – Construção de Campo Discursivo pela pluralidade enunciativa .....	83
Quadro 11 – Relação entre conceitos – chave da AD utilizados na pesquisa .....	84
Quadro 12 – Estrutura de observação discursiva .....	85
Quadro 13 – Concepções e estrutura utilizadas nas AD .....	90
Quadro 14 – Eixos de análise das FD .....	91
Quadro 15 – AD ENADE Lei 10.861/2004.....	95
Quadro 16 – AD ENADE PORTARIA Nº 2.051/2004 .....	96
Quadro 17 – AD ENADE PORTARIA Nº 40/2007 .....	98
Quadro 18 – AD ENADE PORTARIA Nº 01/2010.....	99
Quadro 19 – AD ENADE PORTARIA Nº 23/2010.....	100
Quadro 20 – AD ENADE PORTARIA Nº 1.442/2016.....	102
Quadro 21 – AD ENADE LEI nº 13.530/2017.....	103
Quadro 22 – Tendências e incidência de FD sobre o ENADE no <i>mídium</i> Poder Público .....	104
Quadro 23 – Incidência do <i>corpus</i> analisado no Jornal Folha de São Paulo.....	107
Quadro 24 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2004 .....	108
Quadro 25 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2005 .....	114
Quadro 26 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2006 .....	119
Quadro 27 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2007 .....	125
Quadro 28 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2008 .....	131
Quadro 29 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2009 .....	136
Quadro 30 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2010 .....	140

Quadro 31 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2011 .....	143
Quadro 32 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2012 .....	145
Quadro 33 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2013 .....	150
Quadro 34 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2014 .....	153
Quadro 35 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2015 .....	153
Quadro 36 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2016 .....	156
Quadro 37 – AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2017 .....	158
Quadro 38 – Edições analisadas da RES .....	167
Quadro 39 – AD ENADE Revista Ensino Superior – 2009 .....	168
Quadro 40 – AD ENADE Revista Ensino Superior – 2010 .....	170
Quadro 41 – AD ENADE Revista Ensino Superior – 2011 .....	172
Quadro 42 – AD ENADE Revista Ensino Superior – 2012 .....	175
Quadro 43 – AD ENADE Revista Ensino Superior – 2013 .....	177
Quadro 44 – AD ENADE Revista Ensino Superior – 2014 .....	179
Quadro 45 – AD ENADE Revista Ensino Superior – 2015 .....	180
Quadro 46 – AD ENADE Revista Ensino Superior – 2016 .....	181
Quadro 47 – Síntese do <i>corpora</i> de análise .....	184
Quadro 48 – Síntese dos eixos de análise .....	184
Quadro 49 – Síntese de incidência de eixos por <i>mídium</i> .....	185
Quadro 50 – Dados condensados do <i>mídium</i> Poder Público .....	186
Quadro 51 – Dados condensados do <i>mídium</i> JFSP .....	187
Quadro 52 – Dados condensados do <i>mídium</i> RES .....	188
Quadro 53 – Relação ENADE – QUALIDADE/JFSP – 1º Ciclo .....	196
Quadro 54 – Relação ENADE – QUALIDADE/JFSP – 2º Ciclo .....	196
Quadro 55 – Relação ENADE – QUALIDADE/JFSP – 3º Ciclo .....	196
Quadro 56 – Relação ENADE – QUALIDADE/JFSP – 4º Ciclo .....	197
Quadro 57 – Relação ENADE – QUALIDADE/JFSP – 5º Ciclo .....	197

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 - Propaganda vinculada na Folha de São Paulo em 2006 .....	57
Figura 02 - Propaganda vinculada na Folha de São Paulo em 2009.....	58
Figura 03 - Propaganda vinculada na Folha de São Paulo em 2012.....	58
Figura 04 - Propaganda vinculada na Folha de São Paulo em 2015 .....	58
Figura 05 - Comunicado de Resultado de Processo Seletivo para Professores Elaboradores .....	59
Figura 06 - Convite de Processo Seletivo para Professores Elaboradores .....	59

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Crescimento dos Cursos Tecnológicos 2009 - 2014 .....	39
Gráfico 02 – Evolução de matrículas em Cursos Tecnológicos – 2006 -2016.....	39
Gráfico 03 – Frequência da Temática ENADE – JFSP/2004 – 2017 .....	107
Gráfico 04 – Padrões de Formação Discursiva ENADE – JFSP 2004 .....	112
Gráfico 05 – Padrões de Formação Discursiva ENADE – JFSP 2005 .....	118
Gráfico 06 – Tendências de FD – 1º Ciclo por ano .....	123
Gráfico 07 – Imagem retórica da qualidade – ENADE 1º Ciclo .....	124
Gráfico 08 – Padrões de Formação Discursiva ENADE – JFSP 2007 .....	130
Gráfico 09 – Padrões de Formação Discursiva ENADE – JFSP 2008 .....	136
Gráfico 10 – Tendências de FD – 2º Ciclo por ano .....	138
Gráfico 11 – Imagem retórica da qualidade – ENADE 2º Ciclo .....	139
Gráfico 12 – Tendências de FD – 3º Ciclo por ano .....	148
Gráfico 13 – Imagem retórica da qualidade – ENADE 3º Ciclo .....	149
Gráfico 14 – Tendências de FD – 4º Ciclo por ano .....	154
Gráfico 15 – Tendências de FD – 5º Ciclo por ano .....	159
Gráfico 16 – Imagem retórica do ENADE/ 2004 - 2009 .....	160
Gráfico 17 – Imagem retórica da qualidade – ENADE/ 2004 - 2009 .....	161
Gráfico 18 – Tendências de FD – Período 2004 – 2012 .....	162
Gráfico 19 – Tendências de FD – Período 2004 – 2015 .....	163
Gráfico 20 – Tendências de FD – Período 2004 – 2017 .....	164
Gráfico 21 – Exemplares da RES revisados .....	167

## LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do Discurso
BNI	Banco Nacional de Itens
CPC	Conceito Preliminar de Curso
EaD	Educação a distância
ENADE	Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
FD	Formação discursiva
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JFSP	Jornal Folha de São Paulo
ProUni	Programa Universidade para Todos
RES	Revista Ensino Superior
Reuni	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Seres	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
UAB	Universidade Aberta do Brasil

## SUMÁRIO

1. Introdução .....	16
2. Ensino Superior Brasileiro.....	20
2.1. Previsão normativa do Ensino Superior .....	21
2.2. Aspectos históricos e contextuais.....	25
2.3. A ideia de qualidade no Ensino Superior .....	42
3. Avaliação em Larga Escala – o redimensionamento da avaliação educacional .....	50
3.1. Avaliação do Ensino Superior em Larga Escala no Brasil .....	53
3.2. ENADE - Concepções e estrutura .....	60
4. Abordagem de pesquisa a partir da Análise do Discurso .....	66
4.1. Concepções de discurso e ideologia .....	67
4.2. A palavra, a linguística e filosofia da linguagem .....	73
4.3. Análise do Discurso – conceitos e concepções .....	76
4.4. AD – percurso de observação .....	79
5. Análise do Discurso do ENADE .....	82
5.1. Conceitos – chave utilizados na análise .....	84
5.2. Percurso de Observação da Formação Discursiva ENADE .....	89
5.3. Enunciados do Poder Público .....	92
5.4. Enunciados Midiáticos .....	104
5.5. Enunciados Institucionais .....	165
6. Resultados e Discussão .....	184
6.1. Análise dos dados do 1º Ciclo (2004 – 2006) .....	189
6.2. Análise dos dados do 2º Ciclo (2007 – 2009) .....	191
6.3. Análise dos dados do 3º Ciclo (2010 – 2012) .....	192
6.4. Análise dos dados do 4º Ciclo (2013 – 2015) .....	194
6.5. Análise dos dados do 5º Ciclo (2016 – 2017) .....	195
6.6. Relação ENADE - QUALIDADE.....	195
Conclusões .....	198
Referências .....	204
Glossário.....	219
Anexos .....	221

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surge da observação de um processo de ressignificação e redimensionamento das avaliações educacionais, ocorrido a partir da adoção dos exames em larga escala como estratégia de política pública, com foco na gestão da expansão da oferta do ensino superior com qualidade, dentro de um problemático contexto da educação brasileira. Tal panorama, dominado por instituições privadas, algumas de caráter mercantilista, e egressos do ensino básico com graves lacunas em sua formação, foi determinante para que as diretrizes da prova das **avaliações sistêmicas governamentais**<sup>1</sup> se tornassem uma espécie de carta magna regendo e orientando as ações docentes e institucionais, alterando por completo a lógica da educação superior no país.

Esse quadro provocou o questionamento quanto ao conjunto de fenômenos sociais que ocorrem disparados pela **avaliação em larga escala** no ensino superior, mas, especialmente, fomentou a reflexão sobre como o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) é assimilado e compreendido pelos atores sociais envolvidos, dada a profusão de informações, dados e discursos sobre o tema, treze anos após sua implantação.

Até que houvesse melhor definição da pesquisa essa enveredou por várias trilhas pensando enfoques e métodos diferentes e, por fim, seguiu o caminho da **Análise do Discurso** (AD), de base francesa, como teoria e método para a condução do trabalho. Assim, iniciaram-se os recortes necessários para sua execução, definindo-se, em primeiro lugar, que o objeto de estudo seria exclusivamente a avaliação governamental sistêmica do ensino superior em vigor, qual seja, o ENADE, desconsiderados, portanto, todos os processos de avaliação governamental do ensino superior anteriores.

Posteriormente definiu-se que o período de abrangência das análises sobre a temática abrangeria desde a fase de implantação da avaliação até o fim de 2017, ou seja, cobria o maior tempo possível de formações discursivas ao longo da realização da pesquisa. Todavia, outros critérios se fizeram necessários para melhor delineamento dos *corpora* de análise.

Entre eles a determinação de **interlocutores** que pudessem representar diferentes estratos sociais, enriquecendo a análise a partir de discursos de variados gêneros, que deveriam

---

<sup>1</sup> Vocábulos técnicos próprios das áreas de Avaliação Educacional ou da Análise do Discurso mencionados ao longo do trabalho e destacados em negrito apresentarão seus verbetes disponíveis no glossário do trabalho, além de serem discutidos nos capítulos próprios de cada tema.

se apresentar na forma de textos, dispensadas todas as demais estruturas discursivas. Nesse ponto, tomou-se o conceito de *mídiun*, formulado por Régis Debray e apropriado pela AD francesa por Dominique Maingueneau.

Dessa forma, foram analisados os discursos a respeito do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes desde a perspectiva do Poder Público, por meio das normas legais; da perspectiva da mídia impressa, através do Jornal Folha de São Paulo; e dos discursos formulados pelas instituições de ensino superior privadas, a partir da publicação ‘Revista Ensino Superior’, mantida pelo sindicato dos mantenedores; uma vez que esses interlocutores representam estratos sociais diversos e são submetidos a diferentes **coerções** ideológicas e discursivas.

Tudo isso com o objetivo de verificar como se estabeleceram os discursos a respeito do ENADE, e como se forma a relação entre esse exame e a ideia de qualidade, sendo esses os pontos centrais da pesquisa.

Com o início das análises, e a partir da leitura de Patrick Charaudeau e Maingueneau (2008), foram formulados os eixos analíticos que permitiram desenhar as tendências discursivas, especialmente importantes para lidar com um grande número de dados, e, além disso, para orientar a observação da **dialogicidade** e contaminação ideológica dos discursos, apoiada em Mikhail Bakhtin, haja vista este considerar que os interdiscursos ocorrem desde contextos psicológicos, sócio históricos, linguísticos, lógicos, simbólicos e ideológicos, como adiante se verá.

Quando da formulação da hipótese inicial de pesquisa, essa apontava para a existência de **polêmica** e **polissemia discursiva** nos **interdiscursos** desses *mídiuns* considerando-se que os discursos de ‘acesso – democratização – ensino superior’ e ‘controle da qualidade do ensino superior ofertado’ tem potencialmente gerado distorções na compreensão quanto à real finalidade do exame proposto e aportam interesses de diferentes ordens.

Por outro lado, a pertinência da pesquisa se coloca a partir de reconhecimento de que o acesso facilitado ao ensino superior para as classes sociais e educacionais menos favorecidas como política pública propõe um modelo de graduação que se ajusta às deficiências apresentadas pelos alunos, a partir de menor grau de exigência ou excesso de currículo técnico mercantilista, e de que modo os discursos sobre o ENADE interferem nesse processo.

Para tanto, pensou-se num desenvolvimento do texto que fosse o mais didático possível uma vez que o método aplicado e o tema da pesquisa são de áreas distintas. E, portanto, seriam imprescindíveis esclarecimentos de ordem conceitual a respeito dos mesmos. Assim, a tese se

estrutura em cinco capítulos. O primeiro se refere ao Ensino Superior, dada a sua condição de topografia e ponto de convergência da pesquisa, tendo sido dividido em previsão normativa, aspectos históricos e contemporâneos e qualidade do ensino superior.

O segundo capítulo diz respeito às avaliações em larga escala do ensino superior e a ressignificação da avaliação educacional trazendo um pouco da história das avaliações sistêmicas da educação superior, ademais da concepção e estrutura do ENADE. O terceiro capítulo trata da análise do discurso como abordagem de pesquisa, e discute concepções de discurso e ideologia, contextualizando e delineando a análise discursiva para, por fim, mostrar qual o percurso de análise realizado.

O quarto capítulo apresenta efetivamente a análise do discurso do ENADE, com conceitos-chave, caminho percorrido e enunciados dos *mídiuns* verificados. E o quinto capítulo traz os resultados, e sua decorrente discussão, dividido por **ciclos avaliativos**, e finalizado pela dimensão discursiva da relação entre ENADE e qualidade do ensino superior.

A pesquisa realizada distingue-se de outras já produzidas que exploram a temática do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes vez que, entre eles, verificou-se a abordagem da questão enquanto diagnóstico de formação profissional (Viviane RODRIGUES, 2008; Suzele NOVOSSATE, 2010), enquanto comparativo como o ENEM (Daniel BARTHOLOMEU, 2011), enquanto fornecedor de relatórios para tomada de decisão de gestores institucionais (Ana MOREIRA, 2010; Giovanni PAIVA, 2010; Sheizi FREITAS, 2012; Antônio SERRA, 2012; Denise CÔRREA, 2013), enquanto metodologia avaliativa ou didática (Simone GONTIJO, 2014), enquanto análise de prática docente (Gilberto MIRANDA, 2011), ou a partir da percepção dos alunos (Jussara SIMÃO *et. al.*, 2016), ou de líderes institucionais (Marcleide Pederneiras *et.al.*, 2011), sobre o modelo *sui generis* de avaliação do Sinaes (Cleber Pereira, Joaquim Araújo e M<sup>a</sup> Machado- Taylor, 2018), além da relação entre exames de suficiência de conselhos federais e resultados ENADE (Alves Filho, Mariano Yoshitake e José Salles, 2015), localizados em plataformas como Scielo, Google Acadêmico, Banco de Dissertações e Teses Capes e Science Direct.

Entretanto, importante apontar para a existência de pesquisa realizada a respeito de análise do discurso de política pública de educação ambiental publicada em 2013 por Andréa Luca, cujo referencial teórico se baseia em Althusser, conforme consta no banco de teses da USP. Ou seja, embora essa tese se refira a uma AD realizada a partir de uma política pública sua base teórica é distinta, confirmando que todas as propostas encontradas são distantes da investigação aqui apresentada, corroborando seu ineditismo.

Ao final das análises discursivas realizadas restou consolidado um *corpora* de pesquisa com 105 (cento e cinco) textos, com seus correspondentes quadros analíticos, relativos aos três *mídiuns* inicialmente propostos, abrangendo todos os cinco ciclos avaliativos do ENADE. Os resultados confirmaram a hipótese inicial da pesquisa, uma vez que se faz clara a dialogicidade discursiva e sua contaminação de ordem ideológica, pela forma de ser e estar no mundo, bem como, a partir das coerções próprias de seus **espaços de enunciação**.

Observada, também, a polêmica constitutiva e a polissemia inicialmente previstas embora, interessante notar, que estas não estiveram adstritas apenas aos interdiscursos mas, que também, verificada grande turbulência **intradiscursiva** nas formações discursivas geradas dentro dos *mídiuns* de análise.

## 2. ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

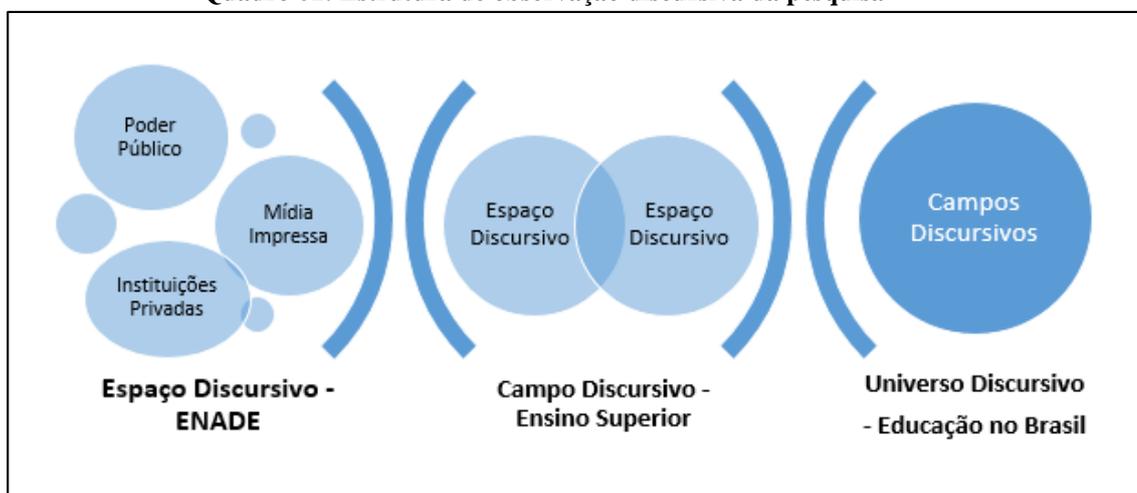
Embora de cunho interdisciplinar o ponto de convergência desta pesquisa se dá a partir da investigação da educação superior brasileira, entendendo-se que na contemporaneidade tal modalidade de ensino é definida pela proposta do Relatório Delors (UNESCO, 2001, p. 139 - 140) que a considera

[...] em qualquer sociedade, um dos motores do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, um dos polos da educação ao longo de toda a vida. É, simultaneamente, depositário e criador de conhecimentos. Por outro lado, é o instrumento principal de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade.

Convergente com ambos os relatórios expedidos pelo Banco Mundial<sup>2</sup> que associam o ensino superior às necessidades de redução da pobreza e base para o desenvolvimento econômico, especialmente na América Latina. (M<sup>a</sup> Creusa BORGES, 2010).

Essas condições fundamentam a pertinência de se abordar o ensino superior no capítulo inicial do trabalho, bem como, pelo fato de se tratar da ‘topografia social’ (MAINGUENEAU, 1997) da análise discursiva pretendida. Ou seja, o lugar onde se delimita o universo discursivo a ser trabalhado, transformando-o em campo discursivo e, posteriormente, estreitando-se ainda mais, marcando o espaço discursivo de análise<sup>3</sup>.

**Quadro 01: Estrutura de observação discursiva da pesquisa**



Fonte: A autora

<sup>2</sup> Esses relatórios são intitulados: “O ensino superior: as lições derivadas da experiência” e “A educação nos países em desenvolvimento: perigos e promessas”, publicados respectivamente em 1995 e 2000, conforme M<sup>a</sup> Creusa Borges (2010).

<sup>3</sup> Esses conceitos serão melhor detalhados no capítulo 4 uma vez que derivam do método utilizado na pesquisa.

Nesse sentido, vale esclarecer que pela proposta de pesquisa foram analisados discursos textuais de diferentes enunciadore, todos alocados no campo discursivo do ensino superior com o intuito de verificar como se configuram temporalmente as formações discursivas (FD) a respeito do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), considerando que tal discurso, produzido desde o campo discursivo do ensino superior por diversos interlocutores, é construído a partir de relações de coerção e poder estruturadas jurídica, histórica e socialmente. Essa abordagem converge com Michael Foucault (2014, p. 8-9) que revela que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Portanto, embora não seja intenção discorrer de forma aprofundada a respeito da história e características do ensino superior brasileiro, tampouco, esse trabalho poderia se furtar de tecer considerações sobre o tema para esclarecer contextos, permitir uma compreensão mais sistêmica das formações discursivas, entender e melhor analisar os enunciados produzidos, a partir dos **assujeitamentos** que lhe são próprios. Em contrapartida a temática da avaliação em larga escala como política pública não nasce num vazio espaço-temporal, mas dentro de um panorama da educação superior brasileira e mundial, num mundo global e interconectado.

Feitas tais considerações, esse item do trabalho divide-se em três partes distintas. A primeira apresenta as características do ensino superior a partir de sua previsão normativa, enquanto na segunda parte estão expostos aspectos históricos e contextuais de modo a compreender como o ensino superior se configurou. Enfim, o terceiro item toma a discussão sobre a ideia de qualidade de ensino na educação superior e problematiza as múltiplas matrizes que podem desenvolver os critérios que possam basear tal concepção.

## **2.1. Previsão normativa do Ensino Superior**

A educação superior brasileira está lastreada em termos jurídicos por dispositivos constitucionais regulamentados por leis ordinárias que regem o sistema de ensino, em termos nacionais, além de acordos internacionais, tais como a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI. Neste âmbito, o artigo 205 (CF, 1988) prescreve a educação como

direito universal, dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração social, para o pleno desenvolvimento da pessoa, do cidadão e do trabalhador.

Portanto, os ditames constitucionais determinam que a educação instrumentalize não só a formação humana e suas potencialidades, mas, também capacite o cidadão-trabalhador, estando tal capacitação estritamente relacionada, por óbvio, com o nível superior. Entretanto, Marilise Zoccoli (2009, p. 89), a respeito da configuração da educação quando da promulgação da CF/88, considera

[...] ao mesmo tempo que se propunha a educação para todos, pelo menos no ensino fundamental, os recursos e os investimentos não foram suficientes no setor educacional, isso atingiu a qualidade da educação. Para a educação o mote era saber o estritamente necessário.

Assim, embora a proposta educacional tenha diretrizes e princípios constitucionais que destacam a garantia de oferta e da qualidade do ensino, tais como, art. 206, VII (princípio da garantia de padrão de qualidade educacional) e art. 209, II (avaliação de qualidade pelo Poder Público da oferta privada), a educação brasileira, inclusive a superior, tem sido tomada por períodos de grande incerteza.

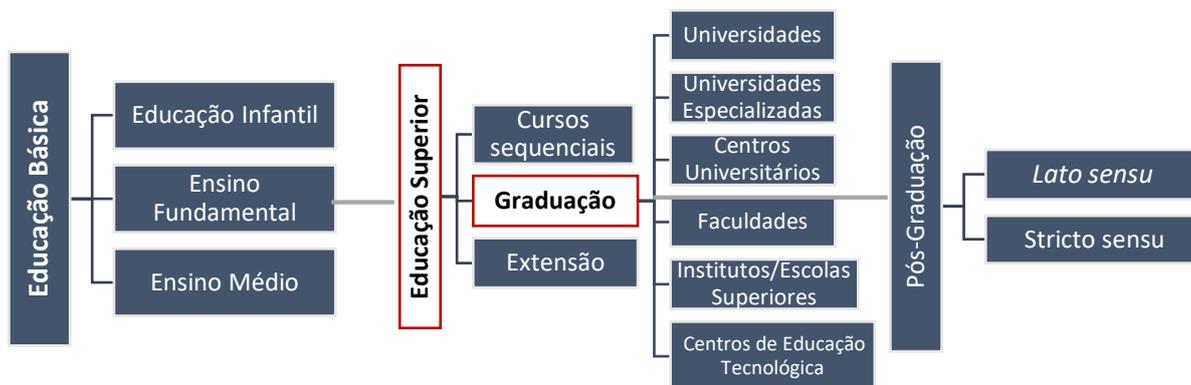
Tal incerteza se agrava ainda mais quando as políticas educacionais – que demandam um longo período de implantação para efetivamente gerar resultados – passam a ser orientadas por políticas partidárias e perdem o potencial de amplitude de políticas governamentais de Estado, propriamente ditas. Vale ilustrar com um exemplo de Donaldo Souza (2014) que, referindo-se ao Plano Nacional de Educação de 2001, comenta que o plano, previsto pela lei nº 10.172/01, apresentou franca tendência conservadora coerente com os interesses do então governo federal e as medidas econômicas impostas.

Especialmente a partir dos planos de expansão educacional o que se tem verificado na pauta da educação brasileira é um esvaziamento da discussão a respeito da própria concepção de ‘educação de qualidade’. Entretanto, basta retomar os termos constitucionais acima citados para verificar que os valores que representariam qualidade educacional seriam aqueles que oportunizassem o pleno desenvolvimento humano, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (CF, 1988, art. 205).

Para além dos ditames constitucionais, a principal lei que rege a educação no Brasil, inclusive a de nível superior, é a Lei Darcy Ribeiro, ou Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1996 (Lei nº 9.394/96) que, conforme Zoccoli (2009, p. 110) instaurou “[...] novos parâmetros para a educação no País *[sic]*, devendo os profissionais da educação, em suas ações

vincularem-se ao mundo do trabalho e à prática social”, e estabelece níveis de escolaridade que retratam a proposta de educação ao longo da vida, como segue:

**Quadro 02: Níveis de escolaridade sistematizados pela LDB/96**



Fonte: Zoccoli, 2009, p. 116. [modificado]

Vê-se que, a partir do destacado no quadro acima, este estudo tem por foco de análise os programas de graduação com níveis de ensino “[...] abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo” (ZOCOLI 2009, p. 127), tal caracterização, embora correta, passa por desconfiguração dada a quase inexistência de processos seletivos, no sentido estrito, para o ingresso em instituições de ensino superior privadas, de cunho popular e mercantilista. De qualquer modo, seja de oferta pública ou privada, popular ou elitista, a finalidade da educação superior está estabelecida nos termos dos parágrafos do artigo 43 da LDB/1996:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

A partir de tais finalidades são possíveis diversas configurações de educação superior, o que converge com o instituído pelo artigo constitucional 206, legitimando os mais variados modelos educacionais, desde que atendidos os padrões mínimos de qualidade pautados pelo Sistema<sup>4</sup> Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Esse órgão, a respeito do marco legal do ensino superior, entende que “[...] a avaliação da educação superior assumiu lugar especial dentre as políticas educacionais, seja para a orientação de suas diretrizes mais amplas, seja para as ações concretas do Ministério da Educação” (INEP/SINAES, 2007, p. 30). Nesses termos Nina Ranieri (2000, p. 169) comenta,

A LDB não se preocupa com minúcias, ao contrário, consoante o princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas que a preside, procura incentivar, por meio da liberdade de estruturas e processos, o oferecimento de cursos adequados a enfrentar desafios das novas demandas sociais para o ensino superior, cujo traço de distinção reside no grau de abrangência e de especialização de cada modalidade.

Entretanto, Marília Morosini *et al.* (2016) contrapõem que, embora a LDB/96 informe que a educação deva garantir o padrão de qualidade, há indefinição dessa norma quanto ao que seria tal ‘padrão de qualidade’, caracterizado apenas por seus compromissos. Portanto, é importante considerar que os parâmetros de avaliação da qualidade devem evidentemente estabelecer uma relação direta com a proposta de finalidades dos cursos de graduação sob pena de esfacelamento das diretrizes para além de uma ideia de flexibilização, que devem ser convergentes com os preceitos constitucionais.

Ademais das finalidades, outras duas características da educação superior brasileira também devem ser evidenciadas nessa pesquisa, e estão previstas nos artigos 45 e 46, da LDB/96, respectivamente. São elas: a possibilidade de oferta de cursos de graduação por instituições públicas e instituições privadas e o uso de avaliações como mecanismo legitimador de autorizações, reconhecimentos, credenciamentos e classificação das instituições de nível superior.

Nesses termos, a Lei 10.861/04, que instituiu o Sinaes, acaba por regulamentar a ideia de avaliação como instrumento de gestão do ensino superior sendo, junto à Portaria MEC 40/2007, um dos mais importantes instrumentos norteadores da oferta e qualidade desta modalidade educacional, complementada pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), responsável pelas avaliações dos cursos e Instituições de Educação Superior, pelo

---

<sup>4</sup> Vale aqui mencionar a concepção de Sistema apresentada por Saviani (2010, p. 381) como “[...] a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante”.

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e pelos indicadores da educação superior decorrentes de exames oficiais (INEP, 2017).

Passados mais de dez anos da importante Portaria em comento há a institucionalização da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), a partir do Decreto nº 9.005/2017, que segundo o Inep (2017):

[...] é a unidade responsável, no MEC, pela regulação e supervisão de Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas pertencentes ao Sistema Federal de Educação Superior; de cursos superiores de graduação do tipo bacharelado, licenciatura e tecnológico, e de pós-graduação lato sensu – todos na modalidade presencial ou à distância. Também cabe à Seres zelar para que a legislação educacional seja cumprida. Suas ações buscam induzir a elevação da qualidade do ensino, por meio do estabelecimento de diretrizes para a expansão de cursos e instituições, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e de parâmetros de qualidade de cursos e instituições.

Ou seja, um secretariado que se propõe a fazer uma gestão mais fina e acurada do processo de regulação, supervisão, expansão e gestão da qualidade do ensino superior brasileiro, bem como, de zelar pelo cumprimento normativo, sendo talvez uma ação em resposta às denúncias de fraudes aos processos de avaliação das instituições que foram denunciadas ao longo dos anos, desde a implantação do Sinaes.

Por outro lado, como inicialmente mencionado, em termos internacionais a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, também conhecida como Relatório Delors, ressignifica a graduação conferindo-lhe novas missões e reforçando a ideia de educação ao longo da vida, condizente com as finalidades propostas pela LDB brasileira, embora estreitamente associada com a ideia utilitarista de educação, como motor para o desenvolvimento econômico.

## **2.2. Aspectos históricos e contextuais**

Segundo Waldemar Marques (2014, p. 756)

A educação é parte da sociedade; qualquer que ela seja, tenha sido ou venha a ser. Para entendê-la é imprescindível mergulhar em sua história e nas especificidades que a tornaram o que é no presente. Mas para entender o seu sentido mais profundo, é preciso buscar este todo maior de que faz parte, a sociedade que a perpassa.

A partir das razões expostas pelo autor e dada a importância da história e contextualização para a análise discursiva pretendida torna-se imprescindível a ilustração de tais aspectos. Além disso, no caso brasileiro, a topografia ‘ensino superior’ traz, em si, características que comportam peculiaridades, entre elas: seu surgimento tardio; a dicotomia do sistema, desde sua gênese; e, por fim, a mudança do perfil do aluno ingressante no ensino superior na contemporaneidade, dadas as políticas públicas que promovem acessibilidade social, bem como, os avanços tecnológicos próprios da sociedade do conhecimento e da informação.

### 2.2.1. “A Universidade Temporã”<sup>5</sup>

Luiz Antônio Cunha (1986) – numa trilogia a respeito da história da universidade no Brasil – destaca o atraso, e possíveis razões, do surgimento tardio do ensino superior brasileiro mesmo se comparado à América Latina<sup>6</sup>, bem como, suas características ideológicas de aparelho educacional de exploração da colônia para manter o modelo social, econômico e político (CUNHA, 1986; ZOCCOLI, 2009). Em resumo, a educação superior brasileira criada apenas em 1808<sup>7</sup> (Helena SAMPAIO, 2000; Eunice DURHAM, 2003; ZOCCOLI, 2009; Simon SCHWARTZAMAN, 2014), ao tempo da chegada da Coroa Portuguesa, controlada pelo governo central, nesse momento pública, porém não gratuita, tendo a Europa como símbolo e a necessidade de pertencer a uma civilização como bases ideológicas, alimenta a manutenção do *status quo* dominante, não sendo berço das ideias emancipadoras.

Por outro lado, a educação superior privada no Brasil iniciou-se desde o período republicano, com o advento da Constituição de 1891 (CUNHA, 1986; SAMPAIO, 2000), o que

---

<sup>5</sup> Refere-se ao título de uma das obras de Cunha (1986).

<sup>6</sup> “Nas colônias espanholas da América, a universidade não foi uma instituição estranha. [...] Ela surgiu em 1538, em São Domingos [...] Alguns anos mais tarde, em 1553, foi inaugurada no México a segunda universidade americana [...] Vieram depois, as universidades de São Marcos (Peru), de São Felipe (Chile), Córdoba (Argentina) e outras, de modo que ao tempo da nossa independência, havia 26 ou 27 universidades na América Espanhola. No Brasil, nenhuma”. (CUNHA, 1986, p. 11)

<sup>7</sup> Diversos autores (SAMPALIO, 2000; DURHAM, 2003; ZOCCOLI, 2009; SCHWARTZAMAN, 2014), apontam a criação do ensino superior no Brasil, apenas em 1808, entretanto, os estudos de Cunha (1986) consideram os cursos do Colégio Jesuítico da Bahia (1572) – filosofia, teologia, matemática - com características de “saberes dominantes superiores” (CUNHA, 1986, p. 15), sendo, por ele, considerada essa fase como gênese da educação superior brasileira.

gera, portanto, descentralização e possibilidade de iniciativas dos governos estaduais e setor privado, que potencializou a expansão dessa modalidade de ensino (SAMPAIO, 2000). Segundo Cunha (1986), esse fenômeno foi produzido por determinações técnico-econômicas para aumentar a força de trabalho com alta escolaridade, bem como, atender às influências do positivismo<sup>8</sup>.

Percebe-se, portanto, distorcida a visão de que estas instituições privadas, ou a expansão do ensino superior sejam modelos contemporâneos, pois, na verdade correspondem a configurações centenárias do sistema. Quanto à história do setor privado no Brasil, exemplifica Sampaio (2000), que entre 1933 – 1965 deu-se a consolidação e estabilização desse setor e, em seguida, entre 1965 – 1980, seu crescimento e predominância, tais circunstâncias foram fomentadas pelo regime militar e sua política restritiva ao ensino público, considerado subversivo.

Outro claro exemplo da expansão no período entre 1960 – 1980 é o crescimento total de matrículas no ensino superior em 480,3%, enquanto no setor privado representaram 843,7% (SAMPAIO, 2000, p. 53), embora haja, posteriormente (entre 1980 – 1990) estagnação da demanda e regulamentação constitucional do ensino superior privado com isenção fiscal para os empresários do setor (ZOCCOLI, 2009, p. 84). Ainda mais recentemente, Vilma Aguiar (2016, p. 113) destaca, houve uma ‘segunda grande expansão’ ocorrida “[...] a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e esta prosseguiu, a taxas um pouco decrescentes, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2004 - 2010)”.

**Quadro 03: Taxa bruta de matrícula do Ensino Superior**

Países	Taxa bruta de matrícula (%)		
	2002	2005	2012
<b>Brasil</b>	14.49	19,86	28,68
<b>Chile</b>	40.37	47,96	74,39
<b>México</b>	21.07	23,31	28,99
<b>Argentina</b>	62.23	63,98	80,31
<b>EUA</b>	78.80	81,32	94,28
<b>Coréia do Sul</b>	85.75	93,48	98,38
<b>Média América Latina</b>	25.64	30,27	42,80

Fonte: TACHIBANA, MENEZES FILHO e KOMATSU (2015, p. 5)

Em que pese tal crescimento, o país ainda mantém pouca tradição em educação superior como se pode observar, sendo destacado comparativamente pelos autores que

<sup>8</sup> O positivismo prega, em linhas gerais, o progresso material, moral e intelectual da sociedade por meio da disciplina e ordem.

os avanços não foram suficientes para colocar o país em melhor posição. A taxa bruta de matrícula alcançada pelo Brasil em 2012 era menor do que aquela do Chile e da Argentina em 2002, e inferior à média da América Latina em 2005. Em comparação aos Estados Unidos e à Coréia do Sul – países dentre aqueles com maiores taxas de matrícula – o atraso fica mais acentuado. (Thiago TACHIBANA, Naercio MENEZES FILHO e Bruno KOMATSU, 2015, p. 5)

Ainda os mesmos autores comentam que no Brasil o ritmo de crescimento da taxa líquida de matrícula é inferior ao do crescimento da taxa bruta. Ou seja, o crescimento do percentual de estudantes na ‘idade certa’<sup>9</sup> cursando o nível superior é menor do que o crescimento de matrículas totais.

O panorama descrito tem acarretado estratégias e políticas públicas de estímulo à melhoria e à oportunização de qualificação da mão de obra que, conforme Valdemar Sguissardi (2015, p. 869 – 870) visam “[...] à expansão quantitativa, não importando muito ou quase nada se essa expansão se dá como usufruto de um direito público ou se apenas como compra de um serviço, produto comercial ou mercadoria”. Nesse sentido, Gary Rhoades e Sheila Slaughter (2010) discutem a constituição do ‘capitalismo acadêmico’ que tem permeado todo ensino superior a partir do desenvolvimento, promoção e venda de produtos e inovações que atendam às necessidades da ‘indústria – mercado’ que distorcem a função social da educação superior.

Embora esses autores se refiram especialmente ao contexto norte-americano alguns pontos convergem com a educação superior brasileira. Entre eles destaca-se a combinação entre economia neoliberal e o axioma da eficiência nos processos educacionais, bem como, o fomento às instituições privadas e sua acirrada competitividade em detrimento do sistema público, além dos processos certificadores das avaliações externas. Entretanto, Sampaio (2014, p. 140) pondera:

Fenômeno geral, mas com ritmos diferentes de ocorrência, a expansão do ensino superior tem cores locais: cada sistema nacional responde ao crescimento contínuo da demanda do ensino superior a seu modo, conforme suas trajetórias específicas e relações que historicamente estabeleceu com o Estado e o mercado.

Entrementes a educação superior atualmente se estrutura em estreita relação com a globalização, donde se pode observar combinações complexas como a oferta privada de educação superior mercantilista por grupos de empresas internacionais, além disso, “[...] na era da informação, sociedades que transitam em direção a uma economia cada vez mais baseada na intensa exploração do conhecimento avançado (não só do trabalho humano), fragmentação das comunidades e individualização dos sujeitos [...]” (Eduardo FERNÁNDEZ, 2009, p. 2).

---

<sup>9</sup> Aqui considerada entre 18 e 24 anos, conforme o estudo dos autores.

Logo, as políticas públicas que fomentam a expansão e o acesso ao ensino superior buscam responder a tais demandas, o que pode gerar distorções importantes em caso de importação pura e simples de modelos e padrões, sem se considerar “as cores locais” (SAMPAIO, 2014) e “as particularidades do sistema já implantado”, como ressalta Aguiar (2016). Vale salientar que embora notória a expansão do sistema, ainda está adstrita às regiões mais desenvolvidas do país, atendendo a uma pequena parcela da população, mantendo-se, de certa forma, elitista (ZOCCOLI, 2009)<sup>10</sup>.

### 2.2.2. Sistema Dicotômico de Ensino

Como visto, embora ‘temporã’ quanto à sua criação e oferta, a educação superior no Brasil apresenta desde sua origem um forte entrelaçamento com o setor privado, destacado por Durham (2003) como um precoce e poderoso sistema paralelo ao sistema público, sendo, tal dicotomia, tema recorrente nas discussões relativas às políticas de Governo que permitiram a instalação do ensino superior privado, desde a primeira República, e sua manutenção, como mote da ampliação de vagas, gerando posições divergentes.

Assim, Dilvo Ristoff (1999, p. 187) se insurge contra a privatização advertindo que “[...] ao invés de atentar para as causas do fracasso deste tipo de opção política e ao invés de pesar os danos acadêmicos e sociais dela decorrentes, o Brasil insiste em levar, com rapidez estonteante, o projeto de privatização às suas últimas consequências”. E Sguissardi (2015), no mesmo sentido, aponta a distorção entre massificação mercantil e democratização do acesso, que geraria um modelo impeditivo à efetiva democratização do ‘subsistema’.

Revelando, em ambos os posicionamentos, uma percepção quanto à “[...] substituição da universidade como instituição educativa, participante da construção da cidadania e consciência crítica nacional, por um papel que se reduz à formação de profissionais que respondem adequadamente às demandas do mercado” (M<sup>a</sup> Isabel da CUNHA *et al.*, 2005, p. 19).

Outros autores (SAMPAIO, 2000; Jacques HALLAK e Muriel POISSON, 2007; José BRUNNER, 2014; SCHWARTZMAN, 2014), em contrapartida, defendem a ideia de

---

<sup>10</sup> O relatório *Education at a Glance*, emitido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2017 aponta que no Brasil apenas 16% da população entre 25 e 34 anos tem ensino superior, bem abaixo da média internacional de 35%.

complementariedade dos sistemas e consideram que as instituições públicas têm por limitadores: a pequena oferta de vagas, os processos seletivos mais rigorosos e as carreiras voltadas para a elite. A esse respeito Schwartzman (2014) ainda associa razões que elevam o custo do ensino universitário público brasileiro<sup>11</sup> fomentando ainda mais uma estrutura lenta e burocrática que naturalmente vocacionaria a oferta de ensino superior privado à popularização<sup>12</sup>.

Ou seja, essa lentidão das instituições públicas relacionada às características de sua estrutura burocrática as tornaria incompatíveis com a necessária agilidade de resposta aos interesses e demandas sociais – ainda que às universidades seja dada autonomia de gestão – e, em sentido oposto, Sampaio (2000), num acurado estudo sobre o ensino superior privado, destaca a permeabilidade desse modelo às transformações e demandas sociais, com renovação de propostas de cursos oferecidos, flexibilização curricular e reação mais dinâmica às necessidades do mercado e da sociedade contemporânea.

Hallak e Poisson (2007), numa outra linha argumentativa, consideram que haverá ainda mais demanda para a educação – inclusive superior – o que geraria conflito caso a oferta estivesse adstrita ao sistema público, apontando para o caráter de imprescindibilidade do sistema privado, o que corrobora o argumento anterior quanto a complementariedade dos sistemas e converge com Brunner (2014, p.79), que a respeito das instituições privadas, atesta que

[...] são essas instituições – menos seletivas e, por isso, de menor prestígio acadêmico e social e com menor custo unitário por aluno – as únicas que estão em condições de garantir um acesso massivo, e eventualmente universal, para estudantes provenientes de lares com menor capital econômico, social e cultural.

Nesse sentido, se considerado imprescindível e complementar, dada a crescente demanda, também incontestemente a necessidade de maior refinamento da fiscalização e controle públicos das instituições privadas, cumprindo, portanto, o Estado seu dever constitucional de zelar pela oferta e qualidade educacionais. Pois, a presença de instituições privadas no Brasil representa 66,33% da oferta de matrículas para o ensino superior, com destaque para o fato de

---

<sup>11</sup> Schwartzman (2014) elenca entre as características limitadoras à expansão do ensino superior público sua configuração em: cursos regulares, departamentos acadêmicos, contratação de professores por tempo integral e dedicação exclusiva, além de forte processo seletivo para os estudantes-ingressantes.

<sup>12</sup> Segundo Sguissardi (2015, p. 877) “[...] menos de 27% das matrículas da educação superior estão em IES públicas gratuitas.”

que 80,9% dos cursos de curta duração, denominados tecnológicos, estarem concentrados nas instituições particulares, segundo dados de 2014 publicados pelo Inep (2016).

Apesar dessas alegações que defendem a expansão do ensino superior privado, seja pela complementariedade entre os sistemas seja pela necessidade social visando a popularização do ensino superior, permanecem fortes críticas à essa modalidade de ensino, nesses termos Ristoff (1999, p. 187) orienta

Os números revelam que cerca de 75% das 873 instituições de ensino superior hoje existentes no país pertencem à iniciativa privada. Ou seja, nossa educação superior já está há muito privatizada e, a julgar pelos resultados práticos, bem que poderia servir de alerta a outros países sobre os caminhos a evitar.

Vale ressaltar, entretanto, que o autor em comento não apresenta dados a respeito da comparação quanto à qualidade de ensino da educação superior – pública ou privada – considerando, apenas, que os ‘resultados práticos’ aduzidos por ele sejam de fato validados, portanto, incontestes. Além disso, não são problematizadas as condições de infraestrutura e o notório sucateamento das instituições de ensino superior público, uma vez que a ressaltada qualidade acaba restrita aos poucos grandes centros de excelência universitária. Portanto, em que pese pareça haver uma tendência a se relacionar as instituições públicas à predominância da qualidade de ensino em se comparando com as instituições privadas, tal conclusão seria forçosa e precipitada dada a diversidade de instituições públicas e privadas no Brasil.

Além disso, como alerta Sampaio (2000) não se deve generalizar quaisquer estratégias adotadas pelo setor privado, considerando a variedade de tipos e propostas pedagógicas existentes. Nesse sentido, a mesma autora esclarece que as propostas educacionais de iniciativa particular devem ser entendidas a partir de dois modelos distintos: a privatização e a mercantilização do ensino superior. Na primeira afigura-se oferta de proposta educacional de iniciativa privada, pensada por educadores, tais como as universidades comunitárias, enquanto a segunda se orienta pela lógica do lucro mediante a prestação de serviço educacional<sup>13</sup>.

Esse cenário de estrutura empresarial ganhou maior amplitude a partir do decreto nº 2.306/97 que possibilitou que as mantenedoras do ensino superior adotem natureza civil ou comercial, criando, portanto, maior variabilidade institucional. Nesses termos, à educação superior privada é permitido que estruture relações de consumo, prestação de serviços, captação

---

<sup>13</sup> Segundo Ryon Braga (2010, [s.p.]), quatro, dos cinco maiores grupos educacionais brasileiros, são comandados por empresas do setor financeiro, e entre as 15 maiores empresas educacionais do país nove possuem um fundo ou banco de investimentos na sua estrutura de gestão e governança.

de clientes, além das negociações de fusões e aquisições e na Bolsa de Valores (SAMPAIO, 2014; SGUISSARDI, 2015), legitimando e favorecendo a oferta de ensino superior mercantilista (SGUISSARDI, 2015) o que gera contrassenso uma vez que a educação é bem público<sup>14</sup>.

Para Sguissardi (2015) esse processo de transformação do direito público em serviço/mercadoria comercial ocorre dentro de um Estado reformado, reestruturado para se ajustar à uma economia ultraliberal, ou seja, um Estado que não representa os interesses públicos, mas tende a priorizar os interesses privado-mercantis. Assim, as instituições privadas, pautadas numa base empresarial-educacional, veem na possibilidade de acesso ao financiamento público uma oportunidade de negócios, fomentando, ou não, a melhoria do ensino, pressionados a apresentarem resultados, tanto institucionais quanto discentes, nas avaliações nacionais.

Cunha *et al.* (2005) destacam, em outra perspectiva, que a privatização do ensino superior trouxe um impacto importante para a função docente, qualquer que seja sua orientação institucional – educacional ou mercantilista. Uma vez que ao ofício foi incorporada a lógica empresarial, com a intensificação do trabalho do professor e submissão aos processos de avaliação externa, que mudam qualitativamente o currículo e as práticas institucionais e interferem na sua condição profissional.

É importante acrescentar que, embora haja o amplo discurso da democratização do ensino superior pelas políticas de acesso, a massificação pela mercantilização do ‘produto educação’ com empresas privadas dispendo de verbas públicas precisa ser melhor e mais profundamente discutida por educadores e economistas vez que é pública e notória a corrupção do sistema político brasileiro como um todo, lembrando um comentário de Pierre Dardot e Christina Laval (2016, p. 40) a respeito da crise do liberalismo econômico internacional:

A democracia política parecia definitivamente comprometida pelos fenômenos maciços de corrupção em todos os escalões da vida política. Os políticos faziam sobretudo o papel de marionetes nas mãos dos que detinham o poder do dinheiro. A ‘mão visível’ dos empresários, dos financistas e dos políticos ligados a eles enfraqueceu formidavelmente a crença na ‘mão invisível’ do mercado.

---

<sup>14</sup> Segundo, Josimar Vieira e Marilandi Viera (2013, p. 2317) a Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (2008) orienta que é obrigação do Estado garantir a qualidade da educação vez que direito humano e bem público social, devendo os mesmos definir princípios básicos, estratégias e ações que fundamentem a formação dos cidadãos, a partir de ensino de qualidade.

Nesses termos, segundo Cunha *et al.* (2005) o Estado substitui os mecanismos tradicionais de regulação por mecanismos de mercado, tais como, o processo de competição com a publicização de resultados das avaliações, gerando ranqueamentos institucionais, o que fomenta a disputa por alunos e recursos públicos, dentro da ótica da eficiência e do lucro. Resultando, conforme adverte Fernández (2009), em mudança do ‘jogo universitário’ submetido às preferências, demandas e oportunidades que o mercado cria e as normas governamentais regulam.

De qualquer modo, como bem observa Francisco Segrera (2012), independente de sua natureza pública ou privada, o ensino superior tem uma responsabilidade pública fundamental relacionada aos conteúdos curriculares, à ética e aos valores transmitidos; sendo necessário buscar equilíbrio entre o conhecimento economicamente pertinente e o sentido humano, ainda que a formação universitária deva contemplar a esfera profissional. Nestes termos, José Dias Sobrinho (2012, p. 602) complementa:

É necessário considerar o cenário de globalização econômica e seus impactos sobre a política e o mundo cultural. [...] Estas mudanças moldam os conceitos de qualidade e as políticas que asseguram a qualidade na educação superior. Por isso, é necessário resgatar os significados sociais da formação humana e a co-essencialidade [*sic*] existente entre qualidade e pertinência.

### 2.2.3. Modificação do Perfil Discente

A terceira característica do ensino superior elencada diz respeito ao perfil do estudante ingressante que mudou drasticamente, sendo tal transformação resultado de um conjunto de fatores, tais como: ampliação do acesso para camadas sociais mais carentes; alunos egressos do ensino médio com menor domínio das habilidades básicas; surgimento de novas carreiras com forte apelo prático; fomento de instituições para prestação de serviços educacionais com *ethos* mercantilista; inserção dos “nativos digitais” no ensino superior e avanço de tecnologias portáteis em rede.

Os primeiros fatores apontados se inter-relacionam. Assim, nesse sentido, os estudantes brasileiros chegam ao nível superior por meio das propostas de “democratização do ensino”, tais estratégias surgem a partir dos programas governamentais do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa

Universidade para Todos (ProUni<sup>15</sup>), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) além do sistema de cotas, que oportunizam o acesso a instituições públicas e privadas e “[...] o objetivo de ampliar o acesso e a equidade no ensino superior” (SAMPAIO, 2014, p. 174). Segundo Aguiar (2016, p. 114)

Se, de um lado, programas como o PROUNI e o Fies abordam o problema da inclusão econômica de estudantes carentes, por outro, o aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação, levado a cabo com o Sinaes, e o projeto de reforma universitária, debruçam-se sobre questões como a qualidade e a necessidade da diversidade e diferenciação do sistema. Além dos problemas de fundo, ou seja, a necessidade de regular a expansão e o peso do setor privado no conjunto do sistema.

Entretanto, Sguissardi (2015) contraria tal suposição e argumenta que tais medidas representam apenas ‘políticas focais<sup>16</sup> de curto alcance’, possibilitando, sim, condições de acesso, mas não de permanência escolar ou de sucesso no mercado de trabalho, o que remete às tendências do liberalismo ‘reformista social’ (DARDOT e LAVAL, 2016). Servindo aqui o alerta de M<sup>a</sup> Teresa Esteban (2008, p. 6)

[...] garantir o ingresso e a permanência na escola é condição necessária, mas não suficiente, para produzir uma efetiva democratização do acesso aos conhecimentos socialmente relevantes. Há um aumento expressivo de sujeitos que assumem a condição de aluno, sem, no entanto, uma equivalência na realização das aprendizagens necessárias e/ou validadas, visto que a experiência escolar de muitos é marcada por desempenhos insuficientes e por abandono precoce.

No contexto traçado, as instituições de ensino superior, notadamente as privadas, passam a receber predominantemente os alunos advindos das escolas públicas, cujo nível de preparo é considerado inferior ao dos alunos das escolas particulares, com importantes deficiências educacionais quanto ao domínio esperado dos conteúdos das disciplinas do seu grau de formação, conforme indica o quadro a seguir:

---

<sup>15</sup> Sampaio (2014) destaca algumas que se tratam de modelos de financiamento público para estudantes matriculados em instituições privadas sendo caracterizado o Prouni por uma troca entre Poder Público e instituições - isenção de impostos por bolsas de estudos – enquanto o Fies, um crédito educativo garantido pelo governo. Em ambos os casos o setor privado passou a receber forte financiamento do governo, tendo iniciado declínio pela crise econômico-política instalada a partir de 2014.

<sup>16</sup> “As políticas focais destinam-se a parcelas da população trabalhadora ou excluída e têm alcance limitado, pois não atuam sobre as causas da desigualdade social produtora da exclusão” (SGUISSARDI, 2015, p.877).

**Quadro 04: Dados do Ensino Médio – Estudantes Egressos de Escolas Públicas**

PERCURSO NO ENSINO MÉDIO	2001	2013	Meta para 2021
Domínio da matemática	11,6%	9,3%	70%
Domínio da leitura	25,8%	27,2%	70%
Terminaram a etapa	33,3%	54,3%	90%
Cursam o ensino médio na idade certa	40,3%	59,5%	85%

Fonte: TAKAHASHI, Fábio. In: Jornal Folha de São Paulo. Especial Gestão Escolar. Sábado, 5/9/15.

A partir do acima exposto, numa perspectiva de mercado, a qualidade da mão-de-obra ofertada pelos concluintes do ensino médio, demonstra o baixo preparo escolar – configurando analfabetismo funcional – que prejudica diretamente seu potencial de empregabilidade, assim, tais indivíduos passam a demandar maior capacitação. E, uma vez egressos do ensino médio, sem retorno possível, e aptos ao ensino superior pretendido<sup>17</sup> a ele ingressam, com todo o cabedal de dificuldades.

Esse panorama desenha a manutenção da estrutura social – empregados-empregadores – com diferenciação salarial, especialmente se mantida a dicotomia entre o ensino superior das elites – que forma empresários e decisores – e ensino superior das massas – que forma a mão-de-obra e consumidores. Embora, para o economista francês Thomas Piketty (2013) tal processo de expansão e difusão de conhecimentos e competências seria instrumento para o aumento da produtividade e diminuição da desigualdade nacional e internacional, ou seja, a difusão do ensino superior traria potencial melhoria à distribuição de renda na sociedade brasileira.

Entretanto, Dardot e Laval (2016) ponderam que a própria constituição de uma política educacional que visa beneficiar exclusivamente as massas, adaptando a mão-de-obra a uma concorrência generalizada, se configuraria muito mais como instrumento para atender às necessidades da economia de mercado neoliberal do que como política de cunho social propriamente dita, embora haja impactos sociais inegáveis. No mesmo sentido, Edite Sudbrack e Eliane Cocco (2014, p. 350) ressaltam que “[...] os investimentos em educação não estão focados na valorização do sujeito, referenciando-se no aumento de produtividade, como dispositivo que ampliaria a riqueza e o consumo, próprios da acumulação capitalista”.

Nessa educação superior de massa, dadas as condições já comentadas, convergem, portanto, todos os problemas educacionais de base, notadamente nas IES privadas, e assim,

---

<sup>17</sup> Nesse sentido Ristoff (2013) apresenta dados comparativos dos dois primeiros ciclos de avaliação ENADE e aponta tendência de aumento da presença de estudantes egressos da escola pública, com crescimento de 5%.

sujeitos com perfil de analfabetismo funcional<sup>18</sup> podem chegar aos bancos escolares da educação superior, onde devem discutir demandas da sociedade complexa, sendo ao final avaliados por exames de competências e habilidades que visam julgar a formação dada pela instituição e não o nível de preparo do aluno.

Takahashi (2015, p. 6) comenta, nesse contexto, que as universidades particulares reclamam gastar tempo e recursos para dar reforço a estudantes não devidamente formados no ensino médio. Cabe ressaltar que esse papel de ‘alinhamento’ do aluno, a partir de suas dificuldades e má formação na educação básica, distorce e sobrecarrega o ensino superior que, por fim, não cumpre em totalidade sua função. Gerando, desse modo, mudanças qualitativas neste nível de ensino que passaria a assumir “papéis de instrumentação técnica, competência individual e instrumentalização econômica” (DIAS SOBRINHO, 2012, p. 603) que não se inscrevem em suas funções de origem. Renato Bittencourt (2015, p. 17) destaca, assim, as consequências,

No cenário educacional brasileiro, a educação de base é paulatinamente espoliada, criando, assim, uma geração de analfabetos funcionais que, em um mirabolante ato soteriológico, encontram sua libertação nas facilidades oficiais para o ingresso nos cursos superiores públicos e privados, sem que estejam, de modo geral preparados para a complexidade da formação universitária.

Para validar essas ações e com o discurso de qualidade na educação o governo brasileiro adotou na LDB/96 a ideia de certificação educacional em larga escala nos mais diversos níveis, de forma padronizada, cíclica e sistêmica. Esse formato avaliativo que, aplicado ao nível superior denomina-se ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) é regulado pela Lei nº10.861/04, que junto à avaliação *in loco* e à avaliação institucional (realizada por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA) forma a tríade que compõe o processo avaliativo-fiscalizatório governamental em busca da aludida qualidade de ensino.

Por outro lado, há que se considerar que alguns setores – de comércio e serviços – cujas atividades laborais não guardavam relação com a educação superior passam a ser, por esse nível de ensino, certificadas, e, nesse ponto, chega-se ao terceiro fator comentado ao início deste item, qual seja, o surgimento de novas carreiras com forte apelo prático.

---

<sup>18</sup> Segundo o Instituto Paulo Montenegro (2015), em seu Indicador de Analfabetismo Funcional, com dados de 2012, 65% dos concluintes do ensino médio são analfabetos funcionais – convergentes com os dados apresentados no quadro 5 acima – e, entre os concluintes do ensino superior, o mesmo instituto aponta, que 48% não podem se considerar plenamente alfabetizados.

Conforme Sampaio (2014, p. 153) essas carreiras são aquelas criadas na área de serviços e originadas de profissões de ofício “[...] para as quais ainda não havia – tampouco se exigia – formação acadêmica”. A respeito do tema o Conselho Nacional de Educação justifica a necessidade de estruturação de tais cursos em parecer (MEC, 2001, p. 1), nos seguintes termos: “A educação para o trabalho não tem sido convenientemente tratada pela sociedade brasileira que, em sua tradição, não lhe vem conferindo caráter universal, colocando-a fora da ótica do direito à educação e ao trabalho”.

Entretanto, essa justificativa ignora a existência de ordenamentos que regulam os cursos técnicos de nível médio no Brasil, como por exemplo, os pareceres CNE/CEB nº02/97 (Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, médio e da educação profissional em nível médio), CNE/CEB nº17/97 (Estabelece diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional), e a CNE/CEB nº 16/99 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico).

Ademais, em termos jurídicos, os cursos tecnológicos passam a ser regulamentados pelo decreto nº 5.154/04, que em seu artigo 5º dispõe que os cursos de educação profissional tecnológica – de graduação ou pós-graduação – organizarão seus objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, que, posteriormente, foi subsidiariamente aplicado aos cursos técnicos conforme Parecer CNE/CEB nº 39/2004 (Aplicação do Decreto nº 5.154/04 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no ensino médio). Para Kátia Cunha (2013, p. 260) tais reformas do ensino superior podem ser compreendidas sob a seguinte ótica:

[...] os pressupostos da reforma buscam adequar os sistemas de ensino, os sujeitos e as instituições a currículos diversificados e flexíveis e a novas formas de gestão e reestruturação dos cursos no atendimento às demandas emergentes do mercado de modernização produtiva; à formação para o trabalho que priorizasse a tecnologia; às mudanças do mundo contemporâneo competitivo e desenvolvimento de competências requeridas pelo mercado.

O surgimento de tais cursos tecnológicos denota, portanto, o ápice do processo de atendimento à demanda de educação para o mercado de trabalho. Aproximando-se ao modelo norte-americano de programas a curto prazo comentados por Rhoades e Slaughter (2010) que não são desenhados para melhorar sistematicamente o aprendizado dos estudantes, ou a atender interesses da sociedade, mas capacitá-los às demandas pontuais do mercado. No Brasil, essa formação tem duração aproximada de 02 (dois) anos sendo descritos como “[...] educação

profissional em nível tecnológico, correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico” (MEC, 2001, p. 3).

Sampaio (2014) ainda destaca que, uma vez convertidas ao nível superior, essas profissões geram novos mercados educacionais que vêm a suprir os períodos de estagnação da demanda por cursos tradicionais do ensino superior. Com tais características de origem; voltados à educação para o trabalho, oriundos de ofícios relacionados ao comércio e serviços e possibilitando um diploma de curso superior em curto espaço de tempo; tais carreiras acabam por despertar interesse de um público que normalmente não frequentaria a educação superior nas modalidades tradicionais.

Em sua grade curricular são compostos por disciplinas com forte apelo prático e, portanto, tais cursos tecnológicos se distanciam da proposta do ensino superior de caráter formativo-crítico, focando principalmente nas tendências de mercado. Por essa razão, vê-se, por parte das IES, a criação e abandono de propostas de cursos, tão logo a demanda reprimida seja atendida. Nesses termos, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores na área de tecnologia (2016), em sua terceira edição, ilustra um total de 134 possibilidades de cursos tecnológicos a serem ofertados, entre eles, a título de exemplo: Curso Superior Tecnológico em Cavalaria, Curso Superior Tecnológico em Rochas Ornamentais e Curso Superior Tecnológico em Processos Escolares, distribuídos em treze áreas do conhecimento, como segue:

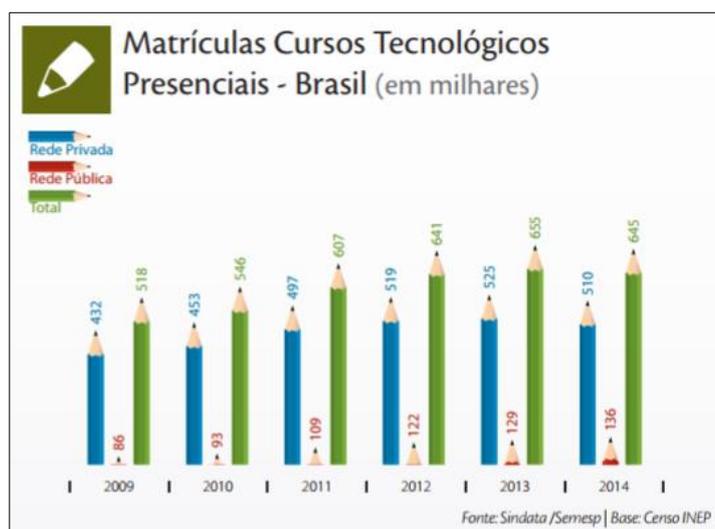
**Quadro 05: Quantidade de cursos tecnológicos ofertados por área**

Área	Cursos Ofertados
Ambiente e Saúde	09
Controle e Produção Industrial	14
Desenvolvimento Educacional e Social	01
Gestão e Negócios	14
Informação e Comunicação	14
Infraestrutura	12
Militar	10
Produção Alimentícia	07
Produção Cultural e Design	14
Produção Industrial	14
Recursos Naturais	14
Segurança	06
Turismo, hospitalidade e lazer	05

Fonte: Dados Catálogo Nacional de Cursos de Tecnologia (2016).

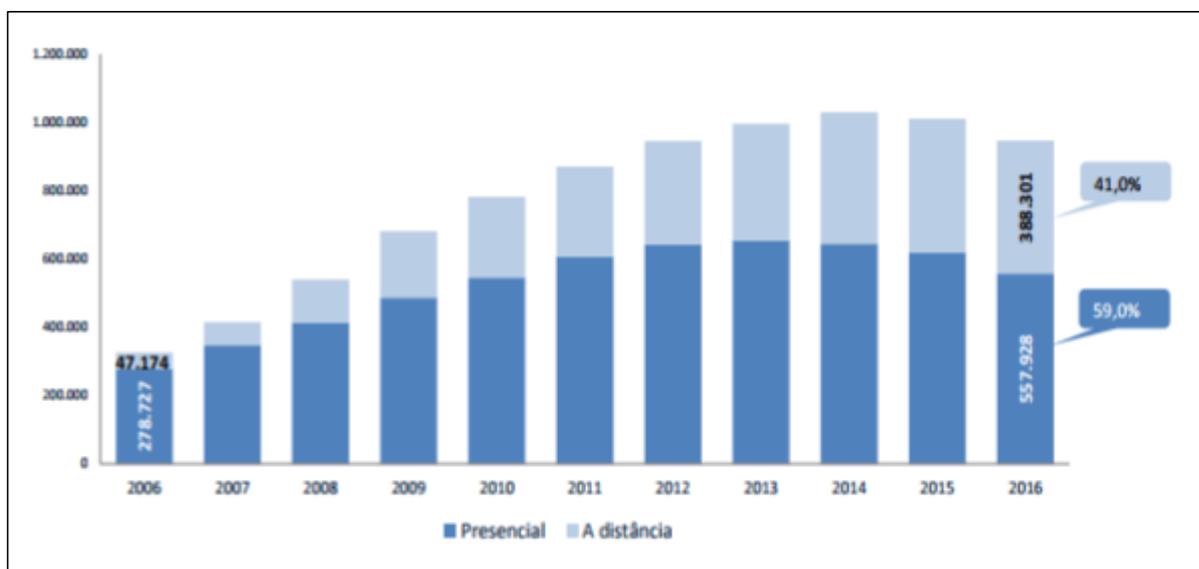
Por outro lado, o Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior publicou em 2016 o chamado Mapa do Ensino Superior e destaca que no “[...] acumulado de 2009 a 2014, o crescimento [dos cursos tecnológicos] total chegou a 25%” (SEMESP, 2016, p.12), com predominante crescimento na rede privada, sendo, pois um negócio economicamente lucrativo:

**Gráfico 01: Crescimento dos Cursos Tecnológicos 2009 – 2014<sup>19</sup>**



Fonte: SEMESP, 2016

**Gráfico 02: Evolução de matrículas em Cursos Tecnológicos – 2006 -2016**



Fonte: Notas Estatísticas Censo 2016 - Inep

Ainda que seja observado no segundo gráfico uma queda do número de matrículas, a partir de 2015, tais dados corroboram o argumento anteriormente exposto (SAMPAIO, 2014) referente ao potencial de negócios dos cursos tecnológicos, que tendem a suprir uma eventual estagnação dos cursos tradicionais, atendendo a um público diferente, a partir de propostas diversificadas.

Assim, com a decrescente qualidade do ensino médio e a expansão do ensino superior privado mercantilista combinado com o advento de cursos superiores em tecnologia torna-se

<sup>19</sup> Esses números não contemplam os cursos tecnológicos ofertados na modalidade ‘a distância’.

previsível o favorecimento do ingresso discente tanto para suprir despreparo cultural quanto propiciar inserção imediata no mercado de trabalho, otimizando seu tempo e recursos.

Entretanto, não se pode conjurar uma associação direta entre mercantilismo educacional e cursos tecnológicos, apenas; pois Kátia Alonso (2010), ao discutir dados do Inep, destaca que a expansão do ensino superior privado é quantitativa e concentrada em determinadas áreas do conhecimento, com 52% das matrículas concentradas em cursos como administração, direito e pedagogia. Observa-se, ainda, que no rol listado pela autora há uma interessante relação custo-benefício, uma vez que tais cursos demandam pouco investimento estrutural ou tecnológico por parte das instituições para viabilizar sua oferta. Coerentes, portanto, com o *ethos* mercantilista precisamente resumido por Sandra Souza e Romualdo Oliveira (2003, p. 874) neste trecho:

Ao mesmo tempo em que o capital e a lógica de mercado penetram em áreas em que até então sua presença era limitada, a educação passa a constituir um mercado em acentuada expansão, em escala mundial. Isso tem ensejado uma modificação nos objetivos gerais das políticas educacionais, tanto nos países centrais como nos países em desenvolvimento, em particular, no Brasil. Inclui-se todo o processo educacional na esfera do mercado e generalizam-se os procedimentos e valores típicos do capitalismo competitivo na gestão dos sistemas e das instituições educacionais.

Nestes termos, cabe ilustrar comparação sugerida por Andreas Gruschka (2014) entre a finalidade educacional e a realidade educacional, pautadas pela ideia de ‘frieza burguesa’ que privilegia o interesse individual sobre o coletivo, perdendo-se, portanto, a noção de função social dos ofícios e profissões que restam adstritas ao sentido de realização pessoal ou financeira. Assim, a finalidade educacional estaria baseada em valores de emancipação – com legitimação dos espaços públicos de educação que ofertariam experiências de ordem moral para o desenvolvimento dos estudantes – enquanto a realidade educacional produziria valores de ordem capitalista estimuladores da padronização e funcionalização dos sistemas, e geradores de competitividade e isolamento, além do desapego às instituições formadoras (GRUSCHKA, 2014).

Por outro lado, Cunha *et al.* (2005) apresentam a hipótese de que há uma profunda modificação da concepção de docência do ensino superior a partir da reconfiguração dada ao sistema educativo pelo contexto político neoliberal<sup>20</sup> que o atinge, nesses termos:

---

<sup>20</sup> Na concepção neoliberal admite-se a necessidade de uma intervenção do Estado, mas sem se opor ao jogo de concorrências entre interesses privados (DARDOT e LAVAL, 2016).

Nos recortes discursivos que se consegue apreender nos diferentes espaços, especialmente aqueles onde se reúnem os professores, identifica-se uma nova percepção de profissionalidade, que passa, cada vez mais, a ser presidida pela racionalidade técnica, baseada na produtividade e competição. Em que pese o fato de existirem manifestações de resistência, tanto individuais como grupais, elas não têm sido suficientes e acabam engolidas pela ordem dominante. (CUNHA *et al.*, 2005, p. 23)

No que se refere ao último ponto atinente à modificação do perfil discente, tem-se a chegada à graduação das gerações de “nativos digitais” – assim denominados pois têm inseridos, desde muito cedo, em suas vidas o aporte tecnológico, bem como, às tecnologias portáteis em rede – que impelem ao ensino superior mudanças. Essas vão desde a perspectiva didática à estrutural, quanto ao desafio de repensar seu modelo e Projeto Político Pedagógico para atendimento a um público acostumado a pluri-estimulação e incapazes de formulação de pensamento linear, segundo comentam Win Veen e Ben Vrakking (2009).

Nesse sentido, William Bender (2014, p. 9) comenta a previsão “[...] de alterações bastante drásticas no processo de ensino-aprendizagem, ocasionadas por tecnologias em constante modificação, pela demanda crescente vinda de estudantes com dificuldades e por várias mudanças que já estão em andamento [...]”. Ou, como destaca Pedro Municio (2003), as novas tendências educacionais mudarão o foco dos saberes, habilidades e atitudes para os componentes cognitivos que apreendem atitudes, valores, hábitos, relações e motivação.

Esse perfil discente, embora muitas vezes interpretado por professores como “sujeitos superficiais e desconcentrados”, é assim descrito:

O comportamento social nunca se desenvolve no vácuo, e boa parte de nosso comportamento é influenciada pelo contexto social no qual crescemos. [...] E desde muito cedo – já que o mundo lhes chega por meio da televisão, do telefone e da internet – a influência é importante. Mais importante ainda porque o mundo está mudando rapidamente por meio dos efeitos revolucionários das novas tecnologias. (VEEN e VRAKKING, 2009, p. 28)

Para tais autores a modificação de abordagens docentes, reposicionando a tecnologia e o acesso ao conhecimento através da rede mundial de computadores, será imprescindível para a manutenção da educação formal, dado o fato das informações estarem inteiramente disponibilizadas, sendo necessário ressignificar o lugar docente que passa a ter um papel de orientador da aprendizagem e, não mais, de detentor dos saberes. No mesmo sentido, José Morán (2015, p. 16) alerta que

O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente.

Assim, surge ampla discussão a respeito da necessidade de se repensar as práticas educacionais, com propostas pautadas pela aquisição de competências-chave<sup>21</sup> – cognitivas, pessoais e sociais – para atuar na era de informação em contextos hiper complexos e buscando alternativas para os denominados *wicked problems*, conforme orientação do Relatório Delors (UNESCO, 2001). Nesse panorama, começam a ser contestadas as concepções de avaliação somativa e certificatória, como o exame em larga escala em análise, uma vez que este se pautaria na ideia de que os sujeitos aprendem em tempos e de formas iguais, o que é considerado uma falácia e, via de consequência, reabrindo a discussão da qualidade da educação como um todo, dados os desafios apontados para o século XXI.

### **2.3. A ideia de qualidade no Ensino Superior**

Aqui, esbarra-se, necessariamente, com a discussão sobre a qualidade de ensino sendo necessário retomar que em termos constitucionais tal fator deve estar associado ao incremento do desenvolvimento humano, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (CF, 88, art. 205).

E Piketty (2013, p. 28) alerta quanto à “disseminação da educação de qualidade”, ou seja, “[...] a contribuição do ensino superior às necessidades de ‘capital humano’ dos respectivos países” (SCHWARTZMAN, 2014, p. 32). Portanto, é preciso criticizar a alegação da ‘qualidade’ alardeada, e observar se esta está apenas adstrita à legitimação do discurso de ‘educação para todos’ ou se se pretende, considerando uma possível evolução do sistema educacional e do processo avaliativo, ao longo dos anos, ‘formação para todos’.

Discutir a questão da qualidade da educação superior torna-se imprescindível neste trabalho uma vez que trata de um dos exames públicos em larga escala se propõem a aferir tal quesito, como se fosse de fácil observância e apreensão. Nesses termos, o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes é apresentado como instrumento do Sinaes na fiscalização e certificação da qualidade do ensino superior ofertado (Lei 10.861/04).

---

<sup>21</sup> Tais competências segundo a OCDE/PISA (2006) se resumiriam na capacidade de usar amplamente ferramentas de interação, físicas e tecnológicas, de forma a eleger informações e linguagens adequadas a cada uma das demandas, atuando frente à diversidade humana de modo autônomo e responsável considerando o contexto social global.

Em sua gênese, tal exame, traz a ideologia e os valores educacionais do próprio Ministério da Educação, não sendo neutro, especialmente no que diz respeito às questões que contemplam a formação geral, exigindo dos estudantes conformação a uma determinada “leitura de mundo”. Tal característica é apontada por Egon Guba e Yvonna Lincoln (2011) como problema central dos processos avaliativos uma vez que demandam uma ‘negociação’ quanto aos juízos de valor envolvidos na avaliação, ainda que se configurem num instrumento objetivo, pois os juízos envolvidos nunca contemplam a diversidade de perspectivas. Portanto, numa dimensão abrangente falar em padrão de qualidade também implica numa certa aculturação e hegemonia de valores, de um determinado eixo social.

Ademais a questão da qualidade está diretamente associada à perspectiva das partes interessadas envolvidas no processo educacional. Esses interessados, no ensino superior, segundo Júlio Bertolin e Telmo Marcon (2015, p. 106), envolvem, diferentes grupos “[...] tais como governos, instituições, docentes, pesquisadores, alunos, empresas e a sociedade de maneira geral, que possuem diferentes visões de educação e de qualidade para a educação superior [...]”, onde cada uma delas tende a construir uma diversidade de critérios de valoração, como explana Giselle Real (2009, p. 580):

Para os avaliadores, a qualidade acontece por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de uma concepção única de qualidade, independentemente da forma de organização acadêmica da instituição. [...] para os gestores educacionais, há diferentes concepções de qualidade, na medida em que se firmam critérios diferentes para a avaliação das distintas categorias de organização acadêmica das instituições. [...] as instituições, particularmente as privadas, optam por atender aos princípios constantes nas normas, até porque estas acatam aos seus interesses mais imediatos, ao mesmo tempo em que procuram dar algum significado para os pareceres obtidos, fabricando uma concepção de qualidade formal e outra real.

Observe-se que, pelo argumento da autora, as instituições de ensino – especialmente as privadas – tendem a se ater aos requisitos normativos de qualidade, ou seja, ficam adstritas aos padrões mínimos de qualidade, criando uma ideia de qualidade legitimada vez que os critérios são formulados pelo Poder Público. No mesmo sentido, Morosini *et al.* (2016, p. 15) comentam que “[...] o conceito de qualidade sofre o impacto da regulação decorrente das políticas educacionais e da representação da sociedade, com especial destaque ao que se manifesta nos meios de comunicação social”. O que, em termos gerais, cria para a sociedade parâmetros de qualidade pautados na divulgação dos diversos ranqueamentos do sistema, sem que se tenha a devida compreensão do que, de fato, os mesmos significam.

Resta claro que discutir qualidade estabelecendo relação com a educação não é tarefa linear, pois, entre outras coisas, o termo ‘qualidade’ tem passado por um processo de

adjetivação sendo popularmente considerado, por si só, como valoroso e, não, algo que valora. Assim, ‘educação de qualidade’ seria uma educação que cumpre sua função e requisitos, sem que os mesmos sejam esclarecidos. Verifica-se que, de fato, toda educação é de qualidade, seja ela boa ou má, devendo analisar-se sob quais critérios, uma vez que inexiste um padrão universal, mas características dos seres, ações e objetos e atribuir qualidade a algo é explicitar um juízo de valor (CUNHA, 2014).

Assim, é inerente à expressão ‘qualidade’, assim como ao termo ‘avaliação’, cunho axiológico, portanto, ideológico, contextual, histórico e cultural, sendo necessário averiguar a quais critérios e interesses visa atender.

Segundo Neide Cária e Sandra Oliveira (2015), a partir de 1990, o Estado brasileiro inspirado em modelos internacionais, iniciou uma gestão da qualidade educacional baseada em critérios de eficiência e eficácia. Ou seja, trazem como base ideológica parâmetros semelhantes aos processos de padronização da qualidade do setor produtivo, sugerindo, pois, um modelo educacional afeto aos valores de ordem capitalista. Tal evocação, conforme Sudbrack e Cocco (2014, p. 352) está associada à crença de que a “[...] excelência dependa de inspiração voluntária e que o mundo empresarial tenha influência direta, seja na definição de produtos para a ação educativa, seja pela difusão das inovações tecnológicas”.

Emergindo deste panorama as formas de regulação dos sistemas de ensino por meio de avaliações em larga escala que, como denotam Cunha *et al.* (2005, p. 25), “[...] adota um padrão de qualidade universal [como se possível], anulando as especificidades das diferenças, condição básica de uma ação educativa processual”. Na mesma direção o SASE/MEC (2015, [s.p.]) ressalta, quanto ao Sistema Nacional de Educação, ainda inexistente:

[...] tem resultado em graves fragilidades para a educação nacional, como a ausência de referenciais nacionais de qualidade capazes de orientar a ação supletiva para a busca da equidade, a descontinuidade de ações, a fragmentação de programas e a falta de articulação entre as esferas de governo. Esses fatores não contribuem para a superação das históricas desigualdades econômicas e sociais do país.

Passados mais de vinte anos da introdução dos exames governamentais em larga escala o que se observa põe em xeque não apenas a prática avaliativa como também a própria proposta do sistema educacional, uma vez que não se confirmaram as expectativas de melhoria da qualidade de oferta no ensino superior, mas passaram a ser relatadas estratégias de gestão institucional do exame com o objetivo de melhoria dos resultados dos cursos avaliados<sup>22</sup>. Nesse

---

<sup>22</sup> Os dados e notícias são fartamente publicados na mídia brasileira sendo possível, inclusive se observar quando da análise dos dados atinentes ao *mídium* JFSP.

sentido, os dados que indicam que 48% dos graduados são analfabetos funcionais (IPM, 2015) reafirmam essa condição gerando questionamentos a respeito da qualidade da educação que vem sendo ofertada no sistema educacional brasileiro como um todo, bem como, dos critérios e modelos da avaliação em larga escala utilizados como padrões de certificação.

Segundo Piketty (2014), a educação de boa qualidade seria aquela que impulsiona a redução da desigualdade socioeconômica, sendo essa, entretanto, dependente de políticas de educação, e seus parâmetros. O que converge com a ponderação de Jamil Salmi (2014, p. 58):

Os governos devem, portanto, certificar-se de que os programas oferecidos são adequados, não só em termos de competências profissionais que os alunos recebem, mas também em termos de novas habilidades pessoais e interpessoais necessárias à economia do conhecimento, tais como pensamento crítico, trabalho em equipe e boa capacidade de comunicação.

Pelo já exposto, se pode afirmar que a educação de boa qualidade não é produto de geração espontânea, mas um processo que deve conjugar os vários setores envolvidos devendo ser fiscalizado pelo Poder Público a partir de critérios que viabilizem a diminuição das desigualdades socioeconômicas e o fortalecimento multicultural, respeitada a diversidade.

Ou seja, o nível de educação da população é diretamente proporcional ao desenvolvimento de um país, portanto, necessário que se oriente tal educação de forma consistente e estruturada, e se assegure o fortalecimento cultural e o ciclo virtuoso que diminuam diferenças socioeconômicas e ofereçam condições dignas de trabalho e renda. Por outro lado, não parece coerente aferir a qualidade do ensino superior de modo estanque sem considerar a realidade do sistema educacional como um todo. Caso contrário, corre-se o risco de se apontar padrões de educação superior de excelência numa sociedade em que os níveis básicos de educação apresentam resultados modestos.

De qualquer modo, como destaca Brunner (2014), há necessidade de se formular concepções, critérios e instrumentos que assegurem a boa qualidade da educação superior. Para isso, devem ser consideradas todas as suas possibilidades estruturais, pedagógicas e discentes, convergentes com a heterogeneidade presente no sistema, inerente à realidade brasileira, necessária para uma oferta de ensino superior que se pretenda universalizada.

Dentro dessa proposta plural, Cunha (2014) apresenta duas bases de indicadores, que possibilitam várias combinações de critérios que geram diferentes configurações de qualidade, como segue:

**Quadro 06: Qualidade referenciada em produtos**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>INDICADORES DE QUALIDADE</b>
<b>Qualidade da Instituição</b>	- infraestrutura envolvendo instalações adequadas
	- laboratórios montados e em funcionamento para os estudantes
	- biblioteca atualizada e com acesso irrestrito
	- assunção de processos representativos na administração universitária
	- projeto institucional orientador das ações acadêmicas
<b>Qualidade do Corpo Docente</b>	- titulação compatível, incluindo mestrado e doutorado
	- programas de formação continuada desenvolvimento profissional para docentes na área pedagógica
	- carreira e progressão estruturada
	- regime de trabalho que privilegie ensino, pesquisa e extensão
<b>Qualidade do Corpo Discente</b>	- condições de apoio e permanência dos estudantes (auxílio alimentação, moradia e transporte)
	- programas de inserção na vida acadêmica, incluindo ofertas de estudos compensatórios
	- programas de intercâmbio nacionais e internacionais
	- oportunidades de participação em programas de iniciação científica
	- programas de inserção social, incluindo estímulo à participação em projetos solidários
	- programas de ação cultural fomentando a curiosidade dos estudantes e valorizando a sua formação geral

Fonte: CUNHA, 2014, p. 458

Assim, podemos imaginar, a título de exemplo, que uma instituição que atenda todos os seus requisitos – estruturais e docentes – mas receba como discentes uma parcela da população com baixo domínio da matemática e leitura (conforme dados do Quadro 04) e sejam considerados analfabetos funcionais (dentro dos 65% que concluem o ensino médio) gere um determinado perfil de profissionais. Sendo esse bastante diferente do graduado em uma instituição que cumpra apenas alguns requisitos estruturais e docentes – digamos, laboratórios e instalações adequadas, mas inexistência de plano de carreira docente – mas que receba alunos que dominem os conhecimentos básicos do ensino médio e correspondam aos 35% considerados completamente alfabetizados.

Nos indicadores apresentados no quadro abaixo (Quadro 07) vê-se a organização de um tripé relacional entre currículo – prática – avaliação, que tem por matriz de qualidade o andamento do processo educacional, sugerindo que quanto mais alinhadas estejam essas matrizes melhor a qualidade de ensino, pautados em desafios, complexidade e autonomia, numa perspectiva humanizadora de formação.

**Quadro 07: Qualidade referenciada em processos**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>INDICADORES DE QUALIDADE</b>
<b>Qualidade do Currículo</b>	- currículos inovadores que superem a tradicional organização do conhecimento numa estrutura rígida e disciplinar
	- explicitação do eixo teoria-prática nas propostas curriculares de forma articulada e significativa (pressuposto das Diretrizes)
	- articulação do ensino com a pesquisa, assumindo a dúvida como princípio básico dos processos de ensinar e aprender
	- oferta de atividades curriculares optativas que ampliem a base cultural da formação
<b>Práticas Pedagógicas</b>	- presença de práticas participativas que estimulem a autonomia dos estudantes
	- valorização de atividades autônomas que estimulem a capacidade de autorregulação dos alunos
	- familiarização com as linguagens tecnológicas e seus impactos nas formas de produção do pensamento dos alunos
	- flexibilização dos tempos/lugares da formação estimulando o contato com o mundo do trabalho e da cultura
	- estímulo à produção científica integradora, através de trabalhos de conclusão de curso significativos e valorizados como produção integradora da formação
<b>Qualidade do Corpo Discente</b>	- estímulo à avaliação compreensiva, centrada nos objetivos e na dinâmica do trabalho acadêmico
	- uso de diferentes processos e múltiplos tempos na aferição da aprendizagem
	- privilégio de aprendizagens complexas sobre a memorização
	- valorização da autoria e autonomia do estudante na realização da aprendizagem

Fonte: CUNHA, 2014, p. 458

Como já comentado, o sem número de combinações possíveis, dentro dos indicadores propostos por Cunha (2014) preconizam, claramente, a inexistência de uma qualidade única ou ideal a ser alcançada, a não ser se considerado o sentido utópico, devendo, pois, ser determinados quais indicadores conduzirão, no caso, uma política pública educacional, traduzindo-se numa determinada concepção de educação e de valores sociais. Por outro lado, a própria SASE/MEC (2015, [s.p.]) alerta:

Uma lista descritiva de insumos não necessariamente resulta em qualidade, mas referenciais combinados de forma sistêmica poderão fazer com que os padrões mínimos de oportunidades educacionais realmente se concretizem como direito de cada cidadão ao acessar o serviço público educacional, ou o serviço privado por ele regulado. São elementos que conformarão a identidade nacional, cujos princípios devem necessariamente compor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Além disso, o ingressante do ensino superior é um sujeito que já foi submetido a outras experiências escolares que formarão sua bagagem cultural, instrumentalizando-o mais ou menos para uma imersão proveitosa no processo de graduação. Real (2009, p. 578), a partir de análise de documentos disponibilizados pelo MEC/Inep relativos ao primeiro período de avaliação sistêmica do ensino superior, ressalta que não foram os resultados da avaliação em

larga escala que fomentaram a melhoria da qualidade, mas, efetivamente, existem indicadores que se traduzem em impactos positivos:

[...] a titulação dos professores, inclusive com a presença maior de professores doutores, considerando o número de alunos matriculados; a ampliação do número de professores contratados pelo regime de tempo integral; o cumprimento, na construção curricular, das diretrizes curriculares nacionais; a informatização dos serviços; a melhoria do acervo bibliográfico; a existência de laboratórios específicos; a presença de laboratórios de informática com bons equipamentos; a adequação das instalações aos portadores de necessidades especiais; entre outros.

Confirmando ser, portanto, multifatorial a construção de qualidade do ensino, como comentam Vieira e Viera (2013) quando alertam para a necessidade de se reconhecer na área educacional que a noção de qualidade implica a noção de complexidade e multidimensionalidade. No mesmo sentido, Morosini *et al.* (2016, p. 26 – 27), que se baseiam em outros parâmetros de qualidade educacional, apresentam uma abordagem que considera a inovação pedagógica como critério de validação da qualidade com indicadores pautados em aspectos como memória pedagógica educativa, protagonismo, territorialidade, ruptura epistemológica e historicidade do conhecimento; ou seja, critérios que valorizam aspectos de ordem subjetiva na vivência pedagógica do-discente e que, embora sejam de absoluta relevância, são difíceis de rastrear a partir de exames somativos, fragilizando a argumentação da qualidade referenciada apenas por meio dos entes públicos.

No mesmo sentido, Jorge Ribeiro (2015, p. 149) alerta que

As avaliações regulatórias, como as avaliações de curso de graduação concebidas pelo MEC, baseadas num padrão de qualidade, por exemplo, não pretendem aumentar a qualidade do sistema e sim manter a qualidade, assegurando o nível mínimo que as IES devem demonstrar. Porém, ao se fazer a avaliação das instituições de ensino e se exigir que elas atendam aos critérios adotados, consegue-se que elas fiquem mais parecidas umas com as outras. A avaliação termina padronizando as instituições, independentemente das suas características, e isto não implica necessariamente maior ou menor qualidade.

Ou seja, o produto final das avaliações regulatórias concebidas pelo MEC passa a ser a padronização institucional nivelada pelo mínimo de qualidade a ser ofertada o que, além de interferir grandemente no currículo dos cursos, deprime a capacidade de inovação institucional dado que contraria o modelo e, portanto, não o qualifica aos olhos dos instrumentos de mensuração definidos pelo Poder Público, notadamente aqueles emitidos em 2017.

Vieira e Vieira (2013) ilustram também outros aspectos que deveriam ser considerados quando se fala em qualidade da educação, a saber: análise do sistema educacional, análise das unidades educacionais, análise da organização e gestão educacional, análise do currículo

escolar, análise das condições de trabalho e formação docente. Assim, são aspectos múltiplos e complexos que devem conduzir uma educação cuja qualidade esteja indissociável da busca pela dignidade humana.

Entretanto, se tais critérios são estabelecidos por um Estado-Avaliador neoliberal é de se esperar que seus parâmetros estejam adstritos por essa lógica. Luiza Gavaldon (2003, p. 7 - 8) considera que

A qualidade do ensino nos seus diferentes cursos e graus é, sem dúvida, uma das maiores preocupações por que passa a educação nesta década. O aluno como usuário imediato desse serviço é quem sente na pele os reflexos da qualidade no ensino que lhe é ministrado. Esta qualidade é filtrada pela sua participação no contexto escolar, pelo grau de satisfação ao participar das aulas, pelas aulas recebidas, pelo desconforto experimentado com o que paga e o que recebe, no convívio com o professor, no conhecimento que lhe é transmitido e na aplicação desse mesmo conhecimento. [...] O movimento pela qualidade ora disseminado nas instituições é fruto da necessidade quase pressão dos usuários pela melhoria do ensino, que passa pela conscientização dos indivíduos e pela cobrança da sociedade aos órgãos públicos.

### **3. AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA – O REDIMENSIONAMENTO DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL**

Avaliações em larga escala<sup>23</sup> são exames somativos, que ocorrem em ciclos predeterminados, baseados em diretrizes estipuladas e publicadas pelo Poder Público, em quaisquer de suas esferas de atuação, cuja intenção possa ser aferir a qualidade do ensino, o grau de eficiência de um sistema educacional ou gerir a verba pública destinada à educação a partir da contabilidade de seus resultados. Ou seja, tais exames podem, ou não, aferir o investimento financeiro público que lhe foi injetado, configurando-se, em quaisquer dos casos, política pública.

Tal modelo, conforme Alícia Bonamino e Sandra Sousa (2012) faz parte de uma agenda mundial, convencionada internacionalmente e associada à promoção da melhoria da qualidade da educação, sendo notória a realização de tais avaliações em grande parte dos países. No Brasil, conforme exposto no capítulo anterior, esse processo de certificação da qualidade educacional se iniciou nos anos 90, afirmando-se como política de Estado através da LDB/96 e, efetivamente, executada como prática avaliativa desde o governo FHC<sup>24</sup>, consolidada nos governos petistas (SUDBRACK e COCCO, 2014), e mantida, ainda, no governo Temer, sem caráter contabilista, vez que não afere eficiência da verba pública investida.

Embora instaurada como política pública, ainda assim, não há que pensar numa prática avaliativa isenta de concepções ideológicas e valorativas. Mas, pelo contrário, vez que quando uma avaliação passa a ser instrumento de Estado, com finalidade certificatória, os critérios e objetivos avaliativos elencados nas diretrizes se tornam valores orientadores internalizados nas práticas institucionais com graves impactos curriculares e pedagógicos. Para além disso, Guba e Lincoln (2011) destacam que todo ato de avaliação é um ato político e, nesses termos, as avaliações em larga escala também passam a redimensionar não apenas o instrumento aplicado, mas as perspectivas ideológicas e valorativas das quais se apropriam, passando a ditar uma hegemonia no que concerne aos conteúdos, diretrizes e formas de interpretar contextos. Nesse sentido, Cunha (2013, p. 259) ressalta que

---

<sup>23</sup> Também denominadas de avaliações sistêmicas ou externas.

<sup>24</sup> Refere-se ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

No âmbito da ação avaliativa, estabelecemos o que consideramos certo e errado, válido e legítimo; assumimos concepções, estabelecemos diferenças e lutamos por ideias. Avaliar é uma prática social, isso significa dizer que não é uma atividade inerente a um sujeito, antes constitutiva dos sujeitos em relação, significando o mundo e a si mesmos, agindo, resistindo e interagindo.

Ou seja, tornam-se inextricáveis as diretrizes dos conteúdos das avaliações e os currículos que passam a ser praticados, notadamente nas instituições privadas cuja dependência por resultados positivos nas avaliações sistêmicas é estratégica tanto para sua sustentabilidade econômico-gerencial quanto para o cumprimento dos requisitos mínimos exigidos pelo MEC.

Vale ressaltar que, no caso brasileiro, o Poder Público coleta os resultados das provas aplicadas, e a partir de uma série de indicadores matemáticos aplicados, gera notas institucionais compondo uma das dimensões avaliativas. Sendo notoriamente observado que, tanto as notas dos exames sistêmicos, quanto das demais dimensões avaliativas, emitidas pelo MEC, geram desde seus primórdios ranqueamento com forte apelo midiático, sendo, por isso estratégicas para a sustentabilidade das instituições privadas.

Dado esse panorama, corre-se o risco de se abandonar paulatinamente as propostas educacionais que, embora ricas de conteúdo e possibilidades, se distanciam do supostamente aferido, empobrecendo o processo de formação superior e reafirmando a lógica de qualidade mínima a partir dos padrões aferidos. Corroborando o observado por Rhoades e Slaughter (2010, p. 49 - 50), nos seguintes termos:

[...] tem ocorrido uma mudança em direção a um modelo de avaliação ‘resultadista’<sup>25</sup> (como julgar a qualidade institucional a partir das notas obtidas pelos estudantes) ao invés de a uma avaliação baseada nas contribuições das universidades [e IES] (como valorizar as estruturas e processos institucionais que promovem a educação de qualidade).

Ressalte-se que qualquer instrumento avaliativo, especialmente aqueles circunscritos a um exame somativo realizado em um evento único, tem um duvidoso potencial de aferição da qualidade real de todo um sistema, ainda que seja de forma parcial, considerada a diversidade de instituições legalmente previstas, e já comentadas, bem como, a subjetividade dos elaboradores e a inerente ideologia basilar ao órgão avaliador.

Apesar de tais limitações, Sudbrack e Cocco (2014) associam o capitalismo global a tais avaliações como modos de gestão das políticas públicas educacionais trazendo exigência de eficácia e eficiência à prática educativa – mas não necessariamente ao uso da verba pública investida – sendo esse paradigma avaliativo-certificatório na educação considerado irreversível

---

<sup>25</sup> Trata-se de um neologismo, no original em espanhol apresenta a mesma escrita.

pelas autoras. Ademais, porque as avaliações educacionais estão tão incorporadas ao cotidiano do-discente elas passam a ser consideradas “patrimônio das instituições educativas” sem que se percebam os “significados particulares” para a compreensão da avaliação (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 13), ou haja discussões quanto à sua pertinência e necessidade, agravadas tais características dada a amplitude de sua reconfiguração.

Ainda que haja tal incorporação ao cotidiano escolar, não se verifica uma compreensão uníssona da ideia de avaliar, o que torna o campo da avaliação lugar de disputa de discursos provisórios, incompletos e precários a respeito do tema, ainda que dentro das mesmas condições sócio históricas, como destaca Cunha (2013). Assim, embora instrumento incontestado na prática educacional que “[...] em sua episteme sofre a crise entre a ideia de emancipar e sua prática, eivada de vícios, tradicional, mnemônica e repressora [...]” (Rosa DINIZ, 2015, p. 33429) a avaliação educacional ampliada, a partir dos exames certificadoros de Estado regrados por políticas públicas, implica em novas perspectivas e objetivos transcendendo a ideia de observação do aprendizado de um dado indivíduo, passando a regular padrões de qualidade do sistema educacional, agravando-se a condição polissêmica.

É preciso esclarecer, todavia, que o fato de haver um dado discurso a respeito do tema da avaliação em larga escala no ensino superior originado do Poder Público, por meio de uma política pública, não garante legitimação ou ausência de turbulência ou dialogicidade discursivas, mas, tão-somente, uma perspectiva discursiva de um dos atores de interlocução. Tal contexto traz outras implicações se considerarmos que tais avaliações se tornaram tendência mundial sem que houvesse um projeto político-pedagógico prévio ou critérios de avaliação claros que fundamentassem tal tendência (CUNHA *et al.*, 2005) e, portanto, gerando impactos não previstos, que hoje se fazem sentir.

Além disso, vale considerar a ressalva feita por Foucault (2000) quanto à impossibilidade de se assinalar na ordem discursiva a irrupção real de um acontecimento verdadeiro, dado que sua origem se turva inviabilizando sua completa apreensão, sendo, fatalmente reconduzidos às ingenuidades cronológicas numa tentativa de buscar a gênese do sentido.

Nesse panorama, o Poder Público passa a desempenhar o papel de ‘Estado avaliador’, deixando de prover benefícios e serviços que a sociedade utiliza para superar seus problemas, e passa a exercer severo controle e fiscalização (DIAS SOBRINHO, 2002), alinhado, segundo Cunha (2013), ao paradigma da ‘governabilidade’, redução de financiamento e aumento de

instâncias de controle, próprios do Estado neoliberal conforme Dardot e Laval (2016), e bem ilustrado por Dias Sobrinho (2012, p. 610) como segue:

Os governantes em geral, concordando com a ideologia do capitalismo global, e coerentes com a ideia de que a educação deve ser um instrumento do progresso do país mediante o desenvolvimento das empresas, operam no sentido de construir um sistema eficiente e regulado por mecanismos de avaliação e certificação. Por isso, criam organismos de avaliação e controle da qualidade e um amplo aparato de instrumentos legais e normativos, flexibilizando a autonomia dos meios e aumentando o controle sobre os resultados. Para os operadores governamentais, a qualidade da educação superior se mede sobretudo por desempenhos dos estudantes nos exames nacionais e da mesma maneira pela ampliação da matrícula, diminuição dos abandonos, desenvolvimento de competências e habilidades laborais, empregabilidade, eficiência e eficácia administrativa.

Assim, confirma Licínio Lima (1997), a avaliação se torna selo governamental de qualidade, que visa repor a confiança social no sistema, cobre déficits de legitimidade, revisa padrões e classifica, como forma do Estado contabilista informar aos clientes – teoricamente cidadãos! – e aos governos (DIAS SOBRINHO, 2002). Ou seja, afora as esferas acadêmicas, há um silenciamento do Poder Público no que concerne à discussão e esclarecimento sobre ‘qual a qualidade as avaliações sistêmicas se propõem a mensurar?’ ou ‘qual a qualidade os cidadãos pretendem para a educação do país?’, além do necessário debate sobre ‘que avaliação é essa que tem poder de avaliar todo um sistema?’, bastando a existência de modelos de aferição para justificar a concepção de fiscalização da qualidade.

### **3.1. Avaliação do Ensino Superior em Larga Escala no Brasil**

Considerado o perfil delineado no item anterior, da aplicação de um exame somativo, classificatório, cíclico e sistêmico (REAL, 2009; CUNHA, 2013) a avaliação em larga escala aplicada ao ensino superior brasileiro pode ser dividida em dois períodos<sup>26</sup>. O primeiro, com foco certificador, está compreendido entre 1996 a 2003, quando da realização do Exame Nacional de Curso (ENC), popularmente conhecido por ‘Provão’, criado pela Lei nº 9131/95 que determinava:

---

<sup>26</sup> Embora se possa apontar a existência de um período avaliativo anterior (de 1968 a 1994) neste havia apenas uma avaliação focada em supervisão e monitoramento para contenção da expansão, portanto, distante da proposta de avaliação em larga escala para certificação da qualidade.

Art. 3º Com vistas ao disposto na letra e do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 1961, com a redação dada pela presente Lei, o Ministério da Educação e do Desporto fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º Os procedimentos a serem adotados para as avaliações a que se refere o caput incluirão, necessariamente, a realização, a cada ano, de exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação.

Esse exame, extinto pela Medida Provisória 147/2003, foi instituído no período de desconfiguração do ensino superior público, iniciado no governo FHC, com redução dos recursos a ele destinados e fomento à iniciativa privada (ZOCCOLI, 2009; SGUISSARDI, 2015). Nesses termos, Silene Fontana (2015) comenta que o programa político implantado na época se baseou na concretização das reformas constitucionalmente previstas, entre elas o estabelecimento da LDB que permitiu o crescimento exponencial do setor privado, especialmente regulamentado a partir de decretos que materializaram a expansão da educação superior, conforme indicado pelo Banco Mundial.

Entre as características do mesmo tem-se o fato de ser aplicado aos concluintes de diferentes cursos a cada ano (CUNHA *et al.* 2005; BERTOLIN e MARCON, 2015), sem caráter formalmente obrigatório, mas compulsório – pois vinculado ao recebimento do diploma – e tido, pelo discurso oficial, como avaliação com enfoque na qualidade do curso e da universidade, sendo instrumentalizada por meio do aluno (CUNHA *et al.*, 2005).

Ainda a respeito dessa avaliação, Cunha *et al.* (2005, p. 37) destacam o argumento oficial que tornou a “[...] opinião pública, inicialmente desconfiada, presa fácil do discurso que a convenceu do acerto da proposta destinada a proteger a sociedade dos maus profissionais”, assim, gerado o cenário em que, segundo Bertolin e Marcon (2015, p. 106) “[...] os resultados dos exames aplicados aos alunos tiveram maior divulgação e impacto junto à sociedade, visto que eram apresentados como classificações da qualidade dos cursos de graduação das diversas instituições públicas e privadas do país”.

Tanto a divulgação dos resultados quanto os impactos sociais dela decorrentes são preconizados por Cunha *et al.* (2005) como fortalecedores do discurso oficial pela validade da avaliação, embora, para esses autores, a natureza pública ou privada das instituições interfiram diretamente na percepção do público discente envolvido quanto ao processo de avaliação a que são submetidos.

No que concerne ao segundo período avaliativo, esse se inicia com a criação do Sinaes<sup>27</sup>, a partir de 2004, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a proposta de reestruturação do exame, denominado Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), que vem sendo aplicado desde então<sup>28</sup>. Segundo Aguiar (2016, p. 117)

O tema da avaliação da educação superior esteve na agenda da oposição ao governo de FHC desde a criação do Provão. As críticas mais comuns diziam respeito à simplificação conceitual embutida na ideia de reduzir a avaliação do sistema a uma prova realizada pelos alunos ao final do curso de graduação. Por isso, uma das primeiras iniciativas do ministro Tarso Genro foi a aprovação da lei do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

Veja-se que a crítica citada converge com o acima exposto no que tange a ideia simplista de se empoderar um padrão avaliativo para se certificar a qualidade de todo um sistema, tendo sido, em tese, a criação do Sinaes um divisor de águas para a melhoria do processo de gestão da qualidade do ensino superior dada sua carta de intenções e prospecção de uma avaliação global. Entretanto, existem discrepâncias importantes entre a proposta inicial e a realidade da prova, não tendo sido de fato plenamente consolidada e, como aduz Ribeiro (2015, p. 156)

Entre os anos de 2004 e 2007 houve uma grande preocupação das autoridades educacionais em destacar a função educativa ou formativa da avaliação. O estabelecimento de normas e diretrizes, a indicação dos procedimentos a serem adotados pela IES para a avaliação institucional, enfatizava sempre a necessidade de um diagnóstico das condições da IES e a implementação de ações que pudessem reverter as condições consideradas desfavoráveis.

Observada, portanto, a formulação de um paradigma de avaliação de caráter formativo-diagnóstico, que intenciona a melhoria da qualidade a partir de ações corretivas. Todavia, ainda o mesmo autor assevera que

[...] a partir de 2007, a preocupação com o desenvolvimento institucional cede lugar à preocupação com o desempenho e, os efeitos regulatórios assumem papel de destaque nos processos de avaliação institucional. O Sinaes abandona a lógica da avaliação formativa e acentua a lógica da avaliação somativa [...]. (RIBEIRO, 2015, p. 156)

---

<sup>27</sup> Ribeiro (2015) orienta que o Sinaes foi concebido a partir da ideia de avaliação baseada em integração e participação, sendo composto por três processos de avaliação distintos, tal multiplicidade justificada pela complexidade da educação superior, que requer instrumentos variados e metodologias flexíveis que possa rastrear o funcionamento das IES brasileiras, independentemente do tamanho, da natureza administrativa ou organização acadêmica.

<sup>28</sup> A presente pesquisa vem sendo desenvolvida no período entre 2015 – 2018.

Assim, embora o exame seja considerado por Paulo Lima (2013) um dos instrumentos determinantes do Plano de Desenvolvimento da Educação elaborado em 2007 – integrando o Plano de Aceleração ao Crescimento no segundo governo Lula – seu potencial de avaliação diagnóstica-formativa capaz de fomentar a melhoria qualitativa das instituições de ensino superior é reduzido a um modelo certificatório que, numa breve comparação, permite perceber que foram mantidas mais semelhanças do que diferenças entre os modelos de exame. Como, por exemplo, a divulgação dos resultados institucionais pela média dos seus discentes apresentados como referenciais de qualidade que constituem um ‘*ethos* competitivo’, segundo Real (2009).

Entretanto, havia expectativa de superação do modelo Provão, como já comentado, quando da medida provisória instituidora do ENADE, nesse sentido o próprio Inep se manifesta nos seguintes termos:

O ENC tem como foco o Curso, em sua dimensão de ensino, e tem função classificatória, com vistas a construir bases para uma possível fiscalização, regulação e controle, por parte do Estado, baseada na lógica de que a qualidade de um curso é igual à qualidade de seus alunos. (INEP, 2007, p. 24)

Os defensores do ENC sustentam que está na base do Exame uma função diagnóstica, ao proporcionar um levantamento da realidade do ensino no que tange à situação dos graduandos quanto às habilidades e conteúdos avaliados. (INEP, 2007, p. 65)

Uma breve análise do acima citado permite observar que, após a implantação do modelo ENADE, a realidade do ENC descrita foi mantida e, em alguns aspectos observou-se retrocesso. Assim, embora houvesse a previsão de aplicação das provas aos ingressantes e concluintes a partir do ENADE, retornou-se ao modelo inicial dada a relação custo/evasão ingressante perdendo-se a visão de ‘valor agregado’<sup>29</sup>.

Além disso, a proposta de uso de amostragem de estudantes, geradora de ampla polêmica, perdeu força retornando-se ao modelo universal de aplicação, bem como, a obrigatoriedade vinculada ao exame abriu caminho para a possibilidade de ausência justificada, e, por fim, a nota dos cursos seguiu divulgada de forma apartada, mantendo o ranqueamento das instituições, com apelo publicitário. Tudo isso fomentou as condições destacadas por Bertolin e Marcon (2015, p. 107) nos seguintes termos

---

<sup>29</sup> A ideia de ‘valor agregado’ era mapear o ganho intelectual do aluno no tempo que permaneceu no ensino superior, tendo sido a proposta abandonada, tanto pelo custo quanto pela dificuldade de formular parâmetros comparativos legítimos uma vez que o aluno que realizava a prova como ingressante não necessariamente a realizaria como concluinte, na atualidade, os ingressantes são apenas inscritos para fins estatísticos e automaticamente dispensados da realização do exame em questão.

Muitas instituições, com vistas a alcançar melhores índices nos exames, melhores posições nas classificações de “qualidade” e, por conseguinte, atrair mais “alunos-clientes” para suas salas de aulas, começaram a realizar “cursinhos” preparatórios para os exames, bem como priorizar, nos planos das disciplinas, conteúdos abordados nos exames aplicados. Em certa medida, os exames se tornaram referência para a elaboração de projetos pedagógicos dos cursos, ou seja, os conteúdos abordados pelos exames se transformaram em “quase diretrizes” curriculares para muitas instituições.

Essas estratégias, em grande medida previsíveis, são convergentes com o modelo mercantilista de gestão<sup>30</sup> do ensino privado, facilmente confirmadas tanto pela vinculação de propaganda nos diversos meios de comunicação, como pela abertura de editais para professores a serem contratados como elaboradores de questões modelo ENADE, visando preparar os alunos, como os exemplos a seguir:

**Figura 01: Propaganda vinculada na Folha de São Paulo em 2006 (Fim do 1º ciclo do ENADE)**



**Na teoria, qualquer um pode dizer que é o melhor.**

**Na prática, só quem tem o que mostrar.**

- 1ª colocada do Brasil em número de prêmios no programa Universidade Solidária.

Dentre as universidades particulares de São Paulo:

- 1ª colocada em número de bolsas do CNPq/Pibic.
- 2ª colocada em número de Mestrados recomendados pela CAPES.
- 2ª colocada no ENADE 2004.

Fonte: Folha de São Paulo 09/01/2006.

---

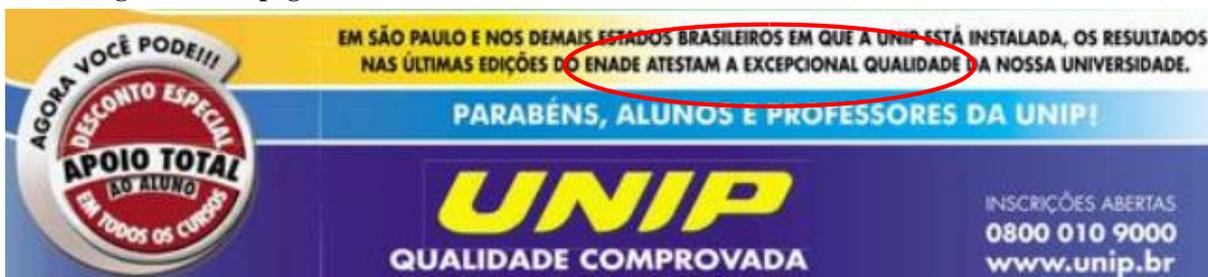
<sup>30</sup> Vide item 2.2. Sistema Dicotômico de Ensino deste trabalho.

Figura 02: Propaganda vinculada na Folha de São Paulo em 2009 (Fim do 2º ciclo do ENADE)



Fonte: Folha de São Paulo 12/01/2009.

Figura 03: Propaganda vinculada na Folha de São Paulo em 2012 (Fim do 3º ciclo do ENADE)



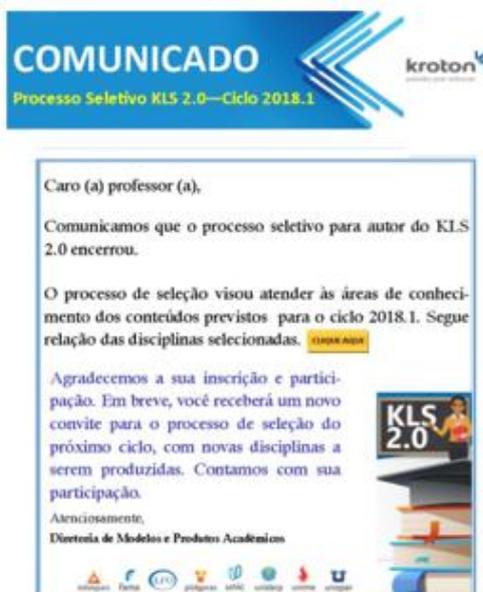
Fonte: Folha de São Paulo 17/01/2012.

Figura 04: Propaganda vinculada na Folha de São Paulo em 2015 (Fim do 4º ciclo do ENADE)



Fonte: Folha de São Paulo 05/02/2015.

Figura 05: Comunicado de Resultado de Processo Seletivo para Professores Elaboradores



Fonte: Mala direta eletrônica Grupo Kroton

Figura 06: Convite de Processo Seletivo para Professores Elaboradores



Fonte: Mala direta eletrônica Grupo Kroton

Em contrapartida, para Bertolin e Marcon (2015) a instituição desse novo exame trouxe mudanças importantes, como a auto avaliação (CPA), a criação de indicadores a partir dos resultados do ENADE – que servem como base de cálculo para o CPC, IGC e IDD<sup>31</sup> estruturando-se cada vez mais segundo a lógica classificatória. Por outro lado, foram mantidas

<sup>31</sup> São indicadores de qualidade do ensino superior apresentados pelo Inep/MEC nos seguintes termos: Conceito Preliminar de Curso (CPC), Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), este último surgiu a partir de 2016, antes compunha o CPC.

as avaliações *in loco* – constituídas por comissões que representam o MEC, com procedimento revisado pelo decreto nº 9.235/2017 – e a (própria) avaliação em larga escala, instrumento obrigatório de verificação do desempenho dos estudantes, conforme art. 5º da Lei 10.861/04 (BRASIL, 2004), onde são aferidos:

[...] conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. (§ 1º, art. 5)

Contudo há que apontar como grande inovação do atual exame o enfoque cada vez mais humanístico da prova realizada, em que as competências técnicas pedem uma visão transversal de cunho social e ético, além da inserção das questões denominadas de formação geral, cuja temática abrange itens de ordem ambiental, social, ética, política, étnica e a respeito aos direitos e diversidade humana. Tal inovação representa para Amir Limana e Márcia Brito (2006, p. 18) uma tentativa de “[...] superar as críticas feitas às práticas avaliativas que enfatizam apenas um elemento, centrando toda a ênfase em uma única prova de conhecimento específico, colocando a média das notas dos estudantes de um curso como expressão da nota do curso”.

### **3.2. ENADE – Concepções e estrutura**

Como já exposto, o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) é uma avaliação governamental em larga escala, aplicada pelo Governo Federal com a finalidade de aferir a qualidade e classificar as instituições de ensino superior a partir do desempenho de seus estudantes concluintes inscritos para submissão ao exame. O sítio eletrônico do Inep ([s.d.]) assim se refere ao exame:

Os resultados do ENADE, aliados às respostas do Questionário do Estudante, constituem-se insumos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior: Conceito ENADE, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), todos normatizados pela Portaria nº 40, de 2007, republicada em 2010. Esses indicadores mensuram a qualidade dos cursos e das instituições do país, sendo utilizados tanto para o desenvolvimento de políticas públicas para a educação superior quanto como fonte de consultas pela sociedade.

No mesmo sentido, Robert Verhine (2015, p. 604) aponta como objetivo da avaliação “[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, acadêmica e social e, ainda, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades das instituições de educação superior”. Entretanto, tais princípios têm sido, ao longo dos anos, apenas parcialmente efetivados, fortalecendo a discussão quanto a eficácia do sistema avaliativo para fomentar a qualidade de ensino.

Na análise da episteme avaliativa, Limana e Brito (2006) consideram o processo avaliativo do Sinaes de caráter formativo pela multiplicidade de instrumentos de avaliação (ENADE/*in loco*/CPA), entretanto, veja-se que o conceito de avaliação formativa não se limita à questão da multiplicidade de instrumentos apenas, sendo, tais características mais relacionadas a uma ideia de avaliação processual de cada instituição, *per se*. Além disso, não se pode considerar cabível pensar em avaliação formativa de uma instituição, mas, sim, de um sujeito, uma vez que apenas a esse se pode formar ou deformar. Ademais, a avaliação formativa tende a ser diagnóstica e voltada para a compreensão da relação ensino-aprendizagem, bem como, superação de eventuais dificuldades ou desvios.

A análise proposta por Thiago Francisco *et al.* (2013) confirma o caráter de instrumento público somativo-regulador do ENADE, sendo imperativo considerar que a condição que perpassa qualquer avaliação somativa é seu perfil comparativo, dado por seus graus de nivelamento e eficiência quanto aos critérios estabelecidos. Assim, quanto mais próximos ao padrão de excelência estabelecido, maior valor se atribui à avaliação somativa realizada. Entretanto, tal modelo avaliativo favorece estratégias de normalização e racionalidade – cuja gênese está na lógica da produção – mas desconsidera os aspectos da diversidade humana – sejam eles culturais ou individuais, convergentes com a educação por competências.

Assim, as características do exame correspondem à visão de ‘pedagogia por objetivos’, criticada por Gimeno Sacristán (2009, p. 14), “[...] que busca um tipo de racionalidade na forma de atuar pedagogicamente coerente com uma visão utilitária do ensino, das instituições educativas e da educação em geral”. Nesse sentido, o autor aponta, ainda, por características: valores escolares úteis à sociedade, critérios de eficiência e rentabilidade material para aferir resultados educacionais e padrão positivista reduzindo a aprendizagem ao âmbito do observável, além da ânsia por mensurabilidade.

Por outro lado, Perez Puyo, Julián Clemente e Lopez Pastor (2009, p. 31) abordam a questão da avaliação como ferramenta democrática em potencial, apontando que suas

estratégias de atuação deveriam se caracterizar por: “transparência, exposição, informação, participação, negociação, diálogo, igualdade, decisão compartilhada, justiça, corresponsabilidade, compartilhamento do poder, meta avaliação [...]”. Pelas características listadas pelos autores, condizentes com o paradigma ético e democrático, observa-se que a concepção que circunda o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes ainda permanece distante de tal proposta, ademais reforçadas pelas distorções nos resultados que devem ser consideradas pelas frequentes denúncias de fraudes relativas às inscrições de alunos por parte de algumas instituições (vide *corpora* analisado do JFSP – capítulo 4 da pesquisa).

Por exemplo, entre os dados das sinopses estatísticas Inep/ENADE 2016 vê-se registros interessantes de determinadas instituições, como a Universidade Paulista (UNIP), instituição privada de perfil mercantilista e caráter comercial, mencionada por diversas vezes em denúncias de ações fraudulentas, apresenta 40 cursos com nota 5 de conceito ENADE, entre eles 29 cursos com menos de 20 inscritos no exame embora tenha alto índice de alunos matriculados, situação que deu causa a auditoria, sem resultados muito esclarecedores, por parte do MEC. Tal distorção de resultados do sistema impacta sobremaneira o projeto educacional que, segundo Sguissardi (2015), em termos de educação superior deveria rever suas prioridades, freando a expansão da educação superior de perfil privado-mercantil de baixa qualidade, o que provoca uma reflexão quanto ao sentido ideológico da educação contemporânea.

Para além das considerações de ordem conceitual ou ideológica, a realização do exame é atualmente regida pela Portaria 40/2007 do Ministério da Educação, que em seu artigo 33 – B, § 3º, dispõe sobre o ciclo avaliativo prevendo que seja “[...] realizado todos os anos, aplicando-se aos estudantes de cada área por triênios [...]” tendo esta divisão, conforme comentam Viviane Rodrigues e Carmo Peixoto (2009), finalidade operacional. Visando verificar se o concluinte submetido ao ENADE apresenta aptidões próprias do curso em que se graduou, bem como, está preparado para posicionar-se a respeito do cenário cultural e sócio histórico como um todo, a partir de enfoques múltiplos (MEC, 2007).

Além dos itens de formação geral e específicos, o exame busca averiguar ainda o perfil dos estudantes a partir de questionário social que visa colher informações sobre o aluno - a partir de suas características econômicas, sociais e culturais familiares e individuais e sua experiência como discente. Bem como, o questionário de percepção da prova realizado na mesma oportunidade da prova ENADE e que visa mapear a coerência entre o modelo do exame com a realidade acadêmica dos estudantes. Tais instrumentos ajudam a tecer um panorama mais integrado da educação, além de serem variáveis de intersecção no quadro geral de notas.

Quanto às questões propostas pelo ENADE são formuladas atualmente por especialistas-docentes de cada área a partir de processo seletivo proposto por edital específico visando atender às necessidades de cada ciclo avaliativo. Os professores<sup>32</sup> aprovados na seleção mencionada, são preparados para desempenhar a função de “elaborador de itens” a partir de curso, na modalidade EaD, e, posteriormente, partem para a elaboração dos aludidos itens a serem submetidos à aprovação no BNI/Inep. Os critérios de aprovação das questões elaboradas dizem respeito única e exclusivamente ao caráter técnico (conteúdo) e metodológico, excluindo-se a verificação de coerência da própria prova, o que torna discutível o padrão ENADE como elemento aferidor de boa qualidade da educação superior a partir de um instrumento elaborado de forma desconexa, por diversos sujeitos, com diferentes concepções de mundo.

Após a realização dos exames anuais são produzidos relatórios a respeito dos resultados de cada curso de graduação num âmbito geral (relatório síntese) e de cada curso individualizado por instituição (relatório de curso) onde se apresentam dados e estatísticas importantes em relação à prova como evento, assim como, em relação à prova enquanto estrutura e conteúdo, sendo analisadas as questões aplicadas. Vale comentar, todavia, que os novos instrumentos de avaliação *in loco*, delineados a partir do decreto nº 9.235/2017, trazem o uso dos resultados das avaliações externas (leia-se, ENADE e CPA) como indicador de gestão do curso, na interface organização didático pedagógica, nos seguintes termos:

**Indicador 1.13** Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

[nota] 1 – [se] A gestão do curso **não é** realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso.

[nota] 2 – [se] A gestão do curso **é realizada** considerando **apenas** a autoavaliação institucional **ou** o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso.

[nota] 3 – [se] A gestão do curso **é realizada** considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso.

[nota] 4 – [se] A gestão do curso **é realizada** considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, **com evidência** da **apropriação** dos resultados pela comunidade acadêmica.

---

<sup>32</sup> Essa estratégia foi adotada pelo MEC a partir do ENADE 2010, até então as provas eram elaboradas por empresa contratada por licitação, entretanto, em 2009, quando o exame foi de responsabilidade da empresa Consulplan e 7% das questões foram anuladas por múltiplas falhas estruturais, viu-se a necessidade de se adotar novas medidas para garantir a melhor elaboração da prova, segundo dados da Folha de São Paulo.

[nota] 5 – [se] A gestão do curso **é realizada** considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, **com evidência** da **apropriação** dos resultados pela comunidade acadêmica e **existência** de processo de autoavaliação periódica **do curso**. (INEP/ SINAES, 2017, p. 10. Grifos do próprio instrumento)

O que demonstra uma valorização dos resultados do exame como parâmetro de análise confiável para os processos gerenciais institucionais. De todo exposto pensar a qualidade desse instrumento avaliativo problematizando seus resultados se faz necessário, pois como comentam Sudbrack e Cocco (2014, p. 351) “[...] os resultados das avaliações em larga escala têm pouco ou quase nada contribuído para mudanças significativas nas ações dos profissionais”, sendo essa constatação bastante emblemática. Ou seja, se há uma avaliação da qualidade do ensino que ela possa produzir modificações educacionais que viabilizem a adequada formação profissional, protegendo a sociedade como um todo, valorizando e viabilizando boas instituições.

É de se considerar, ainda, que a política de avaliação pelo ENADE proposta pelo Inep/MEC acaba por interferir enormemente tanto nos objetivos dos cursos periodicamente avaliados quanto nos objetivos institucionais de cada IES, corroborando com a ideia de “quase diretrizes” exposta por Bertolin e Marcon (2015), sem que haja, entretanto, relação direta entre diretrizes da avaliação e melhoria da formação profissional. Nesse sentido, o quadro abaixo, elaborado a partir de dados publicados pelo JFSP permite observar, entre outras coisas, o elevado custo financeiro dessa proposta de avaliação, em se considerando o crescimento qualitativo do ensino superior:

**Quadro 08: Dados das avaliações ENADE realizadas**

ENADE	CUSTO <sup>33</sup> (em milhões)	ÁREAS	INSCRITOS <sup>34</sup>	CUSTO/ <sup>35</sup> CURSO	ÍNDICE PRESENÇA	CURSOS REPROVADOS
2004	11	13 (saúde)	156 mil	846.153,84	90,1%	10,6%
2005	32	20 licen./eng)	347 mil <sup>36</sup>	1 milhão e 600 mil	79,9%	20%
2006	n/c	15 (humanas)	489 mil	n/c	79%	n/c
2007	n/c	16 (saúde)	258 mil	n/c	84,5%	25%
2008	25	20 (licen./eng)	565 mil	1 milhão 250 mil	n/c	19%
2009	29,8	20 (humanas)	n/c	1 milhão 490 mil	n/c	38%
2010	n/c	19 (saúde)	450 mil	n/c	n/c	20,7%
2011	n/c	n/c (licen/eng)	n/c	n/c	81%	13%
2012	n/c	16 (humanas)	470 mil <sup>37</sup>	n/c	80%	30%
2013	n/c	n/c (saúde)	194 mil	n/c	n/c	11,6%
2014	n/c	n/c (licen/eng)	n/c	n/c	n/c	n/c
2015	n/c	26 (humanas)	447 mil	n/c	n/c	11%
2016	n/c	n/c (saúde)	n/c	n/c	n/c	n/c
2017	n/c	n/c (licen/eng)	n/c	n/c	n/c	n/c

Fonte: Dados JFSP

Não basta, pois, uma avaliação periódica para a averiguação da qualidade no ensino superior; mas, sim, é preciso analisar e discutir quais são os indicadores e métodos<sup>38</sup>, como já anteriormente mencionado, bem como, os modelos utilizados para tal aferição. Em outra perspectiva, é preciso reconhecer que o docente do ensino superior avocado para a elaboração das questões da prova – raramente especializado para a docência - poucas vezes tem as competências necessárias para a formulação de suas próprias avaliações disciplinares sendo esse um ponto crítico nesse nível de ensino. Como, então, delegar tal responsabilidade para uma avaliação sistêmica que pretende certificar todo um grau de ensino? Bastaria uma metodologia (Teoria de Resposta ao Item) para garantir a legitimidade de tal avaliação?

Essas seriam apenas algumas das questões a considerar cabendo aqui a crítica de Vieira e Vieira (2013) a respeito da mensuração da qualidade do processo educativo feita num único momento ou única medida, sendo imperativo o controle de todo processo, bem como a avaliação do próprio processo para se compreender o que dizem os dados coletados.

<sup>33</sup> Em reais.

<sup>34</sup> Números aproximados.

<sup>35</sup> Em reais

<sup>36</sup> Inicialmente se estimava 486 mil (segundo dados Folha de São Paulo 01/03/05)

<sup>37</sup> Segundo Folha de São Paulo, de 08/10/2003, o número de participantes foi de 536 mil e incluiu concluintes e alunos do penúltimo ano.

<sup>38</sup> Conforme parcialmente discutido no item 3, do presente trabalho.

#### **4. ABORDAGEM DE PESQUISA A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO**

Esta pesquisa surge de inquietação produzida pelo exercício da docência do ensino superior quando constatada a grande mudança no perfil dos discentes, a necessária adaptação dos docentes a essa realidade e a realização do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE) como um aval a tais discentes e docentes, e suas práticas; já fartamente comentados nos capítulos anteriores. Nesse cenário, considerando o empoderamento dado à avaliação em larga escala do ensino superior, surgiram dúvidas quanto à sua legitimidade, não propriamente como instrumento, mas, como processo que qualifica o ensino das instituições, especialmente as privadas, a partir das provas realizadas por seus alunos.

A partir da definição da problemática, vários percursos metodológicos foram imaginados até que, por fim, optou-se pela análise discursiva. Nesse sentido, tal escolha decorreu pela permissão dada por esse método em reconhecer os processos discursivos como produto sócio históricos, que, segundo Maingueneau (1997) nasce da tradição de se associar reflexão sobre textos e história. Convergindo ainda com Martin Bauer, George Gaskell e Nicholas Allum (2003) quando argumentam que a pesquisa social se apoia em dados sobre o mundo resultantes e construídos nos processos de comunicativos.

Assim, o trabalho tem por objetivo apresentar o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes desde a perspectiva da Análise do Discurso, a partir dos interdiscursos de diferentes esferas sociais. Dessa forma, foram analisados os discursos formais – e não espontaneamente gerados – do Poder Público, por meio dos instrumentos legais que conduzem o processo avaliativo; os discursos das Instituições de Ensino Superior Privadas, a partir das publicações da Revista Ensino Superior, mantida pelo Sindicato dos Mantenedores do Ensino Superior de São Paulo (SEMESP), e, por fim, os discursos surgidos na mídia impressa, publicados pelo periódico Jornal Folha de São Paulo, a respeito de como são associados tais exames com a ideia de qualidade de ensino.

Veja-se que, tais interlocutores representam diferentes concepções de verdade discursiva no que concerne ao ensino superior pois portadores de modos diversos de interpretar o mundo e seus diferentes espaços de enunciação, nesse sentido, Bauer, Gaskell e Allum (2003, p. 22) argumentam que

Os dados formais reconstróem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. Um jornal representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam. Nesse contexto, o jornal se torna um indicador desta visão de mundo. O mesmo pode ser verdade para desenhos que as pessoas consideram interessantes e desejáveis, ou para uma música que é apreciada como agradável.

A análise discursiva realizada verificou enunciados a respeito da ‘qualidade de ensino’ dentro do espaço discursivo ENADE, constituídos a partir dos fenômenos dialógicos, que serão aprofundados ao longo deste capítulo. A hipótese de pesquisa é que há polissemia discursiva e polêmica constitutiva nos interdiscursos<sup>39</sup> a respeito da qualidade de ensino certificada pelo ENADE, sendo observado, que os discursos de ‘acesso – democratização – ensino superior’ e ‘controle da qualidade do ensino superior ofertado’ geram distorções importantes na interpretação dos resultados, subvertendo a quantidade de oferta em suposta qualidade do ensino, gerando uma enunciação performativa, ou seja, ao ser proferidas realiza por si o conteúdo do enunciado (M<sup>a</sup> Lucília MARCOS, [s.d.]). Nesses termos, a avaliação em larga escala do ensino superior brasileiro seria um processo certificativo de apaziguamento social, que convalidaria a qualidade do ensino superior de massa, sustentaria as diferenças educacionais e manteria a desigualdade socioeconômica.

#### **4.1. Concepções de Discurso e Ideologia**

De antemão abordar os conceitos de discurso e ideologia se justifica dada a característica de interdisciplinaridade contida neste estudo e o fato de que tais temas, basilares para a compreensão da análise do discurso como teoria e método, não são expressões que se possam considerar monossêmicas, havendo a necessidade de delimitar sob qual ótica se aborda cada um deles.

##### **4.1.1. Discurso**

Poeticamente Eni Orlandi (2009, p. 10), no prefácio de seu livro, assim o define:

---

<sup>39</sup> Neste trabalho se considera que os interdiscursos ocorrem desde contextos psicológicos, sócio históricos, linguísticos, lógicos, simbólicos e ideológicos, como adiante se verá.

Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem.

Embora haja completude na definição – uma vez que formada com base em vários teóricos do discurso como a seguir se comentará – a autora suscita questões aparentemente incoerentes que são, na verdade, elementos que caracterizam a fluidez, o trânsito histórico e a variabilidade discursiva. Em convergência, Maingueneau (1998) apresenta vários sentidos possíveis para o termo discurso, entre eles: discurso como forma de apreensão da linguagem associado a atividades de sujeitos contextualizados; discurso como próximo à concepção de texto constituindo uma unidade linguística; discurso como unidade de comunicação associada a um gênero discursivo, dentre outras.

Ainda Maingueneau (1997, p. 11 - 12) destaca que, tanto a polissemia da palavra discurso quanto da expressão análise do discurso, se justificam dada a apreensão da linguagem a que ambos se referem “[...] à medida que esta [a linguagem] faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas”. É essa diversidade de possibilidades do termo, também asseverada por Valdir Flores *et al* (2009) dentro da linguística da enunciação, que sugere a riqueza com que se pode explorar a análise discursiva. Assim, os mesmos autores, ressaltam que enquanto a base teórica ducrotiana<sup>40</sup> define discurso como “sequência de enunciados ligados entre si” (FLORES *et al*, 2009, p. 83) em Émile Benveniste é apresentado como “atualização da língua cada vez que alguém assume o lugar de eu” (FLORES *et al*, 2009, p. 84), para Bakhtin discurso seria “a língua em sua integridade concreta e viva” (FLORES *et al*, 2009, p. 84) e, para Greimas<sup>41</sup>, seria “processo semiótico realizado que se manifesta sob a forma de texto” (FLORES *et al*, 2009, p. 84).

Observa-se que cada um dos conceitos traz diferentes perspectivas, não havendo identidade ou contradição entre as mesmas, demonstrando, sim, a diversidade de abordagens. Portanto, a depender do conceito de discurso se terá uma orientação e decorrente possibilidade diversa de análise discursiva. Nesse sentido Rosalind Gill (2003, p. 244) assevera

---

<sup>40</sup> A expressão diz respeito a Oswald Ducrot, linguista francês.

<sup>41</sup> Diz respeito a Algirdas Julius Greimas, linguista lituano.

[...] não existe uma única ‘análise de discurso’, mas muitos estilos diferentes de análise, e todos reivindicam o nome. O que estas perspectivas partilham é uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social.

Dado tal panorama esse trabalho se servirá da concepção bakhtiniana de discurso, por entender que é a partir da interação social, cuja natureza é sónica e interdiscursiva, constrói-se o sujeito e seus enunciados, dados a partir de contextos sociais<sup>42</sup>, e suas interações, no tecido social, de ordem ideológica.

Na concepção de linguagem de Bakhtin, evidencia-se uma das categorias básicas de seu pensamento – o dialogismo – com o qual estudou o discurso interior, o monólogo, a comunicação diária, os vários gêneros do discurso, a literatura e outras manifestações culturais. Enfim, é toda uma cosmovisão dialógica em busca de uma síntese dialética de todas as vozes. (M<sup>a</sup> Teresa FREITAS, 1996, p. 131)

Congruente, pois, com a fluidez textual proposta pela ideia de “movimento dos sentidos, errância de sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 10), revelado por Bakhtin (2011) quando diz respeito ao caráter ativo da compreensão e decorrente dialogicidade do discurso vivo que, interativo, só existe na forma de enunciados concretos de sujeitos discursivos individuais. Do mesmo modo Foucault (2000, p. 61 – 62) fala do discurso como um “[...] conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos”.

Ou seja, na expressão discursiva individual encontram-se ideias e palavras apreendidas de outros sujeitos discursivos, não sendo, portanto, uníssonos os discursos, mas coletivos e relacionais. Dessa condição, decorre a importância de serem observados como campo de análise social, podendo os mesmos se manifestar de forma textual ou imagética. “Desta forma os significados produzidos historicamente pelo grupo social adquirem, no âmbito do indivíduo, um ‘sentido pessoal’, ou seja, a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo” (Sílvia LANE, 1989b, p. 34).

Dialoga-se com o outro, a partir do ‘eu-sujeito’ que quer se fazer compreender pelo ‘outro-sujeito’, e ambos, desde suas referências de ‘sujeitos-diversos’ e seus discursos e formas

---

<sup>42</sup> Neste estudo entende-se a expressão ‘contexto social’ como a define Maingueneau (1997, p. 53) como “[...]um conjunto desconexo de fatores entre os quais são selecionados previamente os elementos que permitem descrever uma ‘conjuntura’, que envolve o *corpus* de pesquisa, portanto possíveis articulações entre fatores psicológicos, históricos, linguísticos, lógicos, simbólicos e ideológicos”. Vale ressaltar que a presente pesquisa utilizará ao longo da revisão de literatura a ideia de ‘contexto’ e ‘situação’ como equivalentes, entretanto, estabelecerá diferenças entre as expressões quando da análise discursiva se apoiando-se na concepção de Charaudeau (2008, p. 69) que distingue “[...] ‘situação’ que se refere ao ambiente físico e social do ato de comunicação, e o ‘contexto’, que se refere ao ambiente textual de uma palavra ou de uma sequência de palavras”.

de pensar o mundo traçarão sentidos a partir de contextos micro e macro dos universos sociais. Observe-se, portanto, que a intersubjetividade se compõe pelo sujeito, com suas características apriorísticas individuais, e pela interação desse com o mundo constituindo um sujeito social, formado por diferentes discursos o que resulta em dialogismo (diálogo interno), pluridiscursividade (formações discursivas que se sobrepõem) e coerções (vislumbradas por meio de dizeres e não dizeres). Como observa Stephen Ball (1994, p. 7),

O mundo se percebe de forma diferente em discursos distintos. O discurso se estrutura mediante suposições em que o enunciador<sup>43</sup> se moverá com a finalidade de que se escute o que se diz como algo significativo. Portanto, o conceito de discurso está enraizado nos processos sociais que produzem o significado.

A respeito do trânsito histórico – “lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e diversidade, de indistinção, de incerteza” (ORLANDI, 2009, p. 10) – Lane (1989a) destaca a importância de sua consideração, sob pena de se ter uma visão distorcida dos comportamentos e, dessa forma, dada a frequência com que seriam observados, reproduzir a ideologia dominante por considerá-la natural e universal. Entretanto, ainda em relação ao trânsito histórico, vale o alerta de Benveniste (1976, p. 5) para quem o

[...] tempo não é fator da evolução, mas tão-somente o seu quadro. A razão da mudança que atinge esse elemento da língua está, de um lado, na natureza dos elementos que a compõem em um determinado momento, de outro lado nas relações de estrutura entre esses elementos.

Vale salientar que essa relação entre contextos sociais e produção de sentido discursivo, apresenta, como ilustra Iran Melo (2009), ausência de consenso entre autores emblemáticos da teoria do discurso. Sendo variável o posicionamento sobre o peso ideológico na formação dos sentidos, portanto discutíveis quais seriam as influências e/ou os influenciadores. Assim, enquanto para Pêcheux, o discurso é forma de assujeitamento e materialização ideológica; para Fairclough, o discurso é prática produtora e transformadora da realidade e o sujeito alguém que ora resiste ora se conforma com as práticas discursivas (MELO, 2009).

Já, Maingueneau, cuja concepção de discurso fala sobre dispersão de textos, regularidades enunciativas e contextos históricos, não crê que o discurso aja sobre a realidade das coisas, mas traz, em si, uma polêmica constitutiva. Sendo esse autor coerente com o que atesta Bakhtin (2006) para quem a psicologia do corpo social está longe de ser um ente

---

<sup>43</sup> No texto original o termo aparece como “hablante” (falante).

metafísico, pois se expressa na enunciação em diferentes formas discursivas influenciadas pela organização hierarquizada das relações sociais.

No que concerne à variabilidade discursiva, “de trajetos, de ancoragem e de vestígios” (ORLANDI, 2009, p. 10), essa diz respeito não apenas aos sujeitos dialogais<sup>44</sup>, mas também aos contextos sociais, em sua plenitude, pois permeada por simbologias<sup>45</sup>, sendo o ‘não-dito’ tão importante quanto os ‘dizeres’. Dado panorama é esclarecido por Gill (2003, p. 255):

Os analistas de discurso, ao mesmo tempo em que examinam a maneira como a linguagem é empregada, devem também estar sensíveis àquilo que não é dito - aos silêncios. Isso, por sua vez, exige uma consciência aprimorada das tendências e contextos sociais, políticos e culturais aos quais os textos se referem.

Feitos tais apontamentos, vale ressaltar que no presente estudo se analisam formas textuais para verificar as formações discursivas relacionadas ao Exame de Desempenho dos Estudantes como base de pesquisa, desconsiderando, portanto, as formações discursivas imagéticas e não-textuais. Ademais, o trabalho fundamenta-se em Maingueneau, uma vez que esse autor, como visto, entende que a prática discursiva não se impõe diretamente sobre a realidade, mas gera interdiscursividades potenciais e modificações sociais. Tal escolha é coerente com os posicionamentos bakhtinianos concernentes ao dialogismo e mudança social, bem como, com a posição foucaultiana quanto à formação discursiva e as observações de Charaudeau quanto à impossível linearidade interpretativa das análises em linguística; autores que também serviram de base à pesquisa.

#### 4.1.2. Ideologia

Conforme anteriormente mencionado, a presente pesquisa considera a prática discursiva como geradora de interdiscursividades potenciais e modificações sociais, sendo, tais interdiscursos gerados e geradores desde contextos psicológicos, sócio históricos, linguísticos, lógicos e simbólicos; e não exclusivamente de cunho ideológico, que estruturam sentidos. Assim, cabe aqui esclarecer qual definição de ideologia se assume como válida para inserção

---

<sup>44</sup> A concepção de ‘sujeitos dialogais’ se inscreve no dialogismo bakhtiniano, sendo “[...] uma propriedade da linguagem que estabelece inter-relação permanente com outros discursos e o discurso do outro. Isso se deve ao fato de o discurso trazer ressonâncias de já-ditos, responder a dizeres diversos e fazer projeções e/ou antecipações do discurso-resposta.” (FLORES *et al*, 2009, p. 80)

<sup>45</sup> Para Debray (2001, p. 48) “[...] simbólico é todo objeto que serve de nexo de união entre: um indivíduo e outro (ou vários), e entre uma realidade visível e outra invisível (passada ou futura)”.

na análise do discurso, mas não se faz necessário apresentar um aprofundamento teórico sobre concepções ideológicas e suas correntes para não haver deslocamento do foco do trabalho.

Van Dijk (2005b) ressalta que apesar da diversidade de estudos a noção de ideologia segue sendo teoricamente vaga, sobretudo no que concerne à relação entre ideologias e discurso. Portanto, embora haja o reconhecimento da existência de várias concepções de ideologia, por si só bastante ideológicas, se considerou como base de análise a definição dada pelo mesmo autor (2005a). Este, a partir da roteirização das características, infere que ideologia é um sistema de crenças, gradualmente estruturado, compartilhado por membros de uma dada coletividade estabelecendo a identidade social do grupo sobre as condições fundamentais, formas de existência e de reprodução.

Logo, as ideologias são modos de compreensão de grupos sociais em cada perspectiva histórica que geram suas formas de ser, estar e ler o mundo, tentando restituir ao ser humano, a partir de uma história linear, uma totalidade impossível de se alcançar, por ser conservadora e redutora da concepção de continuidade histórica (FOUCAULT, 2000). Van Dijk (2005a) salienta, ainda, que nem todo grupo desenvolve ou necessita desenvolver tal sistema de crenças, sendo necessário satisfazer critérios de durabilidade, continuidade, práticas, interesses e relações sociais, sentido de pertencimento além de formações discursivas próprias fundadas nos valores e crenças compartilhados coletivamente.

Por outro lado, nem todo tipo de crença social compartilhada estrutura um sistema ideológico sendo imprescindível, para tanto, uma ordem valorativa, a partir de um conjunto ordenado de crenças, que exerça controle e organização social (VAN DIJK, 2005a). Tais características – de controle e organização – constituem a ideia de opressão ideológica e permitem se façam diferentes leituras a respeito da concepção de ideologia.

Para Bakhtin (2006) a essência do problema está em entender como a infraestrutura determina o signo e como este reflete/refrata a realidade em transformação, onde se delineia a dialeticidade sógnica. Essa problematização provoca o pensar que, na contemporaneidade, a ideia de infraestrutura deve ser compreendida num sentido bastante ampliado, uma vez que a cultura e economia globalizadas estenderam as possibilidades interdiscursivas replicando modelos hegemônicos alienígenas em países que desejam inserção no mercado internacional. Nesses termos, a própria expressão ‘avaliação em larga escala’, objeto do presente estudo, é produto que reflete a realidade em transformação e traz verbetes próprios do modelo industrial à baila do sistema de ensino.

Nesse sentido, para Lane (1989a), a ideologia, que se cristaliza nas instituições, constitui o homem necessário para reproduzir as relações sociais e produtivas para a manutenção de tal sociedade. Entretanto, uma vez que a história se produz dialeticamente, cada sociedade, na sua reorganização, gera contradições que superadas, produzem uma sociedade qualitativamente diferente, sendo necessária mediação ideológica para que tais contradições não neguem a todo momento a sociedade que se produz.

Assim, segundo Lane (1989c, p. 41) “[...] a análise da ideologia deve, necessariamente, considerar tanto o discurso onde são articuladas as representações, como as atividades desenvolvidas pelo indivíduo”. Nos mesmos termos, observa Foucault (1999, p. 218) quanto ao indivíduo, “[...] sem dúvida o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama ‘disciplina’”. Devendo-se entender, portanto, a linguagem, também, como instrumento de poder e disciplina das relações sociais, tanto dialéticas sócio históricas quanto de mediações ideológicas, por meio de enunciação, coerções e construções discursivas. Portanto, estimuladora ou cerceadora de possibilidades de se exercer a autonomia e liberdade, sendo, tal destaque complementado por Lane (1989c, p. 42):

A alienação se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de “naturalidade” aos fatos sociais; esta inversão do humano, do social, do histórico, como manifestação da natureza, faz com que todo conhecimento seja avaliado em termos de verdadeiro ou falso e de universal; neste processo a “consciência” é reificada, negando-se como processo, ou seja, mantendo a alienação em relação ao que ele é como pessoa e, conseqüentemente, ao que ele é socialmente.

## **4.2. A palavra, a linguística e a filosofia da linguagem**

Antes de definir ou caracterizar a Análise do Discurso como método e teoria de pesquisa é preciso fazer algumas digressões numa tentativa de localizar o ponto de partida de tal análise, assim, no século XX, quando da virada linguística, diversos autores passaram a abordar a relação entre linguagem e realidade dando distintos enfoques desde o signo até o discurso (Inês ARAÚJO, 2004). Nessa época ocorrem os estudos dos formalistas russos – entre eles Bakhtin – que prenunciam o deslocamento de compreensão do texto, e observam a materialidade simbólica, espessura semântica e discursividade (ORLANDI, 2009). De fato, há, segundo

Claudiana Narzetti (2009), recepção, articulação, apropriação e releitura de Bakhtin por parte da Análise do Discurso francesa.

Tal influência se inicia a partir da denominada segunda fase da análise francesa – entre 1976 até 1979 – quando a ideia de interdiscurso ganha volume e surge a necessidade de se considerar a dialogicidade para as análises, e se aprofunda com a entrada dos conceitos bakhtinianos, já na terceira fase da AD, entre 1980 até 1983. Entretanto, destaca a autora: “[...] não é diretamente que esse filósofo entra na teoria, mas indiretamente, já que seus conceitos de dialogismo e polifonia não são acrescentados a ela, mas são apropriados, o que implica um trabalho de transformação” (NARZETTI, 2009, p. 192).

Essa apropriação é feita por meio de expressões renovadas, mas com manutenção de sentido; impossível não se observar a relação entre a ideia de dialogismo bakhtiniano e o interdiscurso da AD francesa, assim como, “[...] a noção de polifonia de Bakhtin foi deslocada para a de heterogeneidade discursiva” (NARZETTI, 2009, p. 192). Interessante notar que embora haja clara relação entre as concepções “[...] nos anos iniciais de desenvolvimento da AD francesa, a referência à obra bakhtiniana esteve ausente, chegando mesmo a ser explicitamente rejeitada<sup>46</sup> por Pêcheux, apesar da proximidade das suas problemáticas [...]”, segundo Narzetti (2009, p. 188).

Surgem, assim, três principais concepções de linguística: a linguagem como expressão do pensamento, a partir da gramática tradicional desconsiderando questões sociais; a linguagem como instrumento de comunicação, considerando a língua como código; e a linguagem considerada como forma de interação em que o sujeito age via linguagem oral e escrita (Lúcia CYRANKA E Tânia MAGALHÃES, 2014). Tais concepções da linguística, conforme comenta Odilon Curado (2011), dizem respeito às diferentes escolas linguísticas que se desenvolveram, sendo a primeira denominada estruturalista, cujo expoente era Ferdinand Saussure; a segunda, gerativista, sendo Noam Chomsky seu principal ícone, e a terceira, relacionada à linguística da enunciação, à pragmática<sup>47</sup>, à linguística textual, à sociolinguística e à análise do discurso, tendo por influências centrais Bakhtin, Benveniste e Michel Pêcheux. O presente trabalho se ancora na terceira concepção de linguagem acima apresentada, corroborado por argumentos expostos

---

<sup>46</sup> Tal rejeição, segundo a autora, relaciona-se às posições divergentes dos teóricos em relação à Saussure, como fundador ou não da linguística como ciência, e em relação à cientificidade, ou não, da psicanálise. Pêcheux, associado à psicanálise, crê que o dito escapa ao enunciador, considerando que todos somos reservatórios de conteúdos reprimidos.

<sup>47</sup> A divergência entre a proposta da pragmática e a AD se coloca na medida em que aquela defende a intencionalidade como algo objetivo e plenamente consciente, sem obscuridades que pudessem mascarar outros discursos – posição essa contrária com a AD (Maingueneau, 1997).

por diversos autores (João GERALDI, 1997; ARAÚJO, 2004; MAINGUENEAU, 1998, 2014) para quem a linguagem, além de comunicativa, é fundamental no desenvolvimento de todo ser humano, seja na apreensão de conceitos e abstrações, seja na compreensão e agir no mundo, estabelecer relações, instrumentalizar encontros e confrontos.

Como destaca Beth Brait (1996, p. 77), Bakhtin considera “[...] que a linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica e social concreta no momento e no lugar da atualização do enunciado”, tal concepção é condizente com posicionamentos de vários autores (Robert TERWILLIGER, 1974; ORLANDI, 1988; LANE, 1989b; MAINGUENEAU, 1997) que consideram a linguagem meio de interação e cooperação entre pessoas para transformações necessárias à condição de sobrevivência, assim como, ao grupo a que pertence estando pautados simbólica e ideologicamente, a partir de contextos diversos.

Pelo já observado, embora não cotidianamente percebido, a linguagem interfere, por assim dizer, na vida social formando e sendo formada por discursos diversos que entre si interagem concebendo um denso interdiscurso no qual estão embutidas variadas perspectivas de opacidade e turbulência. Nesses termos, aponta Bakhtin (2006, p. 96):

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.

Assim, para Bakhtin não há palavra, enunciado ou ideia que não surjam de interações sociais e não alimentem outras cadeias de interações tornando a linguagem componente vital para a construção e compartilhamento das concepções de mundo, sempre de fundo ideológico. Nessa perspectiva, torna-se importante dimensão desta pesquisa, considerando-a não como mecanismo sistematizado de informação ou comunicação, mas instrumento complexo que gera influências, tece modelos, desenha poderes.

A linguagem assim é tomada a partir do seu papel social e se configura numa construção coletiva que pressupõe a busca de equilíbrio entre coletividade, alteridade e subjetividade, uma vez que essa se constitui a partir de uma relação dialética, apontando axiomas sociais<sup>48</sup> produzindo “a heterogeneidade social inerente à língua”, conforme destaca Pierre Bourdieu (1998, p. 19). Dessa forma, como acima apontado pelos autores, as relações linguísticas, embora aparentemente pacíficas, são espaços de interpretação, de jogos de forças e de

---

<sup>48</sup> Esse sentido difere da proposta chomskyana de gerativismo transformacional que destaca a possibilidade de ‘princípios universais da linguagem’.

estabelecimento de relações e, portanto, potencialmente geradoras de conflitos, turbulências e polissemias.

Cada enunciado está cheio de ecos e reflexos de outros enunciados com os quais se relaciona na comunidade da esfera de comunicação discursiva. Todo enunciado deve ser analisado, desde o início, como resposta aos enunciados anteriores de uma esfera dada: os refuta, os confirma, os completa, funda-se neles, os supõe conhecidos, os tem em conta de alguma forma. (BAKHTIN, 2011, p. 54)

Portanto, é na linguística que se insurge a Análise do Discurso que é, diz Marlene Guirado (1995, p. 26), “[...] uma disciplina cuja especificidade enquanto tal é de difícil definição, na medida em que atravessa outras igualmente versadas na linguagem [...] liga-se à linguística, sem com ela se confundir. Isto, em termos de método e objeto.”.

### **4.3. Análise do Discurso – conceito e concepções**

Gill (2003, p. 244), condizente com o anteriormente exposto, esclarece que a expressão análise de discurso se refere “[...] a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, desenvolvida a partir de diferentes tradições teóricas e diversos tratamentos em diferentes disciplinas”. Nessa direção, comenta Melo (2009), que nos anos 50, surgem autores com propostas rompendo o modelo estruturalista<sup>49</sup>, entre eles, Zellig Harris, com sua análise transfrástica; Roman Jakobson com a Teoria da Comunicação; e Benveniste apresentando a Teoria da Enunciação.

Especialmente a Teoria da Enunciação de Benveniste redimensionou o olhar dado à língua. Para esse teórico, a linguagem só ganha possibilidade na enunciação e nesta o sujeito deixa rastros discursivos; noção que foi produtiva para o limiar do que, em 1969, com a publicação de Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux, vem a se denominar de Análise do Discurso. (MELO, 2009, p. 4)

Assim, a Análise do Discurso surge nos anos 60 sob essas influências, nela, como destaca Welisson Marques (2011), teoria e metodologia são inseparáveis, pois, complementares, sendo os procedimentos teóricos subsídios para a análise de acordo com o enfoque dado, que em seu nascedouro eram espaços de domínio da linguística, do marxismo e

---

<sup>49</sup> As teorias estruturalistas (Saussure) entendem ser possível estudar a língua a partir de regularidades, apreendendo-a em sua totalidade, pois não consideram que influências externas, geradoras de irregularidades afetem o sistema pois não seriam parte da estrutura. (BOURDIEU, 1985)

da psicanálise (MAINGUENEAU, 1997; ORLANDI, 2009). Como já discutido, o recorte teórico básico da Análise do Discurso considera um objeto-linguagem diferente da linguística tradicional, procurando tratar os processos de constituição dos fenômenos linguísticos e não apenas seu produto (ORLANDI, 1988).

Neste ponto, vale o comentário de Marques (2011, p. 71), para quem, em análise discursiva, “[...] não se fala em metodologia pronta, formada. Pelo contrário, a aventura maior em enveredar-se por esse percurso é que o discurso é atravessado pelas falhas, opacidades, contradições que lhe são constitutivas, ou, em outras palavras, por suas heterogeneidades”. Isto não significa, entretanto, que se possa dispensar o “[...] rigor de pensamento, o esclarecimento dos recortes em que se produz e sua justeza para a situação em análise” (GUIRADO, 1995, p. 24).

Portanto, são várias as possibilidades metodológicas da análise discursiva<sup>50</sup>, a respeito das quais discorre Mazière (2007), seguindo desde uma perspectiva quantitativa e estatística até uma leitura que se proponha mais qualitativa e temática, com traçados variados para constituir-se a análise. Nos mesmos termos José Luiz Fiorin (1990, p. 173):

Não há uma análise do discurso; há análises do discurso. Algumas privilegiam os mecanismos internos de constituição do sentido, deixando de lado as relações com a cultura e a história; outras ocupam-se mais das determinações históricas que incidem sobre a linguagem e dão pouca ou quase nenhuma atenção à textualização e à discursivização.

Importante destacar que em quaisquer padrões de análise discursiva que se pretenda realizar, a linguagem é o objeto de estudo que as unifica, ainda que verificadas sob diferentes perspectivas. Portanto, não se separam forma e conteúdo, compreendendo-se a língua sobretudo como acontecimento (Vanice SARGENTINI, 2006; ORLANDI, 2009). Esses padrões de AD em linhas gerais se bifurcam em duas escolas com posturas teóricas bastante distintas, sendo elas a anglo-saxã (também denominada americana) e a francesa (ou europeia).

A respeito da análise do discurso francesa (AD), base teórica e metodológica do presente trabalho, Mazière (2007) comenta que essa não define os termos numa classificação lexicográfica ou gramatical, mas os analisa a partir da interdiscursividade e como essa pode afetar o sentido de cada termo a partir do contexto linguístico e social. Ou seja, a análise proposta pela AD considera os discursos desde sua dimensão sócio histórica como prática humanizadora e relacional, o que possibilita a compreensão dos fenômenos sociais.

---

<sup>50</sup> Gill (2003) aponta a existência de pelo menos 57 variedades de análise do discurso.

E a linguagem como manifestação social, circunscrita pelos poderes e desejos implicados, considerando, portanto, a linha foucaultiana de abordagem, e sua gênese no dialogismo bakhtiniano. Ademais, a investigação se inscreve como estudo historicista, partindo do “[...] pressuposto de que em distintas materialidades textuais que circulam nos mais diversos campos e suportes é possível encontrar determinadas regularidades de sentido” (Roberto BARONAS, 2013, p. 28), sendo produtos de condições históricas similares. Pois, Baronas (2013, p. 24) orienta que existem

[...] três grandes tendências de estudos discursivos: a materialista; a historicista; e a enunciativa. Embora cada uma dessas tendências tenha o discurso como objeto de observação, cada uma delas constrói objetos teóricos distintos, se constituindo dessa forma em programas de pesquisa distintos.

Portanto, discurso não deve ser confundido com a ideologia ou a função que o governa, pois não possui autonomia tanto em sua materialidade quanto em seu funcionamento, não agindo diretamente sobre a realidade, mas, sim polissêmico, historicamente constituído pelas relações de interincompreensão.

Ou seja, buscar compreender como se estabelecem as formações discursivas a partir da AD não é tarefa linear ou neutra<sup>51</sup>. Nesse panorama a AD ganha enorme vigor, pois permite ao pesquisador eleger seu *corpus* e, a partir desse, o espaço discursivo em que busca a heterogeneidade constitutiva e polêmica inserida na interdiscursividade, ou, os múltiplos sentidos possíveis considerando-se as circunstâncias da comunicação, como ressalva Charaudeau (2008, p. 17), nos seguintes termos:

A competência desses seres de fala é múltipla. Ela não reside unicamente na aptidão para representar o mundo por um explícito linguageiro, mas na aptidão para significar o mundo como uma totalidade que inclui o contexto sócio histórico e as relações que se estabelecem entre o emissor e o receptor.

No mesmo sentido orienta Orlandi (2009, p. 79 - 80):

Falamos a mesma língua mas falamos diferente. Dizemos as mesmas palavras, mas elas podem significar diferente. As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso formações ideológicas.

Nessa pesquisa se analisou um *corpus* produzido por diversificado *mídium* com o intuito de verificar o discurso do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes a partir dos seus

---

<sup>51</sup> A pretensa neutralidade do analista do discurso é descartada “[...] ele deve assumir uma posição quanto à língua, uma posição quanto ao sujeito. Ele deve igualmente construir um observatório para si” (MAZIÈRE, 2007, p. 23).

variados interlocutores/enunciadores sob o enfoque da qualidade. Considerar os diversos *mídiu*m não se restringe a verificar apenas os variados meios de transmissão, mas, sim, verificar as coerções impostas ao tipo de *mídiu*m que determinam gênero, conteúdo e uso, conforme observado por Maingueneau (2013). Nessa questão está implícita a destinação de cada gênero, como comenta Orlandi (1988, p. 9),

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos ‘formações imaginárias’ em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor destina seu texto e para quem ele dirige. Tanto pode ser um seu ‘cúmplice’ quanto um seu ‘adversário’. Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente.

Portanto, coloca-se a importância de se utilizar gêneros diversos, formulados por variados atores sociais, no *corpus* visando observar os poderes e desejos geradores de turbulência. Assim, o texto de lei que determina a realização do exame é recebido por seus co-enunciadores de modo diverso de um artigo acadêmico<sup>52</sup> a respeito do tema pois importam em gravames e coerções distintas tanto para que os produziu quanto para quem deles tomou ciência.

A diversificação de *mídiu*m desta pesquisa engloba instrumentos normativos, revistas setoriais não acadêmicas do ensino superior e reportagens jornalísticas sobre o ENADE possibilitando verificar, de forma mais abrangente, a construção dos discursos e a formação das polissemias discursivas na percepção quanto à capacidade do exame em inferir a qualidade do ensino superior brasileiro.

Por outro lado, vale esclarecer que as expressões *mídiu*m e mídia não são equivalentes. Aquela corresponde à enunciação em relação à sua origem e gênero, diretamente relacionada aos tipos de coerção textual que lhe são próprias, enquanto mídia diz respeito às diversas técnicas comunicacionais para ascender o público, difundindo ideias e notícias. Neste trabalho, por exemplo, utilizar-se-á da mídia impressa, representada pelo Jornal Folha de São Paulo, como *mídiu*m de análise.

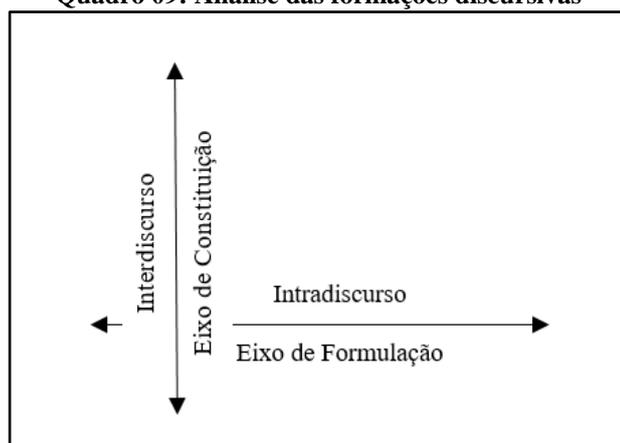
---

<sup>52</sup> “Uma das características do discurso científico é precisamente pretender ser verdadeiro independentemente da situação particular em que é enunciado” (MAINGUENEAU, 2013, p. 89 – 90).

#### 4.4. Análise do Discurso – percurso de observação

A respeito das bases de análise da AD francesa temos que essa não deve considerar o texto em sua extensão ou amplitude (horizontal), com o objetivo de se interpretar sua intenção (hermenêutica), mas uma interpretação e contextualização vertical, conforme orientam diversos autores (ORLANDI, 2009; MARQUES, 2011). O quadro adiante serve para ilustrar o *modus operandi* de compreensão das formações discursivas, por meio da AD pretendida:

**Quadro 09: Análise das formações discursivas**



Fonte: formulado a partir de Orlandi (2009) e Marques (2011)

Vê-se pela imagem que a leitura realizada na extensão do texto não é o foco da pesquisa, sendo o seu objeto a profundidade, em que se observa quais os simbolismos imersos nos textos, seus aportes ideológicos e influências históricas, que constituem a interdiscursividade, com sua inerente heterogeneidade, dialogismos e turbulências. Assim,

[...] realiza-se uma análise em profundidade, que é possibilitada pelo batimento descrição-interpretação em que se verifica, por exemplo, posições-sujeito assumidas, imagens e lugares construídos a partir de regularidades discursivas evidenciadas nas materialidades [...] o procedimento analítico se dá nesse vai e vem entre a descrição e a interpretação. (MARQUES, 2011, p. 62)

Ademais, é importante asseverar que é o discurso, e não o enunciado, que constitui matéria-prima de análise da metodologia que utilizada nesta pesquisa. Assim, a análise dos enunciados “[...] não deve ser isolada ou circunscrita ao seu autor, sendo necessário considerá-lo um elo na comunicação discursiva e tem em conta os outros enunciados com ele relacionados” (BAKHTIN, 2011, p. 57). Nesses termos, ao analista do discurso cabe deslocar-

se para contemplar o processo de produção de sentidos e condições, mas não o sentido em si, compreendendo o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico (ORLANDI, 2009).

Enfim, buscar os elementos históricos, ideológicos e simbólicos implicados no texto e realizar uma escavação discursiva. Assim, ao se situar o texto no tempo se verificará quais as influências históricas, sociais e políticas implicadas em sua elaboração; compreender-se-á as fontes de produção a partir da subjetividade e suas marcas; e se buscará as formações discursivas e sentidos submersos.

## 5. ANÁLISE DO DISCURSO DO ENADE

A partir dos conceitos expostos nos capítulos anteriores dessa investigação é possível sintetizar, através de Orlandi (2009, p. 15) nos seguintes termos:

A análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

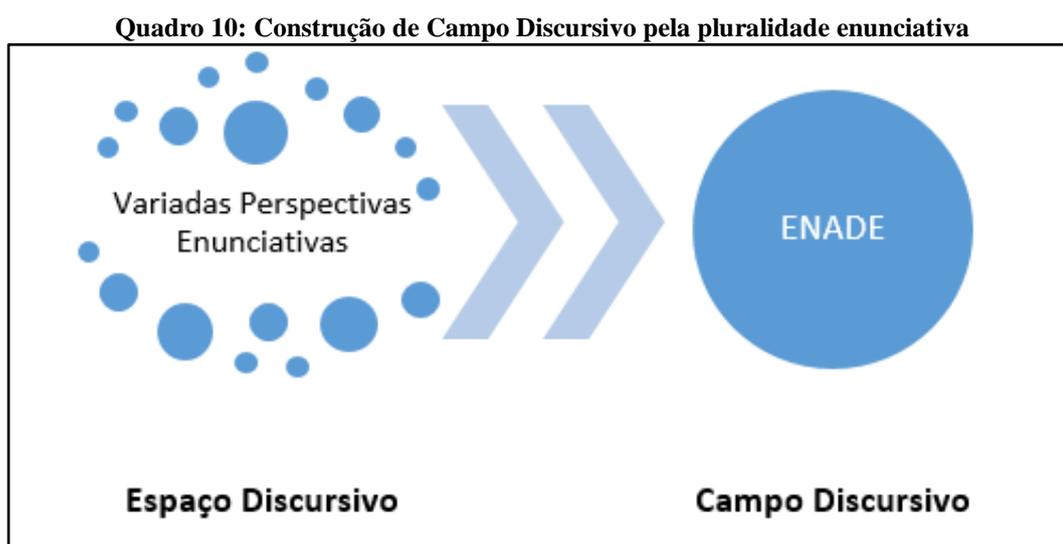
Existência esta intermediada por relações estruturadas por poderes de diferentes ordens, os quais, através da observação do discurso se pode apreender as transformações, intervenções e resistências. Assim, faz-se da linguagem mais que um instrumento de ação e poder, um objeto de intelecção a partir das interações simbólicas “[...] onde se atualizam as relações de força entre os interlocutores e seus respectivos grupos”, como assevera Bourdieu (1985, p. 11).

Nas palavras de Márcia Tiburi (2015, p. 25) “[...] a questão é também pensar o ato político como ato linguístico (sendo que todo ato linguístico é político) e perguntar o que estamos fazendo quando estamos dizendo coisas uns aos outros”. Ressalte-se, como anteriormente apontado, que não é o enunciado que produz sentidos no discurso mas o jogo entre contexto, simbologias e posicionamentos. Sendo tais esquemas parametrizados, segundo Bourdieu (1985), por um conjunto de causas tanto socialmente modeladas pelo *habitus* linguístico – o que implica tanto uma propensão a falar e dizer determinadas coisas – quanto um sistema de penalidades e censura específica.

Assim, detalha Patrick Charaudeau (2008, p. 75) o “[...] locutor, mais ou menos consciente das restrições e da margem de manobra proposta pela situação de comunicação, utiliza categorias de língua ordenadas nos modos de organização do discurso para produzir sentido, através da configuração de um texto”. Tais considerações são coerentes com os posicionamentos de Maingueneau (2013) sobre a importância de se considerar o modo de manifestação material e modo de difusão discursiva, vez que comandados por diferentes coerções, destacando o autor:

É necessário partir de um dispositivo comunicacional que integre logo de saída o *mídiu*m. O modo de transporte e de recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero do discurso. Muitas mutações sociais se manifestam através de um simples deslocamento ‘mediológico’<sup>53</sup>. (MAIGUENEAU, 2013, p. 82)

Portanto, as formações discursivas que se constituem sobre um determinado tema são temperadas pelas possibilidades trazidas por seus *mídiu*ns de interlocução. É de se esperar, nesses termos, que se observem nessa pesquisa diferentes discursos a respeito do ENADE dada a variação de perspectivas midiológicas, direcionadas a tipos diversos de público, previamente imaginados. Como representado no quadro abaixo:



Charaudeau (2008) ressalta a complexidade do fenômeno da comunicação para além da ideia de transmitir uma informação, mas organizado com a intenção do ‘efeito de sentido’. Assim, os meios de comunicação não seriam meros gravadores da realidade, mas funcionariam de modo a subverter a realidade ideologicamente, como apontam Jacques Guilhaumou, Denise Didier e Régine Robin (2016, p. 25).

<sup>53</sup> Utilizar-se-á a expressão ‘mediológico’, embora alguns autores se refiram à ‘mediológico’ no mesmo sentido, conforme sugestão adotada pela tradução da obra de Maingueneau (2013) com o intuito de preservar distanciamento da ideia de mídia.

## 5.1. Conceitos – chave utilizados na análise

Tomada a análise discursiva francesa como referencial teórico e metodológico e, em se considerando suas diversas potencialidades, é necessário determinar os conceitos-chave que serão apropriados na análise pretendida. Dessa forma, serão apresentadas as ideias centrais de universo – campo – espaço – formação discursiva, bem como, de *mídiuns* e *corpus* que entre si guardam a seguinte relação:

**Quadro 11: Relação entre conceitos – chave da AD utilizados na pesquisa**



Fonte: A autora

### 5.1.1. Formação – Campo – Espaço – Universo Discursivos

Conforme se pode depreender do quadro anterior há inter-relação entre as concepções de formação, campo, espaço e universo discursivos uma vez que se pode utilizar da busca de determinadas formações discursivas, de modo a operacionalizar a análise de um ‘espaço discursivo’ que componha um dado ‘campo discursivo’ que, de sua parte, esteja contido em dado ‘universo discursivo’. Sendo tal caminho, apenas uma das possibilidades de interação entre esses mecanismos.

Importante ainda, esclarecer sob a tutela de quais autores se ancoram esses conceitos utilizados na presente pesquisa. Desse modo, quanto à concepção de formação discursiva, esse trabalho considera o proposto conceitualmente por Foucault (2000, p. 133), como

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Ainda o mesmo autor (FOUCAULT, 2000) orienta que a formação discursiva não teria por papel parar o tempo, mas, tão-somente, determinar uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos, não se constitui, portanto, como forma intemporal, mas correspondências entre diversas séries temporais.

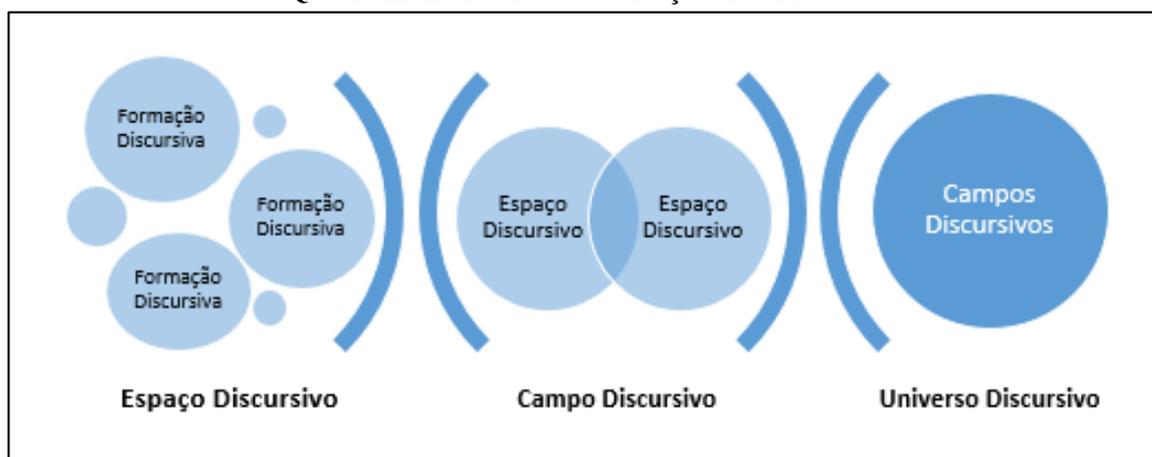
Valendo-se ressaltar a absoluta convergência entre tal concepção foucaultiana e sua utilização a partir da AD. Nesse sentido, cabe esclarecer que não serão efetuadas análises arqueológicas do *a priori* histórico dos discursos produzidos, embora seja essa a intenção primeva do instituído pelo autor.

A respeito do conceito de Campo Discursivo é um termo da AD cunhado por Maingueneau na obra *Gênese dos Discursos* (2005), que diz respeito às relações que se estabelecem entre as formações discursivas em embate, por meio dos interdiscursos que se relacionam, dentro do universo discursivo. Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 91) esclarecem que no universo discursivo “[...] o analista do discurso é levado a recortar campos discursivos, em que um conjunto de formações discursivas estão em relação de concorrência em sentido amplo, delimitando-se reciprocamente [...]”. Além disso, destacam ainda os autores que

O campo discursivo não é uma estrutura estática, mas um jogo de equilíbrio instável. [...] Ele também não é de forma alguma homogêneo: há posicionamentos dominantes e dominados, posicionamentos centrais e periféricos. [...] Na maior parte dos casos, não se estuda a totalidade do campo discursivo, mas se extrai um subconjunto, um espaço discursivo, constituído ao menos de dois posicionamentos discursivos, cuja correlação é considerada importante pelo analista da pesquisa. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 92)

Assim, poder-se-ia ilustrar tais termos a partir do seguinte esquema:

**Quadro 12: Estrutura de observação discursiva**



Fonte: A autora

Dito isso, observe-se que nesse trabalho, como já ressaltado<sup>54</sup>, as formações discursivas analisadas se destacam a partir dos discursos do Poder Público, instituições de ensino superior privadas e pela mídia impressa, cada uma delas representando diferentes *mídiuns* de comunicação, mas todas dentro do mesmo Espaço Discursivo (ENADE), contidos no Campo Discursivo do Ensino Superior e no Universo Discursivo da Educação Brasileira.

Assim, tem-se o ENADE como espaço discursivo dada sua característica de potencial conflito constitutivo pois, a partir da relação com a ideia de qualidade do ensino, são geradas diversas formações discursivas disparadas pela variedade de enunciadores envolvidos. Importante ressaltar que cada “sujeito – enunciator” da pesquisa, uma vez considerado o seu *mídiun*, sofre coerções distintas em relação ao dito, bem como, coerções impostas pelos gêneros textuais de distintas ordens, em suas diferentes estruturas.

Assim, enquanto as formações discursivas do Poder Público se estruturam a partir de normas legais – com os seus requisitos e limitações que lhe conferem validade jurídica – as formações discursivas advindas da mídia impressa se organizam a partir da lógica do público leitor a que se destinam, sendo conduzidos pela ideia de dar informação compreensível, de forma condensada, ainda que a partir de uma dada perspectiva ideológica. Portanto, coerções de legitimidade, formalidade e compromisso com o ‘leitor a quem se destina’ (ORLANDI, 2009).

### 5.1.2. Mídiun e Corpus

Segundo Edgar Morin (1986, p. 41):

A informação que resolve uma incerteza pode eliminar uma preocupação e tranquilizar. A informação que traz uma surpresa pode, pelo contrário, preocupar e provocar a incerteza sobre nossa aptidão e conceber a realidade. Compreende-se que o controle totalitário da informação seja usado para censurar as informações que preocupam e para distribuir informações tranquilizadoras.

Nesse sentido, o autor apresenta uma intrincada relação entre ideologia e informação dividindo os veículos midiáticos em ‘imprensa do dinheiro’ e ‘imprensa do Estado’; considerando que a primeira transmita, ou não, informações com o critério de seleção associado a um determinado interesse de rentabilidade ou capital, enquanto a segunda, ‘imprensa do

---

<sup>54</sup> Vide quadro 01, no segundo capítulo

Estado’, estaria associada a um modelo midiático cujo critério de seleção informacional se pautaria na manutenção do poder de governar, dando uma falsa condição de legitimidade.

Em ambos os casos Morin (1986) sugere a necessidade imperiosa da concorrência entre fontes de informação – para além daquelas dominadas do dinheiro e do Estado – pois, entre outras coisas, seriam eficientes para suplantar as omissões intencionais e tendências produzidas por elas. Comenta o autor:

Para haver concorrência é preciso que haja pluralidade verdadeira das fontes de informação. E é na e pela pluralidade das fontes que pode surgir a informação no que ela tem de perturbador. [...] O planeta sofre mil coações, mil censuras, mil deformações locais e nacionais na informação; no entanto, mais ou menos mal, lentamente, com dificuldade, a informação circula. [...] A pluralidade, a concorrência, constituem o balão de oxigênio informacional da humanidade: a concorrência das informações, a concorrência das mensagens, a concorrência das ideias. (MORIN, 1986, p. 50)

A questão está calcada, portanto, numa teia de ‘superinformação’, ‘sub informação’ e ‘pseudo informação’ – para utilizar expressões de Morin (1986) – que dificultam o processamento do real e nessa condição impedem, pela falta de clareza, o exercício pleno da cidadania, pela liberdade de escolha limitada pela informação dada e da pouca capacidade de compreendê-la. Exatamente esta opacidade informacional e variabilidade de fontes que gera ambiente fértil para a AD pois, como insiste Maingueneau (2013, p. 82), “[...] uma sociedade não se distingue das formas de comunicação que ela torna possíveis e que a tornam possível”.

Considerando que as formações discursivas e as próprias enunciações discursivas não se dão de modo estanque, mas são produtos relacionais e sociais plenamente influenciados por aspectos externos ao sujeito que criam uma rede de envolvimento intersubjetivos, como o *corpus* e o *mídium*, sendo necessárias delimitações conceituais a esses termos. Assim, por *corpus*, etimologicamente segundo Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 137) tem-se:

**Corpus (pl. corpora)** – No vocabulário científico, *corpus* designa uma extensa e, por vezes, exhaustiva coletânea de documentos ou dados: *corpus* dos textos jurídicos, *corpus* das inscrições em hitita, *corpus* dos vasos atenienses com figuras de atletas, etc. [grifado pelos autores]

Ainda os autores completam:

Nas ciências humanas e sociais mais particularmente, *corpus* designa o conjunto de dados que servem de base para a descrição e análise de um fenômeno. Nesse sentido, a questão da constituição do *corpus* é determinante para a pesquisa, pois trata-se de, a partir de um conjunto fechado e parcial, analisar um fenômeno mais vasto que essa amostra. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 137) [grifado pelos autores]

No que concerne à expressão *mídiun* deriva de mediologia, concepção cunhada por Régis Debray, para a área da comunicação que estuda o “homem que transmite” com o intento de se buscar uma lógica das mensagens (= o simbólico) numa lógica do meio (= a técnica) (DEBRAY, 2001). Esclarecendo Maingueneau (1998, p. 95 – 96) que a AD

[...] postula a inseparabilidade do conteúdo do discurso de seu meio (= o suporte técnico material da mensagem, mas também as redes técnicas e humanas que lhe permitem circular). [...] O modo de existência material e o modo de difusão de um discurso não se integram a ele de maneira contingente, eles intervêm na sua constituição mesma: não se pode separar o que é dito das condições materiais e institucionais do dizer.

No mesmo sentido Roberta Santos (2011, p. 12) argumenta “[...] trata-se do modo de manifestação material do enunciado, a escolha do suporte e seu modo de difusão, seja ele emitido através da oralidade, texto em jornal ou através de uma página na internet [...]”, ratifica ainda a autora que o suporte discursivo não se constitui em mero “meio” de emissão mas, sim, estrutura pelo qual o discurso é emitido, influenciado e modificado.

Sendo Antônio Távora (2012) a esclarecer que a difusão deve ser compreendida no sentido de transmissão como interatividade, dialogismo e não estritamente em termos de emissor e receptor. Nessa perspectiva Debray (2001, p. 99) anuncia,

A mediologia não é concernente aos objetos, mas ao âmbito das relações. Este ponto é capital. Em si mesmos, os meios de comunicação, seja no sentido amplo ou estrito, não interessam à mediologia por suas qualidades; do mesmo modo que não se faz história simbólica contando a história de um símbolo.

A materialidade discursiva, acima destacada, pleitearia a força material dos discursos mudando suas condições e interferindo na questão do gênero discursivo. Sendo, conforme Debray (2001, p.158) intenção da mediologia “[...] ‘desideologizar’ as ideologias para compreender sua ação, ou seja, passar da história das ideias a de seus relevos e apoios”. Por outro lado, mediação para Debray (2001, p.159) é o processo pelo qual um intermediário se interpõe dialeticamente entre dois ou mais seres, relacionando-os, o que não ocorreria sem que houvesse o mediador.

O autor exemplifica: “Quem publica uma avaliação, em números, dos estabelecimentos escolares (classificando e premiando segundo certos indicadores ministeriais), confiáveis ou não, modifica, conseqüentemente, esse mesmo sistema escolar” (DEBRAY, 2001, p.154). O que provoca o pensar sobre o tom de enunciação performativa que adquire o próprio ENADE por sua associação com o argumento da qualidade.

Dadas essas condições, a análise discursiva se torna importante instrumento de compreensão do ser histórico em busca de sua liberdade, criticidade e plena cidadania. Observe-se que o modo como se produzem e reproduzem os discursos, sua estrutura, seu gênero discursivo, sua fonte contextualizada compõem a ideia de *mídium*<sup>55</sup>; sendo esse inseparável da mensagem, formando, com a obra, um *corpus*.

## 5.2. Percurso de observação da Formação Discursiva ENADE

Para definição do *corpus* da pesquisa delimitou-se o tema (relação ENADE – qualidade), o espaço discursivo (a avaliação em larga escala do ensino superior na perspectiva do poder público, instituições de ensino superior privadas e mídia impressa de grande circulação) e tempo (o período de aplicação da avaliação ENADE entre 2004 a 2017) com o intuito de apreender com maior amplitude possível o discurso da qualidade educacional enunciado a respeito do exame.

Assim, através desses recortes como critérios de pesquisa, buscou-se compreender como se estruturam as formações discursivas sobre o exame governamental em larga escala do ensino superior e sua relação a ideia de qualidade da educação ofertada, considerando os múltiplos interlocutores. Ainda, como critério operacional, delimitou-se que todo *corpus* seria textual, portanto, não foram analisados discursivamente imagens, quadros, gráficos e tabelas que possam por ventura acompanhar os textos.

Feitos tais delineamentos, e a partir das leituras de Gill (2003) e Orlandi (2009), estruturou-se como percurso de observação os seguintes itens, em relação ao texto: referenciação, contextualização histórica, compreensão de como o texto se apresenta, sobreasseveração dos itens que produzem e conduzem a uma dada leitura, imagem retórica do ENADE e da qualidade, e, por fim, a formação discursiva detectada, relativos ao ENADE. Devendo-se considerar, a respeito de tais termos, a seguinte estrutura:

---

<sup>55</sup> Também citada por alguns autores como *médium*, em nada relacionado ao tipo de crença religiosa, o próprio Debray o denomina assim.

### Quadro 13: Concepções e estrutura utilizadas nas AD

<b>Referenciação:</b> apresentada com o intuito de possibilitar que o leitor possa acessar o texto analisado, pela impossibilidade de anexar todo o conteúdo submetido à análise.
<b>Contexto:</b> busca descrever o panorama em que se apresenta a notícia dentro do cenário geral, tem caráter meramente de contextualização, sem intenção de analisar condições históricas de possibilidade.
<b>Compreender:</b> busca descrever pontos e características gerais do texto analisado, e seu lugar no espaço discursivo.
<b>Sobresasseverações:</b> considera a concepção desenvolvida por Maingueneau (2013, p. 226) qual seja: “[...] fragmentos destacáveis, destinados a circular fora de seu texto de origem.”
<b>Imagem retórica do ENADE:</b> destaca qual o discurso sobre o ENADE produzido pelo texto
<b>Imagem retórica de qualidade :</b> destaca qual o discurso sobre a qualidade produzido pelo texto
<b>Formação discursiva detectada:</b> considerada a concepção foucaultiana de formação discursiva (2000)

Fonte: a Autora

A partir de tal estruturação, ao se efetuar a análise discursiva com o intuito de verificar como a relação entre ENADE e qualidade de ensino é construída e legitimada observou-se as formações discursivas que, uma vez encontradas, produziam tendências para a interpretação dos dados. Essas tendências, a partir da leitura de Charaudeau e Maingueneau (2008), tornaram-se os eixos das formações discursivas pois construídos a partir da própria operação analítica dada a mudança de postura enunciativa, relacionando-se com o que Gill (2003) denomina como ‘procura por um padrão de dados’, que demonstra tanto a potencial variabilidade quanto a consistência dos eixos de análise, que são especialmente úteis para a análise de um *corpus* tão abrangente.

Tais eixos das formações discursivas representam a interincompreensão discursiva que se tece pela impossibilidade absoluta de interação compreensiva dada a condição do sujeito de reinterpretar ‘o dito’ por uma lente diversa daquela por quem o enunciado foi produzido, gerando um simulacro. Portanto,

A interincompreensão significa mais do que simples troca entre discursos. Trata-se de um processo de interpretação recíproca, em que cada formação discursiva somente ‘compreenderá’ o seu Outro de acordo com seu próprio registro que inclui “os semas ‘positivos’, reivindicados” e “os semas ‘negativos’, rejeitados”. (BARONAS, 2013, 66)

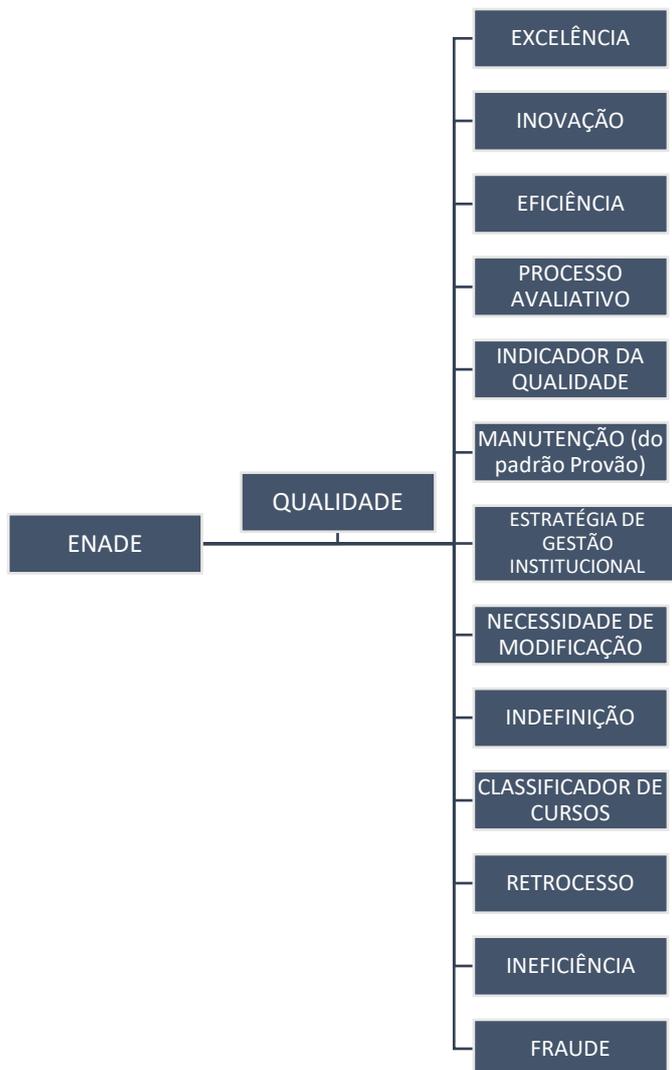
Desse modo, as expressões-chave dos eixos de análise sofreram mudanças de padrão para contemplar novas formações discursivas que surgiam conforme os textos eram analisados. Nesse sentido, apenas para ilustrar, o primeiro ciclo de avaliação, correspondente ao período entre 2004 a 2006, quando do surgimento da nova proposta de certificação do ensino superior, traz em seus enunciados fortes tendências à comparação com o modelo anterior e, em grande parte, argumentos que buscam exaltar o grau de eficiência, inovação ou excelência da avaliação proposta. Consolidado o exame, como um fato, são outros os discursos que o circundam, entre eles a necessidade de modificações na avaliação, o advento da classificação dos cursos pelo

ranqueamento dos resultados da prova, o uso de estratégias de gestão acadêmica para favorecer os resultados e as denúncias de fraude.

Por outro lado, vale ressaltar que se observou uma relação direta entre *mídium* e a constituição dos eixos, assim, a análise dos textos legais produz eixos de análise diferentes dos enunciados midiáticos, entretanto, coerentes com as coerções que são próprias aos textos normativos, já apontando as heterogeneidades constitutivas nos discursos do exame em questão, dadas pela diversidade de sujeitos analisados.

Desse modo, os eixos de análise foram progressivamente gerados, resultando nas seguintes expressões, apresentadas numa escala de evolução relativa a aspectos positivos e negativos que eram ressaltados nos discursos, como segue:

**Quadro 14: Eixos de análise das FD**



Fonte: A autora

Como já dito, o trabalho explora a análise discursiva a partir de três *mídiuns* de enunciação diferentes: as políticas públicas relacionadas ao Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes; as publicações da mídia impressa (Jornal Folha de São Paulo) a respeito da avaliação e as publicações sobre o tema vinculadas pela revista Ensino Superior. Nesse ponto é preciso destacar uma das características comuns entre esses *mídiuns*, em meio a tantas diferenças, sendo esse o fato de se estruturarem a partir de situações monológicas.

Ou seja, os enunciadores se encontram “[...] numa situação na qual ele não pode perceber imediatamente as reações do interlocutor (pode apenas imaginá-las). Logo, não está ‘à mercê’ de seu interlocutor e pode organizar o que vai dizer de maneira lógica e progressiva” (CHARAUDEAU, 2008, p. 72). Tal concepção, convergente com o “leitor imaginado” (ORLANDI, 2009), não significa, no entanto, que os enunciados não possam provocar reações, respostas diretas ou formações discursivas, no sentido bakhtiniano de dialogismo, que posteriormente resultam em outros interdiscursos, mas apenas que suas estruturas monológicas são pensadas em sua gênese textual.

### **5.3. Enunciados do Poder Público**

Antonieta Silva e Simone Natividade (2013, [s.p.]), a respeito das políticas educacionais brasileiras, ponderam:

[...] a partir da década de 1990, são marcadas por forte influência dos princípios neoliberais nos planos de metas, como a LDB nº 9.394/96 e o Plano Nacional de Educação/PNE, e tem atendido a quatro estratégias essenciais que colocam o neoliberalismo como ideologia global de organização da sociedade articulado com as políticas de Estado, a saber: o corte nos gastos públicos; a privatização; a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização.

Em dado contexto, há que se ressaltar, surgiram as políticas públicas de implementação das avaliações em larga escala que servem como instrumento de gestão da educação em vários níveis, incluindo a graduação. Nesses termos, “[...] o discurso da avaliação como controle e regulação é um dos discursos que lutam pela fixação de sentido no campo da educação superior, e que se constitui como um discurso político” (CUNHA, 2013, p. 258), sendo, por óbvio, seu primeiro espaço de atuação a arena política como proposta pública materializada em padrões normativos.

Assim, esta pesquisa considerará por ‘enunciado do Poder Público’ os instrumentos normativos – sejam de normas de princípio, sejam normas de efetividade – que se traduzem em leis, decretos, portarias, resoluções e diretrizes expedidas pelo governo, cuja finalidade ou uma das finalidades seja instituir, gerir, regulamentar ou regularizar a avaliação em larga escala que examina o ensino superior. Assim, na perspectiva desse *mídiun* foram considerados, dentro do período entre 2004 a 2017, os instrumentos normativos cuja disposição institua, regulamente, instrumentalize ou gere algum tipo de modificação ou interferência ao Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Entretanto, embora regulamentar, conforme critério apontado, serão excluídas as portarias do MEC que anualmente dispõem sobre os cursos submetidos ao exame, bem como, as diretrizes que correspondam aos conteúdos de prova e aquelas que orientem regras ou insumos estatísticos para a realização do cálculo da previsão da nota final, uma vez que instrumentos padronizados de perfil protocolar com o intuito de organizar a realização do exame como evento, sem que haja modificação de caráter sócio-político.

Nesse trabalho, como ferramenta de acesso e consulta efetiva aos dispositivos legais utilizou-se a página virtual do Inep<sup>56</sup> que disponibiliza a legislação própria, distribuída anualmente. Entretanto, esse sítio eletrônico tornou apenas parcialmente possível realizar uma triagem dos documentos que atendam aos critérios determinados. E, por isso, foram consultados subsidiariamente o *site* do Ministério da Educação e demais plataformas que possibilitaram a consulta, por meio digital, à legislação para se orientar a contextualização das análises.

Além disso, com o objetivo de roteirizar melhor as análises, dividiu-se o *corpus* em períodos temporais de acordo com os ciclos de avaliação, representando cinco períodos de análise, embora não haja incidência de instrumentos normativos que atendam aos critérios de pesquisa no 4º ciclo (2013 – 2015) e no 5º ciclo (2016 – 2018)<sup>57</sup>. Tal padrão de recorte temporal permaneceu constante em todos os *mídiuns* de pesquisa analisados.

Vale esclarecer que a ideia de ciclos avaliativos corresponde ao previsto pela Lei 10.861/2004, artigo 5, como segue:

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

---

<sup>56</sup> Inep – página correspondente à legislação que regula o Sinaes e suas avaliações – <http://portal.inep.gov.br/web/guest/documentos-e-legislacao13>.

<sup>57</sup> A análise do 5º Ciclo aparecerá de forma parcial em toda pesquisa uma vez que os dados se exaurem em 2017, quando foram coletados.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

E Portaria 40/2007, art. 33 e 33 – E, abaixo expostos:

Art. 33: O ciclo avaliativo compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, as quais subsidiam, respectivamente, os atos de recredenciamento e de renovação de reconhecimento.

Art. 33-E O ENADE será realizado todos os anos, aplicando-se trienalmente a cada curso, de modo a abranger, com a maior amplitude possível, as formações objeto das Diretrizes Curriculares Nacionais, da legislação de regulamentação do exercício profissional e do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia.

§ 1º O calendário para as áreas observará as seguintes referências:

- a) Ano I- saúde, ciências agrárias e áreas afins;
- b) Ano II- ciências exatas, licenciaturas e áreas afins;
- c) Ano III- ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins

#### 5.3.1. 1º Ciclo avaliativo/2004 - 2006

Observados os instrumentos legais do primeiro ciclo, e dados os critérios estabelecidos para a análise discursiva, foram estudadas a Lei nº 10.861/04 e a Portaria 2.051/2004, normas que apresentam os fundamentos do sistema avaliativo analisado. Ou seja, no Brasil, no que diz respeito à educação superior os termos de seu sistema de avaliação, bem como, o modelo de avaliação governamental em larga escala vigente estão prescritos por estas normas.

A Lei nº 10.861/04 que instituiu o Sinaes, composta por 16 artigos, descreve as características e concepção avaliativa adotada para regulação do setor. Pela análise discursiva desse documento buscou-se verificar as FD que estabelecem relação entre o ENADE e a qualidade do ensino superior, destacando-se, entretanto, apenas os artigos que diziam respeito ao exame dos estudantes, o que gerou os seguintes dados:

**Quadro 15: AD ENADE Lei 10.861/2004**

BRASIL. Presidência da República. <b>Lei 10. 861/2004:</b> Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004.	
<b>Contexto</b>	
Legislação fundante do novo sistema de avaliação do ensino superior, substituindo o anterior, configurando política de partido (Partido dos Trabalhadores). Segue a tendência mundial de avaliar sistemas educacionais e converge com a LDB/96 e outras políticas internas que avaliam os demais níveis do sistema.	
<b>Compreender</b>	
O texto traz descrição dos princípios instituidores e procedimentos gerais que regulam o andamento dos processos avaliativos. Esses estão divididos em avaliação <i>in loco</i> , auto avaliação (CPA) e avaliação dos estudantes (ENADE).	
<b>Sobreasseverações</b>	
Assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior. O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior Eficácia institucional. Efetividade acadêmica e social. Compromissos e responsabilidades sociais institucionais Diversidade. Instrumentos diversificados. A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação. O ENADE será aplicado periodicamente. Periodicidade máxima de aplicação do ENADE trienal. É componente curricular obrigatório. O ENADE será expresso por meio de conceitos. Estudantes com melhores desempenhos receberão estímulo do MEC. Introdução gradativa dos cursos ao ENADE. Resultados insatisfatórios ensejarão protocolo de compromisso.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
É uma avaliação dos estudantes parte do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Diretamente relacionada ao Sinaes	
<b>Formação discursiva detectada</b>	PROCESSO AVALIATIVO

Fonte: A autora

Pelo discurso observado na norma fundante do sistema de avaliação não é estabelecida relação direta entre a avaliação em larga escala proposta aos estudantes e seus resultados com a ideia de mensuração da qualidade do ensino superior. Mas, pelo contrário, o exame é justificado como parte de um processo fiscalizatório governamental com o argumento da garantia de padrão mínimo de oferta do ensino superior sob pena de desserviço.

Em se tratando do contexto sócio-político vê-se que o documento converge com uma postura de política de partido, muito mais do que uma política de governo, numa tentativa de se imprimir uma marca com forte apelo para a democratização, que se utiliza do modelo midiático denominado imprensa do Estado (MORIN, 1986). Além disso, a ideia de padrão mínimo de qualidade, diretamente associada ao “poder de governar” produz, via de consequência, um tom de legitimidade vez, por seu formalismo, os instrumentos normativos tendem a parecer ideologicamente neutros; sendo passíveis de contestação apenas em esferas e por razões bastante específicas, como controle da constitucionalidade, por exemplo.

Isso justificaria o fato de as sobreasseverações destacadas não apresentarem teor negativo ou positivo quanto ao exame, traçando características como se houvesse uma construção axiologicamente transcendente, em verdade geradora de opacidade.

Ademais, verifica-se o uso da expressão ‘qualidade’ num tom consensual, dissociado de polissemia de critérios, como na frase: “O SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior [...]” (art. 1º, da Lei 10.861/04), assim como, a ideia de ‘resultados insatisfatórios’ sofre a contaminação pelo excesso de generalização como mencionado no art. 10 da lei em análise.

No mesmo ano, dada sua necessidade de regulamentação, a norma de criação do Sinaes foi complementada pela Portaria MEC nº 2.051/2004. Essa tem caráter de norma de efetividade e detalha a estrutura e funcionamento do sistema, e visa operacionalizar e viabilizar a execução dos processos avaliativos sendo composta por 39 artigos, reestruturados, em 2007, com a instituição do e-MEC, como adiante se verá. Seus dados de análise são:

**Quadro 16: AD ENADE PORTARIA Nº 2.051/2004**

BRASIL. Ministério da Educação. <b>Portaria 2.051/2004</b> : Regulamenta os procedimentos de Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei no 10.861/2004. Brasília: Ministério da Educação, 2004.	
<b>Contexto</b>	
Portaria regulamentadora da Lei 10.861/2004, complementar e descritiva da tríade avaliativa do Sinaes.	
<b>Compreender</b>	
O texto traz descrição objetivos, competências e <i>modus operandi</i> de execução dos processos avaliativos. Esses estão divididos em avaliações <i>in loco</i> , auto avaliação (CPA) e avaliação dos estudantes (ENADE).	
<b>Sobreasseverações</b>	
As Comissões Externas de Avaliação das Instituições examinarão dados sobre o desempenho dos estudantes da IES no ENADE, disponíveis no momento da avaliação.	
As Comissões Externas de Avaliação de Cursos terão acesso antecipado aos dados do desempenho dos estudantes da IES no ENADE.	
A avaliação do desempenho dos estudantes tem por objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Resultados do ENADE tem peso nas outras avaliações do Sinaes.	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	PROCESSO AVALIATIVO

Fonte: A autora

Repetindo o padrão discursivo da Lei nº 10.861/04, também a portaria analisada não estabelece relação entre as avaliações e a ideia de qualidade, coerente com seu papel de texto complementar e regulamentador, inscrevendo-se na proposta que vincula a qualidade ao Sinaes. Entretanto, embora na portaria haja silenciamento quanto à imagem retórica da qualidade de

ensino, há um fortalecimento da prova ENADE dentro do sistema avaliativo, uma vez que passa a ser base de análise para as avaliações *in loco* e CPA.

Vê-se, ainda, a partir das análises das normas fundantes do ENADE instituídas no primeiro ciclo avaliativo a construção de um discurso de avaliação processual e instrumental aportada por um sistema avaliativo<sup>58</sup>, ao qual é dado destaque, além da ideia de avaliações conjuntas e complementares, convergente com uma base avaliativa mais formativa e diagnóstica dos processos de formação do ensino superior. Tal apropriação conceitual se remete ao proposto na LDB/96<sup>59</sup>, trazendo expectativas de mudanças bastante positivas que, posteriormente, não se confirmaram e passam, formalmente, a retroceder, já a partir do segundo ciclo avaliativo.

### 5.3.2. 2º Ciclo avaliativo/2007 - 2009

O documento chave do Sistema Nacional da Educação Superior que surge nesse período é, sem dúvida, a Portaria 40/2007<sup>60</sup> do Ministério da Educação que institui o sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações do ensino superior (e-MEC) além de consolidar indicadores de qualidade, banco de avaliadores e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Tal portaria compõe-se de 72 artigos, com anexo e detalhamento do novo sistema implantado orientando as formas de se fazer sua gestão por parte das IES.

Desse instrumento normativo se asseveraram os artigos relacionados exclusivamente às expressões ENADE ou qualidade, em função dos objetivos de pesquisa. Por outro lado, cabe ressaltar que não foram analisados outros documentos do mesmo período (2007 – 2009) uma vez que, feita a leitura prévia, não atendiam aos critérios de pesquisa. Assim, seguem os dados da análise:

---

<sup>58</sup> Vide INEP (2007) nas referências.

<sup>59</sup> Art. 9º A União incumbir-se-á de: [...] VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

<sup>60</sup> Posteriormente essa portaria foi revisada pela Portaria Normativa nº 23/2010.

### Quadro 17: AD ENADE PORTARIA Nº 40/2007

BRASIL. Ministério da Educação. <b>Portaria 40/2007</b> : Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília: Ministério da Educação, 2007.	
<b>Contexto</b>	
Portaria instituidora do procedimento eletrônico dos processos administrativos de avaliações de cadastramento, reconhecimento e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior no país.	
<b>Compreender</b>	
O texto traz descrição dos trâmites processuais e administrativos, competências e <i>modus operandi</i> de execução dos processos avaliativos geridos via e-Mec.	
<b>Sobreasseverações</b>	
Art. 17-K Deverão estar disponíveis para análise pela Comissão de Avaliação previamente à realização da visita, além do formulário eletrônico de avaliação, outros documentos, que permitam considerar a instituição ou curso no conjunto, tais como: VI - indicadores de qualidade da instituição de seus cursos e do desempenho de seus estudantes no ENADE;	
Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo Inep, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:	
III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;	
Art. 33-D O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências adquiridas em sua formação.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é um dos indicadores de qualidade	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada aos parâmetros Inep a partir de insumos das avaliações do Sinaes, conforme artigo 33 D.	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDICADOR DA QUALIDADE

Fonte: A autora

Diferente das normas anteriormente analisadas referentes ao primeiro ciclo, que geraram como formação discursiva a ideia de ‘processo avaliativo’, e cuja associação com a qualidade está adstrita ao Sinaes, observa-se nessa norma a associação explícita da ideia de qualidade aos resultados produzidos pelo sistema implantado, ressignificando e valorizando os dados que passam a ser interpretados de forma cruzada e complexificada.

Para ilustrar, veja-se que o art. 33 - D reforça e potencializa a importância do ENADE uma vez que determina, além do cruzamento com a CPA e avaliação *in loco*, que o cálculo dos indicadores de qualidade utilize os resultados como base, em que pese o próprio ENADE constar como indicador. Sendo assim, o ENADE passa de instrumento processual, dentro de um quadro de avaliações complementares em um sistema – formação discursiva do 1º Ciclo –, para um indicador de qualidade supervalorizado dentro do sistema avaliativo – formação discursiva do 2º Ciclo.

### 5.3.3. 3º Ciclo avaliativo/2010 - 2012

Nesse ciclo duas portarias surgem como documentos principais a respeito do tema. São eles as portarias do MEC: nº 01/2010 e nº 23/2010, ambas atendendo aos critérios de pesquisa. Vale esclarecer, entretanto, que apenas a produção discursiva do primeiro documento pode ser observada como uma FD nova, uma vez que há retomada e revisão da Portaria nº 40/2007, por meio da Portaria normativa 23/2010, que reforça o discurso anterior.

Em princípio, pensou-se em não se realizar AD do aludido documento uma vez que não se observa modificação no que diz respeito às formas de se considerar o padrão ENADE, seja como referência de cálculo para o conceito do curso, seja no que diz respeito à constituição do próprio indicador ENADE. Entretanto, uma vez que as portarias correspondem a ciclos diferentes, decidiu-se pela realização da análise, dada a consequente retomada discursiva. Do exposto, seguem as análises discursivas decorrentes de ambas as portarias, apresentadas em ordem cronológica:

#### **Quadro 18: AD ENADE PORTARIA Nº 01/2010**

BRASIL. Ministério da Educação. <b>Portaria 01/2010</b> : Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, regulamenta a adesão de mantenedoras de instituições de ensino não gratuitas e dá outras providências.. Brasília: Ministério da Educação, 2010.	
<b>Contexto</b>	
Portaria instituidora do financiamento estudantil, substituto do crédito educativo, que faz parte das estratégias de expansão e democratização do ensino superior.	
<b>Compreender</b>	
A norma cria o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação	
<b>Sobresasseverações</b>	
Art. 1 § 1º São considerados cursos superiores com avaliação positiva os cursos de graduação que obtiverem conceito maior ou igual a 03 (três) no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.	
Art. 1 § 2º Para fins da aferição do conceito referido no § 1º deste artigo, serão considerados: I - o Conceito de Curso (CC); II - o Conceito Preliminar de Curso (CPC), na hipótese de inexistência do CC; III - o conceito obtido pelo curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), na hipótese de inexistência do CC e do CPC.	
Art. 1 § 6º O curso superior de graduação que não atingir o conceito referido no § 1º deste artigo será desvinculado do FIES, sem prejuízo para o estudante financiado, até que obtenha avaliação positiva.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é referência para concessão de crédito educativo	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada ao ENADE e ao Sinaes	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDICADOR DA QUALIDADE

Fonte: A autora

Embora esteja mantida a FD anterior, de indicador da qualidade, a Portaria Normativa nº 01/2010 inova quando prevê acesso a financiamento público para o pagamento de taxas dos cursos de graduação em instituições particulares, cujo critério de adesão está diretamente relacionado aos resultados das avaliações do Sinaes. Ou seja, a concessão de verba pública por

parte das instituições privadas, viabilizando sustentabilidade econômica do negócio, implica a necessidade de se obter bons resultados prévios nas avaliações do sistema.

Assim, há uma ressignificação do conceito ENADE que ganha maior importância – considerando que esse é indicador supervalorizado pelo sistema conforme Portaria Normativa nº 40/2007 – permitindo acesso a financiamento público aos estudantes economicamente mais carentes, dando início à mudança de perfil discente, como anteriormente apresentado. Vale comentar que, posteriormente, a regulamentação do FIES é reestruturada por diversas vezes, dadas as denúncias de fraude, sendo consolidada, conforme se observa nos dados do 5º ciclo, a partir da Lei nº 13.530/17 que alterou vários instrumentos normativos regulamentadores do tema, incluindo-se a lei de criação do financiamento (Lei nº 10.260/01).

Quanto à Portaria Normativa nº 23/2010, composta por cinco artigos, altera disposições da Portaria Normativa nº 40/2007, como já ressaltado, resultando num longo documento, além de anexo, sua análise discursiva é apresentada como segue:

**Quadro 19: AD ENADE PORTARIA Nº 23/2010**

BRASIL. Ministério da Educação. <b>Portaria 23/2010</b> . Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília: Ministério da Educação, 2010.	
<b>Contexto</b>	
Portaria modifica algumas diretrizes da Portaria 40/2007 com o objetivo de acelerar os processos burocráticos de avaliação fazendo uso da tecnologia da informação.	
<b>Compreender</b>	
Revisa a tramitação dos processos de regulação, avaliação e supervisão de instituições e cursos superiores do sistema federal de educação superior que passa a ser exclusivamente em meio eletrônico.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo Inep, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004: III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE; Art. 33-D O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências adquiridas em sua formação. § 2º O Inep constituirá um banco de itens, elaborados por um corpo de especialistas, conforme orientação das Comissões Assessoras de Área, para composição das provas do ENADE. Art. 33-E O ENADE será realizado todos os anos, aplicando e trienalmente a cada curso, de modo a abranger, com a maior amplitude possível, as formações objeto das Diretrizes Curriculares Nacionais, da legislação de regulamentação do exercício profissional e do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é indicador da qualidade	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada ao ENADE e ao Sinaes	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDICADOR DA QUALIDADE

Fonte: A autora

Vê-se, como anteriormente apontado, a retomada da FD do indicador da qualidade em relação à Portaria Normativa nº 40/2007, uma vez que mantidas as estruturas discursivas do

documento original, revistos apenas os procedimentos relativos ao sistema. Nesse mesmo sentido, vê-se o reforço da ideia de indicador da qualidade em todo o período do terceiro ciclo, em ambas as portarias analisadas.

#### 5.3.4. 4º Ciclo avaliativo /2013 - 2015

Embora haja nesse período diferentes instrumentos normativos atinentes ao ensino superior restou observado que dizem respeito a regulamentação da gestão de financiamento, com reedições de regras e ajustes ao Fies, ou diretrizes específicas dos exames aplicados durante esses anos sem que houvesse uma mudança nas orientações quanto ao exame, o que sugere um momento de consolidação do sistema de avaliação do ensino superior, bem como, do ENADE embora hajam sido recorrentes em 2012 e, posteriormente, a partir de 2015, as denúncias de fraude.

#### 5.3.5. 5º Ciclo avaliativo /2016 - 2017

Este ciclo, contrariamente ao anterior, traz modificações em resposta às reiteradas denúncias de fraudes (2012 e 2015), além de reestruturação do Financiamento Estudantil, associados a um panorama político turbulento. Esse período é representado pela Portaria Normativa nº 1.442/16 e Lei nº 13.530/2017.

O primeiro regramento consta de quatro artigos que descrevem os trâmites gerais para apuração de denúncias de fraudes nas avaliações, enquanto a lei instituída em 2017 se apresenta estruturada a partir de dezessete artigos que realizam uma ampla revisão da Lei nº 10.260/01, além de outros instrumentos normativos. Vale comentar que o decreto nº 9.235/17, que dispõe sobre as competências do Inep, embora cite a existência do ENADE apenas corrobora sua configuração dentro do sistema e, por isso, não foi submetido à leitura.

Assim, segue a AD dos documentos em questão:

### Quadro 20: AD ENADE PORTARIA Nº 1.442/2016

BRASIL. Ministério da Educação. <b>Portaria 1.442/2016</b> : Disciplina os procedimentos para apuração de denúncias de irregularidades praticadas pelas Instituições de Educação Superior - IES no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE. Brasília: Ministério da Educação, 2016.	
<b>Contexto</b>	
Portaria instituída em resposta às diversas denúncias de fraude ocorridas no ENADE 2015, visando regular as práticas das IES e os procedimentos para iniciar uma denúncia.	
<b>Compreender</b>	
Além de salientar o descumprimento das normas destacadas como irregularidades descreve literalmente outras condutas como fraudulentas, ou não fraudulentas, bem como, procedimentos para instauração de representação e encaminhamento, sem apontar quais as penalidades aplicáveis.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Considerando o número crescente de denúncias de irregularidades envolvendo a aplicação do ENADE Art. 1º São consideradas irregularidades cometidas pelas Instituições de Educação Superior - IES no Enade, passíveis de aplicação de penalidades, quaisquer condutas que configurem descumprimento do disposto no art. 5o da Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004, ou extrapolem o disposto nos arts. 33-G, 33-H e 33-I da Portaria Normativa MEC nº 40	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE passível de fraude	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	FRAUDE

Fonte: A autora

Quando uma norma regulamenta, delimita e caracteriza ações fraudulentas, embora silencie quanto às consequências de tais ações, gera, como grande tônica discursiva a consolidação das estratégias fraudulentas ao sistema. Assim, embora a portaria em análise seja, claramente, um documento de gestão de crise, sua formação discursiva determinante evoca a fraude, assim como, há um completo silenciamento quanto à esfera da qualidade de ensino da educação superior.

Por outro lado, no que tange à análise da Lei nº 13.530/17, em que pese não haver menção direta ao ENADE, há a manutenção da relação entre os resultados positivos das avaliações governamentais com a garantia de acesso ao Fies, gerando sustentabilidade econômica em um momento de grave crise política, como se observa na descrição a seguir, restando clara a constituição de uma FD de estratégia de gestão institucional associada à ideia de qualidade pautada pelo sistema:

**Quadro 21: AD ENADE Lei nº 13.530/2017.**

BRASIL. Presidência da República. <b>Lei nº 13.530/2017</b> : Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2017.	
<b>Contexto</b>	
Revisa e institui o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos de graduação, mestrado e doutorado não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC, de acordo com regulamentação própria.	
<b>Compreender</b>	
A norma consolida uma série de modificações feitas ao Fies por meio de decretos e estabelece uma relação direta entre bons resultados nas avaliações governamentais como forma de acesso ao financiamento público por parte das instituições.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Art. 1. § 7º A avaliação das unidades de ensino de educação profissional e tecnológica para fins de adesão e participação no Fies ocorrerá de acordo com os critérios de qualidade e os requisitos fixados pelo Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies. § 9º O Ministério da Educação poderá definir outros critérios de qualidade e, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, requisitos para adesão e participação das instituições de ensino no Fies.	
Art. 4. § 5º, IV, exclusão da instituição de ensino como beneficiária de novas vagas no âmbito do Fies na hipótese de não atendimento aos critérios de qualidade de crédito e aos requisitos de que trata o § 9º do art. 1º desta Lei por mais de 2 (dois) ciclos de avaliação consecutivos, de acordo com a periodicidade definida pelo CG-Fies, sem prejuízo da manutenção dos estudantes já financiados, inclusive no que diz respeito à obrigação de sanar as irregularidades relativas à qualidade dos serviços prestados, sob pena de multa.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Estratégia de gestão institucional	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada às avaliações governamentais	
<b>Formação discursiva detectada</b>	ESTRATÉGIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Fonte: A autora

Note-se que durante esse ciclo há um interdiscurso entre ações fraudulentas que maculam os resultados dos exames, e concessão de verbas públicas regidas e pautadas exatamente pelos resultados dos exames em questão. Assim, se reconhece que, embora existam fraudes, o empoderamento do exame e do sistema é mantido, bem como, a legitimação do setor privado como meio de expansão de vagas para o ensino superior.

### 5.3.6. Discursos produzidos sobre o ENADE nas Políticas Públicas – Comparações

A análise discursiva dos diferentes instrumentos normativos publicados no período sugere uma tendência do Poder Público em valorizar o ENADE como um importante indicador da qualidade, ainda que associado ao sistema de avaliação. Interessante se notar que a única FD de cunho negativo da série analisada, qual seja que relaciona o exame à ideia de fraude, também é a única que silencia quanto à retórica da qualidade não havendo associação, seja com o sistema, seja com o exame.

Vale ressaltar que o fato do *corpus* deste *mídiun* ser quantitativamente pequeno está diretamente relacionada ao seu gênero e às coerções midiológicas a que está submetido, vez que, é de se esperar que instrumentos normativos – ainda que sejam portarias – tenham menor frequência de publicação, bem como, maior tempo de vigência, garantindo assim a estabilidade das relações jurídicas. Em que pese o estreito *corpus*, distribuído em sete ocorrências, é possível a observância de uma construção discursiva que trata da certificação educacional com grande destaque à ideia de processo avaliativo sistematizado, ENADE como indicador e estratégia de gestão, facilitando o entrelaçamento da ideologia das IES privadas e mercantis com a gestão educacional, como se pode verificar pelo quadro a seguir:

**Quadro 22: Tendências e incidência de FD sobre o ENADE no *mídiun* Poder Público**

CICLOS	INCIDÊNCIA DE PUBLICAÇÕES	FD DETECTADA
1º	02	Processo Avaliativo
2º	01	Indicador de Qualidade
3º	02	Indicador de Qualidade
4º	0	Sem dados
5º	02	Fraude/Estratégia de Gestão

Fonte: A autora

#### 5.4. Enunciados Midiáticos

A literatura traz as seguintes provocações:

A linguagem escrita é uma safadeza que vocês inventaram para enganar a humanidade, em negócios ou com mentiras.

O leitor de jornais admite uma chusma de opiniões desencontradas, assevera isto, assevera aquilo, atrapalha-se e não sabe para que banda vai.

(do personagem Luís da Silva, na obra *Angústia* de GRACILIANO RAMOS)

Tais destaques expõem a ausência de neutralidade da informação dada pela imprensa, seja lá qual for o veículo, convergentes com a concepção de AD que concebe como ideológicas e interdiscursivas as produções textuais, incluindo-se o próprio exemplo literário. Assim, a partir de uma ‘releitura’ do dito (ou silenciado) ocorrerá a produção (ideológica) do sentido. Nesses termos Gill (2003, p. 248) comenta “[...] o uso construtivo da linguagem – ou seja, o

fato de que diferentes tipos de textos constroem nosso mundo – é um aspecto aceito sem discussão.”.

Portanto, além da inexistência de neutralidade discursiva, os textos provocam determinadas leituras de mundo e produzem posicionamentos políticos e sociais. O que nas publicações de jornais e periódicos tende a ser agravado, dada a sua natureza de ‘noticiar a realidade cotidiana diariamente’, o que gera ainda mais poder de influenciar a compreensão dos indivíduos.

A partir dessas considerações cabe ressaltar que o *corpus* analisado referente aos enunciados midiáticos é representado nessa investigação pelo Jornal Folha de São Paulo, entendendo-se aqui o jornal como interlocutor midiático dado o seu potencial de meio de comunicação de massa (*mass media*<sup>61</sup>) (Wilson GOMES, 2003 e Liziane GUAZINA, 2007), cujas as características, de tal folhetim, conforme Luciana Costa, Karina Cunha e Brunella Velloso (2012, p. 11), são:

[...] fundado em 1921 e pertencente ao Grupo Folha, um dos maiores conglomerados midiáticos do Brasil, originou-se a partir da junção de três outros jornais, o Folha da Noite, Folha da Manhã e Folha da Tarde. O público-alvo do jornal está focado nas classes A e B e atualmente, é o diário nacional com maior tiragem, com média de circulação de 287.497 exemplares.

Tais aspectos o legitimaram como *mídiu*m de análise posto que: jornal de grande circulação, conhecido e acessível em todo país, especialmente a partir da inserção do seu acervo digital disponível gratuitamente a partir do dia seguinte da edição impressa<sup>62</sup>. Ademais, o acervo digital abrange todo o período<sup>63</sup> determinado para a análise o que possibilitou trabalhar amplo *corpus* na pesquisa, condição essa inexistente em relação aos outros *mídiu*ns analisados, e, por essas condições, não foram consultadas outras fontes jornalísticas com o mesmo perfil.

Por outro lado, segundo Sônia do Carmo (1992, p. 262), e convergente com o apontado acima quanto ao perfil do público-alvo se caracterizar entre as classes A e B, a linha editorial do JFSP se apresenta como representante da sociedade quando, de fato, apresenta um discurso neoliberal convergente com o empresariado, “[...] segmento com o qual o jornal se identifica, em oposição ao público[...].” Assim, comenta a autora

---

<sup>61</sup> Para Gomes (2003, p. 124) a concepção de *mass media* considera a indústria da cultura e da informação a partir dos dispositivos de emissão e da capacidade de difusão de conteúdos para audiências massivas.

<sup>62</sup> Por óbvio aos assinantes a versão digital atualizada está sempre imediatamente disponível.

<sup>63</sup> As edições estão digitalizadas a partir das publicações datadas de 1921.

Temos, portanto, um discurso que, embora enfatize a crítica à manipulação, também é manipulador, como aliás ocorre com todo discurso político. Ao identificar-se com a "sociedade", o jornal, especificamente nesses editoriais analisados, procura criar a ilusão de unanimidade em relação a suas propostas e oculta a origem social dos interesses que defende. Sob a máscara da racionalidade e da modernização, apresentados como valores gerais e, portanto, irrefutáveis, o editorial silencia (o que também é revelador) sua adesão ao projeto neoliberal, que não poderia ser apresentado como aspiração unânime da sociedade, uma vez que é contestado por muitos de seus setores. (CARMO, 1992, p. 262)

A respeito do *modus operandi* da ferramenta de pesquisa disponibilizada, denominada ‘Acervo Folha’, essa permite a partir do lançamento de uma expressão no campo de busca que sejam encontradas todas as edições em que a aludida expressão apareça, bem como, que sejam acessadas essas publicações. Essa busca a partir de “pivôs da análise” é validada por Guilhaumou, Didier e Robin (2016, p. 26) que apontam como uma das possibilidades de se orientar os estudos de imprensa, dedicando-se a recortes de termos.

Assim, lançado o acrônimo ENADE no campo de busca, o resultado inicial apontou para 746 ocorrências, que recortadas temporalmente – 2004 a 2017 – resultaram num universo inicial de 678 ocorrências, que submetidas ao critério previamente estabelecido, resultaram em 74 publicações para análise, entre reportagens, comentários e editoriais publicados, ou seja 10,91% das publicações a respeito do tema. Os critérios de inclusão para análise foram: que o ENADE fosse senão o único, um dos temas principais do texto e que não correspondesse a texto publicitário.

Ou seja, para que as publicações fossem analisadas discursivamente deveriam conter a expressão ENADE ao longo do seu texto, referir-se à expressão e/ou tratar diretamente a avaliação em questão, estando descartados textos que, embora constassem a expressão, apenas a mencionavam para destacar assuntos alheios à avaliação propriamente dita ou que representassem algum tipo de publicidade institucional.

Aqui, como também nas análises referentes à RES, foram consideradas reportagens, comentários e editoriais dadas as suas peculiaridades quanto aos mecanismos enunciativos e formas de coerção. Ressaltando-se a inexistência de neutralidade ou linearidade comunicativa, mesmo quando se pretende apenas expor informação. A partir dessas características foi observada a seguinte distribuição de gêneros textuais no *corpus* do JFSP ao longo do tempo:

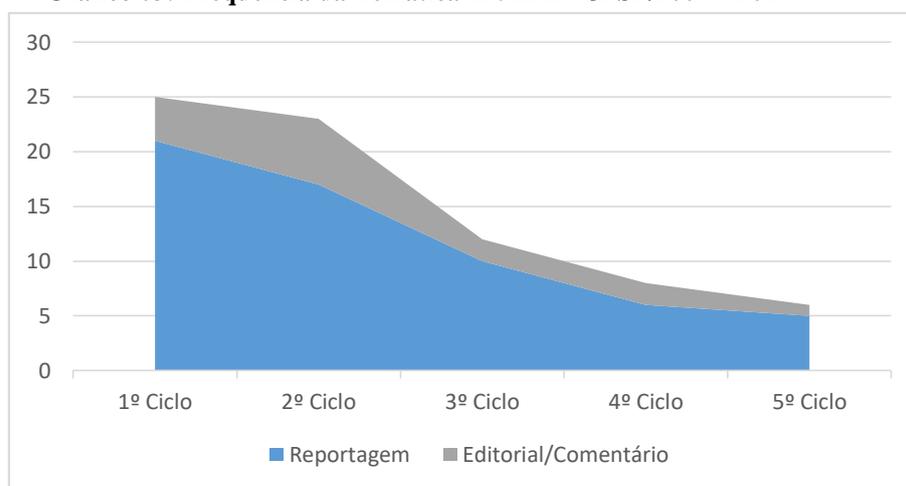
**Quadro 23: Incidência do *corpus* analisado no Jornal Folha de São Paulo**

PUBLICAÇÕES	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Reportagem</b>	8	6	7	7	8	2	3	2	5	4	1	1	4	1
<b>Editorial/ Comentário</b>	2	2	0	2	3	1	1	1	0	2	0	0	0	1
<b>Totalização</b>	10	8	7	9	11	3	4	3	5	6	1	1	4	2
<b>Por Ciclos</b>	25		23			12			8		6			

Fonte: A autora

Veja-se que, pelo quadro acima, a temática do ENADE esteve em destaque no JFSP especialmente entre 2004 a 2008, sendo permeada por narrativas em grande parte de cunho narrativo-descritivo, enquanto os debates embora apareçam desde o início, ganham constância entre 2007 a 2011, com grande oscilação, observado, ainda, declínio das notícias acerca do exame, seja de cunho informativo seja de cunho argumentativo conforme ilustrado no gráfico a seguir:

**Gráfico 03: Frequência da Temática ENADE – JFSP/2004 – 2017**



Fonte: A autora

Os resultados discursivamente analisados divididos em ciclos se apresentam como abaixo exposto:

#### 5.4.1. 1º Ciclo avaliativo /2004 - 2007

2004

O exame ENADE surge em 2004 sendo anunciado como destaque do novo sistema, inovação do governo Lula, evolução em relação ao Provão, avaliação estruturada para o ensino superior do governo federal anterior (FHC). Essa comparação ocorre constantemente desde a

gênese do novo exame, até aproximadamente 2010, mantendo-se a referência e interlocução entre as provas, sendo o ENADE apresentado como eficiente, especialmente pelo MEC/Inep, mas amplamente contestado pelos representantes da academia, as universidades estaduais paulistas e defensores do antigo exame. Os dados abaixo se referem à AD realizada a partir do *corpus* publicado no JFSP em 2004, onde foram atendidos os critérios, totalizando dez publicações presentes em nove edições distintas, como segue:

**Quadro 24: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2004**

<b>TEXTO 01/10 – 2004</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Câmara aprova o substituto do Provão.</b> Caderno Cotidiano. Sexta-feira, 05/03/04. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/03/05/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/03/05/15/</a> . Acesso em: 01/03/17.	
<b>Contexto</b>	
As circunstâncias dizem respeito à divulgação da aprovação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior pela Câmara, destacada a expressão “votação simbólica” dando a entender como de cunho meramente protocolar, início do governo PT. Sistema vem a substituir o anterior vigente entre 1996 – 2003.	
<b>Compreender</b>	
Início do processo de transição PROVÃO – ENADE, primeiro governo do petista Lula quer imprimir mudanças na educação voltadas para a sua plataforma de popularização do ensino superior sendo o exame apresentado como parte de um sistema que avaliará vários eixos, com compromissos de melhoria e sanções severas em caso de descumprimento. A única mudança destacada em relação ao Provão é que passará a ser trienal e não mais anual.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Aprova em votação simbólica. Novo exame. Substituto do Provão. Avalia estudantes. Premia bons resultados. Pune instituições.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Avaliação legitimada	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 02/10 – 2004</b>	
MENA, Fernanda. CONSTANTINO, Luciana. Em novembro, MEC vai avaliar 13 cursos no país. Jornal Folha de São Paulo. Caderno Cotidiano. Quarta-feira, 17/03/04. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/03/17/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/03/17/15/</a> . Acesso em: 01/03/17.	
<b>Contexto</b>	
O texto noticia a votação pelo Senado do projeto do Sinaes e destaca que este foi instituído por Medida Provisória, embora observe que ainda dependa de regulamentação e que a mesma deve ser discutida na pauta da reforma universitária prevista para novembro do mesmo ano.	
<b>Compreender</b>	
O artigo é assinado por duas repórteres que entrevistaram ainda o presidente da UNE, professores de Universidades Públicas e o ex-ministro da Educação, observando-se alguns contrapontos e comparativos ao exame anterior.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Instituído por medida provisória. Estudantes de 13 cursos serão avaliados (no ano passado [no Provão] foram 26). A proposta precisa de regulamentação. A principal mudança é a [uma] possibilidade. Não está definido. No sistema antigo o que ganhava destaque era o Provão. [item] Críticas Especialistas consideram sequência do Provão. [fala do ex – ministro da Educação] “o que há de novo no sistema? Não há nada.” Sistema misto sem as mudanças essenciais. Como ainda será definido. Avanço condicionado. Há quem desconfie. Quem faltar à prova não receberá o diploma. Avanço democrático contraditório.	

Complicado usar amostragem. Como ainda não estão definidos.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Exame com indefinições importantes e semelhanças ao Provão.	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associação frágil, diretamente relacionada ao Sinaes	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDEFINIÇÃO
<b>TEXTO 03/10 – 2004</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Lula sanciona a lei que cria o novo sistema de avaliação de ensino. Sexta –feira, 16/04/04. Caderno Cotidiano. Quarta-feira, 17/03/04. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/04/16/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/04/16/15/</a> . Acesso em: 01/03/17.	
<b>Contexto</b>	
A notícia parece ter caráter meramente informativo sobre o andamento do processo de regulamentação do exame, embora associe a figura do novo presidente a uma suposta mudança importante na educação. Há junto ao texto um quadro comparativo que valoriza o novo processo proposto.	
<b>Compreender</b>	
Notícia a sanção presidencial da Lei 10.861/04 que cria o Exame Nacional do Ensino Superior, destacando a necessidade de regulamentação de alguns itens embora já haja data prevista de realização das provas. Não se pode esquecer que esses fatos ocorreram no início do governo Lula quando sua figura gozava de alta popularidade reestruturando vários setores com pauta de democratização.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Sancionou o texto sem mudanças. A lei precisará ser regulamentada.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Processual	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 04/10 – 2004</b>	
OLIVEIRA, Gesner. Saudoso Provão. Jornal Folha de São Paulo. Caderno Economia. Opinião Econômica. Sábado, 15/5/2004. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/05/15/73/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/05/15/73/</a> . Acesso em: 02/03/17.	
<b>Contexto</b>	
O artigo é escrito meses após a sanção do novo exame, no Caderno de Economia, assinado por um Doutor em Economia, contrapondo a necessidade de um novo exame para o ensino superior.	
<b>Compreender</b>	
Assinado por um Doutor em Economia por Berkeley e professor da FGV, apresenta argumentos de uma tese recém defendida na Economia da USP a respeito da contribuição do Provão para a melhoria (estimada em 2,5%) da qualidade do ensino superior no Brasil, destacando a assimetria de informação pois embora produzida e publicizada pela universidade o conhecimento que contesta a validade do ENADE não é considerado pelos órgãos de governo. Há uma figura ao lado que apresenta um membro do governo com os ouvidos tapados para um prédio da universidade.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Padece de uma falha. Pouca informação. Sem base objetiva. Falta informação. Piores escolas. Pouca base objetiva. Reflexo impreciso da qualidade. Disseminação da informação lenta e tardia. Incentivo perverso do sistema. Escolas não estimuladas a investir em qualidade. Lamentável o fim do Provão. ENADE será inócuo. ENADE menos eficiente que o Provão. Não terá incentivo para realizar a prova seriamente. Lamentavelmente sepultou o Provão. Agravamento do problema estrutural de informação assimétrica. Piora na qualidade.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Retrocesso, menos eficiente, inócuo, antissocial	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada ao acesso à informação e ao padrão Provão	
<b>Formação discursiva detectada</b>	RETROCESSO
<b>TEXTO 05/10 – 2004</b>	

<p>JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Novo provão abordará globalização e ética. Caderno Cotidiano. Terça-feira, 10/08/04. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/08/10/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/08/10/15/</a> Acesso em: 01/03/17.</p>	
<b>Contexto</b>	
<p>A notícia tem como ponto de partida a publicação em Diário Oficial das diretrizes do primeiro ENADE, realizado em novembro de 2004, trazendo estimativas de público e custo, estrutura da prova, inscrições além de breve comparativo quanto ao exame anterior do Ensino Superior.</p>	
<b>Compreender</b>	
<p>O artigo jornalístico, com pretensão informativa cita trechos do diário oficial como legitimadores do discursivos. Há um quadro explicativo ao lado, reforçando os dados da notícia.</p>	
<b>Sobrasseveraões</b>	
<p>Inovações em relação ao extinto Provão. Diferença ENADE em relação ao Provão.</p>	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
<p>Inovação e diferença em relação ao Provão</p>	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
<p>Silenciamento</p>	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INOVAÇÃO
<b>TEXTO 06/10 – 2004</b>	
<p>JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Alunos divergem sobre a abrangência.</b> Caderno Cotidiano. Terça-feira, 10/08/04. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/08/10/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/08/10/15/</a>. Acesso em: 01/03/17.</p>	
<b>Contexto</b>	
<p>Junto à reportagem principal é apresentado contraponto dos alunos acerca da prova de conhecimentos gerais proposta, há concordâncias e discordâncias diversas, além de sugestões propostas.</p>	
<b>Compreender</b>	
<p>O artigo apresenta opiniões de alunos da PUC/SP de áreas a serem submetidas ao exame a respeito da prova de formação geral, observa-se que grande parte dos alunos não considera a ideia boa como um todo, sendo apontadas desde inexistência de diferença em relação ao exame anterior, até uma tendência mercadológica – generalista, além da sugestão de não ser pontuada a prova de formação geral. Vale destacar a fala a respeito da necessidade de a avaliação vir acompanhada de uma política de melhoria da universidade, uma vez que o novo formato não faria diferença.</p>	
<b>Sobrasseveraões</b>	
<p>Não significará melhoria no ensino. [pode] contribuir para o aperfeiçoamento curricular.          Não faz diferença. Desacompanhada de uma política de melhoria da universidade.          Adequação de mercado. Interessante pois abrangente. Abrangência positiva.</p>	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
<p>Tratado como ‘novo exame’, variação de pontos de vista quanto ao potencial de melhoria</p>	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
<p>Silenciamento</p>	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDEFINIÇÃO
<b>TEXTO 07/10 – 2004</b>	
<p>JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>O novo Provão.</b> Editorial Folha de São Paulo. Quarta-feira, 11/08/04. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/08/11/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/08/11/2/</a>. Acesso em: 03/03/17.</p>	
<b>Contexto</b>	
<p>Em fase de preparativos para a aplicação do ENADE, novo exame do Ensino Superior do Governo do PT que é incansavelmente apresentado como inovação em relação ao anterior (Provão).</p>	
<b>Compreender</b>	
<p>É um artigo do Editorial, elocutivo e opinativo, apresentando inclusive a existência de discussões técnicas acerca do ENADE embora seja destacado que introduz mudanças importantes.</p>	
<b>Sobrasseveraões</b>	
<p>Introduz mudanças importantes no Provão. Defensável. Economia considerável. Decisão apropriada.          Positiva decisão. Novidade em relação ao conteúdo. Aspecto problemático a amostragem.          Difícil adoção da regra da nota individual. Injusto constar nota individual apenas para alguns.          Não se empenhe na prova. Facilitação de condutas divergentes. Prejudiciais às instituições e ao exame.</p>	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
<p>Inovação embora necessite ajustes</p>	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	

Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INOVAÇÃO
<b>TEXTO 08/10 – 2004</b>	
DIMENSTEIN, Gilberto. USP ameaça não participar do novo Provão. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Terça – Feira, 31/08/2004. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/08/31/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/08/31/15/</a> . Acesso em: 04/3/17.	
<b>Contexto</b>	
Em fase de preparativos para a aplicação do ENADE, novo exame do Ensino Superior, apresentado como inovação sofre resistência de duas instituições de reconhecidas competências, Fundação Carlos Chagas e USP.	
<b>Compreender</b>	
O artigo é assinado pelo colunista da Folha, Gilberto Dimenstein, trazendo informações sobre a recusa da Fundação Carlos Chagas e a contestação de parâmetros desta, além da USP, Unicamp e UNESP.	
<b>Sobrasseveraões</b>	
Fundação Carlos Chagas recusou. USP ameaça não participar do novo Provão. Sofreu dois grandes golpes. Recusou a participar. Não participará do processo. Não pode aceitar. Falta de detalhamento da metodologia. Não obteve detalhamento do processo. Recusa de participação no ENADE. Não tivemos segurança nos procedimentos utilizados. Inconsistente o sistema de amostragem de alunos. Rebelião das universidades paulistas contra o Sinaes. Decisão polêmica, USP não participará.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Ineficiente – falho	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE
<b>TEXTO 09/10 – 2004</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Educação</b> : Unicamp não participará do novo Provão. Caderno Cotidiano. Quarta - feira, 15/09/2004. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/09/15/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/09/15/15/</a> . Acesso em 04/03/17	
<b>Contexto</b>	
A notícia reafirma posicionamento inicial da Unicamp que apontava discordância técnica em relação a alguns parâmetros do exame.	
<b>Compreender</b>	
Foi dada apenas uma pequena nota, sem assinatura, com um tom quase desimportante, entretanto este posicionamento reforça os anteriores – da USP e Fundação Carlos Chagas, pondo a validade do exame em cheque.	
<b>Sobrasseveraões</b>	
Unicamp não participará. Unanimidade. Não comparecerá. Decisão referendada. Recomendará não participar. USP já havia decidido não participar.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Não recomendado – falho	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE
<b>TEXTO 10/10 – 2004</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Mais longo, novo exame do ensino superior é aprovado por alunos</b> . Caderno Cotidiano. Domingo, 08/11/2004. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/11/08/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2004/11/08/15/</a> . Acesso em 04/03/2004.	
<b>Contexto</b>	
A notícia relata a realização da prova e aponta aprovação dos alunos, num claro interdiscurso com a contestação técnica de grandes instituições.	
<b>Compreender</b>	
O texto expõe dados, com a fala breve de representante do Inep, e apresenta entrevistas com diversos alunos, todos eles de instituições privadas da área de saúde, submetidos ao exame.	
<b>Sobrasseveraões</b>	
90% de presença. Aprovado pelos alunos. Exame que avalia a qualidade dos cursos do ensino superior	

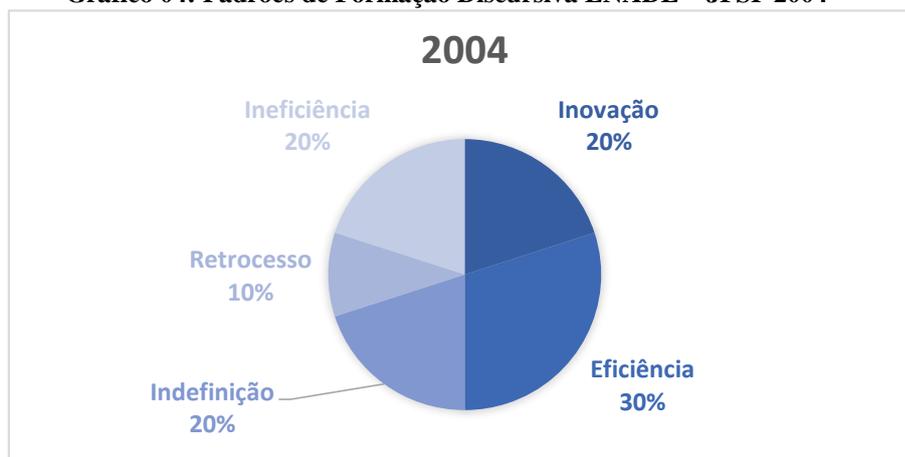
Prova boa. Questões bem formuladas. Presença [interessantes] inútil	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Eficiente, aprovado	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Diretamente associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE

Fonte: A autora

A partir dos dados acima apresentados é possível observar as tendências de formação discursiva (FD) a respeito da relação entre ENADE - QUALIDADE no ensino superior. Assim, há refutações e retomadas de discursos prévios que demonstram a existência tanto de polissemias quanto de interincompreensões, pois, embora se refiram a um mesmo exame, a ele se remetem desde perspectivas que não constituem univocidade.

Nesse sentido, os discursos governistas no nascedouro da nova avaliação apresentam o exame como parte do sistema sem que haja uma relação estabelecida com a qualidade de ensino. Esse discurso é retomado pelo editorial do jornal que, em oposição às contestações da academia, apresenta o ENADE como inovador e eficiente. Por outro lado, dada a mesma avaliação e o mesmo contexto, qual seja, a gênese da (nova) avaliação em larga escala, a academia, especialmente representada pela USP e Unicamp, e parte dos discentes, condenam o exame por problemas metodológicos, ineficiência em relação ao Provão, e sua incapacidade de melhorar o ensino gerando farta polissemia, como se pode verificar pelo gráfico a seguir:

**Gráfico 04: Padrões de Formação Discursiva ENADE – JFSP 2004**



Fonte: A autora

Entretanto, vê-se, na interpretação dos dados, que durante 2004 não houve FD quem destacasse a excelência da avaliação, mas há recorrente discurso sobre a manutenção do padrão Provão ou retrocesso, em relação a esse; em oposição aos discursos que giram em torno da inovação e eficiência. Por outro lado, há uma tendência ideológica de corroborar o impacto positivo da nova avaliação – validando as políticas focais de governo – sendo essa considerada

inovadora (20%) e eficaz (30%), especialmente quando são observadas reportagens que retomam enunciações diretas do Poder Público, embora a faceta processual do exame – como parte de um sistema que avalia diversas perspectivas – seja destacada pela política pública (Lei 10.861/04) e não seja ela, sequer, mencionada.

Por fim, nesse primeiro ano, restou observado que, apenas passada a realização da primeira prova, se encontra o estabelecimento de uma relação direta entre ENADE – QUALIDADE, sendo esta feita de forma literal: “[...] exame que avalia a qualidade do Ensino Superior.” (JFSP, 08/11/2004). Verifica-se, ainda, para além de uma forte comparação entre as características dos exames (ENADE – Provão), uma tentativa de legitimação da nova avaliação ainda que tomada a expressão “Provão” como referência.

Assim, a expressão “Novo Provão” surge como parte das manchetes em quatro das dez edições, e em todos esses exemplos o texto se referia à prova ENADE, mas remetia-se ao exame anterior, num interdiscurso, buscando trazer a memória social discursiva do que significava tal avaliação, gerando um jogo de intenções e interpretações em que o novo passa a ser representado pelo antigo.

Nesse mesmo sentido, embora tenham surgido críticas, especialmente apresentadas num caderno de opinião econômica apontando o retrocesso da nova política avaliativa, se apresenta e estrutura a inserção social do ENADE a partir de um discurso de aprovação seja na esfera pública – “aprovado em votação simbólica” – seja no âmbito dos discentes envolvidos – “aprovado pelos alunos” –, construindo-se toda uma pauta de inovação acerca do exame, sendo retomada sempre que há interrupção desta linha argumentativa, seja por instituições ou outras partes interessadas.

2005

Com o adiamento da segunda prova e atraso na entrega dos resultados de 2004, surgem como questões cruciais o grau de eficiência e confiabilidade do exame. Observa-se a partir dos primeiros resultados, contrariando a proposta inicial, a formulação de ranqueamento, estrutura já existente quando do Provão, numa lógica de pedagogia por objetivos, o que desestabiliza, assim, a argumentação quanto à sua capacidade de inovação e evolução.

Por outro lado, contradita-se a classificação como falha, pois que essa expressaria a realidade, legitimando-se o exame como ferramenta de gestão do ensino superior, sendo parte

do sistema de avaliação e não sua única perspectiva. Além disso, numa tentativa de legitimação social do exame, por parte do (então) Ministro da Educação, surge o argumento do padrão internacional do modelo ENADE, num interdiscurso com os padrões de certificação utilizados no setor produtivo global, como selo garantidor da qualidade das instituições.

No segundo ano do exame, 2005, destacam-se oito publicações que atenderam aos critérios de inclusão em sete edições distintas, como segue:

**Quadro 25: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2005**

<b>TEXTO 1/8 – 2005</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Provão do governo Lula é transferido.</b> Caderno Cotidiano. Terça-feira, 01/03/05. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/03/01/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/03/01/15/</a> Acesso em: 10/03/17.	
<b>Contexto</b>	
Atos preparatórios para o segundo ENADE que aconteceria em junho/05, anuncia-se o adiamento justificado pela necessidade de ajustar orçamento pelo aumento de áreas avaliadas. Observa-se que até então não haviam sido anunciados os resultados de 2004 nem haviam finalizados o processamento de dados, razão suficiente para já se pensar em protelar o exame seguinte.	
<b>Compreender</b>	
O texto traz dados orçamentários, com aumento de R\$ 21 milhões de um exame para o outro justificado pelo coordenador – geral do ENADE em função do aumento dos cursos avaliados e o seu porte.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Transferido. Adiado para 06 de novembro. Edital de licitação suspenso. Decidido para organização orçamentária e processamento dos dados de 2004 Novo edital, sem dada definida. Previsão de gastos não considerou o aumento de áreas. Adiar a prova sem prejuízo aos alunos e para o processo de avaliação. Inep dispõe de verba.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE mal planejado	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE
<b>TEXTO 2/8 – 2005</b>	
CONSTANTINO, Luciana. BAHIA, Guilherme. <b>Novo Provão reprova 10,6% dos cursos.</b> Jornal Folha de São Paulo. Caderno Cotidiano, Quarta-feira, 04/05/05. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/04/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/04/15/</a> . Acesso em: 10/03/17.	
<b>Contexto</b>	
Resultados parciais do primeiro ENADE recém-saídos, apesar da promessa que os resultados totais sairiam até o fim de março, texto da reportagem faz parte de um conjunto de reportagens sobre o tema que ocupa toda a página e a página seguinte além de destacado na primeira página.	
<b>Compreender</b>	
O destaque é dado à quantidade de cursos reprovados mas ao longo do texto faz referências confusas, apresenta que 10,5% dos cursos tiveram conceito máximo e 79% entre 3 e 4, comenta brevemente sobre uma possível melhora do ensino superior se comparado com os resultados do Provão mas abandona a inferência destacando que são exames distintos, além disso aponta a diferença mínima de desempenho entre ingressantes e concluintes, sugerindo baixo impacto do ensino superior na formação, o que é prontamente respondido pelo ministro da Educação como necessidade de abordagem sistêmica de todos os níveis, sem esclarecer a respeito do conceito a que se refere.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Novo Provão reprova. 10,5% dos cursos tiveram nota máxima. USP e Unicamp não participaram Alvo de críticas de especialistas. Pequena diferença de desempenho entre concluintes e ingressantes 'Federais' foram melhor. Ministro aponta impossibilidade de considerar melhorias na qualidade, dada a mudança do exame	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	

ENADE avalia a qualidade.	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada ao número de cursos reprovados pelo exame	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 3/8 – 2005</b>	
TATSCH, Constança. Alunos não sabem o significado da nota. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano, Quarta-feira, 04/05/05. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/04/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/04/15/</a> . Acesso em: 10/03/17.	
<b>Contexto</b>	
Com o resultado do primeiro ENADE são apresentadas as opiniões dos alunos submetidos, vendo-se discrepância entre o divulgado pelo Inep e o percebido pelos alunos. Essa reportagem é apresentada junto a outras sobre diferentes perspectivas do mesmo tema.	
<b>Compreender</b>	
Após a divulgação do resultado dos conceitos do primeiro ENADE, num claro interdiscurso com a reportagem publicada em novembro de 2004 onde se destacava a aprovação dos alunos em relação ao exame em questão, essa aponta que os alunos não só não compreendem o significado dos conceitos como não perceberam a tão comentada diferença entre o modelo de prova ENADE e seu antecessor, o Provão. Destacados, ainda, boicotes por alunos que eram inflamados por estudantes nos locais de prova, o que também compromete os resultados.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Alunos não sabem o significado da prova. Novo exame repete o Provão. Não sabe o significa a nota. O Provão era superficial, criaram o ENADE, falaram que não ia ser mais assim, mas a gente não sabe. Nova avaliação também está errada. Na prática vai continuar a mesma coisa. Vão continuar a classificar a faculdade. Boicote geraria corte de verba. Boicotei mas errei.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE mantém erros e processos do Provão	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	MANUTENÇÃO
<b>TEXTO 4/8 – 2005</b>	
BASSETTE, Fernanda. TATSCH, Constança. CONSTANTINO, Luciana. Instituições criticam a divulgação de notas. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano, Quarta-feira, 04/05/05. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/04/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/04/15/</a> . Acesso em: 12/03/17.	
<b>Contexto</b>	
O texto faz parte de um conjunto de reportagens sobre a divulgação dos primeiros resultados e apresenta a perspectiva das instituições participantes que se disseram surpreendidas pela divulgação dos seus resultados gerais, de cunho jornalístico, acompanhada de gráficos e tabelas detalhando os dados.	
<b>Compreender</b>	
Entre outros, o destaque é dado entre a opinião dos reitores/ABMES e o MEC a respeito do novo ranqueamento surgido a partir da divulgação das notas, a reportagem busca um tom de imparcialidade, embora, de fato o debate esteja posto. Algumas instituições dizem que o mérito da prova estaria adstrito a sua mera avaliação dos indicadores e valor agregado e, não, à divulgação dos conceitos gerais. Enquanto o MEC destaca que o ENADE representaria apenas 20% da nota total (considerando os outros fatores), e que embora haja divulgado listagem – que possibilita o ranqueamento – não deve ser considerado como juízo definitivo, mas parcial da avaliação do Sinaes, e considera que é parte de um processo de avaliação cujo período de duração pode chegar a dois anos.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Avaliação global deu lugar a um novo ranking. Criticou a divulgação dos conceitos. Divulgação da média geral ENADE causou surpresa para as instituições. O mérito do ENADE não era divulgar notas. MEC afirma que não fez ranqueamento dos cursos, mas divulgou tabela que permite ranqueamento. Dados dentro do Sinaes. Os conceitos finais do curso podem mudar depois de encerrado todo o processo de avaliação	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Gerou novo ranqueamento	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	

<b>Formação discursiva detectada</b>	RETROCESSO
<b>TEXTO 5/8 – 2005</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Avaliação do Ensino</b> . Primeiro Caderno, Quinta-feira, 05/05/05. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/05/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/05/2/</a> . Acesso em: 12/03/17.	
<b>Contexto</b>	
O texto compõe o editorial do jornal e defende o posicionamento do MEC quanto à divulgação detalhada dos resultados, destacando o preocupante quadro do ensino superior após a divulgação recente dos resultados do primeiro ENADE.	
<b>Compreender</b>	
O editorial embora destaque as dificuldades da educação superior em sentido geral, uma vez que este pouco acrescentaria à formação de seus estudantes, assevera a situação do ensino privado e apoia a decisão do MEC em divulgar os resultados uma vez que considera primordiais para a sociedade.	
<b>Sobresseverações</b>	
ENADE é a primeira etapa do novo sistema de avaliação. Resultados anunciam quadro preocupante. Comparação entre instituições públicas e privadas, destacando a superioridade daquelas. Exame trouxe surpresas desagradáveis quanto à formação geral dos alunos. Instituições não tem acrescentado nada à formação dos alunos. Divulgação dos resultados gerou protestos das instituições mas tem razão o MEC em divulgar ENADE serve como base de medidas de aperfeiçoamento. Sociedade tem o direito de ser informada quanto à qualidade do ensino.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é eficiente	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 6/8 – 2005</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>ENADE</b> . Painel do Leitor, Sexta-feira, 06/05/05. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/06/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/05/06/2/</a> . Acesso em: 12/03/17.	
<b>Contexto</b>	
Apresenta protesto da Universidade de Ribeirão Preto acerca da divulgação do resultado ENADE 2004 pelo Inep e sua reprodução pelo jornal Folha de São Paulo.	
<b>Compreender</b>	
A Universidade de Ribeirão Preto, Unaerp, instituição privada, contesta a divulgação do resultado isolado do ENADE sem os demais dados que gerariam um ranqueamento distorcido uma vez que os demais dados enviados às instituições apresentam a posição média nacional, justificando a fala discente acerca da incompreensão dos conceitos ENADE.	
<b>Sobresseverações</b>	
Contesta a intenção do JFSP e do Inep em divulgarem a nota. Destaca os danos da não divulgação do quadro conceitual para melhor compreensão do nível de qualidade provocado pelo <i>ranking</i> . Comenta a incompreensão gerada pela falta de equivalências em relação ao exame anterior.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é falho	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associado ao ranqueamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE
<b>TEXTO 7/8 – 2005</b>	
FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Estudantes criticam exame que avalia o ensino superior no país</b> . Caderno Cotidiano, Segunda-feira, 07/11/2005. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/11/07/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/11/07/15/</a> . Acesso em: 12/03/17.	
<b>Contexto</b>	
A reportagem destaca que, em clima de boicote, a prova foi realizada no dia anterior e criticada pelos alunos que se dividem entre a considerarem extremamente fácil (alunos de ciências sociais) ou complicada (aluno de ciência da computação), além disso traz informes gerais da prova.	
<b>Compreender</b>	

As críticas apresentadas pelos alunos parecem estar ligadas à sua área de formação vez que alunos de ciências sociais depreciam as provas por fáceis – subentendendo-se que se referiam inclusive à formação geral – enquanto os de ciências da computação se referem a estratégias de responder aleatoriamente por considerarem as questões difíceis. Além disso, há críticas gerais quanto à estrutura da prova pelos alunos submetidos sem que haja contraponto do Inep ou Instituições.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Estudantes criticam exame que avalia ensino superior. A prova era para chamar o aluno de burro. Perguntas de muito baixo nível. Prova extremamente fácil. Achei a prova ridícula. Como a avaliação será corrigida? Prova complicada. Perdeu a prova. Transcorreu sem ocorrências.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE ineficaz para avaliar a qualidade do ensino	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada à avaliação de forma indireta	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE
<b>TEXTO 8/8 – 2005</b>	
HADDAD, Fernando. Educação e Avaliação. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Tendências/Debates. Domingo, 20/11/2005. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/11/20/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2005/11/20/2/</a> . Acesso em: 12/03/17.	
<b>Contexto</b>	
Artigo autoral e elocutivo onde o então ministro da Educação traz razões de ordem teórica e técnica a respeito de avaliação como instrumento da educação, num sentido geral, e da avaliação como instrumento de melhoria da qualidade da educação institucional, num sentido estrito, publicado 15 após a realização do ENADE/2005, num claro interdiscurso com os argumentos dos estudantes.	
<b>Compreender</b>	
Além de ministro da Educação, o autor é titulado, sendo doutor em Filosofia. Num tom de justificativa a respeito da contestada divulgação pública dos conceitos ENADE/2004, ocorrida em maio de 2005, encabeçada por reitores de instituições e associações de mantenedores de escolas superiores públicas e privadas. Além disso, o autor busca legitimar seu posicionamento por tratar-se de uma tendência internacional – “sendo adotada por sistemas educacionais em todo o mundo com resultados muito positivos”. Confronta, ainda, características do Provão com o ENADE tentando demonstrar a eficiência econômica deste em relação ao modelo anterior, desqualifica ainda o exame anterior dada sua condição de modelo inexistente no mundo. Além de reforçar que o ENADE retoma o objetivo correto, sem esclarecê-lo. Ainda sob o argumento de legitimação internacional do modelo finaliza suas razões apontando para os grandes avanços que serão realizados sob a égide do ENADE.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Não se tomem essas evoluções como contestação do que foi feito no passado.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Excelência e evolução em relação ao modelo anterior	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EXCELÊNCIA

Fonte: A autora

Pela análise dos dados apresentados acima é possível verificar a manutenção da polissemia e interincompreensão das formações discursivas a respeito da relação entre ENADE - QUALIDADE do ensino superior, embora tenham havido alguns deslocamentos dos eixos trazendo novas pautas, próprias da atualização do tema, considerando os novos contextos em que está implicado, como demonstra o gráfico a seguir:

**Gráfico 05: Padrões de Formação Discursiva ENADE – JFSP 2005**



Fonte: A autora

Assim, surge ao final de 2005 a FD da excelência associada ao exame ENADE como padrão de avaliação da qualidade na voz do então Ministro da Educação retomando, especialmente, a ideologia da eficácia do sistema e seu impacto positivo para a educação. Além disso, o então ministro, se apropria de sua titulação acadêmica para opor seus argumentos contra as críticas acadêmicas feitas, num interdiscurso com todos os debates propostos ao longo do processo de constituição da prova pelas publicações feitas pelo JFSP, especialmente em 2004.

Em que pese essa tomada de posicionamento, as ideias de retrocesso, manutenção e indefinição ainda permanecem presentes, sendo, entretanto, a contraposição entre os argumentos de eficiência e ineficácia os que melhor refletem as polêmicas constitutivas sobre a percepção do exame e seu poder de gerar ou gerir a qualidade.

De qualquer modo, aumentam em 2005 as referências diretas entre a relação ENADE - QUALIDADE, ainda que em alguns momentos se observe modulação de crítica seja à qualidade da educação ou ao perfil do exame, sendo irrefutável a associação entre os mesmos. Em que pese tal irrefutabilidade o uso da expressão ‘qualidade’ não aparece destacado em nenhum momento no ano de 2005, demonstrando, pois, que o não-dito pode ter grande força discursiva.

Quanto às referências feitas aos exames (ENADE – Provão) observa-se declínio quanto à referenciação do segundo, embora, caiba destacar a grande força discursiva imposta pelo ex-ministro da educação que, não apenas desqualifica claramente o antigo modelo, como o faz mencionado o mesmo a partir de escrita “minúscula”, o que demonstra a ideia de força da antiga avaliação como referência de memória social.

Esse apagamento em relação à referência ao Provão também pode ser percebido nas lides enunciativas, ou seja, das nove manchetes de 2005 acerca das avaliações em larga escala

do ensino superior apenas as duas primeiras constam referência ao Provão para se remeterem ao ENADE, sendo elas: “Provão do governo Lula é transferido” (JFSP, 01/03/05) e “Novo Provão reprova 10,6% dos cursos” (JFSP, 04/05/05).

## 2006

O ano de 2006 inaugura o uso dos resultados ENADE com finalidades publicitárias o que consolida o ranqueamento, severamente combatido no início da proposta da nova avaliação em larga escala. O periódico JFSP lança nesse ano um encarte, denominado FOVEST, com o intuito de suprir as demandas sobre de informações sobre o universo do ensino superior aos futuros ingressantes, gerando um novo espaço de construção discursiva sobre a educação superior, embora, ainda nesse se mantenha o padrão enunciativo, próprio do texto jornalístico.

Além disso, diferente dos anos anteriores, não há nenhuma produção textual veiculada pelo jornal, que corresponda a comentário ou editorial, ou seja, todas as sete publicações apresentadas em sete edições diferentes são do tipo reportagens diminuindo, pela própria constituição do gênero textual, o potencial de criticidade ao tema proposto. As análises discursivas deste ano são apresentadas no quadro a seguir:

**Quadro 26: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2006**

<b>TEXTO 1/7 – 2006</b>
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Opção por particulares pede pesquisa.</b> FOVEST. Terça-feira, 17/01/2006. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/01/17/29/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/01/17/29/</a> . Acesso em 12/03/17.
<b>Contexto</b>
Em 17 de janeiro de 2006 o periódico lança um encarte chamado FOVEST (Folha Vestibular – num claro interdiscurso com a sigla do maior vestibular do país - FUVEST), que entre outras coisas apresenta caminhos para se escolher instituições particulares. Além de trazer grande número de propagandas dessas instituições traz matérias de interesse para o leitor que esteja envolvido com o processo de inserção ao ensino superior. Sua matéria principal apresenta orientações para se escolher uma boa instituição privada, sendo os resultados ENADE um dos critérios.
<b>Compreender</b>
Trata-se de um conjunto de textos, na página central do encarte em que os candidatos têm diretivas de como encontrar cursos particulares de qualidade. Em todos eles a ideia de qualidade está vinculada ao ENADE. No primeiro e mais longo, o ENADE já aparece marcado como nota referencial de qualidade, indicador de separação de bons ou maus cursos, na voz de uma pesquisadora, sendo completado por texto curto com explicações gerais acerca do ENADE, sob a fala do coordenador-geral do ENADE, asseverando que é parte do Sinaes, e realizado com ingressantes e concluintes dos cursos, sendo acompanhado por uma tabela com outros dados gerais e como consultar as notas pelo site do Inep.
<b>Sobresasseverações</b>
O desempenho dos alunos no ENADE também pode ser consultado para ter uma referência do curso.
<b>Imagem retórica do ENADE</b>
ENADE é critério de seleção de cursos particulares.
<b>Imagem retórica de qualidade</b>
Associada aos padrões ENADE

<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 2/7 – 2006</b>	
GÓIS, Antônio. MEC passará a avaliar a avaliar os cursos tecnológicos. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Sábado, 29/07/06. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/07/29/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/07/29/15/</a> . Acesso em 12/03/17.	
<b>Contexto</b>	
A notícia divulga a inserção dos cursos superiores de curta duração (tecnológicos) no quadro de cursos que passam a ser avaliados pelo ENADE/Sinaes, a partir do próximo exame.	
<b>Compreender</b>	
A matéria destaca a necessidade de dar mais credibilidade aos cursos de curta duração uma vez que tem sua titulação tem pouca aceitação no mercado, sendo o ENADE um instrumento de certificação para tais cursos e, por isso, sua inserção no exame. É escrita por jornalista e vem acompanhada de dados acerca do crescimento/decrescimento de tal modalidade do ensino superior, uma vez que representam apenas 3,7% dos formados e sofrem preconceitos com suas titulações, além disso a reportagem destaca que tais modelos existem de forma reconhecida nos Estados Unidos e Europa, sem comparar a forma como são estruturados os diversos níveis educacionais nestas regiões.	
<b>Sobresasseverações</b>	
A avaliação é mais uma tentativa do governo de fazer deslanchar uma modalidade de curso que ainda é vista com desconfiança por alunos e empregadores. O controle de qualidade é necessário.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é padrão de qualidade	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 3/7 – 2006</b>	
CONSTANTINO, Luciana. TAKAHASHI, Fábio. 369 cursos tem a pior avaliação do MEC. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Quinta-feira, 10/08/06. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/08/10/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/08/10/15/</a> . Acesso em: 12/03/2017.	
<b>Contexto</b>	
A matéria é destacada desde a primeira página do folheto e trata dos resultados do segundo ENADE, realizado em novembro de 2005, seguida por dados mais detalhados na página seguinte.	
<b>Compreender</b>	
Notícia indicadores gerais do resultado do último ENADE, com comentários de especialistas e representantes das instituições privadas, além disso assevera a formação de um cadastro de titulados para realizar as avaliações <i>in loco</i> . Vale comentar certo ruído em torno dos índices de reprova que ora aparecem em torno de 7%, ora em torno de 20%.	
<b>Sobresasseverações</b>	
369 tem pior avaliação do MEC Fechar 7% dos cursos é até pouco, tendo em vista a qualidade do que foi aberto nos últimos dez anos	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE como certificação da qualidade	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada ao padrão ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 4/7 – 2006</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Nordeste tem melhores notas que o Sudeste</b> . Caderno Cotidiano. Quinta-feira, 10/08/06. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/08/10/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/08/10/15/</a> . Acesso em: 12/03/2017.	
<b>Contexto</b>	
Traz dados ilustrativos da reportagem anterior, completando a informação acerca os resultados do ENADE 2005.	
<b>Compreender</b>	
Reportagem curta com dados detalhados quanto aos resultados de 2005 traçando curioso comparativo entre resultados da região nordeste e sudeste, onde este apresenta 2,2% menos instituições com resultados entre 4 e 5. As justificativas são diversas e vão desde a percepção de expansão sem qualidade no sudeste	

(pesquisadora da UnB), ao aumento da rede pública no nordeste (presidente da associação das federais) até a inclusão de alunos com graves dificuldades no sudeste (associação das particulares).	
<b>Sobresasseverações</b>	
Cursos com conceitos mais altos no ENADE. É um indicativo de falta de qualidade.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE afere a qualidade dos cursos	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada aos resultados no ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 5/7 – 2006</b>	
TAKAHASHI, Fábio. Só 29 cursos recebem nota máxima em SP. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Sexta-feira, 11/08/06. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/08/11/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/08/11/15/</a> . Acesso em: 12/03/17.	
<b>Contexto</b>	
Ainda sob efeito do resultado do ENADE a reportagem traz a perspectiva do Estado de São Paulo, num claro interdiscurso com a reportagem a respeito da comparação entre regiões do Brasil, discutindo as razões de apresentarem baixo rendimento no ENADE.	
<b>Compreender</b>	
A reportagem se insere no bloco de reportagem que discutem os resultados ENADE, escrita por um repórter, trazendo dados e considerações a respeito da qualidade do ensino superior em São Paulo destacando seus pontos negativos – apenas 2,4% dos cursos com nota máxima e desempenho abaixo da média nacional – e positivos – 25 instituições públicas com nota máxima, sem a participação de USP e Unicamp – além de buscar justificativas para tais resultados: expansão sem qualidade, ENADE como um dos parâmetros, não o único, alunos do ensino privado sem base escolar, boicotes dos alunos. Todos os argumentos têm assinatura de docentes de diversas instituições, públicas e privadas. Além disso, apresenta ainda os resultados da única particular em SP com nota máxima, elencando suas estratégias para superar as defasagens de seus alunos. Ademais, ao lado, esboça uma tabela onde faz o ranqueamento das melhores e piores instituições em São Paulo.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Só 29 cursos recebem nota máxima em SP. SP abaixo da média nacional. ENADE, substituto do Provão. USP e Unicamp decidiram não participar por entenderem que os critérios não estão suficientemente debatidos.	
30 cursos em SP ficaram no nível mais baixo. É preciso avaliar outros fatores.	
ENADE criado pelo governo Lula. ENADE faz parte de um processo mais amplo de avaliação.	
Baixo desempenho mostra que o curso tem deficiências. Entrada de alunos com dificuldades.	
Boicote de algumas turmas. Maior número de zeros faz com que a média fique mais baixa.	
O desempenho foi fraco. É um indicador entre outros. Bom desempenho pela qualificação docente.	
Aluno ingressa bom, pois selecionado pelo vestibular. Alunos não chegam prontos ao Ensino Superior	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE como certificação da qualidade	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Associada ao padrão ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 6/7 – 2006</b>	
CONSTANTINO, Luciana. TAKAHASHI, Fábio. Bolsa do MEC beneficia 237 cursos ruins. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Segunda-feira, 28/08/06. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/08/28/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/08/28/15/</a> . Acesso em: 12/03/17.	
<b>Contexto</b>	
Ainda fruto dos resultados do último ENADE o folheto denuncia que 237 cursos mal avaliados pelo exame participam do programa governamental Universidade Para Todos, asseverado como uma das bandeiras do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na campanha por sua reeleição. Há ainda um quadro com fotografia e dados expondo o panorama, bem como, um quadro explicitando as estratégias governamentais de popularização do ensino superior.	
<b>Compreender</b>	
A reportagem escrita por dois jornalistas traz o cruzamento entre dados dos ENADE 2004 e 2005 e do PROUNI constatando que 48% das instituições mal avaliadas pelos exames fazem parte do programa e que as regras desse permitem tal distorção uma vez que apenas após três más avaliações por parte do	

Sinaes poderiam ser fechados, o que só se realiza no próximo ano, garantindo que essas instituições permaneçam se beneficiando de isenção de tributos fiscais. Traz ainda a percepção de especialistas de que a qualidade dos cursos deveria ser aferida antes de aderir ao programa, além de sugestões quanto ao destino da verba para instituições públicas e discussão quanto à necessidade de participação da sociedade civil, levantada pelo membro do movimento Sem Universidade, o ministro da educação contrapõe que o governo tem tomado medidas para melhorar o ensino superior como um todo. Ao final da matéria, com menor destaque, são apontadas que 196 cursos participantes do programa tiveram nota máxima em ambos os ENADE realizados.

**Sobresseverações**

ENADE faz parte do sistema que avalia o ensino superior. Depois vê que o curso não tem qualidade. Faltou o governo debater mais a qualidade das instituições. O governo não se preocupou muito com a qualidade. Problemas como a falta de qualidade dos cursos seguirão. Dar benefícios a um curso de baixa qualidade é desperdício de dinheiro.

**Imagem retórica do ENADE**

ENADE como certificação da qualidade

**Imagem retórica de qualidade**

Associada ao padrão ENADE

**Formação discursiva detectada**

EFICIENTE

**TEXTO 7/7 – 2006**

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **489 mil universitários fazem exame hoje.** Caderno Cotidiano. Domingo, 12/11/2006. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/11/12/15/>. Acesso em 14/03/17.

**Contexto**

Divulga a realização do exame e dá estimativa de inscritos, assinado pelo editorial, aponta algumas recentes mudanças em relação ao processo da prova, como o impedimento de receber o diploma, caso o aluno-sorteado não compareça, e destaca que com esse exame termina o primeiro ciclo de áreas, recomeçando, em 2007 a avaliar a área de saúde.

**Compreender**

Assinada pelo próprio jornal pretende-se informativo, há interdiscurso com o antigo Provão, ainda referência.

**Sobresseverações**

Quem faltar não receberá o diploma  
 Verifica a qualidade dos cursos superiores no país.  
 Quem faltar não conseguirá colar grau.  
 O exame é um dos instrumentos de avaliação do Sinaes, criado em 2004.

**Imagem retórica do ENADE**

Afere a qualidade dos cursos superiores

**Imagem retórica de qualidade**

Diretamente associada ao ENADE

**Formação discursiva detectada**

EFICIENTE

Fonte: A autora

A partir dos dados acima e pelo quadro geral das análises do *corpus* publicado em 2006 verifica-se um destacamento da relação entre ENADE – QUALIDADE, pois todas elas sobreasseveram tal relação. Ademais, todas as FD observadas apontam para o discurso da eficiência da avaliação em larga escala ENADE como instrumento para aferir a qualidade do ensino superior brasileiro, sem que haja polemização.

Nesses termos, instituições cuja oferta de ensino tenha sido certificada com notas ENADE 4 ou 5 são validadas como instituições de indiscutível (boa) qualidade tendo, tais argumentos, legitimadores tanto do ranqueamento quanto da utilização publicitária do conceito

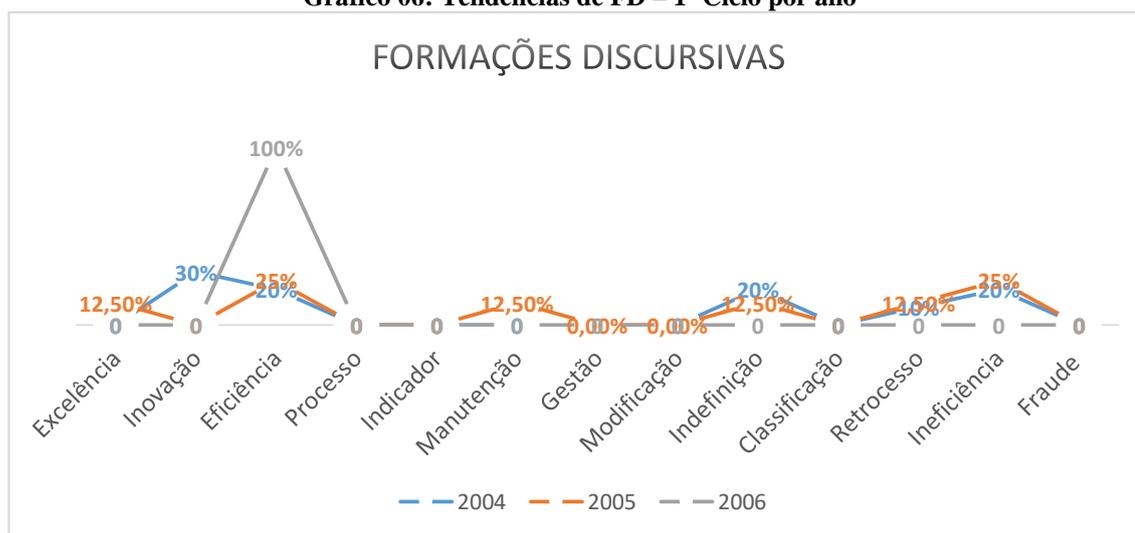
ENADE. Não há, por outro lado, ao longo do ano de 2006 quaisquer publicações que discutam ou ponderem o grau de eficiência da avaliação para medir de fato a qualidade das instituições, bem como, inexistem questionamento do próprio conceito de qualidade, ou da norma fundadora do novo sistema. Ou seja, não se discute a legitimação da avaliação seja do seu formato, seja de suas diretrizes.

Cabe ressaltar, ainda, que o ano de 2006 constituiu ano eleitoral com o fim do primeiro mandato do governo Lula e sua pretensa, e já anunciada, intenção de reeleição, razão esta que justificaria o apagamento da crítica jornalística mais consistente aos modelos educacionais adotados pelo então governo. No mesmo sentido, houve desvinculação e apagamento gradual, ao longo das publicações do ano, da referência ao Provão, exame fundado pelo governo FHC.

#### Análise 1º Ciclo Avaliativo

A partir dos dados analisados do primeiro ciclo no *mídium* JFSP é possível verificar como tendências de formações discursivas acerca do ENADE os seguintes padrões:

**Gráfico 06: Tendências de FD – 1º Ciclo por ano**



Fonte: A autora

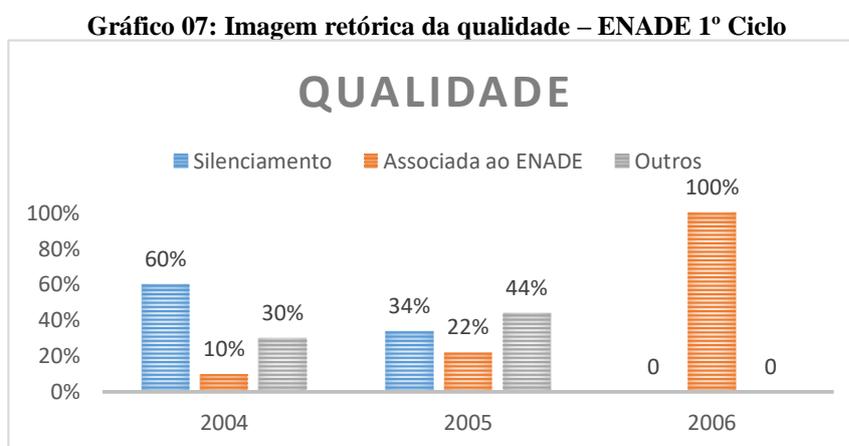
Observa-se, nesse período, que o discurso da eficiência do ENADE como instrumento que certifica o padrão de qualidade do ensino superior surge desde sua gênese, sendo percebido crescimento de tal linha discursiva nas publicações do jornal, especialmente destacado no ano eleitoral de 2006, que coincide com a finalização do primeiro ciclo ENADE.

Em verdade, em 2004, há uma dicotomização do debate que poderia ser dividida em posicionamentos favoráveis e contrários ao novo exame instituído sendo essa constituída pelas seguintes formações discursivas INOVAÇÃO – EFICIÊNCIA (representado 50% das FD) e INDEFINIÇÃO – MANUTENÇÃO – RETROCESSO – INEFICIÊNCIA (representando 50% das FD), respectivamente a favor e contra ao modelo ENADE.

Já em 2005, as formações discursivas se pulverizam, surgindo, inclusive, o discurso da excelência do padrão avaliativo, muito embora os embates sejam polarizados entre eficiência e ineficiência do exame, como acima se verifica. Observado o gráfico se pode depreender uma certa permanência dos padrões discursivos entre 2004 e 2005 o que gera grande discrepância se comparados com os dados apresentados em 2006 que tenderam a uma irreal univocidade discursiva.

Esses dados ainda são reforçados pelos gêneros textuais utilizados no período em que se observa a presença de textos mais críticos (editorial ou comentários) presentes em 2004 e 2005 – em cada um desses anos foram publicados dois textos com esse perfil –, mas inexistentes em 2006; embora a média de reportagens tenha se mantido numa constante de 7 reportagens jornalísticas por ano.

No que tange à imagem retórica da qualidade construída pelas formações discursivas de 2006 vê-se confirmada a tendência anterior. Ou seja, há um padrão discursivo que sobreassevera a eficiência do padrão ENADE e o associa à qualidade de ensino, o que não parece natural se comparado com os anos anteriores, durante os quais se observou maior polissemia, como ilustrado no gráfico, sugerindo intencionalidade ideológica, como segue:



Fonte: A autora

No mesmo sentido, a memória discursiva social do Provão foi paulatinamente desconstituída, embora não plenamente abandonada, haja vista ainda persistirem referências

como “substituto do Provão” ou “Provão do Governo Lula”, e, ainda um tom de retaliação no discurso do Ministro da Educação quando faz referência ao antigo exame como *provão* – com escrita minúscula, demonstrando uma intenção de retaliação.

#### 5.4.2. 2º Ciclo avaliativo / 2007 – 2009

Passada a eleição presidencial e a observada tendência de apaziguamento dos discursos quanto à avaliação em larga escala, conforme acima comentado, consolida-se nesse período a polêmica quanto à suficiência do exame em garantir, e, quiçá, aferir a qualidade do ensino superior. São constantes os apontamentos de fraudes no gerenciamento do exame por parte das instituições a partir de estratégias que melhorariam os seus padrões de amostragem para a realização da prova, o que interferiria nas notas finais. Inauguram-se novos discursos e novas formações discursivas, que determinam outros eixos de análise.

#### 2007

Iniciam-se os processos de intervenção e suspensão de instituições mal avaliadas, e o anúncio de corte de vagas nos cursos da área de saúde o que intensifica a discussão sobre a legitimidade ou não do exame. A partir dos critérios já comentados, o *corpus* deste ano é composto por nove publicações em oito edições diferentes, entre elas dois textos do tipo ‘comentário’ que por seu perfil argumentativo – enunciativo sofrem padrões de coerção que permitem maior grau de criticidade.

Observou-se nesse contexto grande polissemia na compreensão do ENADE sendo apresentado como ‘exame que certifica a qualidade’, ‘exame que verifica conteúdos aprendidos’, ‘exame que avalia o ensino superior’; como se observa no quadro a seguir:

**Quadro 27: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2007**

<b>TEXTO 1/9 – 2007</b>
FREITAS, Jânio de. <b>Doença brasileira</b> . Folha de São Paulo. Caderno Brasil. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/01/28/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/01/28/2/</a> . Acesso em: 14/03/17.
<b>Contexto</b>
Escrita por colunista da Folha após serem apresentados os resultados do exame Cremesp que anuncia 40% de reprovados dos alunos recém-formados em medicina que foram submetidos à prova.
<b>Compreender</b>

<p>O autor discute a necessidade dos exames profissionais estarem vinculados à autorização do exercício das profissões, e, embora ressalte que os denunciados por erro médico, tenham seus diplomas vinculados às instituições com baixa reputação nos exames ENADE, ressalta que esse exame não tem cumprido sua função que – segundo se depreende da leitura do texto – seria a garantia da qualidade do ensino superior.</p>	
<p><b>Sobrasseverações</b></p> <p>40% dos formandos em medicina não tem os conhecimentos mínimos para exercê-la.          Não são formados de faculdades em estados precários. Alta probabilidade de atendimento incompetente.          Aumento de 142% de erros médicos em dez anos. ENADE não se prestou à utilidade tão propalada.          A maioria dos acusados foi formada pelas faculdades com desempenho mais deplorável no ENADE.</p>	
<p><b>Imagem retórica do ENADE</b></p> <p>Não cumpre sua função social</p>	
<p><b>Imagem retórica de qualidade</b></p> <p>Indiretamente vinculada ao ENADE</p>	
<p><b>Formação discursiva detectada</b></p>	<p>INEFICIENTE</p>
<p><b>TEXTO 2/9 – 2007</b></p> <p>FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Só 1,6% dos cursos privados tem nota máxima.</b> Primeiro Caderno. Sexta – feira, 01/06/07. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/06/01/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/06/01/2/</a>. Acesso em: 14/03/17.</p>	
<p><b>Contexto</b></p> <p>A reportagem traz resultados gerais sobre o ENADE realizado em 2006, destacando a diferença entre os resultados das públicas e privadas, asseverando os maus resultados.</p>	
<p><b>Compreender</b></p> <p>O folhetim destaca dados que apontam a discrepância de resultados entre os setores público e privado, enquanto essa tem um índice de pouco mais de 1% de resultados máximos, as públicas superam a faixa dos 20%, enquanto, entre as piores, as instituições particulares superam o índice de 30% e as públicas chegam a atingir quase 17%.</p>	
<p><b>Sobrasseverações</b></p> <p>Só 1,6% dos cursos privados tem nota máxima.          Instituições públicas avaliadas no ENADE, índice [de nota máxima] chega a 21,5%.          O conceito 5 foi obtido apenas por 5,1% das instituições de ensino avaliadas pelo MEC.          30,2% dos cursos das universidades particulares receberam os conceitos 1 e 2 (os piores)          Para o representante do Inep relativizou os resultados, argumentando que o exame tem alto índice de subjetividade.</p>	
<p><b>Imagem retórica do ENADE</b></p> <p>ENADE certifica a qualidade</p>	
<p><b>Imagem retórica de qualidade</b></p> <p>Associada ao ENADE</p>	
<p><b>Formação discursiva detectada</b></p>	<p>EFICIENTE</p>
<p><b>TEXTO 3/9 – 2007</b></p> <p>FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Alerta nas graduações.</b> Editorial. Terça – feira, 05/06/07. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/06/05/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/06/05/2/</a>. Acesso em: 14/03/17.</p>	
<p><b>Contexto</b></p> <p>O texto editorial, elocutivo, comenta os dados gerais recentemente divulgados pelo o Inep, trazendo possíveis caminhos e críticas à USP e UNICAMP.</p>	
<p><b>Compreender</b></p> <p>O editorial se manifesta com bastante contundência em relação ao posicionamento das públicas que se recusam a participar do ENADE arregimentando argumentos que vão desde obrigações de ordem moral, maculação dos resultados, inconsistência nas razões apresentadas, além disso, a partir dos resultados trazidos propõe uma evolução ao exame que não mais deveria comparar cursos, mas grau de competência dos alunos.</p>	
<p><b>Sobrasseverações</b></p> <p>Saiu mais um ENADE, exame que substituiu o Provão.          Mais uma vez as universidades públicas se saíram bem melhor.          O ENADE foi concebido para comparar cursos, não avaliar conteúdos.          Uma nota 5 não significa necessariamente que os alunos dominem a matéria.          O conceito máximo indica apenas que o curso está acima da média.          ENADE identifica a média e aponta os desvios. Oportuno aprimorar ainda mais essa avaliação.</p>	

Resultados globais maculados pela ausência da USP e Unicamp.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE precisa ser aprimorado	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Indiretamente associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 4/9 – 2007</b>	
GÓIS, Antônio. Aluno à distância vai melhor no ENADE. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Segunda – feira, 10/09/07. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/09/10/15/#">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/09/10/15/#</a> . Acessado em: 15/03/17.	
<b>Contexto</b>	
Apresentada na primeira página do caderno Cotidiano, a reportagem, vinculada, ainda junto a outras duas reportagens, que ocupam quase uma página, explora os resultados do ENADE 2006 traçando um comparativo entre os cursos ofertados presencialmente e EaD e seus resultados, sendo acompanhada por gráficos subsidiando a defesa da eficiência da educação não – presencial.	
<b>Compreender</b>	
Reportagem assinada pela sucursal do Rio de Janeiro, destaca que embora vista com desconfiança de ordem cultural a EaD apresentou melhores resultados no ENADE do que os mesmos cursos ofertados no modelo tradicional, tendo sido essa a primeira análise comparativa feita pelo MEC, o ENADE é apresentado como certificador de garantia de qualidade na comparação.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Educação a distância é vista com desconfiança. ENADE (exame do MEC que avalia o ensino superior). O EaD vai piorar a qualidade. Os dois últimos ENADES mostram que este temor é injustificado.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é exame que avalia o ensino superior	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Diretamente relacionada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 5/9 – 2007</b>	
PINHO, Angelo. MEC ameaça punir 89 cursos de Direito. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Quinta –feira, 27/09/07. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/09/27/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/09/27/15/</a> . Acessado em 15/03/17.	
<b>Contexto</b>	
Constante na primeira página do caderno Cotidiano, a reportagem, recebe contraponto no mesmo caderno com outra reportagem que apresenta o interdiscurso das instituições em que apresentam seus pontos de vista e críticas, faz parte do grupo de reportagens que ainda refletem sobre os dados de 2006, desta vez, exclusivamente sobre o curso de direito estabelecendo relação com o ENADE como certificador de qualidade junto à OAB, garantindo que as instituições com maus resultados naquele exame são convergentes com as reprovadas pelo órgão de classe.	
<b>Compreender</b>	
Reportagem assinada pela sucursal de Brasília, fala em necessidades de ajustes e ações a respeito dos cursos de direito no país, dado o elevado número de cursos ofertados, e possíveis penalidades, entretanto, pela fala do próprio ministro da educação, trazida na reportagem, nesse não crê na punibilidade máxima de fechamento dos cursos por má-qualidade, embora esses tenham obtido conceitos entre 1 e 2 no ENADE.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Cursos tiveram desempenho ruim no ENADE. Obtiveram nota 1 e 2 no conceito ENADE que avalia o conhecimento dos universitários. ENADE, que substituiu o Provão. Nenhum curso de direito já foi fechado por má qualidade. Nenhum curso desafiará o MEC com base em dados tão eloquentes [referindo-se às notas ENADE/OAB]	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é exame que avalia o conhecimento dos alunos	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Diretamente relacionada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 6/9 – 2007</b>	

<p>AGÊNCIA FOLHA. <b>Faculdades questionam os resultados da avaliação.</b> Sucursal Rio/Santos. Caderno Cotidiano. Quinta – feira, 27/09/07. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/09/27/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/09/27/15/</a>. Acessado em 15/03/17.</p>	
<b>Contexto</b>	
<p>A reportagem abre espaço para os representantes das 62 instituições cujos cursos de direito tiveram baixo rendimento apresentarem suas razões e contrapontos, tem caráter interdiscursivo com a reportagem anterior, como já comentado, e cita, numa lista algumas das instituições nessas condições.</p>	
<b>Compreender</b>	
<p>Reportagem sucursal Rio/Santos coletando manifestações das instituições e dando espaço para direito de resposta, a maior delas responde evasivamente, exceto o representante de Mogi das Cruzes que comenta que o ENADE não é suficiente, dando a entender que existem outros componentes avaliativos no Sinaes, a Unip contesta a consistência dos resultados da OAB, enquanto a Faculdade São José discute a legitimidade da OAB em avaliar os cursos. Apesar das críticas feitas ao MEC e a OAB as instituições dizem que cumpriram o determinado, como já previa o ministro da educação.</p>	
<b>Sobrasseverações</b>	
<p>Avaliação a partir do ENADE é insuficiente. Avaliação de um curso pelo Sinaes depende da avaliação interna e externa.</p>	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
<p>Não é suficiente para aferir a qualidade</p>	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
<p>Silenciamento</p>	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 7/9 – 2007</b>	
<p>GALGARO, Fernanda. Faculdade dá R\$600,00 por nota boa no ENADE. <b>Folha de São Paulo.</b> Caderno Cotidiano 2. Sexta-feira, 09/11/2007. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/11/09/52/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/11/09/52/</a>. Acesso em 11/04/2017.</p>	
<b>Contexto</b>	
<p>Mencionado na primeira página do jornal, compõe duas páginas do Caderno Cotidiano 2, às vésperas da realização do ENADE 2007 e apresenta proposta de premiação para os alunos de acordo com a nota ENADE.</p>	
<b>Compreender</b>	
<p>Sem tom de denúncia a reportagem assinada traz a polêmica da premiação para os alunos como um estímulo aos melhores resultados e diminuição ao boicote, segundo os mantenedores das duas faculdades implicadas na questão. A proposição é de um prêmio proporcional à nota, já que as instituições envolvidas tiraram 2 e 3 no ENADE/2004. Embora constituindo polêmica, representada por vários docentes, o representante do Inep diz que, embora surpreendido pela medida tão claramente divulgada, não acredita que traga impactos ao exame, haja vista existirem outras medidas de estímulo que são realizadas por instituições, como viagens, por exemplo. Vale ressaltar que a própria reportagem passa a destacar o uso publicitário das notas ENADE, observado a partir de 2006, e a manutenção da referência ao Provão.</p>	
<b>Sobrasseverações</b>	
<p>R\$ 600,00 por nota boa no ENADE. ENADE, o antigo Provão. Prometeram pagar prêmio aos alunos que participarem do ENADE desde que as instituições obtenham nota boa no exame. A prova do MEC avalia estudantes do primeiro e último ano de cursos superiores</p>	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
<p>ENADE é passível de estratégias fraudulentas</p>	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
<p>Silenciamento</p>	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 8/9 – 2007</b>	
<p>JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>258 mil fazem ENADE hoje a partir das 13 h.</b> Caderno Cotidiano. Domingo, 11/11/2007. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/11/11/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/11/11/15/</a>. Acesso em 11/04/2017.</p>	
<b>Contexto</b>	
<p>No caderno Cotidiano visa anunciar a realização do exame com orientações gerais a respeito da prova e um quadro com informações de fácil consulta.</p>	
<b>Compreender</b>	

Descreve as características do exame e tece orientações gerais para os alunos que devem fazer a prova como costumeiramente é publicado nas vésperas da prova.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Exame que substituiu o antigo Provão	
Exame que confere o aprendizado dos alunos em relação ao conteúdo que deveria ser aplicado pelas instituições de ensino superior	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Exame que faz verificação de conteúdos	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	MANUTENÇÃO
<b>TEXTO 9/9 – 2007</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Abstenção no ENADE é menor que em 2006.</b> Caderno Cotidiano. Segunda – feira, 12/11/2007. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/11/12/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2007/11/12/15/</a> . Acesso em 14/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Notícia traz os primeiros dados pós-realização do exame, diz respeito ao índice de abstenção, asseverando ter diminuído em relação à 2006, e tentativas de incitação ao boicote lideradas pela UNE.	
<b>Compreender</b>	
Informativa a notícia traz comparativo com ano anterior em relação ao índice de participação tornando tradicional uma sequência de notícias a respeito do exame, conforme são divulgados os dados, ainda há menção ao Provão, e a ideia de discordância com o exame permanece encabeçada pela UNE dada seu caráter obrigatório aos sorteados.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Índice de abstenção no ENADE menor que o ano passado.	
UNE panfletou pró-boicote. Avaliação pela metade.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE legitimado	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE

Fonte: A autora

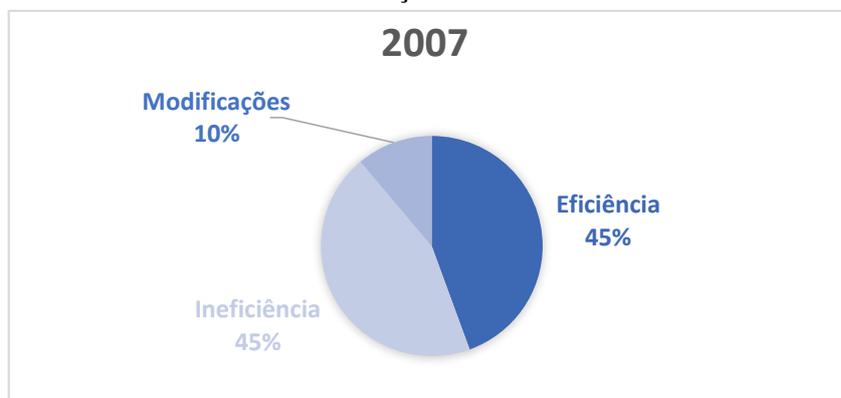
Pelos dados acima analisados a imagem retórica construída em 2007 a respeito do ENADE pelo JFSP também se apresenta polissêmica e polêmica. Seja a partir da discussão sobre a função social da prova, da insuficiência da mesma em garantir a qualidade de ensino, ou, pelo contrário, de que o exame ENADE avalia a qualidade da educação superior e bons resultados no exame legitimariam as instituições de ensino.

Entretanto, a imagem retórica mais emblemática em 2007 corresponde à ideia de que o exame é passível de manipulação, destacando a premiação de alunos como estímulo aos bons resultados; o que provoca a reflexão do quanto mais é possível para se obter resultados favoráveis. Sugerindo falibilidade do sistema avaliativo pois estímulos e estratégias podem contaminar dados, desqualificando a certificação e polemizando a eficiência do exame, gerando ilegitimidade do mesmo enquanto medida de qualidade.

Todas essas imagens retóricas fomentam a dicotomia, já comentada. Porém, necessário é destacar que a contestação quanto à eficiência vem acompanhada de pautas recorrentes quanto à necessidade de modificações relacionadas a diferentes contextos. Além disso, abandonam-se

determinados padrões argumentativos entre eles o discurso da inovação tão vigorosamente utilizado no primeiro período. Assim, a polarização dos eixos de análise das FD dominantes em 2007 melhor se definiria quanto a eficiência ou ineficiência da avaliação. Nestes termos:

**Gráfico 08: Padrões de Formação Discursiva ENADE – JFSP 2007**



Fonte: A autora

Vale ressaltar, entretanto, que há uma modificação de padrão no discurso da ineficácia – que no primeiro ciclo se justificava pleiteando o retorno ao modelo do exame anterior – passando a sugerir, no início do segundo ciclo, a necessidade de aprimoramento do novo exame o que denota um processo de aceitação e legitimação, a partir dos ajustes necessários, destacado no gráfico sob o rótulo ‘modificações’.

Além disso, o processo de legitimação da avaliação em larga escala também se configura no que diz respeito à imagem retórica da qualidade dada a constante associação do ENADE com a ideia de qualidade, sendo articulados, inclusive órgãos de classe como ratificadores dos resultados do exame. No que concerne ao Provão, sua referência é mantida, embora sob nova ordem, não são feitas comparações entre ambos os padrões avaliativos, mas trata-se simplesmente de reforçar o ENADE a partir da cena socialmente validada de avaliação do ensino superior, o “antigo Provão”.

2008

A argumentação a favor da eficiência da avaliação sistêmica ENADE ganha destaque em 2008 a partir de argumentos como “parâmetro de excelência” e “instrumento de gestão da qualidade” do ensino superior. Em contrapartida, a oposição ao exame especialmente formulada por frentes acadêmicas permanece, sob argumento de falha metodológica que, ao fim, provoca

a modificação da regra de participação dos estudantes, descartando-se o padrão de amostragem e redirecionando-se ao modelo universal, associado ao exame anterior. Desse ano foram analisadas 11 publicações, distribuídas em 08 edições diferentes, conforme se observa no quadro a seguir:

**Quadro 28: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2008**

<b>TEXTO 1/11 – 2008</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Intervenção voluntária</b> . Editorial. Sábado, 19/01/2008. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/01/19/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/01/19/2/</a> . Acesso em 11/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Reportagem editorial, faz interdiscurso com notícias vinculadas em 2007, iniciadas com reportagem a respeito de cursos de direito mal avaliados pelo MEC e OAB (27/09/2007), e apresenta o que seriam as consequências efetivas dessas avaliações negativas por parte do MEC.	
<b>Compreender</b>	
A Folha posiciona-se a favor do MEC, na pessoa do então ministro Fernando Haddad, pelas medidas tomadas de corte de vagas das instituições que ofertavam vagas para o curso de direito mal avaliadas, elogia a negociação de medidas entre as partes para favorecer a qualidade em benefício do público consumidor e da sociedade.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Instituições que obtiveram más notas no ENADE e IDD se comprometeram a acatar um pacote de mudanças. O ENADE avalia o desempenho dos alunos. Cursos perigosamente ruins devem ser extintos.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é parte das avaliações de qualidade do MEC.	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Diretamente associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 2/11 – 2008</b>	
PINHO, Ângela. MEC ameaça punir 49 cursos de Pedagogia. <b>Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Sábado, 19/01/2008. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/01/19/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/01/19/2/</a> . Acesso em 11/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Destacado como semelhante ao processo que ocorreu com os cursos de direito mal avaliados, a reportagem é acompanhada de um quadro com algumas das instituições mal avaliadas, entre elas PUCCAMP, e um contraponto das instituições que criticam as medidas de supervisão.	
<b>Compreender</b>	
Tem-se início, como o decretado para os cursos de direito, as ações de intervenção e supervisão para cursos com baixos resultados, a própria reportagem veicula que a próxima graduação a ser observada será a dos cursos de medicina, embora pareça haver um enrijecimento do sistema o ministro da educação se manifesta no sentido contrário às punições extremas de fechamento do curso.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Cursos com baixa avaliação no exame da educação superior do MEC vão passar por processo de supervisão. Cursos que foram escolhidos com base nas notas dos universitários no ENADE Conceito ENADE, que avalia o conhecimento dos alunos No próximo ENADE os cursos de medicina serão o alvo	
<b>Imagem retórica do enade</b>	
ENADE é parte das avaliações de qualidade do MEC.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Diretamente associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 3/11 – 2008</b>	

<p>JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Supervisão é criticada por associação.</b> Caderno Cotidiano. Sábado, 19/01/2008. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/01/19/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/01/19/2/</a>. Acesso em 11/04/2017.</p>	
<b>Contexto</b>	
Compondo a discussão de intervenção nos cursos de pedagogia mal avaliados, traz o contraponto da Associação Nacional de Universidades Particulares (ANUP).	
<b>Compreender</b>	
O presidente da ANUP mostra sua discordância com as medidas determinadas pelo MEC, justificando que o uso exclusivo do ENADE como critério para tal intervenção não é suficiente pois ele seria parte de um bloco de avaliações do Sinaes, além disso ameaça discutir em ação judicial, entretanto, a medida foi utilizada no caso dos cursos de direito, sem sucesso, o recurso foi rejeitado no STJ. Em contrapartida o ministro da educação justifica a medida por ser parte do paradigma de Estado-Regulador.	
<b>Sobrasseveraões</b>	
Discordar da escolha dos cursos [a sofrerem supervisão] com base só em notas obtidas no ENADE A prova avalia só o aluno e não a instituição. O Estado avalia, o Estado regula. A associação já recorreu contra a supervisão do curso de direito, mas o recurso foi rejeitado pelo STJ.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Particulares insatisfeitas com o peso dado ao ENADE.	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento.	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 4/11– 2008</b>	
BUCCI, Mª Paula D. MOTA, Ronaldo. O novo marco regulatório da educação superior. <b>Jornal Folha de São Paulo.</b> Tendências e Debates. Segunda-feira, 24/03/2007. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/03/24/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/03/24/2/</a> . Acesso em: 13/04/2017	
<b>Contexto</b>	
Embora inicialmente pareça, o texto não é isento de parcialidade, traz resposta de corpo de consultores que prestam serviço ao MEC justificando, legal e teoricamente, as medidas tomadas em relação às instituições mal avaliadas.	
<b>Compreender</b>	
Sendo membros do corpo consultivo do MEC ao que parece pretendem munir de informações mais detalhadas a respeito dos trâmites que deram legitimidade aos processos de intervenção e supervisão.	
<b>Sobrasseveraões</b>	
A avaliação ganhou muito em profundidade com a instituição do Sinaes, pela lei nº 10.861/04, que criou o ENADE O ENADE visa aferir o desempenho efetivo dos alunos, complementado com avaliações de curso e instituições. A função realmente capaz de garantir que os cursos satisfaçam a razão pela qual foram autorizados é a avaliação da qualidade. O MEC desencadeou, em outubro passado, a supervisão dos cursos de direito com avaliações insatisfatórias no ENADE, motivado por manifestações da OAB. Medidas para induzir a melhoria efetiva da qualidade.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é parte das avaliações de qualidade do MEC.	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Diretamente associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 5/11– 2008</b>	
PINHO, Ângela. MEC ameaça punir 17 cursos de medicina com notas ruins. <b>Jornal Folha de São Paulo.</b> Caderno Cotidiano. Quarta-feira, 30/04/2008. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/04/30/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/04/30/15/</a> . Acesso em 14/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Após as medidas tomadas para os cursos de direito e pedagogia, como anteriormente já divulgado, a notícia anuncia as ações para os cursos de medicina com baixo rendimento no ENADE, vem acompanhada de um quadro destacando as melhores e algumas das piores, entre elas quatro federais, além de reportagem breve com polêmico posicionamento do coordenador do curso da UFBA que justifica o mau resultado pelo baixo QI dos baianos.	

<b>Compreender</b>	
Dentro da mesma lógica já aplicada aos cursos de direito e pedagogia, o MEC decide aplicar intervenção aos cursos de medicina mal avaliados no MEC. O processamento se dá por notificação, apresentação de justificativas e medidas de melhoria, termo de compromisso e supervisão direta, ou medidas administrativas caso o acordo não seja firmado. O representante do Inep apresenta manifestação breve aventando possibilidade de boicote no caso das federais.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Cursos de medicina que serão supervisionados por causa das baixas notas de seus alunos no ENADE. Estudantes criticam a política de avaliação do MEC e, em especial, a elaboração de <i>rankings</i> . A situação das federais no ENADE é desigual	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é parte das avaliações de qualidade do MEC.	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Diretamente associada ao ENADE	
<b>FORMAÇÃO DISCURSIVA DETECTADA</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 6/11– 2008</b>	
TAKAHASHI, Fábio. Novo conceito tira 214 cursos da ‘lâmpada’. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano 2. Quinta-feira, 07/08/2008. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/08/07/52/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/08/07/52/</a> . Acesso em: 14/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Parte de um conjunto de reportagens apresentadas na edição, em função dos resultados divulgados do ENADE 2007 na véspera, a temática visa informar sobre o novo indicador criado pelo MEC para o ensino superior.	
<b>Compreender</b>	
A reportagem de meia página está acompanhada por outros dois textos e um quadro em que expõe alguns indicadores do Sinaes, embora seja destacado como “entenda o ENADE”, a ideia é mais de ilustrar o novo conceito. O CPC considera titulação docente e satisfação do aluno para compor o indicador, além da nota ENADE, o que modificou a situação das instituições com índices extremos assim, 214 saem da ‘lâmpada’ mas 86 deixam de configurar no perfil de excelência. Assim, a nota ENADE que vigorava absoluta passou a ter peso relativo diminuindo assim, impactos de boicote, por exemplo. Segundo a matéria o papel da nota ENADE é mostrar os cursos que formam os melhores profissionais.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Leva em conta a satisfação dos estudantes no ENADE. ENADE, antigo Provão Considera o desempenho e a evolução dos estudantes no ENADE. Em 2007 o MEC adotava como padrão para avaliar os cursos os dados referentes à prova (conceito ENADE) O conceito ENADE, que faz parte do conceito preliminar, avalia o conhecimento dos universitários Ele [o conceito ENADE] tem a pretensão de mostrar o curso que forma os melhores profissionais.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é indicador de qualidade no ensino	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Relacionada ao ENADE, além de outros indicadores.	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 7/11– 2008</b>	
PINHO, Ângela. NUBLAT, Johanna. A cada três cursos privados, um foi mal no ENADE. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano 2. Quinta-feira, 07/08/2008. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/08/07/52/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/08/07/52/</a> . Acesso em: 14/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Parte de um conjunto de reportagens apresentadas na edição, em função dos resultados divulgados do ENADE 2007, acentua a comparação entre os resultados das instituições privadas e públicas, apontando o ENADE como parâmetro de qualidade.	
<b>Compreender</b>	
Acompanha outros textos que discorrem sobre os resultados ENADE 2007, segundo a matéria os resultados da nota ENADE apontam efetivamente para as diferenças entre instituições públicas e privadas.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Um a cada três cursos privados foi mal no ENADE. Uma fatia menor aparece no topo do <i>ranking</i> do ENADE ENADE, mede desempenho dos universitários na prova	

Mais uma vez se verifica [através do ENADE] sistema público tem mais qualidade.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é indicador de qualidade no ensino	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
<b>Diretamente associada ao ENADE</b>	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 8/11– 2008</b>	
TAKAHASHI, Fábio. USP negocia sua participação no ENADE. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Sexta-feira, 08/08/2008. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/08/08/52/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/08/08/52/</a> . Acesso em 14/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Reportagem de meia página a respeito de possível adesão da USP e UNICAMP ao exame, dois dias após a divulgação dos resultados do ENADE 2007, ainda o Provão aparece como referência.	
<b>Compreender</b>	
A reportagem apresenta a interlocução entre USP e MEC a respeito da participação da instituição no exame federal. A USP apresenta uma série de indicadores que pretende serem modificados para possibilitar sua participação, entre eles o fim da amostragem, a extinção das bolsas de pós-graduação para os melhor avaliados, a revisão da prova para ingressantes e a diminuição dos impactos dos boicotes, além da premiação a instituições inovadoras. As justificativas dadas até então para a não participação no exame, junto à UNICAMP, era de entenderem que sendo instituições estaduais não estavam obrigadas a participar de exame federal.	
<b>Sobresasseverações</b>	
USP e Unicamp não participam da avaliação por discordarem da metodologia. ENADE, exame que avalia os alunos do ensino superior. ENADE, substituto do Provão Seis pontos que a instituição entende que devam ser alterados na avaliação Uma das principais críticas das universidades estaduais de São Paulo ao exame é o sistema de amostragem.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é tem problemas metodológicos	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 9/11– 2008</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Haddad foi ‘oportunista’, diz ex-ministro Paulo Renato</b> . Cotidiano. Sábado, 09/08/2008. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/08/09/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/08/09/15/</a> . Acesso em 14/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Apartada das notícias educacionais propriamente ditas a reportagem destaca a resposta do ex-ministro da educação do governo FHC às críticas feitas em relação às avaliações realizadas no então governo.	
<b>Compreender</b>	
Há um tom de afronta e esclarecimento pelas críticas feitas, em princípio o ex-ministro alerta que não houve nenhum tipo de inovação no sistema de ensino superior que não tenha sido criada no governo anterior, que o ENADE, em relação ao Provão seria um retrocesso, por amostral, e que as visitas <i>in loco</i> já haviam sido adotadas desde então. E, portanto, argumentar pelo atual sistema como inovação e, não, continuação seria oportunismo.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Acho que houve um brutal retrocesso. ENADE, exame que substituiu o Provão ENADE não significa nada em termos de avaliação. ENADE é um desperdício de dinheiro público Sobre os indicadores de qualidade apurados pelo Inep, seja pelo Provão ou pelo ENADE.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é um erro	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	RETROCESSO
<b>TEXTO 10/11– 2008</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Aperfeiçoar o ENADE</b> . Editorial. Domingo 10/08/2008. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/08/10/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/08/10/2/</a> . Acesso em 14/04/2017.	

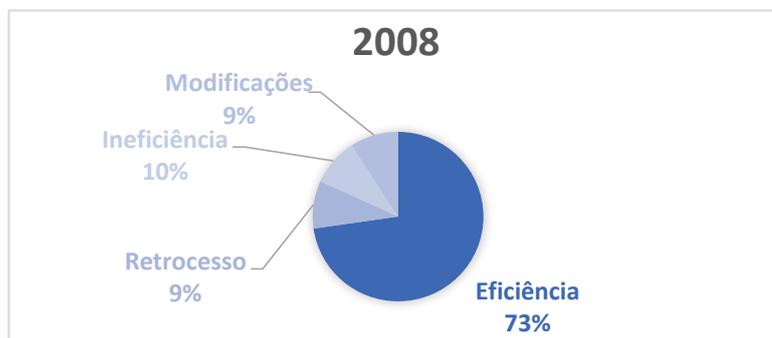
<b>Contexto</b>	
Editorial, comenta, após os recentes resultados do ENADE, que a nova avaliação já se consolidou, embora ainda se use a expressão Provão como referência, mas que deve ser aperfeiçoada.	
<b>Compreender</b>	
Faz interdiscurso com as propostas feitas pela USP, especialmente em relação à necessidade de realizar o exame de forma universal, sugere um sistema que fosse capaz de aferir o grau de competência dos graduandos, sem propor como, e orienta que qualquer mudança seja feita com base em discussão. Além disso, retoma outro editorial (05/06/07), fazendo uso do mesmo texto com pequenos ajustes.	
<b>Sobresseverações</b>	
Saiu mais um ENADE, exame que substituiu o Provão. O exame é bem menos completo do que poderia. O defeito mais grave do ENADE é que ele não exige dos alunos que se empenhem em realizar a prova. Tornar o ENADE obrigatório para todos os concluintes. O ENADE foi concebido para comparar cursos, não avaliar conteúdos. Uma nota 5 não significa necessariamente que os alunos dominem a matéria. O conceito máximo indica apenas que o curso está acima da média. ENADE identifica a média e aponta os desvios. Oportuno aprimorar ainda mais essa avaliação. Mudanças devem ser bem debatidas antes de serem adotadas.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE precisa ser aprimorado	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Indiretamente associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 11/11 – 2008</b>	
PINHO, Ângela. ENADE não será mais por sorteio. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Quinta-feira, 20/11/2008. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/11/20/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/11/20/15/</a> . Acesso em 14/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Disposto numa página junto a outras notícias sobre educação ocupando quase meia página, noticia a mudança de metodologia do ENADE para 2009 que abandonará a questionada amostragem para ser universalizada a concluintes e ingressantes, em resposta a antiga demanda da USP/UNICAMP, conforme noticiado em 08/08/2008.	
<b>Compreender</b>	
Pode-se destacar como a segunda grande mudança do ENADE, desde sua criação, a primeira foi o IGC/CPC, anunciado em 07/08/2008, agora o que muda é a metodologia, conforme pauta trazida pela USP como condição a uma possível participação em 2009. Embora, o representante do Inep não valide a argumentação contrária a amostragem o novo padrão passa a ser adotado, em que pese o aumento de custos.	
<b>Sobresseverações</b>	
ENADE irá examinar todos os universitários no começo e no fim do curso, e não mais só uma amostra sorteada. Mudança está sendo feita para dar maior credibilidade ao exame. Provão, a avaliação universal do governo FHC, substituída pelo ENADE	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Melhoria para eficiência	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE

Fonte: A autora

Como inicialmente comentado, vê-se destacamento positivo sobre o ENADE especialmente no período de publicações entre janeiro e julho de 2008, com forte apoio editorial ao MEC, produzindo a FD da eficiência do exame e sua relação direta com a qualidade de ensino na educação superior. Entretanto, com a divulgação dos resultados da avaliação aplicada

no ano anterior, em agosto de 2008, inicia-se a polêmica discursiva com apagamento da relação ENADE – QUALIDADE e destacamento da ineficácia e necessidade de melhoria.

**Gráfico 09: Padrões de Formação Discursiva ENADE – JFSP 2008**



Fonte: A autora

Como se pode verificar pelo exposto no gráfico acima a distribuição das FD em 2008, a partir dos eixos de análise, tendem a ser positivas, confirmando a ocorrência de um processo de legitimação do exame como ferramenta de gestão.

2009

O discurso apresentado pelo periódico JFSP em 2009 inicia com críticas, legitimadoras ao exame, à rejeição pela USP em participar da avaliação, embora acatadas as sugestões metodológicas apresentadas pela instituição, entretanto, ao final do período, ganham destaque a falta de credibilidade e ineficiência uma vez que, aplicada a prova, observou-se um alto percentual de erros de elaboração (7% das questões nas provas aplicadas em 2009). Nesse ano, o *corpus* de pesquisa, a partir dos critérios anteriormente explanados, representa, apenas, duas reportagens em duas edições distintas, como segue:

**Quadro 29: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2009**

<b>TEXTO 1/2- 2009</b>
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Torres de marfim</b> . Editorial. Quarta-feira, 26/08/2009. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2009/08/26/2">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2009/08/26/2</a> . Acesso em: 15/04/2017.
<b>Contexto</b>
Editorial opina sobre a manutenção de negativa da USP/Unicamp em participar do ENADE 2009.
<b>Compreender</b>
Mesmo após a imposição de regras pela USP cumpridas pelo MEC – o fim do uso de amostragem com aumento estimado de 30% nos custos do exame – a USP/Unicamp mantém a negativa em participar do ENADE, posicionamento contestado pelo Editorial que chega a supor que as mesmas não desejem ser expostas quanto ao seu nível de graduação, dado evitarem a todo custo comparações.
<b>Sobresasseverações</b>

Erram USP e Unicamp por prorrogarem o boicote ao ENADE. ENADE, sucessor do Provão. ENADE mantém defeitos não negligenciáveis. ENADE é o único instrumento de comparação entre os cursos de graduação	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Instrumento válido de avaliação da graduação	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 2/2 – 2009</b>	
PINHO, Ângela. ENADE anula questão sobre críticas Lula e outras dez. <b>Jornal Folha de São Paulo.</b> Caderno Cotidiano. Sábado, 05/12/2009. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2009/12/05/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2009/12/05/15/</a> . Acesso em 15/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Reportagem dialoga com o anunciado em 09/11/2009, a respeito de questão formulada para a prova de conhecimentos específicos de comunicação social, embora não considerando o cunho político apontado.	
<b>Compreender</b>	
A reportagem valida texto anterior que considerava problemática uma questão de prova – que teria cunho político e problemas de grafia – validando sua argumentação por uma enorme quantidade de questões anuladas na área de comunicação, por problemas de elaboração, segundo comissão de professores designada pelo MEC para revisão.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Desempenho do estudante é base para avaliar instituições Onze questões da prova de comunicação social do ENADE foram anuladas por problemas na formulação.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE tem problemas na execução	
<b>Imagem retórica de qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE

Fonte: A autora

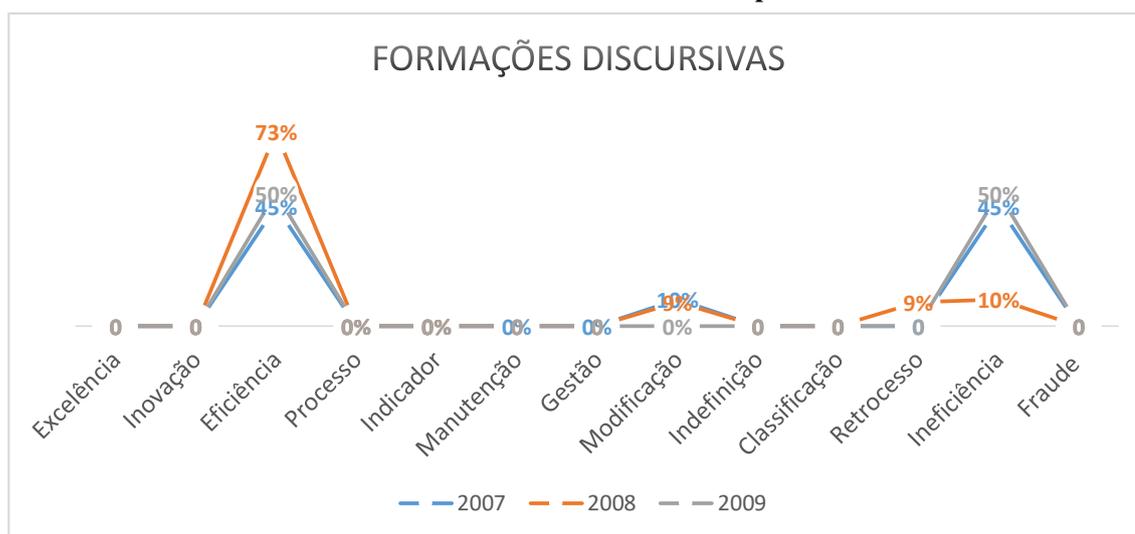
Vê-se, pelos dados acima, mantida a polêmica quanto ao discurso que cerca o ENADE. Assim, embora apontado como eficiente pelo editorial do JFSP as instituições que mantêm a negativa em participar (USP/Unicamp) são de grande reconhecimento e credibilidade no cenário educacional nacional. Nesses termos, embora o texto insinue “[...] a impressão de que USP e Unicamp recorrem a subterfúgios para evitar serem avaliadas” (JFSP, 26/08/2009), provocando a insinuação de razões de outra ordem, a resistência mantida pelas instituições implica numa importante oposição e deslegitimação.

Por outro lado, a partir da divulgação dos erros de elaboração cometidos na prova de 2009 é retomada fortemente a pauta da ineficiência e, de fato, as razões para rejeição tornam-se tacitamente validadas – embora silenciadas – uma vez que, para além de erros amostrais, há comprovação de erro de parâmetro e critério avaliativo impedindo que tal instrumento se possa legitimar como padrão de certificação da qualidade do ensino superior. Nas publicações analisadas desaparecem as comparações ao Provão, embora esse silenciamento possa estar relacionado à pauta restrita do próprio ENADE no periódico ao longo do ano de 2009.

## Análise do 2º Ciclo Avaliativo

A partir dos dados do JFSP analisados, referentes ao segundo ciclo avaliativo, é possível observar mantidas as tendências de formações discursivas polarizadas relativas ao argumento da eficiência do ENADE. Tal dicotomia se encontra especialmente presente nos anos de 2007 e 2009 – por razões de diferentes ordens – enquanto no ano de 2008 há o fortalecimento do padrão avaliativo com 73% das publicações com formações discursivas de eficiência (Gráfico 10).

Gráfico 10: Tendências de FD – 2º Ciclo por ano

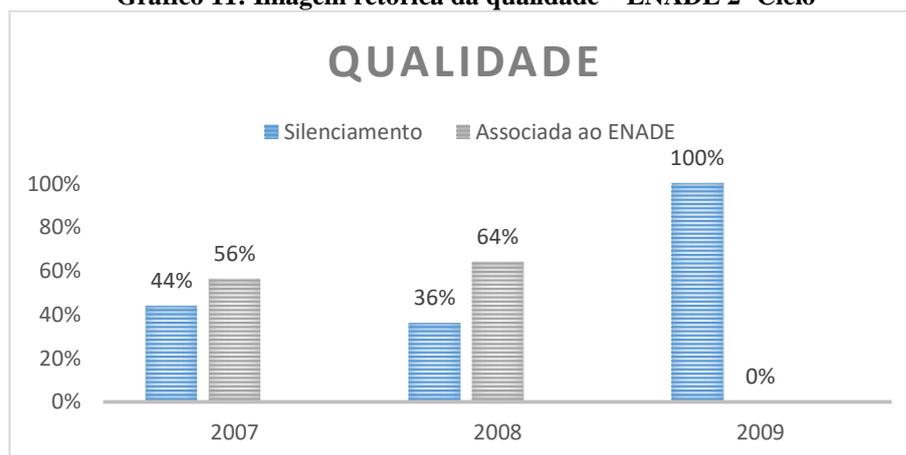


Fonte: A autora

Essa hegemonia discursiva no que concerne à eficiência não se relaciona diretamente aos gêneros discursivos utilizados uma vez que há a presença tanto de reportagens quanto de comentários nos primeiros anos do segundo ciclo, mas, quiçá haja relação com a queda abrupta da frequência de publicações em 2009.

Em relação à imagem retórica da qualidade há múltiplas tendências tanto no sentido de estabelecer uma relação direta entre ENADE e qualidade de ensino, quanto de completo silenciamento da relação entre ambos, como ilustrado no gráfico:

**Gráfico 11: Imagem retórica da qualidade – ENADE 2º Ciclo**



Fonte: A autora

Pode se considerar o completo apagamento da associação entre ENADE - QUALIDADE em 2009 como resultado dos graves problemas constitutivos da prova aplicada que diminuíram em grande parte o grau de confiança na avaliação como instrumento certificador da qualidade.

#### 5.4.3. 3º Ciclo avaliativo / 2010 - 2012

Dadas as falhas de elaboração da prova de 2009 o Inep/MEC reestrutura o modo de elaboração do exame, que passa a contar com a participação de professores-especialistas, a partir de edital publicado pelo Inep para que sejam elaboradas questões e se construa um Banco Nacional de Itens (BNI). E, após denunciadas fraudes ao sistema de inscrição, por parte de uma grande instituição privada, passam a circular discursos quanto a ineficiência do exame, grau de distorção e a necessidade de rigor nas sanções, gerados pela percepção de que os resultados do exame podem ser distorcidos. No mais, são mantidas as pautas de sanção e abstenção da USP e a desqualificação do exame se torna contundente.

Ainda nesse período, se destaca o ranqueamento e a classificação como condição de gestão do ensino superior, sendo atos preparatórios para a divulgação do lançamento do *Ranking* Universitário da Folha (RUF). Observa-se que, a partir desse, os argumentos contrários ao ENADE ganham força, pois a ele são remetidas as comparações e apontado, o mesmo, como modelo superado e pouco transparente, corroborados pela insistente abstenção da USP em participar dadas as falhas metodológicas apresentadas.

2010

Em 2010, o apontamento de falhas e a retomada da comparação feita ao exame do governo FHC não deixam dúvida quanto à crise de legitimidade instaurada em relação ao ENADE. Havendo, inclusive, discussão sobre sua função social de informar à população a respeito da qualidade do ensino.

Em que pese tratar-se novamente de ano eleitoral, inaugurando um novo padrão discursivo, é também o ano da criação do FIES, fundo estudantil que ressignifica a importância do exame, uma vez que é elemento chave de acesso ao novo financiamento público. Deste ano foram analisadas três edições, representando quatro publicações distintas, entre elas um editorial, dispostos no quadro abaixo como segue:

**Quadro 30: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2010**

<b>TEXTO 1/4 – 2010</b>	
PINHO, Ângela. Mais 43 questões do ENADE são anuladas. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Quarta – feira, 06/01/2010. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/01/06/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/01/06/15/</a> . Acesso em 16/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Ainda interage com as reportagens sobre as questões anuladas e anuláveis do ENADE 2009, destacando a polêmica constituída acerca da imprensa, ocupa meia página.	
<b>Compreender</b>	
O embate entre a mídia e MEC permanece, insuflado pela questão que expôs a suposta parcialidade da mídia e, após, efervescido pela grande quantidade de questões anuladas que compromete a avaliação como instrumento de política pública.	
<b>Sobresseverações</b>	
7% do total de questões foi cancelado, um recorde. Foram anuladas por problemas em sua formulação. Já foram 54 questões descartadas ao todo, maior número desde que o exame foi criado, em 2004, e mais que o dobro que em 2008. Especialistas consideram que as questões não cumpriam as diretrizes estabelecidas.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE tem se tornado cada vez mais falho.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE
<b>TEXTO 2/4</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Avaliadores reprovados</b> . Editorial. Quinta-feira, 07/01/2010. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/01/07/2/#">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/01/07/2/#</a> . Acesso em 16/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Editorial, ainda faz interdiscurso com as questões anuladas tecendo críticas e comparações.	
<b>Compreender</b>	
A opinião editorial aponta a avaliação da qualidade como valor educacional e finaliza com críticas à incapacidade do ministro da educação em avaliar (supervisionar) os contratados por sua pasta. Há forte comparação entre a avaliação “do governo petista/com falhas múltiplas” e a “o provão do governo FHC/todos os anos, todos os cursos”, que foi criticado pelos ranqueamentos surgidos, macula que também sofre o ENADE.	
<b>Sobresseverações</b>	
Avaliação da qualidade como valor incontestável para educação brasileira. Avaliação da educação superior petista teve credibilidade fustigada por revés. Falhas múltiplas.	

Provão do governo FHC, todos os cursos e alunos, todos os anos, gerava ranqueamento abominado por correntes acadêmico – ideológicas. Segundo abalo no ENADE. Reprovados os avaliadores. MEC atribui responsabilidade à empresa contratada para formular e aplicar a prova.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é falho e inconsistente	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada às avaliações mas dissociado ao ENADE.	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 3/4 – 2010</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Órgão do MEC estuda elaborar a prova do ENADE.</b> Caderno Cotidiano. Quinta-feira, 07/01/2010. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/01/07/2/#">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/01/07/2/#</a> . Acesso em 16/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Notícia curta em página cercada de outras notícias do cotidiano, faz interdiscurso com o editorial, uma vez que traz uma possível solução - provocada pelo editorial.	
<b>Compreender</b>	
Traz nota-resposta, que anuncia possível atuação do Cespe, órgão vinculado à UNB, para substituir a empresa Consulplan que cometeu diversas falhas de estruturação do exame ENADE 2009.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Inep estuda elaborar as questões do ENADE. Na prova aplicada ano passado, 54 questões foram anuladas, um recorde.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE tem solução para suas falhas.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 4/4 – 2010</b>	
TAKAHASHI, Fábio. MARCHIORI, Raphael. Curso ruim atrai vestibulando pelo bolso. <b>Jornal Folha de São Paulo.</b> Caderno Cotidiano. Domingo, 17/10/2010. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/10/17/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2010/10/17/15/</a> . Acesso em: 16/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Abrindo o caderno traz a discussão de que a qualidade de ensino não é critério de decisão para escolha de instituições particulares, mas o preço. Tais conclusões seriam parte de resultado de pesquisa, confirmada por pesquisadores e representada pelo depoimento e fotografia de estudante ilustrando as condições apontadas no estudo.	
<b>Compreender</b>	
Parte de resultado de estudo desenvolvido por ex-reitor da USP (Instituto Lobo) aponta o preço como critério de decisão para a população de baixa renda se inserir no ensino superior, contrariando a ideia fomentada pelo MEC, de que o padrão ENADE agenciaria tal decisão, os resultados do estudo são apoiados ainda pela fala convergente de dois pesquisadores.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Educadores concordam que a qualidade pesa menos que o preço na escolha. Nem sabia que o curso tinha nota baixa. A regra é pensar no custo e não na qualidade Cursos particulares de administração e direito reprovados no exame federal tiveram aumento de candidatos no vestibular. Avaliação federal de qualidade.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE como avaliação federal de qualidade, mas não é critério de decisão.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE.	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE

Fonte: A autora

Pelos dados apresentados no JFSP vê-se que em 2010 o ENADE passa a sofrer os prejuízos das falhas cometidas na elaboração da prova em 2009. Assim, é retratado como falho

e ineficiente, perdendo a legitimidade como instrumento que certifica o ensino superior, embora as avaliações da qualidade da educação sejam amplamente reconhecidas e convalidadas pelos educadores (JFSP, 07/01/2010).

Nesta mesma perspectiva, relaciona-se a gestão da qualidade às avaliações, mas, embora o ENADE seja uma avaliação, esta não se legitima em função de sua ineficiência. Por outro lado, quando o exame passa a ser ressignificado como “avaliação federal da qualidade” (JFSP, 17/10/15) essa perde seu reconhecimento social asseverando-se o desconhecimento dos seus dados pelo público em geral, ou seja, a incapacidade em informar à população da realidade da educação superior no Brasil ou, mesmo, em torná-la critério de decisão para a escolha de ingresso a uma instituição.

Como um todo as FD verificadas em 2010 a respeito do ENADE são de cunho negativo, observando-se forte retomada do argumento da necessidade de mudanças do exame para sua consolidação e legitimidade, distribuídas as ocorrências, igualmente, entre necessidade de modificação (50%) e ineficiência (50%). Tal distribuição discursiva representa um fenômeno novo se considerado o espaço discursivo ENADE e o *mídiu*m JFSP uma vez que nos primeiros ciclos avaliativos nunca houve abandono da FD da eficiência estando essa sempre medindo forças com argumentos de ordem contrária ou sendo plenamente hegemônico – veja-se dados de 2006 e 2008. Sendo esse o primeiro ano cuja FD apresentada tem cunho completamente negativo, expondo suas falhas e dissociando de um padrão de certificação da qualidade educacional legitimado.

Vale comparar a diferença de comportamento discursivo dos dois anos de pleitos eleitorais pelo Governo Federal. O primeiro em 2006 – ano de reeleição do candidato petista Lula, ‘fundador’ do novo sistema avaliativo (‘Provão do governo Lula’), e fim do primeiro ciclo avaliativo ENADE – onde foram verificadas 100% de FD concentradas no eixo da eficiência, gerando distorcida linearidade discursiva.

O segundo, em 2010, ano de eleição da candidata petista Dilma Rousseff, em disputado pleito eleitoral, no início do terceiro ciclo avaliativo ENADE, após observados graves erros no exame do ano anterior – observadas FD de ordem negativa quanto às condições de legitimidade da avaliação em questão, muito embora, seja o ano da vinculação entre concessão de créditos estudantis e conceito ENADE, razão pela qual se justificaria o aumento de denúncias sobre gestão fraudulenta dos dados do exame por parte das instituições.

2011

Ao longo deste ano surgiram diversas publicações a respeito do ensino superior – indicação de investimentos estrangeiros, formação de ranqueamentos, cortes de vagas – mas apenas três publicações atenderam aos critérios de pesquisa, cujo destaque, ou um dos destaques, da reportagem deveria ser o ENADE. Mantem-se em discussão a legitimidade, seja conceitual, seja instrumental da avaliação que passa a ser descrita como “exame que classifica” ou “exame dos alunos da graduação”, diminuindo sua associação com a qualidade, gerando nova FD. Ao todo foram analisadas três publicações em três edições distintas, sendo um comentário, conforme os dados:

**Quadro 31: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2011**

<b>TEXTO 1/3 – 2011</b>	
NISKIER, Arnaldo. O drama da avaliação. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Tendências e Debates. Terça – feira, 01/03/2011. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2011/03/01/2/#">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2011/03/01/2/#</a> Acesso em 16/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Texto propõe soluções para os problemas recorrentes no processo avaliativo, dos vários níveis, no Brasil.	
<b>Compreender</b>	
O autor é doutor em educação e fez parte da Câmara do Ensino Superior, destaca o histórico abandono dos processos de gestão educacional a partir de avaliação, embora sempre discutidos, e sua retomada desastrosa, com erros graves de planejamento e gestão por parte do MEC, em todos os níveis, incluindo o ENADE, propondo a descentralização da avaliação dada a característica de país continental com grande população.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Erros conceituais além de um precário sistema de utilização dos recursos de informática. Gerado grande insatisfação dos usuários do sistema, alunos e professores, colocando em risco a necessária continuidade. Sugestões ao governo por parte dos sindicatos patronais.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Parte do sistema de avaliação com grandes falhas	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 2/3</b>	
RIGHETTI, Sabine. Por um lugar no pódio nacional. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano Saber. Segunda-feira, 24/10/2011. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2011/10/24/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2011/10/24/15/</a> . Acesso em: 17/04/17.	
<b>Contexto</b>	
Ocupando mais de meia página de caderno destinado à educação recém-criado pelo jornal (2010), traz a discussão acerca da ideia de ranqueamento do ensino superior.	
<b>Compreender</b>	
Parte do acompanhamento de uma discussão da UNESCO sobre ranqueamento, em seu Observatório de <i>Ranking</i> (Ireg) trazendo à pauta a existência assertiva de vários tipos de ranqueamentos existentes nos países – desenvolvidos ou não – e alegando que tal estratégia é um caminho sem volta. Comenta que o Brasil utiliza de ranqueamento internacional, para observar as suas melhores universidades, e da existência do ENADE como prova que classifica o ensino superior, a partir dos resultados de seus alunos. Além disso, realiza entrevista com educadores que sugerem que os ranqueamentos nacionais sejam elaborados por instituições independentes, não vinculadas ao governo.	
<b>Sobreesseverações</b>	

O governo classifica cursos do ensino superior por meio de uma prova feita pelos universitários, o ENADE.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Exame federal que classifica os cursos	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associado ao ranqueamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	CLASSIFICADOR DE CURSOS
<b>TEXTO 3/3 – 2011</b>	
TAKAHASHI, Fábio. USP rediscute sua participação no ENADE. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Terça –feira, 22/11/2011. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2011/11/22/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2011/11/22/15/</a> . Acesso em 17/04/17.	
<b>Contexto</b>	
Ocupando um quarto de página, com imagens de alunos em prova e quadro descritivo acerca de características gerais do ENADE, faz interdiscurso com os recentes resultados do ENADE 2010 que apontam a Unicamp como universidade melhor avaliada.	
<b>Compreender</b>	
A ausência da USP perde força com a adesão da Unicamp ao exame apresentando resultados excelentes, a notícia coloca em a pauta nova negociação e possível participação em 2012, já haviam ocorrido negociações anteriores, com imposições da USP, tendo sido, inclusive fruto dessas a mudança na amostragem de alunos, que passou a ser universal. Há polêmica quanto ao posicionamento vez que o MEC aponta para questões político-partidárias e a USP contrapõe que apenas 1 de 13 solicitações foi atendida, a Unicamp manifestou-se de forma assertiva em relação à sua participação no exame.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Única universidade a não participar do ENADE, a USP rediscutirá em 2012 sua posição. USP forçaria o sistema a melhorar.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é o exame nacional para alunos da graduação	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associação indireta ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES

Fonte: A autora

Pelo inferido, os dados demonstram a manutenção da tendência iniciada em 2010, qual seja, o abandono à FD da eficiência, e a interlocução com proposições cujo objetivo é a modificação da avaliação. Vê-se que os discursos abandonam o tom de exaltação da avaliação, visto nos primórdios, e toma um enfoque mais analítico, tanto por parte do editorial, quanto de seus próprios interlocutores.

Produzindo, assim, a formulação de um discurso legitimador do ENADE como forma de classificação dos cursos e instituições cujo fundamento, distante das críticas feitas em 2005, apresenta argumentos que ressaltam a importância dos ranqueamentos. De fato, o que se observa posteriormente é que o contexto que compõe essa nova FD tem como pano de fundo a estruturação de um nova classificação, denominada *Ranking* Universitário da Folha (RUF), que passa a ser definitivamente estabelecido a partir de 2012. Além disso, há retomada da discussão sobre a participação da USP sob o pressuposto de que com a participação das grandes universidades os parâmetros se tornariam melhores, demonstrando a fraqueza do processo avaliativo.

Este ano inaugura dois eventos que se tornam emblemáticos na construção discursiva sobre o ENADE. O primeiro deles é a recorrente pauta de denúncias de fraude ao sistema, demonstrando a fragilidade da proposta da gestão da qualidade do ensino superior; o segundo evento é o lançamento do *Ranking* Universitário da Folha (RUF) que se trata de uma seleção de universidades avaliadas a partir de critérios determinados pelo próprio folhetim, sendo por ele exaustivamente destacado, e refletindo-se na diminuição ou apagamento da temática ENADE no periódico. Os dados deste período são apresentados abaixo e correspondem a cinco publicações em cinco edições diferentes, todas elas reportagens jornalísticas:

**Quadro 32: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2012**

<b>TEXTO 1/5 – 2012</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Ministério investiga denúncia de que Unip fraudava exame federal.</b> Caderno Cotidiano. Sábado, 03/03/2012. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/03/03/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/03/03/15/</a> . Acesso em 18/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Ocupa um quarto de página e destaca denúncia contra Unip em relação aos inscritos no ENADE.	
<b>Compreender</b>	
Segundo a denúncia, feita por uma concorrente ao MEC, a Unip selecionaria irregularmente os melhores alunos, omitindo dados no cadastro MEC dos alunos considerados fracos, situação regularizada após a prova. Destaca, ainda, que a nota alta no ENADE evita fiscalização e serve como atrativo publicitário, constantemente utilizado pela Unip, a instituição argumenta em contrário – bons resultados representariam qualidade institucional – e, segundo estudantes, há reforço diário com apontamentos de faltas, além de maior rigor do processo pedagógico, segundo reitora.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Acusação é de que universidade evita, de forma irregular, que estudantes com baixo desempenho façam o ENADE. Seleciona de forma irregular seus melhores alunos para fazerem o ENADE, a avaliação federal do ensino superior. Uma nota alta no exame nacional faz com que a instituição escape de fiscalizações do ministério, e serve de publicidade para a escola.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Bons resultados no ENADE evitam fiscalização e melhoram a imagem pública da instituição. Passível de fraude.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Não associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	ESTRATÉGIA DE GESTÃO
<b>TEXTO 2/5 – 2012</b>	
TAKAHASHI, Fábio. Escola que promete quitar dívida de aluno é investigada. <b>Jornal Folha de São Paulo.</b> Caderno Cotidiano. Domingo, 04/03/2012. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/03/04/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/03/04/15/</a> . Acesso em 18/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Em meia página acompanhada de quadro explicativo sobre o Fies e sobre a estrutura da Uniesp.	
<b>Compreender</b>	
MEC investiga Uniesp, instituição com 65 mil alunos no Brasil, que promete quitação do Fies, ou seja, curso grátis. A instituição já seria proibida de ofertar o Fies em 17 de suas 41 instituições, entretanto, a investigação apuraria se o acesso ao financiamento se utilizaria da permissão dos demais cursos, o que constituiria fraude, segundo a CEF. O MEC aponta que o volume de alunos que poderiam ser atraídos pela proposta de gratuidade poderia pressionar a liberação do financiamento. Segundo a instituição a proposta	

<p>é de pagamento do financiamento para alunos da licenciatura ou desempregados, com bom rendimento e bom resultado no ENADE, embora seu site não aponte tais restrições, o que a federação de professores do ensino privado aponta como propaganda enganosa. A Uniesp argumenta que sua ação é pela inclusão do aluno pobre e que tem bancado esses estudos.</p>	
<b>Sobrasseverações</b>	
Uniesp diz que pagará dívida de quem usar o Fies desde que tenha um bom rendimento e boa nota no ENADE.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Passível de fraude.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	ESTRATÉGIA DE GESTÃO
<b>TEXTO 3/5 – 2012</b>	
GALLO, Ricardo. TAKAHASI, Fábio. Suspeitas sobre Unip fazem MEC reavaliar exame federal. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Quarta-feira, 14/03/2012. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/03/14/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/03/14/15/</a> . Acesso em 18/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Ocupando boa parte da página, junto a quadro explicativo e contraponto da instituição denunciada traz notícia de que o MEC pretende reestruturar o ENADE.	
<b>Compreender</b>	
MEC reavaliará ENADE para reduzir fraude nas provas, após denúncia contra Unip de inscrição de alunos pré-selecionado, Aluizio Mercadante, atual ministro da Educação, ordenou reestruturar critérios do exame, entre possíveis saídas exame também seria aplicado ao penúltimo semestre, uma vez que entre as estratégias da Unip haveria prática de reprovação aos alunos medianos nesse semestre. Segundo a notícia evitar a fraude é importante pois ENADE é critério de fiscalização.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Ministério estuda ampliar o ENADE para os alunos do penúltimo semestre. MEC reavaliará os critérios do ENADE (avaliação federal do ensino superior) na tentativa de reduzir a possibilidade de fraude na prova. Suspeita de que a instituição seleciona apenas os melhores alunos para prestar o ENADE. A intenção de reduzir a possibilidade de fraude se deve ao fato de que o ENADE é usado como critério de fiscalização.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Passível de fraude.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	ESTRATÉGIA DE GESTÃO
<b>TEXTO 4/5 – 2012</b>	
FOREQUE, Flávia. Após suspeitas de fraude, MEC fará auditoria na Unip. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Sexta-feira, 23/03/2012. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/03/23/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/03/23/15/</a> . Acesso em 18/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
A notícia é circundada por outras, complementada por contrapontos e quadros ilustrativos, faz interdiscurso com a notícia publicada em 14/03, a respeito do andamento da investigação do fato denunciado.	
<b>Compreender</b>	
Segundo a notícia de caráter expositivo, o MEC realizará auditoria e visitas <i>in loco</i> para renovação de credenciamento na Unip dada a fragilidade da defesa apresentada após a denúncia de fraude na inscrição de alunos que obrigatoriamente realizariam Enade, além de reafirmar mudanças no exame, e ainda anunciar o descredenciamento e fechamento da Universidade São Marcos, por irregularidades acadêmicas e financeiras.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Suspeitas de fraude. Investigar as denúncias de que a instituição teria fraudado o ENADE. Selecionando apenas os melhores alunos para realiza-lo. Suspeita de que a Unip reprova estudantes com notas medianas e baixas no penúltimo semestre.	

Ministro anunciou mudanças no exame. Manipulação do ENADE. Exame que avalia a qualidade do ensino superior.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Exame passível de fraude.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	FRAUDE
<b>TEXTO 5/5 – 2012</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. MEC notifica 30 outras universidades sobre ENADE. Caderno Cotidiano. Sábado, 24/03/2012. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/03/24/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2012/03/24/15/</a> . Acesso em: 18/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Nota curta, junto a outras notícias sobre educação, complementa a notícia anterior a respeito de apurações de fraude acerca do ENADE.	
<b>Compreender</b>	
Retoma a pauta da Unip, asseverando sua auditoria e avaliação local na revalidação de cem cursos da instituição, comenta sobre os impactos do exame ENADE, e a observância de diferença entre número de ingressantes e concluintes que daria margem às fraudes nos moldes da denúncia contra a Unip.	
<b>Sobreasseverações</b>	
Inconsistências na aplicação do ENADE. O que evitaria resultado ruim. Selecionado seus melhores alunos para a prova. Negou ter manipulado o resultado do exame.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Exame passível de fraude.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	FRAUDE

Fonte: A autora

Embora o assunto de uma potencial gestão fraudulenta do ENADE já tenha sido aventado desde o início do segundo ciclo avaliativo (2007), a formação discursiva da fraude é nova no interdiscurso do exame. Desse modo, vê-se que, os textos a respeito do tema passam de analíticos a enunciativos, instituindo um outro olhar para a prova.

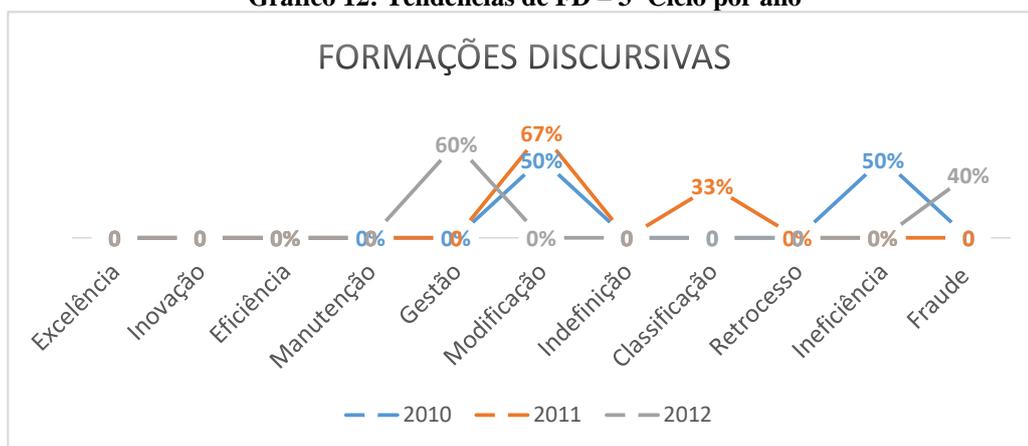
Nesses termos, em 2012, há oposição discursiva entre duas FD que se apresentam e correspondem a estratégia de gestão (60%) e fraude (40%), ambas relacionadas a eventos de manipulação de dados dos estudantes para a realização da prova que impactam diretamente nos resultados da avaliação. Mantem-se ausente a argumentação da eficiência do exame, sendo esta característica recorrente em todo o terceiro ciclo.

Entretanto, ainda que existam as denúncias não se observa silenciamento completo a respeito da relação ENADE – QUALIDADE, sendo constatado, em verdade, quando dos enunciados sobre fraude o reforço de tal relação, assim, se poderia imaginar que as fraudes seriam tentativas de forjar uma qualidade certificada pela prova.

## Análise 3º Ciclo Avaliativo

O terceiro ciclo avaliativo foi discursivamente apresentado pelo JFSP a partir de novas FD e do abandono da argumentação da eficiência do exame, bem como, da polarização discursiva recorrente nos primeiros ciclos avaliativos. As formações discursivas encontradas foram: a ineficiência, a necessidade de modificações, a estratégia de gestão e o advento da fraude.

Gráfico 12: Tendências de FD – 3º Ciclo por ano



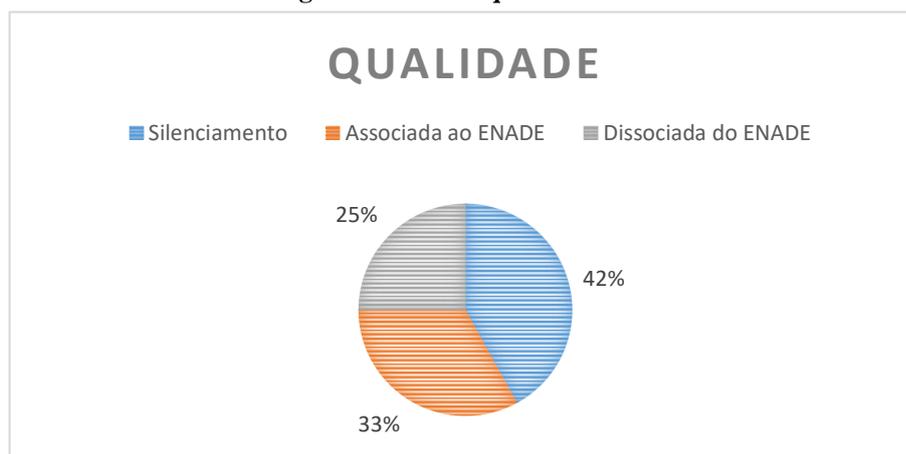
Fonte: A autora

Ou seja, se verifica um discurso que reforça aspectos polêmicos e negativos do exame, alimentando a contestação social quanto à legitimidade do mesmo em aferir a qualidade do ensino superior. Em contrapartida, apesar da crise de legitimidade pelos discursos do terceiro ciclo do JFSP, não são mais retomadas comparações ao antigo exame federal, sendo o surgimento do ranqueamento do próprio jornal (RUF) o foco de novo confronto.

Quanto à associação ENADE – QUALIDADE, os dados também retratam crise de legitimidade. Uma vez que no ano de 2012 são destacadas estratégias de gestão acadêmica do exame, e, no limiar, tentativa de fraude aos resultados das avaliações, como FD dominantes embora, contraditoriamente, seja o ano onde se apresenta a maior incidência de associação entre os dois termos. Isso pode se dever à vinculação entre os resultados do ENADE e a oferta de financiamento estudantil público, a partir de 2010, favorecendo uma ética teleológica que estimula a busca por resultados independente dos meios para sua consecução.

Ou seja, não há contestação do modelo de avaliação da qualidade propriamente dito, desde que sejam válidos todos os meios para se atingir a finalidade de acessar os recursos públicos. Em relação a todo o 3º ciclo se observa a manutenção da associação entre as expressões ENADE – QUALIDADE ainda que a dissociação e o silenciamento estejam mais presentes, como demonstra o gráfico a seguir:

**Gráfico 13: Imagem retórica da qualidade – ENADE 3º Ciclo**



Fonte: A autor

#### 5.4.4. 4º Ciclo avaliativo /2013- 2015

Neste ciclo diminuem consideravelmente as publicações cujo ENADE seja a pauta principal, ou uma das principais, e, portanto, diminui significativamente o *corpus* de análise, seguindo uma tendência já apontada desde o ciclo anterior, e coerente com o decréscimo normativo, e consequente polêmica a respeito. Há, entretanto, uma disparidade entre a quantidade de publicações a respeito do tema observadas em 2013, que apresenta seis publicações, se comparada aos anos seguintes do ciclo, que apresentam apenas uma publicação em cada ano.

#### 2013

Neste ano a avaliação do ensino superior retoma espaço na pauta do JFSP, quantitativa e qualitativamente vez que retornam reportagens e colunas inteiras dedicadas senão aos resultados pelo menos ao exame em si. Há uma retomada da discussão quanto à participação da USP no exame como principal enfoque do ano, além de discussões sobre os resultados da prova que novamente a associam como ferramenta de gestão da qualidade do ensino. Assim, a partir dos critérios orientadores das análises, foram trabalhadas seis publicações em cinco edições distintas, como segue:

**Quadro 33: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2013**

<b>TEXTO 1/6 – 2013</b>	
NUBLAT, Johanna. MEC congela abertura de cursos de direito no país. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Sábado, 23/03/2013. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/03/23/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/03/23/15/</a> . Acesso em 20/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Acompanhado de quadro explicativo a matéria apresenta informações e opiniões do MEC, OAB e Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior.	
<b>Compreender</b>	
A notícia anuncia a suspensão de abertura a novos cursos de direito até redefinição de critérios para regular o setor decretado pelo ministro da Educação, Mercadante, além da cooperação OAB/MEC para redesenhar a nova política de abertura. Além de outras medidas, haverá suspensão de ingresso em cursos de direito com baixo desempenho ENADE. Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior atribui a deficiência à qualidade ao MEC e questiona o ENADE como atestado de qualidade dada a possibilidade do aluno realizar a prova sem compromisso com resultado.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Haverá suspensão do ingresso de novos alunos em cursos de direito que tiverem repetidas notas baixas no ENADE. Hormidas (ABMES) questiona a utilização do ENADE para atestar a qualidade do curso.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Relacionada à qualidade pelo Poder Público, questionada pela ABMES.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE pelo Poder Público mas não associada pela ABMES	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDEFINIDO
<b>TEXTO 2/6 – 2013</b>	
TAKAHASHI, Fábio. USP adere a avaliação federal. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Quarta –feira, 07/08/2013. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/08/07/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/08/07/15/</a> . Acesso em 21/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
A notícia é destacada na primeira página do jornal e do caderno, por ser resultado de um longo processo de negociação iniciado desde a recusa da USP em participar do primeiro ENADE em 2004.	
<b>Compreender</b>	
Segundo a notícia a USP participará do ENADE 2013, de forma parcial, sem obrigatoriedade de comparecimento dos alunos e sem possibilidade de publicização das notas por três anos, após a fase experimental a universidade decidirá pela participação definitiva, ou não. O MEC e Inep apoiam a participação, por valorizar o exame, e denominam o acordo de Cooperação Técnica.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Única instituição fora da avaliação nacional do ensino superior, a USP decidiu aderir à prova ENADE, mas de forma parcial. Primeiro passo para a entrada integral da universidade. A USP questiona a prova desde sua criação, em 2004.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE tem falhas	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 3/6 – 2013</b>	
SCHWARTSMAN, Hélio. Adesão envergonhada. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Opinião. Sexta – feira , 09/08/2013. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/08/09/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/08/09/2/</a> . Acesso em 19/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
O articulista tece opiniões sobre participação da USP no exame federal, e comenta quais as principais falhas do ENADE, em interdiscurso com o anúncio em 07/08/2013, quanto a participação parcial da instituição.	
<b>Compreender</b>	

O autor faz contrapontos importantes, justificando as razões pelas quais a USP adere ao exame de forma parcial, responsabilizando resistências internas à instituição, além de atribuir a resistência a falhas estruturais do exame apontando a falta de compromisso dos alunos e a regularidade trienal como os mais importantes.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Teste do MEC para avaliar instituições de ensino superior. Importante frisar as falhas do ENADE. O aluno tem pouco ou nenhum compromisso com a avaliação Os piores nunca se formam no ano que a instituição é avaliada	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE tem falhas	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 4/6 – 2013</b>	
SCHWARTSMAN, Hélio. Fazer ranking implica à ideia de fazer retoques constantes. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno RUF 2013. Segunda –feira, 09/09/2013. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/09/09/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/09/09/2/</a> . Acesso em 19/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Comumente articulista do Caderno Opinião, o autor debate as melhorias agregadas no segundo ano do ranqueamento da Folha e considera tal situação natural a qualquer ordem de classificação, além de tecer críticas ao ENADE.	
<b>Compreender</b>	
Em seu segundo ano o RUF pretende legitimar-se apontando o ajuste a partir de críticas recebidas em 2012, no texto o autor frisa que o ENADE passa a ser critério de validação, mas com baixa representação uma vez que passível de fraudes, há interdiscurso com outros textos do mesmo colunista, mas principalmente com os argumentos apresentados pela USP.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Também se agregou ao módulo (do RUF) a nota dos cursos de graduação no ENADE Esse exame, ainda que promissor, apresenta problemas Tão logo as dificuldades sejam resolvidas espera-se aumentar o peso do ENADE	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE tem falhas	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 5/6 – 2013</b>	
AGUIAR NETO, Benedito G. Para valorizar o ENADE. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Tendências e Debates. Terça – feira, 08/10/2013. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/10/08/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/10/08/2/</a> . Acesso em: 21/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Opinião apresentada em interdiscurso com os resultados recém-saídos do ENADE 2012, e a pauta de necessidade de se criar o compromisso estudantil, tem junto a imagem de um desenho de carteiras escolares dentro de um ambiente que parece estar sendo pichado.	
<b>Compreender</b>	
O autor, reitor do Mackenzie, traça comparativo entre o ENEM e ENADE, asseverando o fato daquele ser voluntário e, apesar disso, bastante concorrido, dadas as vantagens reconhecidas pelos alunos em sua participação, por outro lado, o ENADE, compulsório, sob pena de não diplomação, na perspectiva dos estudantes, segundo o autor, não agrega valor, nem estimula. O autor sugere a inserção da nota ENADE no diploma do aluno e vinculação a bolsas governamentais de pós-graduação como forma de aumentar o compromisso discente, embora existam alunos que compreendem a importância para suas carreiras que se formarem em escolas bem-avaliadas. Além disso, contesta a realização da prova no último ano, pois se acumularia com outras demandas, mais impactantes, do curso. Confere ao ENADE a missão de avaliar as instituições e aperfeiçoar o ensino, cobrando, do mesmo, uma garantia de qualidade e transparência educacional.	
<b>Sobresasseverações</b>	

O ENADE é obrigatório, mas, na visão pragmática de numerosos jovens, não agrega valor nem os estimula. É necessário que o ENADE, no cumprimento de sua importante missão de avaliar as instituições e aperfeiçoar o ensino superior, garanta qualidade e transparência dos serviços educacionais. A nota ENADE é das mais importantes variáveis para o cálculo do conceito de curso. De modo a valorizar o ENADE e torná-lo representativo em eventuais comparações de resultados, é fundamental que tenha seu significado reconhecido.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Avalia para aperfeiçoar as instituições	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Gerada pelo aperfeiçoamento das instituições a partir das avaliações.	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 6/6 – 2013</b>	
FOREQUE, Flávia. 30% dos cursos de humanas recebem nota baixa em prova. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Terça – feira, 08/10/2013. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/10/08/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/10/08/2/</a> . Acesso em: 21/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Ocupando meia página, junto a quadros sobre melhores cursos 2012 e comparativo 2012 – 2009, tece considerações quanto aos resultados do ENADE recém – apresentados.	
<b>Compreender</b>	
Apresenta dados do resultado de 2012, apontando que 1/3 dos cursos de humanas tiveram desempenho insatisfatório, com bom desempenho do setor privado, entre notas 3 – 4, e maioria dos resultados de excelência vindo do setor público, além disso, menciona a crítica da Associação Nacional dos Centros Universitários quanto a necessidade de se punir alunos que não comparecem à prova.	
<b>Sobreesseverações</b>	
Cerca de um a cada três cursos avaliados pelo ENADE 2012 teve desempenho insatisfatório no exame. Entidades que representam o setor particular criticam o ENADE e o peso que ele tem na decisão de punir cursos de má qualidade.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Mensura a qualidade dos cursos	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE

Fonte: A autora

Pelos dados, verifica-se modificação do padrão discursivo das publicações a respeito do ENADE se comparado ao ciclo anterior, especialmente com a retomada da FD da eficiência da avaliação e abandono da interlocução com o tema das fraudes que, sequer, são citadas ao longo do ano. Em relação às tendências de FD essas sugerem, em sua maioria, a necessidade de modificações no exame (66%), apontando falhas, como a falta de estímulo para participação dos estudantes.

Quanto à imagem retórica da qualidade está, ao longo de 2013, parcialmente associada ao ENADE sendo, entretanto, a descrição mais emblemática, da relação entre ambas, destacada pelo reitor do Mackenzie (JFSP 08/10) como aquela “gerada pelo aperfeiçoamento das instituições a partir das avaliações”.

2014

Como já comentado, há uma única publicação que atende aos critérios de pesquisa em 2014. Nesses termos, embora aponte as falhas do ENADE a nova reitoria da USP o revaloriza como medida necessária de avaliação da qualidade, retomando a longa polêmica quanto à abstenção da instituição. Nesse sentido a FD detectada aponta para a eficiência da avaliação embora dissociada à ideia de qualidade do ensino, como aponta análise abaixo:

**Quadro 34: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2014**

<b>TEXTO 1/1 – 2014</b>	
TAKAHASHI, Fábio. RIGHETTI, Sabine. Novo reitor assume universidade com orçamento no limite. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Domingo, 19/01/2014. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2014/01/19/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2014/01/19/15/</a> . Acesso em: 21/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Breve entrevista com reitor, então recém-eleito, junto com quadro com linha do tempo institucional e perfil de seus alunos, a reportagem faz parte do ciclo de comemorações dos 80 anos da USP.	
<b>Compreender</b>	
Pleiteia diálogo e mudanças na instituição, inclusive no currículo da graduação, e opina pela participação da USP no ENADE, apesar das falhas.	
<b>Sobresasseverações</b>	
O ENADE tem defeitos, mas é uma medida objetiva e nacional que a USP decidiu não participar	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Medida nacional da qualidade	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE

Fonte: A autora

2015

Nos mesmos termos do ano anterior também em 2015 há uma única publicação que atende aos critérios de análise, a partir de uma entrevista concedida pelo, então, ministro da educação ao JFSP, desse *corpus* é observada a reiteração tanto da FD apresentada em 2014, ou seja, tanto em anunciar o exame como eficiente, embora haja falhas, quanto da dissociação entre ENADE e qualidade de ensino, conforme quadro abaixo:

**Quadro 35: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2015**

<b>TEXTO 1/1 – 2015</b>	
LEITE, Marcelo. Filosofia da Educação. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Folha Dez. Sábado, 11/04/2015. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/04/11/661/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2015/04/11/661/</a> . Acesso em: 21/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Entrevista concedida pelo então Ministro da Educação, destacada como um dos dez melhores textos da semana.	
<b>Compreender</b>	

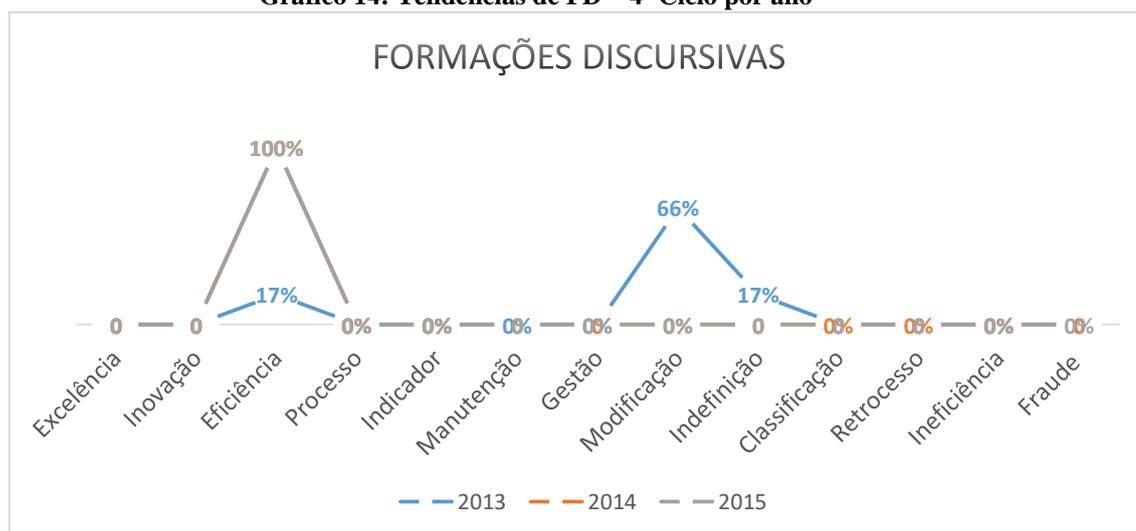
O entrevistado é filósofo e assume a pasta da educação depois de tecer críticas ao governo. A entrevista tem tom conciliador e responde às perguntas de forma ponderada.	
<b>Sobreesseverações</b>	
O ENADE às vezes é posto sob suspeição, sofre burlas e muitos alunos não o prestam a sério. Em que pese as burlas dá um mapa bom do sistema como um todo. A vantagem desses testes é ter um controle sobre o que está sendo oferecido.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Tem falhas mas serve como mapeamento do sistema	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE

Fonte: A autora

#### Análise 4º Ciclo Avaliativo

A partir do analisado no quarto ciclo avaliativo foi observada a retomada da argumentação da eficiência do exame que dividiu importante espaço com a pauta da necessidade de modificações do exame, ainda que haja grande diminuição do volume de publicações. A distribuição discursiva pode ser observada no gráfico abaixo:

**Gráfico 14: Tendências de FD – 4º Ciclo por ano**



Fonte: A autora

Entretanto, diferente do ciclo anterior, não houve reforços aos aspectos negativos do exame, e nem sequer foram comentadas as notícias de fraudes cometidas, havendo, em contrapartida, asseveração quanto a necessidade de mudanças na avaliação e destaque à sua potencial utilidade, seja como exame objetivo, seja por seu caráter diagnóstico. Assim, no quarto ciclo se observa um discurso conciliador em relação à avaliação em larga escala,

inclusive com a divulgação de potencial participação da USP, apagando-se a anterior crise de legitimidade. Quanto à associação ENADE - QUALIDADE todo o 4º ciclo apresenta apaziguamento da relação entre ambos, sendo o silenciamento da correlação a tendência mais frequente.

#### 5.4.5. 5º Ciclo avaliativo /2016 - 2018

Uma vez que esse ciclo se encerra apenas ao final de 2018, as análises discursivas da presente pesquisa contemplaram apenas parcialmente os dados deste ciclo, como anteriormente comentado. Assim, serão apresentadas, apenas, as discussões a respeito das FD correspondentes aos anos de 2016 e 2017. Nesse período, volta à pauta o argumento fraude/ineficiência principalmente encabeçado pela academia e retomado por algumas instituições, bem como, a legitimação do exame pelo MEC sob a justificativa de que o rigor nas sanções será uma oportunidade de melhoria do processo.

Restou observado que, embora se que indiscutível polêmica constitutiva, donde se apresentam múltiplos argumentos – favoráveis e contrários – há claras tendências institucionais. Assim, enquanto o Poder Público, representado pelo MEC/Inep destaca o exame, em sua gênese, com argumento de inovação e qualidade, com o tempo passa a tentar sustentar a legitimidade da avaliação com uma série de articulações de cunho fiscalizatório, sem que houvesse confirmação, por meio de ações, dos argumentos anteriores, ou seja, cada vez mais o exame passa a ser uma exigência burocrática e cada vez menos um selo garantidor de qualidade mínima, contexto esse ainda mais reforçado pelo advento das fraudes.

Por outro lado, instituições de ensino superior, públicas e privadas, e alguns pesquisadores que se manifestam no periódico fortalecem a formação discursiva quanto à ineficiência do exame e do sistema, considerando o advento das fraudes como consequência das falhas por eles apontadas. Nota-se, ainda, que a consolidação do RUF - padrão de classificação institucional do JFSP - surte como efeito a diminuição da temática do ENADE aparentemente com o objetivo de fortalecer o ranqueamento do periódico publicado anualmente

2016

O ano de 2016 inicia-se ainda com a pleito das modificações no ENADE para seguir com controversa entrevista com o reitor da USP – em que muda seu argumento de 2014 passando a assumir o discurso da ineficiência do ENADE. Finalizando o período com novas denúncias de fraudes. Assim, em 2016 foram analisados, de acordo com os critérios, um *corpus* de quatro reportagens em quatro edições distintas, como segue:

**Quadro 36: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2016**

<b>TEXTO 1/4 – 2016</b>	
SALDAÑA, Paulo. ENADE deve passar a valer no currículo dos universitários. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Sábado, 16/04/2016. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/04/16/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/04/16/15/</a> . Acesso em: 21/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Reportagem realizada na oportunidade do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, para onde o jornalista foi convidado a participar, traz fala de representante do MEC sobre novas medidas a serem tomadas em relação ao ENADE.	
<b>Compreender</b>	
Pelo texto o ENADE é referido como avaliação federal de concluintes e principal fator de cálculo dos indicadores de qualidade das instituições de ensino superior. Segundo o MEC pretende-se qualificar a participação no ENADE, pois a falta de compromisso dos estudantes é um problema constantemente relatados pelas IES, entre as possíveis medidas haveria a inserção de nota no histórico do aluno e uma projeção de realização de ENADE on-line para dar alcance da prova a todos os concluintes, todos os anos, acabando com os ciclos de área.	
<b>Sobresasseverações</b>	
A nota ENADE, avaliação federal voltada para os concluintes do ensino superior, deve passar a contar no currículo dos universitários. O ENADE é o principal fator no cálculo dos indicadores de qualidade das instituições de ensino superior. A nota compõe mais da metade do CPC, indicador de qualidade adotado na regulação das instituições.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Indicador de qualidade	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 2/4 – 2016</b>	
SALDAÑA, Paulo. Ministério reformula indicadores de avaliação do ensino superior. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Cotidiano. Quinta-feira, 28/04/2016. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/04/28/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/04/28/15/</a> . Acesso em: 21/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Em meia página, acompanhado de quadro resumo das principais propostas de mudança a reportagem anuncia medidas de reformulação do Sinaes.	
<b>Compreender</b>	
Pela reportagem MEC anuncia mudanças no sistema que partem da criação de novos indicadores com vistas a agregar o índice de evasão, a comparações ENEM/ENADE, e o fator extensão universitária, a proposição pretende substituir o modelo atual, de 2007, ainda está em fase de elaboração.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Indicadores de qualidade são usados para regulação de instituições de ensino superior públicas e privadas. ENADE – prova feita pelos concluintes	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Indicador de qualidade	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE	

<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 3/4 – 2016</b>	
RIGHETTI, Sabine. Exame oficial do MEC é controverso, afirma reitor. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Caderno Especial RUF. Segunda-feira, 19/09/2016. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/09/19/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/09/19/15/</a> . Acesso em: 21/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Parte do caderno de divulgação do RUF 2016 traz ponto de vista da USP, única universidade a não aderir oficialmente ao exame, em relação ao ENADE, faz interdiscurso com o acordo divulgado em 2013, onde a USP se submeteria experimentalmente à prova sem divulgação de seus resultados.	
<b>Compreender</b>	
Novo reitor da USP anuncia que não haverá adesão da USP ao exame, após o experimento, defendendo que sua comissão institucional de graduação aponta defeitos na prova e que a universidade nada tem a perder por não participar, o Inep se manifesta, sem contrapor, justificando que a sociedade tem direito de conhecer a qualidade da formação dos jovens. Em função da ausência de nota a USP perde o primeiro lugar no RUF, já que representaria 4 pontos, no máximo.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Prova do governo federal para medir a qualidade do ensino. O ENADE é uma prova tecnicamente controversa. Desde sua 2ª edição, o RUF conta a nota das universidades no ENADE em um dos componentes do indicador que avalia a qualidade de ensino. Com o exame as universidades prestam contas sobre o nível de seu ensino.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Indicador de qualidade	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE
<b>TEXTO 4/4 – 2016</b>	
FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Governo vai apurar suspeita de fraude em exame federal</b> . Caderno Cotidiano. Segunda – feira, 24/10/2016. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/10/24/15/#">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/10/24/15/#</a> . Acesso em 21/04/2017.	
<b>Contexto</b>	
Próximo à costumeira publicação dos resultados do exame do ano anterior a reportagem se remete a denúncia de fraude divulgada pela revista Veja.	
<b>Compreender</b>	
O texto anuncia investigação do MEC quanto a fraudes aos exames ENADE 2012 e 2013 por parte da Unip e Uninove, cujas estratégias dizem respeito à manipulação dos resultados pela seleção dos melhores alunos, reprova ou aprovação antecipada de alunos com baixo rendimento e uso de senha padrão para resposta ao questionário de perfil social. Na reportagem o ENADE é enunciado como prova federal que mede a qualidade dos cursos e serve como regulação do ensino superior, sendo parte do sistema de avaliação do ensino superior e critério de acesso a recursos públicos, além de render publicidade.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Supostas fraudes de universidades particulares no ENADE Prova federal que mede a qualidade dos cursos e serve para regulação do ensino superior ENADE faz parte do sistema de avaliação do ensino superior As notas compõem os indicadores de qualidade que definem a continuidade de um curso ou funcionamento da instituição.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Avaliação reguladora da qualidade do ensino superior, passível de fraude	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	FRAUDE

Fonte: A autora

Pelo observado nas análises discursivas de 2016 são retomados padrões de FD do 3º ciclo avaliativo, quais sejam, necessidade de modificação do exame, ineficiência e o discurso

da fraude, verificando-se destaque às características de negativas da avaliação em larga escala. Vale comentar, em relação à questão ENADE – QUALIDADE repete-se o padrão já observado em 2012, quando também houve denúncias de fraudes, qual seja, em que pese o reforço negativo ao exame, por suas falhas, a imagem retórica da qualidade permanece ao longo do ano associada ao ENADE.

2017

Embora pouco discutido ao longo do ano, com apenas duas ocorrências que atendem aos parâmetros de pesquisa, o ano de 2017 reforça a necessidade de mudanças no exame através de um editorial, modalidade que não era publicada sobre a temática desde 2013. As análises discursivas seguem abaixo:

**Quadro 37: AD ENADE Jornal Folha de São Paulo – 2017**

<b>TEXTO 1/2 – 2017</b>	
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. <b>Pouco Estudo</b> . Editorial. Segunda-feira, 13/03/2017. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2017/03/13/2/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2017/03/13/2/</a> . Acesso em: 22/04/17.	
<b>Contexto</b>	
Editorial em claro interdiscurso com a nota sobre os resultados ENADE analisando questões que impactam negativamente na busca pela qualidade educacional.	
<b>Compreender</b>	
O Editorial descreve as resistências sofridas pelo exame – corporativas, acadêmicas e estudantis – e aqui faz um interdiscurso com a histórica hostilidade da USP em relação ao ENADE e o argumento muitas vezes apresentado da necessidade de se criar mecanismos de melhoria do empenho do aluno – participante, argumento esse originário do ensino privado. Há ainda o reconhecimento de pouca evolução no nível da graduação no país, com resultados medíocres, que pode ter como uma das causas a ampliação do acesso à população com menor base escolar, além da baixa dedicação aos estudos (55% aponta de zero à três horas/semana), embora sejam necessárias estatísticas mais precisas e a necessidade de melhorar o exame, que cogita mensurar em termos absolutos, tal como o ENEM.	
<b>Sobreesseverações</b>	
ENADE – exame nacional prestado pelos estudantes O processo de avaliação pode e deve ser aperfeiçoado para dar mais acuidade às notas. Persiste a desconfiança de que um componente crucial da avaliação não meça com precisão o aprendizado obtido.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Parte da avaliação da qualidade	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao sistema de avaliação	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 2/2</b>	
BOLDRINI, Angela. Só 6% dos cursos avaliados têm desempenho máximo no ENADE. <b>Jornal Folha de São Paulo</b> . Cotidiano. Sábado, 02/09/2017. Disponível em: <a href="http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2017/09/02/15/">http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2017/09/02/15/</a> . Acesso em: 22/12/2017.	
<b>Contexto</b>	
Reportagem discute os resultados do ENADE 2016, faz comparações com anos anteriores e relata as opiniões da diretora de avaliação do ensino superior do Inep, Mariângela Abrão.	

<b>Compreender</b>	
Após a divulgação dos resultados do ENADE 2016 a reportagem ressalta o alto índice de instituições com notas abaixo da média, traça comparativos e assevera a opinião do Inep de que os dados não permitem dizer que as instituições com nota baixa são ruins.	
<b>Sobresseverações</b>	
Exame que mede o desempenho dos estudantes que estão concluindo a graduação. Compõe indicadores que medem a qualidade do curso Os dados não permitem dizer que as instituições com notas baixas são ruins.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Parte da avaliação da qualidade	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao sistema de avaliação	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDEFINIDO

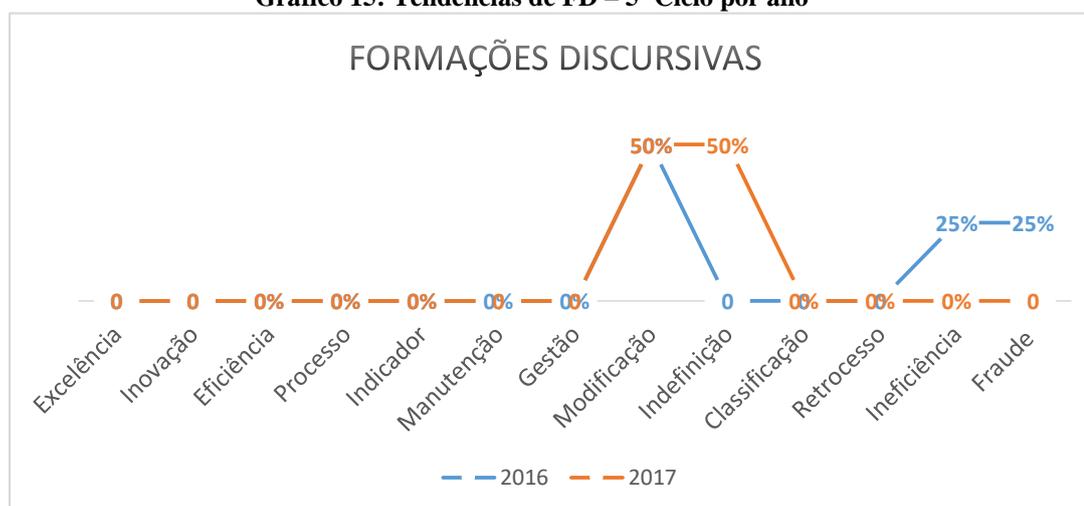
Fonte: A autora

### Análise 5º Ciclo Avaliativo

Os dados publicados do último ciclo avaliativo, até então, permitem verificar a construção de um interdiscurso negativo, retomando padrão do terceiro ciclo, acerca do exame com o predomínio da pauta da necessidade de modificações do exame, já recorrente em anos anteriores.

Ainda que se observe o reforço de aspectos negativos da avaliação há uma forte tendência de associação entre o ENADE – QUALIDADE ao longo do período, o que reforçaria o tom de crítica à prova uma vez que, se o ENADE consiste numa certificação da qualidade do ensino superior em havendo falhas, ou fraudes, dentro do seu processo comprometeria toda a percepção sistêmica de tal padrão. O quadro a seguir serve para se observar as tendências de formações discursivas:

**Gráfico 15: Tendências de FD – 5º Ciclo por ano**



Fonte: A autora

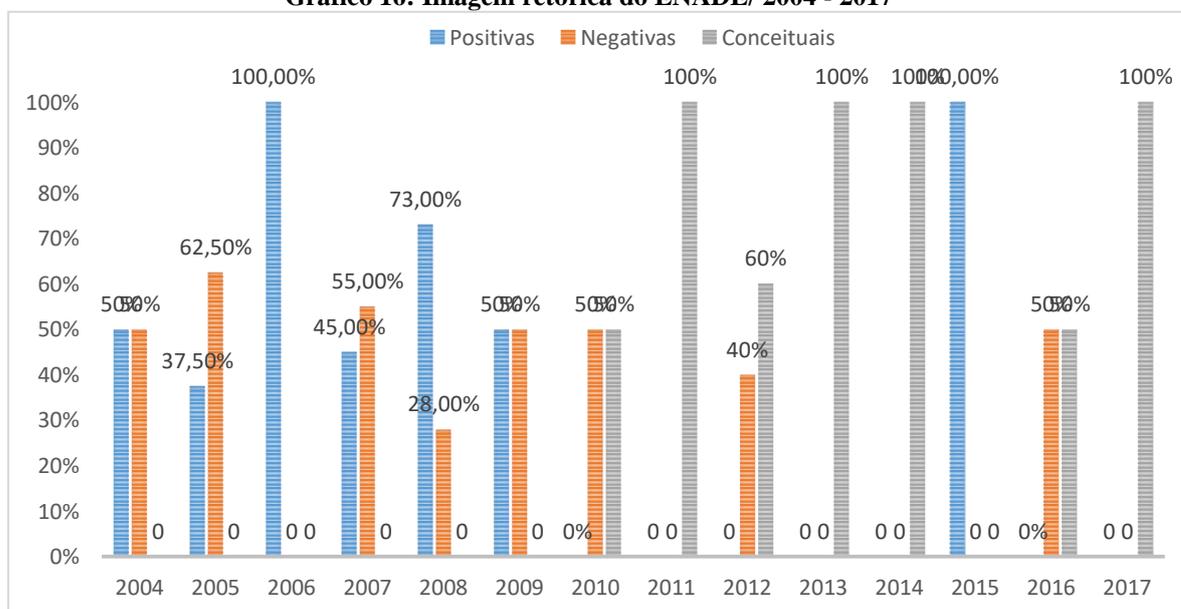
#### 5.4.6. Discursos produzidos sobre o ENADE no JFSP - Comparações

Considerando a extensão do *corpus* analisado no *mídium* JFSP, instrumentalizado pela ferramenta Acervo Folha, e a grande quantidade de dados gerados entendeu-se pertinente organizá-los de forma comparativa para compreender a construção das FD, suas retomadas e novas estruturas discursivas que tenham surgido no período.

Para tal comparação considerou-se os eixos temáticos apresentados anteriormente (quadro 14), havendo na constituição de alguns eixos aspectos de adjetivação que possibilitam considerar as formações discursivas como positivas ou negativas. Entretanto, tal polarização não se verifica nos eixos centrais tais como: processo avaliativo, indicador de qualidade, manutenção de padrão, estratégia de gestão institucional, necessidade de modificação do exame e indefinição, que apontam mais para aspectos conceituais do exame.

Por essa razão, nas análises que consideram os discursos como positivos ou negativos algumas formações discursivas serão destacadas como conceituais, pois destacam concepções do exame, sem produzir adjetivação propriamente dita. E, além disso, dividiu-se os temas de análise em relação a cada ciclo, gerando resultados a respeito das seguintes temáticas: formações discursivas detectadas, imagem retórica do ENADE, imagem retórica da qualidade, além da polissemia conceitual ENADE observada nas publicações do jornal, no que diz respeito à avaliação em larga escala.

**Gráfico 16: Imagem retórica do ENADE/ 2004 - 2017**



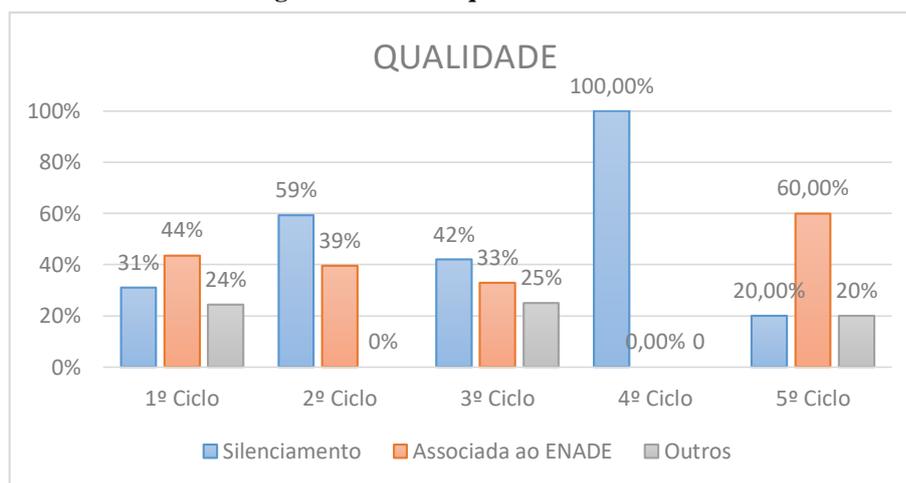
Fonte: A autora

Assim, pela comparação entre ciclos avaliativos verificou-se o desaparecimento da tendência à dicotomização de FD entre a eficiência e a ineficiência da avaliação sistêmica, recorrentes nos dois primeiros ciclos, sendo observada a construção de um discurso de interpretação e conceituação do exame, a partir de 2010, abandonando-se a interpretação, adjetivação e polarização, até então presentes.

Desse modo, pelas análises das imagens retóricas construídas do ENADE, até 2009, tem-se uma grande polêmica, com discursos positivos e negativos, a respeito da avaliação, embora se observe linearidade discursiva em 2006 quando a avaliação é insistentemente asseverada como “indicador da qualidade de ensino” e “parte das avaliações de qualidade do MEC”.

No que diz respeito à imagem retórica da qualidade construída pelas formações discursivas verifica-se também variação. Entretanto, pelo observado há uma queda gradual da associação entre ambos chegando ao completo silenciamento a partir do quarto ciclo, em relação ao *mídiu*m em questão, para ser retomada a relação entre o ENADE e a mensuração da qualidade no 5º ciclo, em 2017, ainda que em tom de crítica.

**Gráfico 17: Imagem retórica da qualidade – ENADE/ 2004 - 2017**



Fonte: A autora

Ou seja, em se considerando a comparação entre os ciclos avaliativos vê-se importante modificação das FD e um processo de degradação da imagem da avaliação do ensino superior por parte do periódico. Embora, como acima comentado, permaneça sua associação com a ideia de qualidade do ensino ofertado, tal variação está retratada no gráfico a seguir:

**Gráfico 18: Tendências de FD – Período 2004 - 2012**



Fonte: A autora

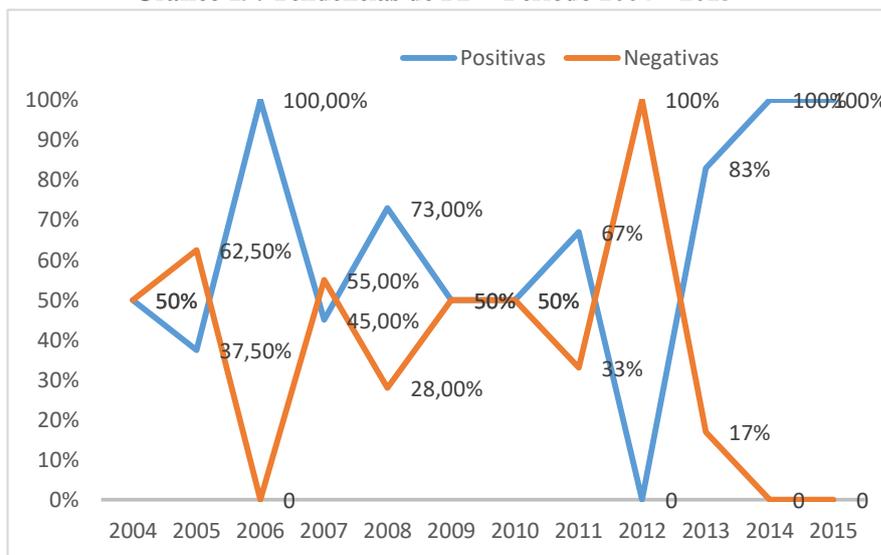
Ainda que surja como discursos dominantes o argumento da eficiência, da necessidade de modificação da avaliação e da ineficiência do exame ao longo do período de nove anos de estabelecimento da avaliação em larga escala, retratados no gráfico acima, é possível se observar que com o passar do tempo são ressaltados aspectos negativos em detrimento aos positivos. Vale destacar que, embora o instrumento regulatório permaneça o mesmo (lei nº 10.861/04) e a concepção legal da avaliação em larga escala do ensino superior não haja sido alterada, a imagem construída pelo *mídiu*m em questão passa por diversas transformações como se o “instrumento de excelência” fosse outro, que não o mesmo, que se tornou “objeto de fraude”.

Por outro lado, as análises das imagens retóricas construídas do ENADE também confirmam o processo de depauperação, pelo *mídiu*m em questão, da imagem da avaliação em larga escala. Assim, enquanto a totalidade das edições publicadas em 2006 sobre o exame ressaltavam seus aspectos positivos, em 2012 a totalidade das edições referiu-se a aspectos negativos da avaliação como demonstrado.

No que diz respeito à imagem retórica da qualidade construída pelas formações discursivas verifica-se variação, conforme anteriormente comentado, com um aumento da associação entre os termos, em que pese as denúncias de fraude em 2012, como já anteriormente ressaltado. Em contrapartida, finalizadas as análises do quarto ciclo é possível considerar que houveram retomadas discursivas em relação aos ciclos anteriores. Assim, a grande mudança de FD verificada no terceiro ciclo e o processo de degradação da imagem da avaliação do ensino superior anteriormente observada dão lugar a um discurso de resignificação do exame, talvez

relacionado pelo período eleitoral com tentativa de manutenção do poder por parte do partido governista (PT), tal mudança drástica do padrão discursivo se reflete no gráfico a seguir:

**Gráfico 19: Tendências de FD – Período 2004 – 2015**



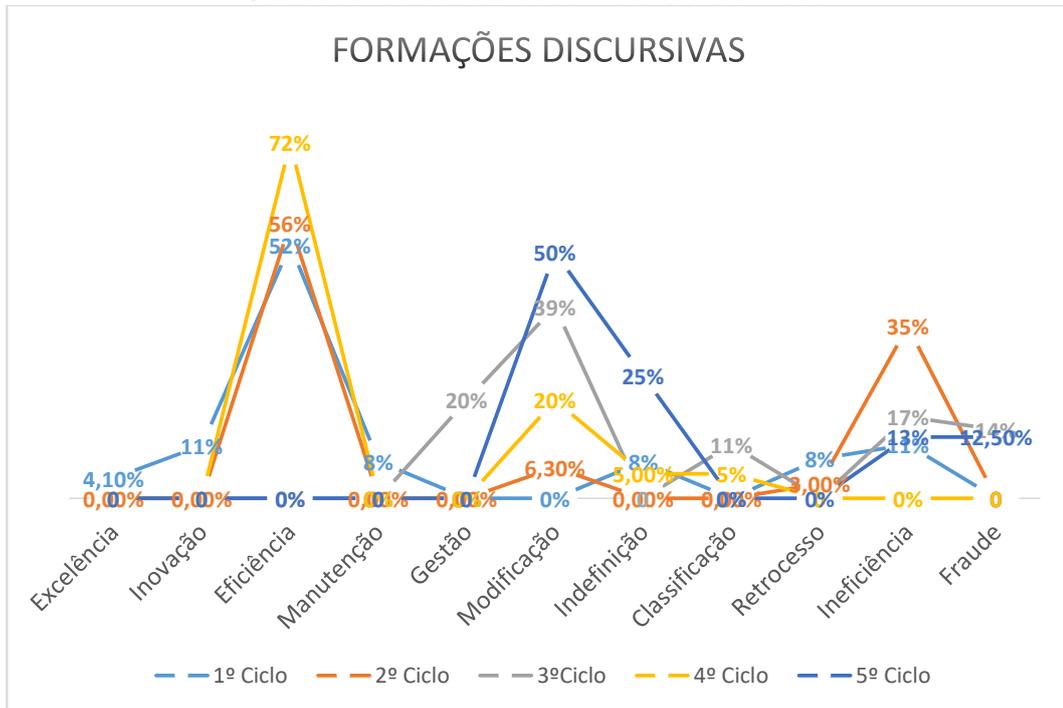
Fonte: A autora

No que diz respeito à imagem retórica da qualidade construída pelas formações discursivas verifica-se silenciamento como novo padrão discursivo que pode estar associada à queda de publicações sobre a temática, cujo declínio se pode confirmar pelo gráfico 03, anteriormente apresentado. Além da estruturação de um padrão de classificação dos cursos elaborado pelo próprio jornal em 2012, que relativizou, por meio de seus discursos, a importância da avaliação governamental e foi apresentado como um trabalho de análise dos cursos a partir de maior número de variáveis na sua composição, entre elas, inclusive, a própria nota ENADE.

De qualquer modo, a pauta por necessárias modificações na avaliação que surge a partir dos erros de elaboração na prova em 2009 passa a ser uma constante a partir de 2010. E, embora sejam abandonados os discursos que discutem a legitimidade da prova como substituta do ENC, são recorrentes os destaques às suas falhas, e possibilidades de gestão e manipulação fraudulenta dos dados garantindo melhores resultados. Assim, vê-se que, enquanto são dominantes as formações discursivas da eficiência nos 1º, 2º e 4º ciclos avaliativos, a necessidade de modificação representou a tendência mais importante no 3 e 5º ciclos do exame, constituindo-se em processos de retomada discursiva. Além disso, estão claramente presentes o discurso da ineficiência do exame, bem como, da observância de fraude.

Nesse sentido, e considerando os eixos de análise do *mídium* JFSP observou-se os seguintes destaques:

**Gráfico 20: Tendências de FD – Período 2004 - 2017**



Fonte: A autora

## 5.5. Enunciados Institucionais

A publicação objeto do levantamento do *corpus* da pesquisa que representa os enunciados das instituições de educação superior privadas denomina-se Revista Ensino Superior (RES) e é uma publicação de média circulação, mensal, editada pelo Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior do Estado de São Paulo (SEMESP) e publicada pela editora Segmento. Segundo o site da editora ([s.d.]) o público-alvo da revista é:

[...] especialmente aos gestores de faculdades, centros universitários e universidades. Acompanha os rumos do setor no país e as novidades tecnológicas aplicadas ao universo acadêmico, metodologias de ensino e práticas de gestão adotadas no Brasil e no mundo que contribuem para a melhoria das instituições.

Além disso, em propaganda da publicação, veiculada em seu número 186, de março de 2014, a revista anuncia “uma revista voltada para o ensino superior privado”, o que demonstra posicionamento e coerção ideológicos e gera expectativas pré-estabelecidas quanto ao seu público-leitor. Vale ressaltar que uma das características da publicação é a apresentação de dados quantitativos e qualitativos sobre o contexto do ensino superior privado no Brasil, bem como, informações a respeito das políticas do MEC, tendências e inovações na educação superior local e global, legitimando um novo interlocutor para o cenário da educação, ou seja, dando voz ao ensino privado, que representa, pelo Censo do Ensino Superior (2016), 87,7% das instituições do setor no país.

Por outro lado, cabe esclarecer que não se trata de uma publicação de cunho científico ou acadêmico *stricto sensu*, mas uma publicação de compartilhamento de experiências de gestão e educação superior, notadamente privada, entre seus pares. Entretanto, diferente das revistas de grande circulação do país, o conteúdo da RES não está disponibilizado integralmente na internet, e a partir da página eletrônica denominada ‘edições anteriores’ é possível acessar apenas, parcialmente, as edições a partir de junho de 2017. Esse fato tornou-se importante obstáculo para a abrangência total do *corpus* de pesquisa e, dado esse panorama duas estratégias foram adotadas na tentativa de ampliar o acesso às edições da publicação. Sendo elas: contato com a editora Segmento, via e-mail, e o rastreamento em bibliotecas de instituições privadas.

O contato com a editora não surtiu os resultados esperados. Iniciado o diálogo em 08/01/2018, via mensagem eletrônica, solicitando o material para compra, as tratativas finalizam em 18/01/2018, depois da troca de algumas mensagens em que a editora deixa claro não possuir acervo de edições anteriores (exceto dos anos de 2016 e 2017, conforme e-mail do

dia 17/01/2018, constante no anexo) nem sequer digitalizado (conforme e-mail do dia 18/01/2018).

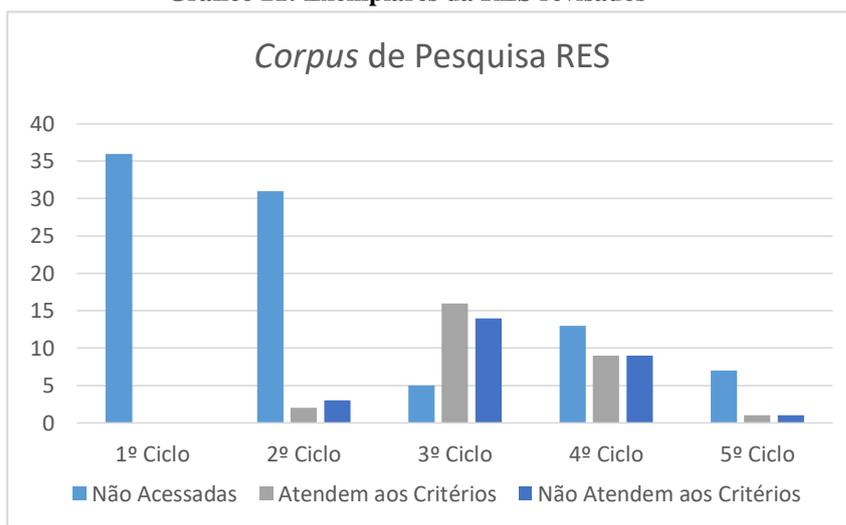
Em relação ao rastreamento das edições a partir de bibliotecas institucionais, foram buscados exemplares em três instituições distintas, localizadas em cidades também distintas: a Faculdade Max Planck (Indaiatuba/SP), o Centro Universitário de Jaguariúna (Jaguariúna/SP) e Universidade de Sorocaba (Sorocaba/SP). Os resultados dessa coleta possibilitaram o acesso a 74 (setenta e quatro) exemplares, cuja data de publicação inicial corresponde ao ano de 2009.

A partir do empréstimo desses exemplares passou-se a realizar um processo de revisão prévia dos textos para verificar a existência, em seu conteúdo, que abordassem a temática do ENADE de forma destacada, como assunto único ou principal. Com esse critério de pesquisa, o *corpus* final resultou em 24 (vinte e quatro) publicações das quais foram analisadas reportagens, comentários e editoriais; que por sua diversidade de formas retóricas e mecanismos enunciativos próprios, possibilitam variação da estruturação da máquina discursiva. A respeito dessa variação textual, Guilhaumou, Didier e Robin (2016) observam que na reportagem há uma primeira elaboração a partir do vivido-percebido, enquanto no editorial e no comentário, pela reflexividade que instauram, já são análises. Assim, ratificando também a diversidade de coerções que se instaura em cada um deles.

Observe-se que, embora alguns textos possam parecer meramente informativos, a AD ressalta que não há simples transmissão de informação ou linearidade comunicativa, mas constante construção de sentidos; por processos de identificação dos sujeitos, dos argumentos, da construção da realidade (ORLANDI, 2009), convergente com a concepção de Morin (1986), sobre a rede de relações que se estabelece entre informação e ideologia.

Além disso, é notória a formulação enunciativa das reportagens, com claro apagamento ou desconstituição da voz do jornalista que, geralmente, qualifica as ideias expostas a partir da articulação de outros enunciadores, esses, muitas vezes legitimados a partir de seus papéis sociais. A partir do lapso temporal delimitado, entre 2004 e 2017, e dos demais critérios de pesquisa, as 24 publicações restaram distribuídas conforme o gráfico a seguir:

**Gráfico 21: Exemplos da RES revisados**



Fonte: A autora

Pelo acima exposto e representado graficamente, vê-se que o *corpus* de pesquisa da RES resultou num *quantum* inferior ao inicialmente esperado, abrangendo apenas o período de nove anos desde a implantação do exame, uma vez que alguns períodos foram prejudicados pela impossibilidade de acesso ao material de pesquisa. Desse modo, as análises do período entre 2004 a 2008 não se concretizaram, sendo por completo ausentes os dados do 1º Ciclo, e apenas parcialmente cobertos os dados do 2º Ciclo gerando uma análise parcial. Vê-se, ainda, que a temática do exame esteve em destaque, dentro do período analisado da RES, especialmente no 3º Ciclo avaliativo, embora essa tendência deva ser relativizada considerando que o maior número de edições acessadas condiz com essa fase, conforme se pode observar no quadro a seguir:

**Quadro 38: Edições analisadas da RES**

ANO	edições disponíveis	edições que atendiam aos critérios	Total de ocorrências por ciclo	
2004	0	0	1º Ciclo	0
2005	0	0		0
2006	0	0		0
2007	0	0	2º Ciclo	0
2008	0	0		0
2009	05	2	3º Ciclo	2
2010	09	4		14
2011	10	6		14
2012	12	4	4º Ciclo	7
2013	11	5		7
2014	08	1		7
2015	04	1	5º Ciclo	1
2016	07	1		1
2017	08	0		1
TOTAIS	74	24		24

Fonte: A autora

Os resultados discursivamente analisados divididos em ciclos<sup>64</sup> se apresentam como abaixo exposto, ressaltado que a ausência das análises referentes aos anos de 2004 a 2008 resulta das razões já mencionadas.

### 5.5.1. 2º Ciclo avaliativo 2009

2009

As cinco edições disponíveis da RES possibilitaram a construção de um *corpus* de pesquisa representado por 2 edições distintas, cujas três publicações são caracterizadas por textos relativamente curtos, observada a construção discursiva do ENADE como parte de um processo, seja dentro do sistema avaliativo do Sinaes, seja como base de argumentação em disputa judicial, seja como fator de referência para os financiamentos do BNDES. A seguir expõe-se as análises:

**Quadro 39: AD ENADE Revista Ensino Superior – 2009**

<b>TEXTO 1/3 – 2009 RES</b>	
REVISTA ENSINO SUPERIOR. Começam visitas do primeiro ciclo do Sinaes. <b>Editorial</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 10. N. 125. Fev., 2009.	
<b>Contexto</b>	
Após a disponibilização dos instrumentos de avaliação pelo Inep, é dado início às visitas <i>in loco</i> dos cursos que passaram pelo primeiro ciclo ENADE para reconhecimento ou autorização de curso.	
<b>Compreender</b>	
Notícia curta, assinada pela própria RES traz a fala da diretora do Inep ressaltando as características do processo que se iniciará.	
<b>Sobreesseverações</b>	
A avaliação institucional é uma das três dimensões do Sinaes, que compreende ainda a de cursos e a de estudantes, o ENADE.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Parte de um processo de avaliação	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	PROCESSO AVALIATIVO
<b>TEXTO 2/3 – 2009 – RES</b>	
MARKMAN, Márcio. O todo pela parte. p. 25 – 26. Coluna Legislação. <b>Revista Ensino Superior</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 11. N. 132. Set., 2009.	
<b>Contexto</b>	
Apresentado em duas páginas relata a ação judicial impetrada pela Faculdade Maurício de Nassau contra o MEC em função da publicação do IGC.	
<b>Compreender</b>	
Discute o peso de ENADE no cálculo do IGC dado o potencial de manipulação das notas, por boicote, por parte dos alunos.	

<sup>64</sup> Definindo-se ciclo conforme Lei 10. 861/2004 c/c Portaria MEC 40/2007, cuja sequência se organiza: área de saúde/área de exatas – licenciaturas/área de humanas, e seus correlativos tecnológicos.

<b>Sobrasseverações</b>	
Questionamento sobre a eficiência do próprio processo de avaliação atualmente utilizado pelo MEC. É um processo relativamente novo e as experiências ocorridas desde o Provão devem ser estudadas, para que se crie um sistema mais adequado. O que é preciso para validar a avaliação?	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Impacto desproporcional na nota geral	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao sistema de avaliação.	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 3/3 – 2009 – RES</b>	
REIS, Fábio J.G. Questão de mérito. p. 48 – 49. Coluna Ensaio. <b>Revista Ensino Superior</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 11. N. 132. Set., 2009.	
<b>Contexto</b>	
Apresentado em duas páginas discute o programa governamental que fornece linha de crédito pelo BNDES para financiamento das IES.	
<b>Compreender</b>	
Ensaio produzido por diretor de instituição faz ponderações sobre o Programa de Melhorias das Instituições de Ensino Superior, apresenta dados e faz análise crítica do programa.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Melhorar a qualidade dessas instituições. O programa de crédito do BNDES não pode ser um mecanismo para beneficiar as instituições com bom desempenho e deixar de atender as que apresentem condições de reestruturação acadêmica e administrativa. Há outra questão que precisa ser discutida: no sistema de avaliação atual, o ENADE tem um peso exagerado. O exame gera distorções no resultado final das avaliações do MEC e o IGC precisa ser compreendido. Muitas instituições de ensino com baixo desempenho nas avaliações do MEC precisam de recursos para investir na qualidade.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Impacto desproporcional na nota geral	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao sistema de avaliação.	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES

Fonte: A autora

Interessante notar que embora nenhuma das edições disponibilizadas contemple o emblemático caso das questões mal elaboradas na prova de 2009 – ainda que as edições de novembro e dezembro desse ano tenham sido revisadas para consolidação do *corpus* de pesquisa – a pauta da necessidade de modificações está contundentemente presente, especialmente no mês de setembro. Outra característica importante desse ano é o fomento à associação entre a ideia de qualidade de ensino do sistema de avaliação governamental, embora não ao ENADE em si.

5.5.2. 3º Ciclo avaliativo / 2010 – 2012

2010

A partir das nove edições da RES de 2010 disponíveis para a pesquisa, e a verificação quanto à adequação com os critérios estabelecidos, foram analisadas três edições distintas, cujo *corpus* se apresenta, em sua totalidade, por meio de reportagem ou entrevista jornalística com textos compostos por 2 ou 4 páginas, sugerindo relevância do tema para os leitores dessa publicação. O quadro abaixo expõe os dados das análises discursivas realizadas:

**Quadro 40: AD ENADE Revista Ensino Superior – 2010**

<b>TEXTO 1/3 – 2010 RES</b>	
HOLANDA, Juliana. O Inep não está desgastado. p. 12 – 14. Coluna Entrevista. <b>Revista Ensino Superior</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 12. N. 140. Mai., 2010.	
<b>Contexto</b>	
Entrevista com presidente do Inep, José Soares Neto, empossado após furto da prova ENEM e cancelamento das questões ENADE 2009.	
<b>Compreender</b>	
O texto é estruturado em perguntas e respostas, caracterizando entrevista, com um tom contundente por parte do entrevistador (RES) e uma postura em defesa do Inep, por parte do entrevistado.	
<b>Sobresasseverações</b>	
O resto são adequações naturais do processo. Os exames estão todos consolidados. Os exames tomaram grandes dimensões, passando a ser feitos para milhões. Passaram a ser utilizados para embasar decisões de processos de gestão. E no caso do ensino superior, o ENADE é suficiente para avaliação das instituições? O desempenho das instituições é feito não apenas com base no desempenho dos alunos. O ENADE trouxe um novo componente em relação ao Provão: o IDD Quais as mudanças estão sendo implementadas em decorrência dos episódios recentes envolvendo o ENEM e o ENADE?	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Apresenta muitas falhas	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE
<b>TEXTO 2/3 – 2010 RES</b>	
HOLANDA, Juliana. O gestor na sala de aula. p. 12 – 14. Coluna Entrevista. <b>Revista Ensino Superior</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 13. N. 145. Out., 2010.	
<b>Contexto</b>	
Entrevista com o dono da consultoria Hoper, Ryon Braga, discute dados sobre pesquisa sobre gestão educacional.	
<b>Compreender</b>	
O texto é estruturado em perguntas e respostas, caracterizando entrevista, com um tom amistoso permitindo que o entrevistado aprofunde suas considerações.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Ter gestão sobre o desempenho nos exames oficiais, como o ENADE. Pensavam: “tirei 2 no ENADE, que pena” Agora um mau desempenho acadêmico dos alunos no ENADE está tendo muita repercussão na instituição e na mídia. Tanto o Provão quanto o ENADE têm sido muito benéficos. O ENADE é melhor que os outros critérios que embasam o CPC e o IGC, por isso, na realidade atual, se for para ficar só com um, fico com o ENADE.	

Mas a fórmula do ENADE precisa ser revista, porque ela dá muito peso às instituições com os melhores alunos. A pesquisa mostra que 43% das instituições fazem investimentos em preparação adicional para o ENADE. Qual a eficácia dessa prática? As competências do ENADE servem para tudo o que você vai fazer na vida A estrutura preparatória para o ENADE deve ser feita ao longo do curso O ENADE trabalha mais competências e não conhecimento	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é eficiente	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada à qualidade da sala de aula	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 3/3 – 2010 – RES</b>	
NORTE, Diego B. Planeje 2011. p. 20 – 25. Reportagem de Capa. <b>Revista Ensino Superior</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 13. N. 145. Out., 2010.	
<b>Contexto</b>	
Reportagem se baseia na ideia de planejamento estratégico para o ano letivo seguinte com diversos indicadores, pautando-se em pesquisa da consultoria Hoper.	
<b>Compreender</b>	
Entre os indicadores apontados para planejamento e gestão estratégicos está o ENADE.	
<b>Sobreesseverações</b>	
O próprio MEC fornece o relatório completo do ENADE (fator que mais pesa na composição do IGC) e, ainda assim, muitas faculdades não o utilizam. As instituições têm que desdobrar a prova do ENADE, ‘questão por questão’. A partir dos resultados do ENADE as instituições podem avaliar se os conteúdos mínimos exigidos pelo exame estão sendo efetivamente ensinados (e aprendidos). Há uma correlação evidente entre o resultado do ENADE, administração e projeto pedagógico. A instituição que consegue entender isso melhora sua gestão e, conseqüentemente suas notas. Com uma boa nota no ENADE as instituições podem alterar suas formas de atuação no marketing. 38% das pessoas que querem ingressar num curso superior consultam o ENADE na hora de decidirem entre as instituições. Na época do Provão esse índice era de 90%. Sem dúvida o ENADE é um elemento que serve de comparação entre cursos e universidades.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Instrumento de gestão educacional	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	ESTRATÉGIA DE GESTÃO

Fonte: A autora

Embora haja franca defesa da eficiência do ENADE e do Inep por parte do presidente da instituição (nº140, 2010), o tom da entrevista conduzida pela RES não deixa dúvida quanto a uma forte crítica às falhas do exame, bem como, do processo avaliativo e seus esquemas de ranqueamento, gerando uma FD de ineficiência, provavelmente em consequência dos incidentes havidos em 2009.

Em que pese tal posicionamento, em 2010 houve grande polissemia discursiva vez que o exame, a partir da interlocução de uma consultoria educacional, passa de ineficiente para eficiente (nº 145, 2010) – “benéfico” e “melhor entre os critérios” – embora necessite de alguma revisão. E, passado um mês, é destacado como importante instrumento de gestão, tomada, novamente, a consultoria educacional como interlocutora.

Interessante observar, ainda, que há completo apagamento da relação ENADE – QUALIDADE, embora sejam feitas associações entre a ideia do ENADE e gestão das instituições, do marketing, dos cursos e das salas de aula e, num dado momento, a qualidade seja diretamente associada à sala de aula.

2011

Em relação às dez edições disponíveis da RES para avaliação e busca do *corpus* de pesquisa em 2011, verificou-se incidência de textos que atendiam aos critérios em cinco edições com seis publicações diferentes analisadas discursivamente com se apresenta abaixo:

**Quadro 41: AD ENADE Revista Ensino Superior – 2011**

<b>TEXTO 1/6 – 2011 RES</b>	
SILVA, Salet. O gol da qualidade. Tendência. <b>Revista Ensino Superior</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 13. N. 149. Fev., 2011.	
<b>Contexto</b>	
Discute o cenário da educação superior em 2011 a partir do censo recém publicado, traz interlocução de vários representantes de instituições privadas divulgando suas estratégias para o ano.	
<b>Compreender</b>	
O texto parece uma colcha de retalhos que promove as ideias, e via de consequência, a marca de diversas instituições, com grande tom promocional.	
<b>Sobrasseveraões</b>	
As melhores escolas serão aquelas com notas mais elevadas no ENADE, no Sinaes e com desempenho nos indicadores de qualidade.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Indicador de qualidade	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE e demais índices	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDICADOR DE QUALIDADE
<b>TEXTO 2/6 – 2011 RES</b>	
REVISTA ENSINO SUPERIOR. ENEM substitui ENADE para medir a qualidade. Mural. <b>Revista Ensino Superior</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 13. N. 150. Mar., 2011.	
<b>Contexto</b>	
Nota curta, na coluna Mural, notícia mudanças quanto às provas ENADE aplicadas aos ingressantes.	
<b>Compreender</b>	
O texto apresenta um grande jogo de palavras e ideias desde sua manchete, reforçando a ideia de que as avaliações são indicadores da qualidade.	
<b>Sobrasseveraões</b>	
ENEM substitui ENADE para medir a qualidade	
O ENADE no fim do primeiro ano da graduação não representa a melhor aferição do conhecimento do aluno.	
O ENADE é aplicado para medir o quanto o aluno aprendeu após a graduação.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Ineficiente	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE
<b>TEXTO 3/6 – 2011 RES</b>	

REVISTA ENSINO SUPERIOR. Um longo caminho. Avaliação. <b>Revista Ensino Superior</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 13. N. 151. Abr., 2011.	
<b>Contexto</b>	
Com o fim do primeiro ciclo avaliativo do Sinaes a reportagem tece um balanço das modificações e ações realizadas pelo órgão avaliador do ensino superior.	
<b>Compreender</b>	
Os argumentos apresentados na análise do Sinaes são todos avalizados por especialistas em educação o que gera um distanciamento do dito, que toma para si um tom de verdade e não de perspectiva de verdade sobre um tema.	
<b>Sobresasseverações</b>	
A cultura da avaliação dentro das IES tem contribuído para elevar a qualidade do ensino. O ENADE é uma adaptação do antigo Provão para o Sinaes. O ENADE está consolidado no sistema porque, além de ser um aperfeiçoamento do Provão, já tem dois ciclos completos. Principais falhas no uso do ENADE pelo Sinaes: a realização do exame por amostragem, e não com a participação de todos os alunos concluintes; a aplicação de uma mesma prova para ingressantes e concluintes; e a divisão dos cursos superiores em três grupos para avaliação em anos consecutivos.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Provão adaptado	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada à cultura de avaliação	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 4/6 – 2011 RES</b>	
CIEGLINSKI, Amanda. Em recente reunião com. Três poderes. <b>Revista Ensino Superior</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 13. N. 152. Mai., 2011.	
<b>Contexto</b>	
Reunião entre presidente do Inep e Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras sobre a política de avaliação do MEC.	
<b>Compreender</b>	
Escrito em tópicos o texto transmite os posicionamentos da presidente do Inep sobre contextos polêmicos da política de avaliação.	
<b>Sobresasseverações</b>	
A presidente do Inep disse ser contra o ranqueamento de instituições a partir das notas do ENADE.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Ranqueamento	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	CLASSIFICADOR DE CURSOS
<b>TEXTO 5/6 – 2011 RES</b>	
CIEGLINSKI, Amanda. Cursos mais próximos do mercado. Política. <b>Revista Ensino Superior</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 13. N. 152. Mai., 2011.	
<b>Contexto</b>	
Sinaes divulga realização de uma pesquisa a partir de alunos egressos que realizaram ENADE entre 2005 e 2008 para aferir sua empregabilidade.	
<b>Compreender</b>	
Se apropria da fala da coordenadora-geral da qualidade da educação superior que apresenta expectativas positivas que interpretação da realidade a partir dos dados coletados, o texto compõe uma página.	
<b>Sobresasseverações</b>	
O ENADE visa o desempenho dos estudantes e o currículo do curso; agora queremos comparar isso com o mercado de trabalho.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Aferir desempenho dos alunos e currículo do curso.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada a índices de empregabilidade	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDICADOR DA QUALIDADE

<b>TEXTO 6/6 2011 RES</b>	
MELO, Renata. Novas regras para inscrição. Conceito ENADE. <b>Revista Ensino Superior</b> . São Paulo: Editora Segmento. Ano 13. N. 152. Mai., 2011.	
<b>Contexto</b>	
Mudanças nas regras de inscrição dos alunos ingressantes no exame suscitam dúvidas de caráter operacional esclarecidas pela Diretora de Avaliação da Educação Superior do Inep.	
<b>Compreender</b>	
Texto em uma página contrapõe as orientações do Inep, através de sua diretora, com as dúvidas dos representantes das instituições privadas	
<b>Sobresseverações</b>	
Este ano a nota do ENEM vai ser usada para avaliar os estudantes ingressantes nos cursos superiores em detrimento do ENADE. Realizar o ENADE no fim do primeiro ano da graduação não expressava a condição de ingressante. O ENADE não está descartado do processo e gera dúvidas em torno dos procedimentos necessários às instituições. A inscrição no ENADE de todos os ingressantes continua sendo obrigatória. Estão em construção as análises estatísticas que vão dar sustentação aos indicadores de qualidade que utilizam os resultados ENADE	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
ENADE é parcialmente substituído pelo ENEM	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada aos indicadores do Inep	
<b>Formação discursiva detectada</b>	PROCESSO AVALIATIVO

Fonte: A autora

Em 2011, o exame do ensino superior se apresenta configurado na RES em diversas matrizes, seja por meio de textos curtos ou longos, apresentando-o como indicador da qualidade ou classificador de cursos, pleiteando modificações ou sugerindo mudanças, mas, em todos os itens, como exame consolidado. Interessante se notar que tal polêmica permanece quando se busca a associação entre ENADE e qualidade estando esta apresentada diretamente apenas nas primeiras publicações e paulatinamente desaparece ao longo do período, até perder qualquer correlação.

2012

Apesar das edições do ano de 2012 estarem plenamente disponíveis verificou-se baixa incidência de textos em que o tema destacado fosse o ENADE, ocorrendo apenas em duas edições, gerando quatro publicações distintas, cuja AD segue exposta:

**Quadro 42: AD ENADE Revista Ensino Superior – 2012**

<b>TEXTO 1/4 – 2012 RES</b>	
FIGUEIREDO, Hermes F. ‘Novo’ ENADE em xeque. Carta ao Leitor. <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 14. N.163. Abril. 2012.	
<b>Contexto</b>	
Em resposta às denúncias de fraude o MEC publica portaria alterando regras de perfil de inscrição dos alunos.	
<b>Compreender</b>	
Texto introdutório à revista crítica a medida por penalizar amplamente as instituições independente de sua responsabilidade.	
<b>Sobrasseveraçoões</b>	
Com o objetivo de evitar fraudes MEC publicou portaria alterando as regras que determinam quais os alunos devem participar do ENADE, responsável por avaliar a qualidade dos cursos superiores do país. Não questionamos o dever constitucional do Estado de avaliar a qualidade do ensino. Avaliar alunos egressos por meio de um exame nacional é, sem dúvida, importante instrumento. O uso do exame para assegurar qualidade às instituições.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Falho	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE
<b>TEXTO 2/4 – 2012 RES</b>	
CIEGLINSKI, Amanda. Muda ENADE. Três poderes. <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 14. N.163. Abril. 2012.	
<b>Contexto</b>	
Em resposta às denúncias de fraude o MEC publica portaria alterando regras de perfil de inscrição dos alunos.	
<b>Compreender</b>	
Nota curta ainda referente a mudança realizada quanto ao perfil de inscrição, tecendo sutil crítica ao, então ministro da Educação, Aloísio Mercadante.	
<b>Sobrasseveraçoões</b>	
Muda ENADE. Mercadante nega qualquer retrocesso na mudança de regras do ENADE. Postura rigorosa no controle da qualidade do ensino superior.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Mudanças geraram insatisfação das IES.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada à rigor e controle	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 3/4 – 2012 RES</b>	
MELO, Renata. A avaliação pede mudanças. ENADE. <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 14. N.163. Abril. 2012.	
<b>Contexto</b>	
Em resposta às denúncias de fraude o MEC publica portaria alterando regras de perfil de inscrição dos alunos.	
<b>Compreender</b>	
Reportagem em duas páginas aprofunda o tema central da edição e se apropria de argumentos de terceiros para dar validade ao seu raciocínio.	
<b>Sobrasseveraçoões</b>	
Apesar da boa intenção do MEC de contornar eventuais manipulações no resultado do ENADE, a tentativa é considerada inadequada para o aperfeiçoamento real do exame. A problemática que envolve o ENADE é de cunho qualitativo e requer ações muito mais profundas. Por perceber o ENADE como instrumento avaliativo falho considero temerário utilizá-lo como variável de peso expressivo para o cálculo de índices. A questão central é o que se deseja com o ENADE.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Falho	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	

Produto de controle a partir de avaliação.	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES
<b>TEXTO 4/4 – 2012 – RES</b>	
CIEGLINSKI, Amanda. Na ponta do lápis. Capa Avaliação, p. 24 – 29. <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 14. N.166. Julho. 2012.	
<b>Contexto</b>	
Anuncia possíveis mudanças no exame a partir de pauta de melhoria de indicadores demandadas pelos diferentes perfis institucionais.	
<b>Compreender</b>	
Em reportagem longa apresenta uma série de observações e críticas ao Sinaes, toma terceiros como interlocutores e faz proposições.	
<b>Sobresasseverações</b>	
O CPC e o IGC ambos construídos a partir do ENADE, criado em 2004 em substituição ao antigo Provão. O debate atual em relação à avaliação está muito mais relacionado ao uso que se faz dos resultados do que aos processos em si.	
Uma das demandas da Conaes ao Inep é que o peso do ENADE na fórmula de composição dos indicadores seja reduzido.	
O ENADE é bastante baseado na boa intenção do estudante, mas a confiabilidade da avaliação fica comprometida quando obter uma boa nota na prova não traz nenhuma vantagem pessoal.	
Especialistas apontam que o ENADE é um instrumento muito importante para todo o sistema.	
É um indicador de qualidade importantíssimo e precisa ser valorizado.	
Pouquíssimos países tem um exame nessa escala para avaliar a qualidade do ensino superior.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Avalia a qualidade mas, ainda, inadequado.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada a indicadores.	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES

Fonte: A autora

Vê-se que há um forte destaque ao tema na publicação de abril/2012 (edição 163) relacionado às medidas instituídas pelo MEC em resposta às denúncias de fraude cometidas. Nesse contexto, é produzido todo um discurso divergente em relação às medidas tomadas pelo MEC estruturando uma FD de ineficiência e necessidade de modificações no exame. No mesmo sentido, a imagem retórica do ENADE é apresentada de forma negativa e há menor ênfase à sua associação com a qualidade.

É importante observar que ao longo desse período, em que foi observada frequência considerável do tema em estudo – 14 de 24 publicações – há uma tendência se problematizar a ineficiência do exame, embora esse não seja um discurso isolado, permanece latente todos os anos.

### 5.5.3. 4º Ciclo avaliativo 2013 – 2015

2013

Em 2013, das onze edições examinadas observa-se incidência da temática do ENADE em três delas que, por sua vez, geram cinco publicações sobre o tema com variados perfis de estrutura, longos e curtos, discursivamente analisados como descrito a seguir:

**Quadro 43: AD ENADE Revista Ensino Superior – 2013**

<b>TEXTO 1/5 – 2013 RES</b>	
CIEGLINSKI, Amanda. ENEM x ENADE. Três Poderes. <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 15. N.177. Junho. 2013.	
<b>Contexto</b>	
Modificações e mais rigor no ENEM provocam comparação entre os exames.	
<b>Compreender</b>	
Texto curto, em tom de ironia, cobra revisões do MEC quanto ao ENADE.	
<b>Sobrasseverações</b>	
ENADE continua com rédea frouxa.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Falho	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES.
<b>TEXTO 2/5 – 2013 RES</b>	
REVISTA ENSINO SUPERIOR. Como conscientizar o aluno para sua participação no ENADE? A questão é... <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 16. N.182. Novembro. 2013.	
<b>Contexto</b>	
A pergunta chave da coluna gira em torno de uma das principais dificuldades das instituições que é garantir o compromisso dos alunos em realizar as provas ENADE com responsabilidade.	
<b>Compreender</b>	
A coluna ‘A questão é’ se estrutura em uma pergunta para três respostas, curtas, de gestores institucionais. A pergunta da coluna direciona o modo de resposta – vê-se que inexistiu espaço para crítica ao ENADE – espelhando de modo muito simplório a complexidade da questão.	
<b>Sobrasseverações</b>	
É importante o aluno entender que ao realizar o ENADE com seriedade e responsabilidade isto renderá ao curso uma boa avaliação que impactará o seu diploma por toda vida profissional. ENADE seria uma oportunidade de identificar e declarar a qualidade do ensino que lhe foi ministrado e das instalações da instituição. O ENADE é uma avaliação significativa para a educação no país, pois mensura a performance dos estudantes com relação às diretrizes curriculares estabelecidas e para o desenvolvimento das competências necessárias. É necessária uma conduta de conscientização permanente do aluno sobre o ENADE.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Declaração de qualidade do ensino recebido.	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada ao ENADE.	
<b>Formação discursiva detectada</b>	EFICIENTE
<b>TEXTO 3/5 – 2013 RES</b>	
TOKARNIA, Mariana. Questão de compromisso. Três poderes. <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 16. N.182. Novembro. 2013.	
<b>Contexto</b>	

Também diz respeito à dificuldade das instituições que é garantir o compromisso dos alunos em realizar as provas ENADE com responsabilidade.	
<b>Compreender</b>	
Faz uma interlocução com a coluna anterior, que não dava espaço para crítica, fazendo uma crítica bastante direta entre o peso do ENADE e a ausência de imposição do MEC em relação aos alunos.	
<b>Sobrasseverações</b>	
ENADE, cujo resultado compõe os índices de avaliação das instituições. O estudante é obrigado a fazer a prova mas não há exigência quanto ao seu desempenho, o que prejudica a avaliação das instituições. O ENADE representa 70% da nota do CPC e o descompromisso dos estudantes acaba pesando negativamente nas cotas.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Falho	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE
<b>TEXTO 4/5 – 2013 RES</b>	
CIEGLISCKY, Amanda. Conhecimento interior. p. 20 -22. Avaliação. <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 16. N.183. Dez. 2013 – Jan. 2014	
<b>Contexto</b>	
Debate a necessidade de revisão dos processos internos a partir de indicadores personalizados e relacionados com cada missão institucional.	
<b>Compreender</b>	
Texto longo discute avaliação desde a perspectiva de indicadores para consolidação da gestão interna, apresenta diversos interlocutores institucionais comentando seus processos.	
<b>Sobrasseverações</b>	
Os principais indicadores do MEC são formados, em maior peso, pelo resultado dos alunos no ENADE. O ENADE é um exame que tem seu valor do ponto de vista metodológico. O problema é o que se faz com o resultado dele; acaba se anunciando para a sociedade que quem tem ENADE bom está bem, e a gente sabe que não é verdade.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Indicador supervalorizado	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDICADOR DA QUALIDADE
<b>TEXTO 5/5 – 2013 RES</b>	
SPERANDIO, Patrícia. Por trás dos resultados. p. 24 – 27. ENADE. <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 16. N.183. Dez. 2013 – Jan. 2014.	
<b>Contexto</b>	
A divulgação dos números ENADE 2012 às vésperas da realização da edição da prova 2013 provocou reflexões sobre como o indicador é formulado e interpretado.	
<b>Compreender</b>	
Texto longo faz reflexões sobre as diferenças entre a estrutura do indicador e seu impacto na nota final, se embasa em interlocutores da academia e da área de gestão das IES.	
<b>Sobrasseverações</b>	
A divulgação dos números ENADE 2012 às vésperas da realização da edição da prova este ano provocou uma corrida por parte das instituições de ensino para diagnosticar as falhas apontadas pelo exame. As notas escondem um problema no modo como o MEC divulga os resultados, o que também prejudica a maneira como os dados são compreendidos pela opinião pública. Os dados apresentados pelo MEC não permitem concluir se o curso é bom ou é ruim. O MEC deveria anunciar os dados do exame fazendo uma ressalva de que o conceito não reflete um padrão ou critério de qualidade. O ENADE serve para criar um ranking. Mas não é possível dizer que a partir dele o ensino superior no país está melhorando.	

<p>Outro problema no ENADE é que os resultados são divulgados sem a presença dos demais indicadores. O exame representa só uma parte da avaliação geral dos cursos e instituições. O IGC e o CPC foram criados para minimizar a limitação do conceito ENADE. ENADE também está vulnerável ao boicote dos alunos. A instituição que quer alcançar um bom desempenho no rendimento do ENADE deve traçar um programa de conscientização dos alunos.</p>	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Indicador falho	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Dissociada do ENADE	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INEFICIENTE

Fonte: A autora

Como se pode observar, ao longo do ano em análise há um premente tom de contestação em torno do exame, especialmente no que concerne à postura dos discentes em relação à realização da prova sendo emblemática a edição 182 (nov/13), onde se observa a presença de FD que ressaltam tanto a eficiência quanto a ineficiência do exame em questão.

Por outro lado, há uma tendência de dissociação e silenciamento quanto a relação ENADE e qualidade, sendo construída uma imagem retórica da avaliação como exame falho e supervalorizado.

2014

Nesse ano, como no ano a seguir, a presença da temática da avaliação do ensino superior decresce consideravelmente, gerando apenas uma AD, embora hajam sido revisadas oito edições, em 2014, e quatro edições em 2015. A seguir apresenta-se os dados de análise:

**Quadro 44: AD ENADE Revista Ensino Superior – 2014**

<b>TEXTO 1/1 2014 – RES</b>
REVISTA ENSINO SUPERIOR. Qual é a influência dos rankings no ensino superior? A questão é... <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 16. N.184. Fevereiro, 2014.
<b>Contexto</b>
A pergunta chave da coluna gira em torno de uma das principais dificuldades das instituições que é garantir o compromisso dos alunos em realizar as provas ENADE com responsabilidade.
<b>Compreender</b>
A coluna ‘A questão é’ se estrutura em uma pergunta para três respostas, curtas, de gestores institucionais. A pergunta da coluna direciona o modo de resposta – vê-se que inexistiu espaço para crítica ao ENADE – espelhando de modo muito simplório a complexidade da questão.
<b>Sobreesseverações</b>
Existem diferenças importantes entre os rankings oficiais, como o ENADE e outros indicadores como empregabilidade. O ranking do MEC está sujeito a fatores que extrapolam a relação entre a realização do curso, sua qualidade e efetividade na carreira profissional do egresso. Esse resultado tem se mostrado mais sujeito ao humor do aluno.
<b>Imagem retórica do ENADE</b>
Indicador

<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Associada aos rankings	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDICADOR DA QUALIDADE

Fonte: A autora

A única publicação de 2014 se apresenta concisamente, numa pergunta direta feita aos gestores, que devem legitimar a FD que trata o exame como indicador da qualidade, mas, também como sinônimo de *ranking* da qualidade do ensino superior, sendo essa a imagem retórica.

2015

Em contrapartida, nesse ano a única publicação, também em texto curto, retoma a necessidade de modificações no exame como FD, considerado falho e supervalorizado, estando a qualidade associada aos indicadores, como se pode depreender dos dados de análise abaixo:

**Quadro 45: AD ENADE Revista Ensino Superior – 2015**

<b>TEXTO 1/1 – 2015 RES</b>	
REVISTA ENSINO SUPERIOR. Menos peso no ENADE. Mural. <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 17. N.202. Setembro, 2015.	
<b>Contexto</b>	
Diz respeito à dificuldade das instituições que é garantir o compromisso dos alunos em realizar as provas ENADE com responsabilidade.	
<b>Compreender</b>	
Texto curto, relata o ponto de vista do setor educacional privado em audiência pública na Câmara dos Deputados para debater a questão dos indicadores da qualidade da educação superior.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Representantes de faculdades e universidades criticam o peso excessivo do ENADE no Sinaes. O aluno não tem comprometimento com o resultado do exame.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Falho	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Relacionada a indicadores	
<b>Formação discursiva detectada</b>	NECESSITA MODIFICAÇÕES

Fonte: A autora

Pelo analisado no 4º Ciclo se confirma a força da FD da necessidade de modificação do exame, presente desde a primeira edição da RES analisada (2009). Coerente com um posicionamento de descontentamento com o modelo de avaliação implantado especialmente se considerado o descompromisso dos estudantes no momento de sua realização e o fato de seus resultados serem supervalorizados, gerando um empoderamento excessivo dos discentes.

#### 5.5.4. 5º Ciclo avaliativo /2016 – 2017

Nesse período, permanece a tendência de apagamento da temática do exame de avaliação dos estudantes do ensino superior, nesse sentido, há apenas uma ocorrência de publicação conforme os critérios de análise em 2016, não havendo ocorrência de publicação sobre a temática em 2017. Observe-se que a ausência do tema da avaliação dos estudantes do ensino superior não significa necessariamente o abandono do interesse, mas pode ter ocorrido uma dada coerção, especialmente em função a criação da Portaria Ministerial nº 1.442/2016 que formaliza os procedimentos para apuração do advento de fraudes na gestão dos processos de inscrição dos alunos para o ENADE.

2016

Os dados a seguir apresentados, sugerem FD de indicador de qualidade em relação ao ENADE, silenciada a relação entre o exame e a qualidade de ensino, como se pode verificar:

**Quadro 46: AD ENADE Revista Ensino Superior – 2016**

<b>TEXTO 1/1 – 2016 RES</b>	
REVISTA ENSINO SUPERIOR. Como a instituição utiliza os resultados ENADE internamente? A questão é... <b>Revista Ensino Superior</b> . Ano 18. N.207. Março, 2016.	
<b>Contexto</b>	
Busca discutir com os gestores, de modo superficial, como trabalham os dados ENADE.	
<b>Compreender</b>	
A coluna ‘A questão é’ se estrutura em uma pergunta para três respostas, curtas, de gestores institucionais. A pergunta da coluna direciona o modo de resposta, inexistindo espaço para crítica, explorando de modo muito simplório a complexidade da questão.	
<b>Sobresasseverações</b>	
Um bom resultado no ENADE é consequência de um trabalho de longo prazo. Após a divulgação dos resultados do ENADE ocorre uma análise detalhada para planejamento das ações e direcionamento dos cursos. Os resultados do ENADE são integrados a um conjunto de dados de avaliação produzidos institucionalmente.	
<b>Imagem retórica do ENADE</b>	
Indicador	
<b>Imagem retórica da qualidade</b>	
Silenciamento	
<b>Formação discursiva detectada</b>	INDICADOR DE QUALIDADE

Fonte: A autora

#### 5.5.5. Discursos produzidos sobre o ENADE no RES - Comparações

Os discursos produzidos pela RES, dado que se direcionam aos gestores institucionais, sofrem coerções mais específicas do que as impostas aos demais *mídiuns*, uma vez que estão mais diretamente subordinados ao MEC e procuram evitar produção de textos que pareçam contestar ou confrontar diretamente o Ministério, pelo observado na amostra analisada. Observa-se ainda a estruturação de determinados posicionamentos que permitem dividir as enunciações em cinco períodos distintos, quais sejam: recepção, compreensão, consolidação, contestação e apagamento – todos eles referindo-se às posturas discursivas em relação ao exame que surgem como uma tendência em dado momento e contexto.

Assim, o momento de recepção da norma por parte da RES ocorre quando da promulgação da mesma, em que se supõe a produção de textos descritivos e explicativos destacando suas características e criando FD que visariam informar ao seu público-alvo de gestores, assim como, guardadas as suas peculiaridades de leitor e coerção, ocorreram com o *mídiun* analisado JFSP. Tal suposição se deve pela impossibilidade de acesso aos dados relativos ao período de 2004 – 2006, o que não permitiu verificar como se deram tais construções discursivas, bem como, os anseios e expectativas que tenham sido gerados.

Nesses mesmos termos, dada inacessibilidade às publicações também do início do segundo ciclo, as edições de 2007 e 2008 não foram analisadas, e se supõem com tendência a construções discursivas de compreensão do exame. Nesse sentido, são previsíveis grandes impactos discursivos a partir do lançamento da Portaria Normativa nº 40 em 2007, dada sua inegável importância para o ensino superior brasileiro – embora não se possa confirmar tal inferência pela impossibilidade de acesso aos dados.

Dado esse contexto, a análise das produções discursivas da RES se iniciou a partir de 2009, ainda fase de compreensão do exame. Sendo tal momento entendido como quando os interlocutores se apropriam da temática do ENADE com o intuito de aprofundar e prever consequências positivas e negativas associadas à sua implantação. Entretanto, quando as informações passam a ser acessadas – a partir dos textos de 2009 – vê-se o deslindar de três momentos de forma concomitante: compreensão, consolidação e contestação. Desse modo, ainda que permaneça o discurso de compreensão do exame, vez que passados cinco anos de sua instauração, observa-se o início da fase de consolidação e contestação.

Cabe ressaltar que a ideia de momento de consolidação se afigura desde uma ótica que permite verificar que o exame efetivamente ‘acontece’, não estando dependente de qualquer regularização, tornando-se um fato. Assim, o exame é analisado desde a perspectiva de uma

contenda judicial (nº 132, set/09) e como referência para concessões de crédito do BNDES (nº 132, set/09) como algo consolidado.

Mas, vale destacar que consolidação não significa ausência de contestação pois, nesse mesmo ano, iniciam-se os pleitos pela modificação do exame, gerados pelas ameaças de boicote dos alunos quando da realização da prova e do peso atribuído ao exame na avaliação total dos cursos, sendo essa a FD dominante. Estranhamente não são debatidas as falhas apresentadas na prova aplicada (em 2009), que geraram impactos negativos ao exame e modificações quanto à sua elaboração, sendo tais fatores completamente silenciados, quiçá por coerção ideológica do *mídium* em questão, pelas razões já apresentadas no início desse item.

A partir do 3º ciclo, iniciado em 2010, as críticas e questionamentos se fazem notar de modo mais contundente, dado que já foram finalizados dois ciclos, são gerados novos discursos, como a estratégia de gestão, a classificação dos cursos, o indicador da qualidade e ineficiência do exame, que passam a ressoar as falhas estruturais da prova de 2009 (nº 140, mai/10) e a introdução do FIES. Além disso, há dissociação com ideia de qualidade de ensino, sendo o momento de maior número de ocorrências (14 publicações), representando mais de 50% do total analisado nesse *mídium*, sugerindo a relevância da temática para o seu público-alvo, naquele momento.

O tom de contestação e o pleito por modificações se mantêm fortemente no 4º ciclo, especialmente em 2013 e 2015, sendo relativamente amenizado em 2014. Observa-se gradual apagamento da temática do ENADE na RES, que desaparece por completo em 2017. Resta clara a consolidação do exame e o uso de estratégias de gestão para melhoria dos resultados, sem que haja manifestação dos pares a respeito das estratégias fraudulentas ou comentários sobre a promulgação da nº 1.442/2016, mantendo-se a FD em relação ao ENADE como um indicador da qualidade.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final das análises o *corpora* abrangeu 105 (cento e cinco) textos distribuídos nos três *mídiuns*, tendo sido coberto o lapso temporal dos 13 (treze) anos de publicações, inicialmente previsto, com ressalva em relação aos dados da RES que, em que pese as várias tentativas, não foram plenamente acessados, o que gerou uma lacuna de 05 anos nas análises pretendidas desse *mídium*.

**Quadro 47: Síntese do *corpora* de análise**

Mídium	Poder Público	JFSP	RES
1º Ciclo	02	25	SEM DADOS
2º Ciclo	01	23	02 (DADOS PARCIAIS)
3º Ciclo	02	12	14
4º Ciclo	0	08	07
5º Ciclo	02	06	01
<b>CORPORA ANALISADO</b>	<b>07</b>	<b>74</b>	<b>24</b>

Fonte: A autora

Dada a dimensão do *corpora* analisado estruturaram-se eixos de pesquisa ao longo da operação analítica, considerando-se o ‘padrão de dados observado’ (GILL, 2003) e das tendências interpretativas (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2008), tabulando-se, ao todo, treze eixos de formações discursivas.

**Quadro 48: Síntese dos eixos de análise**



Fonte: A autora

Esses eixos resultam da polissemia a respeito do discurso do ENADE e, para além disso, ressaltam a interincompreensão discursiva não apenas inter-*mídiuns* mas, também, intra-

*mídiu* visto que há polêmica constitutiva dentro dos discursos produzidos no interior de cada um dos enunciadores. Nesse sentido, vê-se no JFSP a construção de dez padrões de eixos diferentes, na RES observam-se sete padrões de eixos, incidindo, em relação às FD do Poder Público, apenas quatro padrões, como se pode observar abaixo:

**Quadro 49: Síntese de incidência de eixos por *mídiu***

Eixos discursivos	Poder Público	JFSP	RES
Excelência			
Inovação			
Eficiência			
Manutenção			
Processo Avaliativo			
Indicador de Qualidade			
Estratégia de Gestão Institucional			
Necessidade de modificação			
Indefinição			
Classificador de cursos			
Retrocesso			
Ineficiência			
Fraude			

Fonte: A autora

Nesses termos, tanto a polissemia quanto a interincompreensão intradiscursiva parece agravada na mídia impressa dada sua amplitude de interlocutores, frequência de publicações e dimensionamento de leitores (público em geral), que permitem maior liberdade argumentativa. Diferente das coerções impostas aos interlocutores da RES (voltada para gestores de IES privadas) e aos legisladores de normas públicas, ainda que nesses também se observem variações.

Por outro lado, interessante se notar, a partir do quadro acima, que os eixos discursivos sobre os quais se funda a formação discursiva do Poder Público muitas vezes não são contemplados pela mídia impressa, corroborando o destacado por Morin (1986) quanto a dificuldade do processamento do real que impede o exercício pleno da cidadania, dada a limitada ou *pseudo* informação. E, no mesmo sentido, a condução ideológica realizada pela imprensa e disfarçada sob a ótica da racionalidade, ressaltada por Carmo (1992).

Entretanto, não há que se imaginar que as formações discursivas inscritas a partir do Poder Público sejam neutras por sua condição de instrumento normativo pois, embora sirvam para regulamentar e regularizar as relações jurídicas dentro de uma sociedade, não estão isentas de valores e perspectivas ideológicas.

Em outra abordagem, como sugere a AD, há direta relação entre contexto sócio histórico e FD como se pode depreender dos quadros abaixo nos quais se observa a modificação de tendência discursiva em cada ciclo avaliativo:

**Quadro 50: Dados condensados do *mídium* Poder Público**

<b>ENUNCIADOS DO PODER PÚBLICO</b>				
<b>Ciclos</b>	<b>Imagem Retórica do ENADE</b>	<b>Relação ENADE qualidade</b>	<b>FD Detectada</b>	<b>Reforço Discursivo</b>
1º Ciclo	Avaliação instrumental e processual aportada por um sistema avaliativo.	Inexistente ou silenciada. Associada ao Sinaes	PROCESSO AVALIATIVO	Positivo
2º Ciclo	ENADE é um dos indicadores de qualidade, dados do sistema de avaliação passam a ser interpretados de forma cruzada, ENADE amplia sua dimensão dentro do processo avaliativo.	Inexistente ou silenciada. Associada ao Sinaes	INDICADOR DA QUALIDADE	Positivo
3º Ciclo	Resultados das avaliações passam a legitimar acesso ao financiamento estudantil com a permissão de abertura de vagas a estudantes amparados pelo Fies. Mantido seu <i>status</i> de indicador de relevância para o sistema.	Associada ao ENADE e ao Sinaes	INDICADOR DA QUALIDADE	Positivo
4º Ciclo	SEM INCIDÊNCIA DE DADOS			
5º Ciclo	Estabelecidas estratégias e procedimentos para apuração efetiva das fraudes ao exame. Novas regras do Fies mantem a legitimação do sistema de avaliação, especialmente o ENADE, como parâmetro de concessão do crédito.	Inexistente ou silenciada. Associada ao Sinaes	FRAUDE ESTRATÉGIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL	Negativo

Fonte: A autora

Desse modo, a partir das tendências observadas no desenrolar das políticas públicas a respeito do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes vê-se a modificação da FD, do discurso positivo do ENADE como parte de um processo avaliativo, para um discurso negativo, observado na contemporaneidade que associa o exame às fraudes e estratégias de gestão institucional. Assim como, no que diz respeito às tendências do *mídium* imprensa se observa enorme variabilidade, com o advento da FD da eficiência do exame nos primeiros ciclos avaliativos para o discurso da necessidade de modificações e ações fraudulentas no ciclo final.

**Quadro 51: Dados condensados do *mídium* JFSP**

<b>ENUNCIADOS MIDIÁTICOS</b>				
<b>Ciclos</b>	<b>Imagem Retórica do ENADE</b>	<b>Relação ENADE qualidade</b>	<b>FD Detectada</b>	<b>Reforço Discursivo</b>

1º Ciclo	2004 – Destaque do novo sistema, inovação do governo Lula, evolução ao Provão.	Silenciamento	EFICIÊNCIA	Positivo
	2005 – Formulação de ranqueamento, ferramenta de gestão do ensino superior, parte do sistema de avaliação.	Associada ao ENADE	INEFICIÊNCIA	Negativo
	2006 – Avaliação eficiente e certificadora da qualidade, apagamento das críticas	Associada ao ENADE	EFICIÊNCIA	Positivo
2º Ciclo	2007 – Legitimidade do exame discutida e surgimento de estratégias de gestão polêmicas.	Em grande parte associada ao ENADE	EFICIENTE NECESSITA MODIFICAÇÕES	Positivo
	2008 – Argumentos de “parâmetro de excelência” e “instrumento de gestão da qualidade” e discurso de falha metodológica.	Associada ao ENADE	EFICIÊNCIA	Positivo
	2009 – Discurso em defesa do exame e oposição ao posicionamento da USP, ao final do período destaque à falta de credibilidade e ineficiência pelos graves de erros de elaboração.	Silenciamento	EFICIENTE INEFICIENTE	Negativo
3º Ciclo	2010 – Apontamento de falhas e nova comparação ao Provão, crise de legitimidade do ENADE.	Silenciamento e dissociação ao ENADE	INEFICIENTE NECESSITA MODIFICAÇÕES	Negativo
	2011 – Discurso da crise de legitimidade ganha novos argumentos. Dissociação com a qualidade.	Dissociada do ENADE	NECESSITA MODIFICAÇÕES	Negativo
	2012 – Denúncias de fraude ao sistema de inscritos e surgimento do RUF. Relativização da importância do ENADE.	Silenciamento e associação ao ENADE	ESTRATÉGIA DE GESTÃO E FRAUDE	Negativo
4º Ciclo	2013 – Retomada a discussão quanto à participação da USP no exame e associação à qualidade do ensino.	Silenciamento e dissociação ao ENADE	NECESSITA MODIFICAÇÕES	Positivo
	2014 – Nova reitoria da USP o revaloriza como medida necessária de avaliação da qualidade, retomada da discussão quanto à abstenção da instituição.	Silenciamento	EFICIENTE	Positivo
	2015 – Anuncia o exame como eficiente e dissocia ENADE e qualidade de ensino.	Silenciamento	EFICIENTE	Positivo
5º Ciclo	2016 – Pleiteia modificações no ENADE e finaliza com novas denúncias de fraudes.	Associada ao ENADE	NECESSITA MODIFICAÇÕES FRAUDE	Negativo
	2017 – Reforça o pleito das mudanças no exame.	Associada ao sistema	NECESSITA MODIFICAÇÕES	Positivo

Fonte: A autora

No mesmo sentido, no que concerne aos enunciados institucionais que permitem comparar, a partir do fim do segundo ciclo, a construção de uma FD negativa pleiteando a necessidade de modificações para um discurso positivo de indicador da qualidade, embora sejam observadas diversas retomadas do discurso negativo ao longo do tempo.

**Quadro 52: Dados condensados do *mídiu* RES**

ENUNCIADOS INSTITUCIONAIS				
Ciclos	Imagem Retórica do ENADE	Relação ENADE qualidade	FD Detectada	Reforço Discursivo
SEM ACESSO AOS DADOS				
2º Ciclo	SEM ACESSO AOS DADOS			
	2009 - ENADE como parte de um processo, seja dentro do sistema avaliativo do Sinaes, ou argumento em disputa judicial, ou fator de concessão para financiamentos do BNDES.	Silenciamento e dissociação ao ENADE	NECESSITA MODIFICAÇÕES	Negativo
3º Ciclo	2010 - crítica às falhas do exame, bem como, do processo avaliativo e seus esquemas de ranqueamento	Silenciamento e dissociação ao ENADE	INEFICIENTE EFICIENTE ESTRATÉGIA DE GESTÃO	Negativo
	2011 – apresentando o exame como indicador da qualidade, classificador de cursos, pleiteia e sugere modificações, considera o exame consolidado.	Parcialmente associado ao ENADE	INDICADOR DA QUALIDADE	Positivo
	2012 - produzido discurso divergente em relação a medidas tomadas pelo MEC convergentes com a ineficiência e necessidade de modificações no exame.	Dissociada ao ENADE	NECESSITA MODIFICAÇÕES	Negativo
4º Ciclo	2013 - tom de contestação em torno do exame, especialmente no que concerne à postura dos discentes em relação à realização da prova.	Silenciamento e dissociação ao ENADE	INEFICIENTE NECESSITA MODIFICAÇÕES	Negativo
	2014 - exame como indicador da qualidade, <i>ranking</i> da qualidade do ensino superior.	Dissociada ao ENADE	INDICADOR DA QUALIDADE	Positivo
	2015 - considerado falho e supervalorizado, estando a qualidade associada aos indicadores.	Dissociada ao ENADE	NECESSITA MODIFICAÇÕES	Negativo
5º Ciclo	2016 – permanece o apagamento da temática do exame de avaliação dos estudantes do ensino superior.	Silenciamento	INDICADOR DA QUALIDADE	Positivo
	2017	SEM INCIDÊNCIA DE DADOS		

Fonte: A autora

Com tais comparações preliminares já se pode inferir que, ainda que os contextos sociais sejam compartilhados, são possíveis formulações discursivas, interpretações e respostas diferentes de cada um dos atores sociais envolvidos. Nesse sentido, para Baronas (2013) a interincompreensão não é troca entre discursos, mas interpretação recíproca a partir de sua

própria perspectiva, donde se constitui a dialogicidade, ideologicamente contaminada, conforme Bakhtin.

Assim, tomando o terceiro ciclo avaliativo como exemplo – uma vez que nesse período todos os *mídiuns* tiveram incidência de FD – verifica-se a formulação do discurso do ENADE como indicador de qualidade a partir das políticas públicas, ainda que a mídia impressa o destacasse como ineficiente, fraudulento e pleiteasse modificações. Enquanto, no mesmo período, os enunciados institucionais tomam para si todos os discursos produzidos – por ambos os interlocutores – e constroem seu próprio discurso para seu público de gestores institucionais.

Ademais, numa perspectiva horizontal de análise, observa-se também tendências de cada um dos *mídiuns*. Assim, ao longo do período as políticas públicas enunciaram como um todo o discurso do exame como indicador da qualidade, enquanto há um pleito constante por modificações no modelo do exame por parte dos demais interlocutores ainda que, na fase de instauração do ENADE, dado o grande número de publicações por parte do JFSP se observe a constante configuração do discurso da eficiência da avaliação dos estudantes do ensino superior.

Por outro lado, as próprias características constitutivas, perfil de público-alvo e coerções dos gêneros de cada *mídiun* impõem diferentes estruturas textuais e frequências de publicação tornando a simples comparação entre eles difícil e, por vezes, improdutiva. Ou seja, comparar apenas o 3º Ciclo a partir das incidências dos *mídiuns* de análise – 02 enunciações do Poder Público, 12 enunciações da mídia JFSP e 14 enunciações das instituições privadas – de modo estanque e descontextualizado produz uma inferência parcial. Desse modo, optou-se por interpretar os dados, também, a partir da sua contextualização sócio histórica, destacadas pelos próprios enunciadores, convergindo com a proposta de análise do discurso francesa e com os autores adotados nessa investigação.

## **6.1. Análise dos dados do 1º Ciclo**

Como apontado, o primeiro ciclo avaliativo corresponde ao período entre 2004 – 2006, quando da constituição do Sinaes pela Lei nº 10.861, vigente desde abril de 2004, data de sua promulgação. A norma sancionada viabiliza a determinação constitucional apregoada pelos art. 206, VII (princípio da garantia de padrão de qualidade educacional) e art. 209, II (avaliação de qualidade pelo Poder Público da oferta privada), além da LDB/96, em seus artigos:

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

[...]

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

Depreende-se das normas acima a intenção da avaliação governamental como instrumento de gestão para “[...] definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino [...]” (LDB, 1996, art. 9, VI), devendo tais objetivos ser trasladados para a interpretação da Lei nº 10.861/04, que traz as características e concepções do sistema de avaliação governamental para o ensino superior. Entretanto, ainda haja que essa inter-relação normativa, o instrumento fundante do Sinaes não traz expressamente a ideia de avaliação ENADE como gestão da qualidade, mas, de outro modo, como processo fiscalizatório governamental para a garantia da qualidade mínima, apontado como função do sistema a melhoria da qualidade da educação superior (art. 1, § 1º, Lei do Sinaes).

Assim, pelo analisado, a partir da norma em questão produziu-se o discurso, por parte do Poder Público, que ressalta a avaliação ENADE como processo e a ideia de qualidade associada ao sistema. Na mesma direção, a Portaria Normativa do MEC nº 2.051/04 mantém as associações entre qualidade e sistema, bem como, processo avaliativo. O surgimento de ambas as normas provoca questionamentos que devem aqui ser apresentados. O primeiro deles diz respeito a necessidade de se formular uma nova avaliação para os estudantes do ensino superior uma vez que o ENC (Provão), dadas as suas características, poderia ser plenamente recepcionado pelo Sinaes, com menor impacto social e menor ônus aos cofres públicos, especialmente considerando que, com o desenrolar das avaliações ENADE, houve aproximação ao modelo ENC, extinto.

Por outro lado, dado o panorama acima explicitado, vê-se que a implementação de uma nova avaliação dos estudantes do ensino superior traduziu-se numa política focal de governo para valorização partidária (PT), com ampla difusão discursiva na *mass média* como um todo. Emblematicamente se observa que a maior produção discursiva a respeito do ENADE no JFSP ocorre justamente em seu primeiro ciclo (25/74 das publicações) com a maior margem de FD de destacamentos positivos da avaliação proposta – entre elas eficiência, inovação, excelência

– além de enfatizar as ações governamentais, sem que houvessem esclarecimentos significativos quanto à proposta das avaliações do Sinaes.

Nesses termos, se comparada a FD produzida pelos enunciados do Poder Público (PROCESSO AVALIATIVO – QUALIDADE ASSOCIADA AO SINAES) com os enunciados gerados ao longo das publicações do mesmo período por parte dos demais *mídiuns* vê-se a aludida dissonância. Assim, em 2004 o ENADE passa a ser anunciado pelo JFSP como ‘destaque do novo sistema’, ‘inovação do governo Lula’, ‘ineficiente em relação ao Provão’ e literalmente associado com a qualidade do ensino (JFSP, 08/11/2004). Mas, ainda no primeiro ciclo, a partir da realização da primeira prova, seu atraso nos resultados e a formulação de ranqueamento foram gerados outros padrões discursivos e, ainda que se observe a tentativa de se destacar o exame como ferramenta de gestão, a FD a respeito do tema circula em torno da eficiência, ou não, do exame reiterando-se a veiculação entre ENADE e a qualidade de ensino.

Por fim, dado que o último ano desse ciclo (2006) representou ano eleitoral, com tentativa exitosa de reeleição do governo petista, observou-se forte contaminação ideológica do reportado pelo JFSP com ampla associação do exame ENADE tanto com a qualidade quanto com a eficiência, retratando um instrumento diverso do legalmente proposto.

## **6.2. Análise dos dados do 2º Ciclo**

O segundo ciclo traz importante reestruturação ao ensino superior com o advento da Portaria Normativa nº40, promulgada ao final de 2007, que institui o sistema eletrônico de gestão educacional visando gerir de forma mais eficiente as informações e processos da educação superior. A partir desse regramento, ocorreu um processo de complexificação na interpretação dos dados que geraram indicadores de forma cruzada, supervalorizando, inclusive, o fator ENADE.

Nesse contexto, o exame em análise passa a ser apresentado como ‘exame que certifica a qualidade’, ‘exame que verifica conteúdos aprendidos’, ‘exame que avalia o ensino superior’, a partir de publicações que ocorrem ao longo do ano no JFSP, bem como, se inicia um processo de associação entre o exame dos estudantes do ensino superior com as estratégias de gestão fraudulenta dos dados, embora, nesse momento, não hajam ocorrido denúncias mais contundentes, mas, apenas estímulos eticamente duvidosos para a realização das provas ENADE.

A dicotomia entre eficiência, ou não, da prova é mantida como FD dominante, assim como sua associação com a qualidade de ensino, embora a Portaria Normativa nº 40/2007, em termos de discurso do Poder Público, gere uma FD a respeito do ENADE como indicador da qualidade associado aos parâmetros Inep, conforme seu artigo 33 D.

Tais tendências sofrem bruscas alterações no ano seguinte, quando é destacada a eficiência da prova, chegando a produzir FD de excelência, antes da divulgação dos resultados do exame; e, a partir da difusão dos resultados, destacamento da ineficiência e necessidade de melhoria, com dissociação entre o exame e a qualidade de ensino, que demonstram severa permeabilidade discursiva do *mídiu* imprensa em relação a contextos sociais que podem estar relacionados tanto à frequência da publicação (diária) quanto ao seu perfil de leitor (público em geral).

Vale esclarecer a inexistência de dados desses anos (2007 e 2008) advindos da RES, sendo possível a análise dos dados dessa publicação apenas a partir de 2009, compondo o final do segundo ciclo. Assim, a partir desse ano, enquanto o JFSP oscila entre eficiência do exame e críticas às instituições que o refutam (USP/Unicamp) até a FD de descrédito e ineficiência, a partir das falhas de elaboração que representaram 7% da prova. A RES, por seu turno, dada as coerções que lhe são próprias e o ‘leitor-imaginado’, associa o ENADE como parte do processo avaliativo e à gestão da qualidade a partir do sistema, ideias convergentes com o Sinaes. Entretanto, silencia por completo quaisquer manifestações que digam respeito ao alto percentual de erros da prova – embora as publicações posteriores ao evento tenham sido consultadas – sugerindo opacidade por contaminação ideológica.

### **6.3. Análise dos dados do 3º Ciclo**

Em termos de políticas públicas – a partir dos instrumentos normativos – duas são as normas regulamentadoras do período ambas surgidas em 2010, quais sejam: Portaria Normativa nº 01/2010 e Portaria Normativa nº 23/2010. Sendo aquela a inovar a FD do *mídiu* Poder Público vez que se observa, a partir da Portaria nº 23/10, apenas retomada e renovação do discurso posto a partir da Portaria nº 40/07. Assim, a Portaria nº 01/10 traz a previsão do financiamento estudantil público para estudantes de graduação em instituições privadas bem avaliadas a partir do Sinaes, conforme se depreende do artigo abaixo:

Art. 1º O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, na forma da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 e desta Portaria.

§ 1º São considerados cursos superiores com avaliação positiva os cursos de graduação que obtiverem conceito maior ou igual a 03 (três) no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

§ 2º Para fins da aferição do conceito referido no §1º deste artigo, serão considerados: I - o Conceito de Curso (CC); II - o Conceito Preliminar de Curso (CPC), na hipótese de inexistência do CC; III - o conceito obtido pelo curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), na hipótese de inexistência do CC e do CPC.

[...]

§ 6º O curso superior de graduação que não atingir o conceito referido no § 1º deste artigo será desvinculado do FIES, sem prejuízo para o estudante financiado, até que obtenha avaliação positiva.

Vê-se que tal documento ressignifica as avaliações Sinaes como um todo, mas, especialmente sobleva a avaliação ENADE dada sua supervalorização já prevista desde a vigência da Portaria nº 40/07, embora seja mantida como FD a ideia de indicador da qualidade. Assim, a desvinculação institucional no programa FIES, por baixo rendimento nas avaliações governamentais, potencialmente resultaria em insustentabilidade financeira para as instituições privadas, notadamente aquelas surgidas a partir da explosão do crescimento dos cursos de graduação no país.

Vale salientar que o ano de criação do FIES é, também, o ano em que reverberam as falhas estruturais do exame ENADE aplicado em 2009. Dado esse panorama, no *mídiu*m JFSP predomina o discurso da ineficiência e falha com deslegitimação do exame enquanto avaliação que certifica a qualidade do ensino. Assim, ao mesmo tempo que tal avaliação convalida o acesso ao financiamento público para estudantes-instituições ela é socialmente refutada, verificando-se FD de ineficiência e necessidade de modificação do exame.

Quiçá pela nova importância dada ao ENADE na sustentabilidade dos negócios das instituições privadas pela Portaria nº 01/10, neste ciclo se apresenta a maior quantidade de publicações na RES sobre o tema. Vê-se que há uma compreensão do exame como importante instrumento de gestão, mas forte tom de crítica quanto às falhas e ranqueamento produzidos pelo exame (nº140, maio/2010). Sendo no período entre 2010 – 2012 o exame retratado pela RES desde uma FD que o destaca como indicador de qualidade e instrumento de gestão que necessita de modificações, convergente, portanto, com a FD do JFSP.

Vale destacar que ao final desse período duas FD emblemáticas são geradas pelo JFSP. A primeira se refere à ideia de ranqueamento; cabe contextualizar que a proposta de ranqueamento por classificação das instituições, a partir das notas ENADE, foi inicialmente refutada pelo Sinaes, mas posteriormente gerada pelo sistema e criticada, tanto no *mídium* imprensa quanto no *mídium* institucional. Entretanto, em 2012, a classificação das instituições, via *ranking*, passa não apenas a ser legitimado mas internalizado pelo JFSP que gera seus próprios critérios de ranqueamento, talvez como subproduto do processo de contestação a que o ENADE passa a ser submetido, vê-se, por outro lado, que a partir da formulação do RUF há um processo de deslocamento e apagamento gradual das pautas da avaliação do ensino superior associadas às avaliações governamentais.

A outra FD inaugurada diz respeito às denúncias efetivas de fraudes no processo de gestão dos dados dos estudantes a serem submetidos ao ENADE por parte das instituições de ensino superior que passam a ser divulgadas a partir de março de 2012 no periódico. Desse contexto, em contrapartida, se observa o interdiscurso divergente da RES para quem as denúncias de fraude produziram uma resposta desmedida do MEC que atinge a todas as IES, qual seja, a ampliação do perfil de inscrição para alunos que cursam, também, o penúltimo semestre.

#### **6.4. Análise dos dados do 4º Ciclo**

Se comparados aos demais ciclos apresentados, o 4º ciclo de avaliação pode ser considerado completamente atípico. Primeiro por não haver nesse período – 2013/2015 – publicação de instrumento normativo sobre o tema, sugerindo uma tendência de consolidação das estratégias avaliativas do Sinaes, após os ajustes feitos em 2012. Por outro lado, com o advento do RUF, conforme anteriormente comentado, há decréscimo significativo de ocorrências de publicações a respeito do ENADE no *mídium* JFSP, cujo espaço é cedido à discussão dos resultados da própria classificação. Tal tendência também é observada a partir da RES cuja incidência da temática cai de 14 ocorrências no terceiro ciclo, para 7 ocorrências no quarto ciclo.

As FD verificadas apontam, no JFSP, para um discurso positivo sobre o exame, abandonando-se as discussões de fraudes, retomando o discurso da eficiência, embora mantido o pleito por modificações. Enquanto, por parte do *mídium* institucional, se observe enfoque

negativo, com discursos que giram em torno da necessidade de modificações no exame destacado como falho e ineficiente, verificando-se a alta polissemia discursiva entre tais enunciadores pois retratam um mesmo contexto desde perspectivas e valores diversos.

### **6.5. Análise dos dados do 5º Ciclo**

Nesse ciclo, vê-se mantida a tendência de diminuição de incidência da temática do ENADE especialmente nos eixos JFSP e RES, enquanto são observadas duas ocorrências discursivas do Poder Público, sendo a primeira a Portaria Normativa nº 1.442/16 – que regula em termos gerais os trâmites administrativos para apuração de denúncias de fraude ao exame do ensino superior – e a Lei nº 13.530/17 – que reestrutura o financiamento estudantil. Nesse sentido, observa-se interdiscurso entre essas publicações e as apresentadas pelo *mídium* imprensa, uma vez que ambos inferem a questão das fraudes, com construção negativa da imagem retórica, dado que se o exame produz resultados fraudulentos o mesmo seria ineficiente. Tal FD converge com o contexto político brasileiro em que são ressaltadas as medidas em prol da cultura anticorrupção.

Por outro lado, cabe destacar o completo silenciamento acerca da gestão fraudulenta dos processos ENADE por parte das instituições de ensino superior a partir dos enunciados da RES, o que sugere tabu discursivo, em que pese tenha havido neste ciclo apenas uma única publicação.

### **6.6. Relação ENADE - QUALIDADE**

Ao longo do período analisado observou-se o estabelecimento de relação entre o exame ENADE e a qualidade da educação superior com maior ou menor força discursiva. Dado que a Lei nº 10.861/04 e a Portaria Normativa 2.051/04 são os instrumentos que estabelecem os parâmetros iniciais e constroem discurso de dissociação e silenciamento acerca da relação entre tais elementos. Em contrapartida, o *corpus* do JFSP apresenta comportamento diverso com maior número de publicações difundindo, de forma crescente, um discurso que relaciona ambos os termos, conforme quadro que segue:

**Quadro 53: Relação ENADE – QUALIDADE/JFSP – 1º Ciclo**

ENADE 1º Ciclo	2004	2005	2006	Totalização
Dissociado da qualidade	2	2	0	4
Associado à qualidade	1	3	7	<b>11</b>
Silenciamento	7	3	0	10

Fonte: A autora

A partir do segundo ciclo vê-se reforço por parte da Portaria Normativa nº40/2007 em fortalecer o discurso dissociativo, divergindo, novamente, com o discurso enunciado pela mídia impressa analisada, que mantém a associação entre os termos em destaque.

**Quadro 54: Relação ENADE – QUALIDADE/JFSP – 2º Ciclo**

ENADE 2º Ciclo	2007	2008	2009	Totalização
Dissociado da qualidade	0	0	0	0
Associado à qualidade	5	7	0	<b>12</b>
Silenciamento	4	4	2	10

Fonte: A autora

No terceiro ciclo se observa mudança na legislação que através das Portarias Normativas nº 01/2010 e nº 23/2010 entabula um discurso de associação entre os termos, interessante se notar que, em sentido contrário o JFSP e RES enunciam diferentes inter-relações entre os termos, havendo silenciamento a respeito do tema por parte do JFSP e dissociação quanto à revista, como segue:

**Quadro 55: Relação ENADE – QUALIDADE– 3º Ciclo**

ENADE 3º Ciclo	2010		2011		2012		Totalização	
	JFSP	RES	JFSP	RES	JFSP	RES	JFSP	RES
Dissociado da qualidade	1	1	1	3	1	3	3	<b>7</b>
Associado à qualidade	1	0	1	2	2	2	4	6
Silenciamento	2	2	1	1	2	0	<b>5</b>	3

Fonte: A autora

Cabe nesse ponto ressaltar que a mudança do padrão discursivo do JFSP – de associação para silenciamento quanto à relação ENADE - QUALIDADE – pode se dar pelo lançamento do seu próprio padrão de ranqueamento em 2012, o RUF, como já comentado. No que concerne ao 4º ciclo, uma vez que não verificados novos parâmetros discursivos em relação às políticas públicas se compreenderá como mantida a associação entre os termos pelo Poder Público, assim como restou mantido o comportamento dos demais *mídiuns*.

**Quadro 56: Relação ENADE – QUALIDADE– 4º Ciclo**

ENADE 4º Ciclo	2013		2014		2015		Totalização	
	JFSP	RES	JFSP	RES	JFSP	RES	JFSP	RES
<b>Dissociado da qualidade</b>	2	2	0	1	0	1	2	4
<b>Associado à qualidade</b>	1	1	0	0	0	0	1	1
<b>Silenciamento</b>	3	2	1	0	1	0	5	2

Fonte: A autora

Por fim, o 5º ciclo – a partir das normas (Portaria Normativa nº 1.442/16 e Lei nº 13.530/17) – retoma a dissociação e silenciamento acerca da relação entre os termos estando aí constituída a polêmica discursiva vez que há silenciamento por parte da RES, convergente com o discurso governamental, mas retomada da associação entre o exame e a ideia de qualidade de ensino por parte do JFSP.

**Quadro 57: Relação ENADE – QUALIDADE– 5º Ciclo**

ENADE 5º Ciclo	2016		2017		Totalização	
	JFSP	RES	JFSP	RES	JFSP	RES
<b>Dissociado da qualidade</b>	0	0	2	0	2	0
<b>Associado à qualidade</b>	4	0	0	0	4	0
<b>Silenciamento</b>	0	1	0	0	0	1

Fonte: A autora

Pelas comparações efetuadas vê-se o estabelecimento de grande polêmica quanto a associação entre os termos, vale ressaltar que a norma constitutiva do Sinaes não estabeleceu relação direta entre eles, mas aportou apenas o ENADE como um dos indicadores; não sendo essa a informação aventada para a opinião pública, embora se observe variação de comportamento discursivo com o correr do tempo.

Por outro lado, pelo período analisado da RES vê-se tendência contrária à ideia de associação entre os termos, quiçá por ser direcionada a um público mais específico e com maior compromisso e diligência em compreender o sistema, e seus meandros.

## Conclusões

Acredita-se em um poder mítico dos números e esquece-se que o ensino tem objetivos que não são passíveis de mensuração quantitativa. (Cristiane GOTTSCHALK, 2011)

A partir dos questionamentos iniciais quanto ao conjunto de fenômenos provocados pela avaliação em larga escala no ensino superior desde a perspectiva dos atores sociais envolvidos restou desenvolvida uma pesquisa que abordou o tema a partir da leitura de autores que formularam ideias sobre a educação superior no Brasil, sobre avaliações educacionais e avaliações em larga escala, sobre concepções de discurso, ideologia e mediologia, além das bases teóricas da linguística, da qual foi importada a análise do discurso.

Dadas as variadas possibilidades de análise discursiva, e considerando a problemática proposta, foi a escola de base francesa escolhida para apoiar como teoria e método, a construção do percurso analítico pois essa não se ocupa de estruturas lexicográficas ou gramaticais, mas os analisa a partir da interdiscursividade, realizando uma leitura vertical dos textos. Tal abordagem discursiva tem por referenciais centrais Bakhtin, Benveniste e Pêcheux e considera a linguagem meio de interação e cooperação social, que se pauta simbólica e ideologicamente e, desse modo, veículo que interfere e articula a vida social, formando e formada por discursos. Nesses termos, o trabalho considera as influências da abordagem foucaultiana e sua gênese no dialogismo bakhtiniano.

Para Bakhtin, a linguagem é produtora e produzida por interações que constroem e compartilham ideias geradoras de modelos, padrões, ideologias, que pautam seu conceito de dialogicidade. Nesses termos, a análise discursiva proposta não permite uma observação linear dos fenômenos, mas leva em consideração a fluidez discursiva que permite retomadas, dizeres e não-dizeres. De Foucault o trabalho se apropria da ideia de formação discursiva que considera a contextualização histórica como vertente de compreensão.

Por outro lado, foram da Análise do Discurso também apropriados os conceitos de universo – campo – espaço discursivos para se delimitar os recortes do *corpus* de pesquisa, cujo universo discursivo é a educação brasileira, seu campo o ensino superior e o espaço discursivo, cujas formações discursivas foram analisadas, o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes. Todas essas estruturas ajudaram a centralizar e viabilizar a pesquisa uma vez que deveriam ser necessariamente eleitos os enunciadores de formações discursivas com representatividade social.

Definido o *locus* pensar nos interlocutores decorreu da necessidade de se trazer as partes diretamente implicadas na avaliação em larga escala que, entre outras coisas, deveriam possibilitar a maior variedade possível de gêneros discursivos uma vez que, cada um deles, é submetido a diferentes coerções. Nesses termos, e a partir da influência de Maingueneau, que se inscreve na escola francesa de análise do discurso, foi alçado o conceito de *mídiun*, proposto por Debray, que considera a influência dos meios de enunciação no conteúdo produzido, com suas decorrentes coerções.

Tal apropriação possibilitou definir que instrumentos normativos, revistas setoriais do ensino superior e reportagens jornalísticas acerca do ENADE seriam instrumentos para observar os comportamentos discursivos gerados por diferentes atores sociais, tais como, o Poder Público, a mídia impressa e as instituições de ensino superior privadas. Assim, as análises discursivas realizadas a respeito do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes desde a leitura de três *mídiuns*, com diferentes perspectivas, resultou num vasto *corpora* – que extrapolou a ordem de cem textos analisados – e se referiu a treze anos de avaliação governamental sistêmica da educação superior, e viabilizaram algumas conclusões.

A partir das bases teóricas estudadas ao longo dos anos de pesquisa observou-se que a validação das avaliações em larga escala está pautada num processo de certificação da qualidade de ensino, cuja ideologia capitalista neoliberal fomenta, na educação superior, a privatização do ensino e se autentica desde o argumento da democratização e acesso às oportunidades que atendem a diferentes esferas de interesses. A própria ideia de certificação da qualidade, instrumento oriundo da produção capitalista global, converge com tal ideologia e se traduz na realização do paradoxo ‘baixa qualidade da educação básica<sup>65</sup> com amplo acesso ao ensino superior’.

No cenário da educação superior brasileira da contemporaneidade, dado seu complexificado contexto, vê-se que a instituição e consolidação do ENADE permite importantes distorções nas ações docentes mas, especialmente, nos comportamentos institucionais, confirmados inclusive pelas análises discursivas feitas. Assim, verificou-se de forma recorrente formações discursivas destacando o exame dos estudantes como estratégias de gestão, no mais das vezes fraudulentas, que possibilitaram a geração de resultados quantitativos dissociados da realidade qualitativa.

Assim, convive-se com a cena validada da histórica baixa qualidade da educação brasileira, em todos os níveis, com o crescimento exponencial do número de alunos graduados

---

<sup>65</sup> Dados quadro 02

no Brasil. Do mesmo modo, convive-se com as constantes denúncias de fraudes ao sistema de avaliação em larga escala, ou, no mínimo, processos de gestão acadêmica escusas para obtenção de melhores resultados no ranqueamento público que viabilizam acesso às verbas públicas, sem que haja um processo de revisão profunda, nem do sistema de avaliação, nem das instituições implicadas, mas sobrelevado pelo discurso da eficiência, tantas vezes retomado.

Ademais, a criação de um novo exame dos estudantes do ensino superior, ocorrido em 2004, não se justificou por aspectos metodológicos ou procedimentais pura e simplesmente, uma vez que o antigo ENC teria potencial aderência ao Sinaes, com poucos ajustes necessários, embora tenham sido verificadas formações discursivas de inovação e eficiência que sugeriam intenções politicamente conduzidas, especialmente no primeiro ciclo avaliativo.

Pelo *corpus* de pesquisa analisado verificou-se dispersão de formações discursivas, existência de regularidades enunciativas e a grande influência dos contextos históricos nas produções discursivas de todos os *mídiuns* observados. Assim, foram gerados eixos de análise para possibilitar o trabalho de interpretação de dados, ademais pelo grande volume de textos que contabilizou cento e cinco documentos analisados. Nesses termos, como hipótese inicial se imaginou a configuração de polêmica constitutiva nas FD e relações estabelecidas entre o ENADE e qualidade de ensino, bem como, uma grande polissemia na compreensão do exame pesquisado entre os interlocutores, o que, pela própria constituição dos eixos se confirmou.

Tais eixos das formações discursivas foram representativos da interincompreensão discursiva tecida pela impossibilidade de interação compreensiva absoluta, dada a condição do sujeito de reinterpretar ‘o dito’ por uma lente diversa daquela por quem o enunciado foi produzido, gerando um simulacro. Uma vez que cada fenômeno observado desde a perspectiva própria de interesses, coerções e ideologias prementes de cada enunciadador gera dialogicidade, e esquematiza novos discursos.

Entretanto, os dados demonstraram um nível de interincompreensão discursiva e polêmica constitutiva mais profundos do que os previamente pensados uma vez que ocorreram não apenas de forma dialogal entre os interlocutores mas, especialmente, desde uma perspectiva intra-dialogal. Ou seja, há a reinterpretação do dito sob o anteriormente enunciado a partir de um mesmo *mídiun*, que modifica sua leitura de mundo dado um novo contexto.

Assim, não apenas os discursos sobre o ENADE mudam com o tempo, mas, especialmente os intradiscursos sobre o tema se reestruturam, representando um novo fenômeno discursivo sobre o assunto. A título de ilustração, é possível ler nos enunciados midiáticos, em relação ao ENADE, trechos que asseveram: “Padece de uma falha. Pouca

informação. Sem base objetiva. Reflexo impreciso da qualidade. ENADE menos eficiente que o Provão. Não terá incentivo para realizar a prova seriamente. Piora na qualidade.” (JFSP, 15/05/2004); e trechos que asseveram: “Introduz mudanças importantes no Provão. Defensável. Economia considerável. Decisão apropriada. Novidade em relação ao conteúdo. Aspecto problemático a amostragem. Prejudiciais às instituições e ao exame”. (JFSP, 11/08/2004).

Nesse ponto, vale ressaltar que o *mídiun* JFSP demonstrou maior permeabilidade inter e intradiscursiva, com maior grau de interincompreensão, polêmica e polissemia acerca do tema analisado. Estando, tal característica, diretamente relacionada às suas liberdades e coerções enunciativas, sua frequência de publicações, seu público-alvo e seus próprios enunciadores dado que num jornal há espaço para diversos enunciadores. Por outro lado, é importante também destacar que esses mesmos aspectos convergem com a maior capacidade de um periódico voltado ao público em geral de influenciar e aforizar, produzindo uma realidade – ainda que fictícia – a partir de sua mera enunciação.

É preciso esclarecer, ainda, que no que concerne às formações discursivas produzidas pelo Poder Público a partir dos instrumentos normativos estão longe de serem neutras ou monossêmicas, mas apenas que passam por um período de estabilidade normativa e geram um grau de adjetivação menor, produzindo discursos que tendem a perdurar por mais tempo, embora permaneçam sendo discursos, portanto, turbulentos e ideológicos, dialogais. Ou seja, a constituição ideológica da percepção do exame está diretamente relacionada à leitura de mundo e interesses dos interlocutores envolvidos em cada *mídiun*, bem como, das influências culturais e históricas que estes pretendam gerar em seu público alvo.

Percebe-se, assim, que através da organização retórica há discursos polissêmicos em conflito que buscam legitimar, caracterizar ou denunciar o exame, a partir de suas esferas de interesse. Nesses termos, a RES silencia acerca da formulação de formações discursivas polêmicas, tais como o advento da fraude, uma vez que esse termo poderia gerar respostas diversas de seu público-alvo, e impactar negativamente o enunciador. Do mesmo modo viu-se o apagamento gradual da temática do ENADE como exame que qualifica a educação superior a partir fundação de um esquema de classificação dos cursos e instituições de ensino superior próprio, denominado *Ranking* Universitário da Folha (RUF), por parte do JFSP, dado que, para fomentar sua própria classificação, a avaliação governamental deveria desaparecer da pauta de interesse.

Assim, pelas análises discursivas feitas dos cinco ciclos avaliativos do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes já ocorridos, pode-se observar um processo de desconstituição

da avaliação de um modelo excelente, inovador e eficiente para um indicador de qualidade estratégico para a sustentabilidade dos negócios educacionais, vinculado ao Fies. As associações entre o exame e a ideia de qualidade da educação superior também foram, em grande medida modificadas. Enquanto nos primórdios do exame – 1º e 2º ciclos – havia uma associação entre os termos pela *mass média* há um movimento de silenciamento dessa relação nos ciclos posteriores, iniciado no mesmo período no nascimento do RUF.

Interessante notar que a ideia do ENADE como exame que avalia a qualidade do ensino superior não está implicada em sua gênese pois a Lei nº 10.861/04 não previa tal correlação. Entretanto, em âmbito social, a mesma foi discursivamente construída ao longo dos anos. Abandonada e retomada em vários contextos, tal enunciação gerou distorções na compreensão pública da verdadeira função da avaliação, como parte de um sistema, agravado por sua sobrelevação como indicador chave de acesso ao financiamento público.

Enfim, seria importante apontar algumas das implicações de todo o observado. Em primeiro lugar o advento de um novo exame se pautou muito mais por um processo de legitimação partidária na esfera governamental, de um modelo moderado de esquerda socialdemocrata, com uma leitura positiva do capitalismo, para um modelo de esquerda que se intitulou radical, teoricamente contrário às privatizações, que avocaria um Estado de Bem Estar Social, embora as análises discursivas dos textos referentes aos treze anos de avaliações ENADE tenham permitido aferir o quão distantes da realidade se tornaram as proposições inicialmente feitas. Além disso, há um elevado custo financeiro relativo a todo processo de aplicação da prova ENADE, como para qualquer instrumento que se pretenda sistêmico, entretanto, caso os benefícios da avaliação fossem efetivamente verificados – com melhoria significativa do perfil de formação dos estudantes egressos do ensino superior – haveria compensação dos gastos com a geração dos resultados esperados.

Entretanto, como se pode aferir pelos dados apresentados nesta investigação, os estudantes do ensino médio que ingressam no ensino superior, em sua maioria, não atingiram as habilidades básicas em matemática e português, as instituições de ensino superior privadas declaram uso de tempo e recursos para dar reforço aos estudantes não devidamente formados no nível anterior, e 48% dos egressos do ensino superior são considerados analfabetos funcionais conforme dados de 2015 do Instituto Paulo Montenegro, além disso, são notórias as denúncias de fraudes aos exames que maculam a lisura de seus resultados.

Ou seja, investe-se muito dinheiro público em uma avaliação em larga escala que gera dados que não têm sido suficientes, eficientes ou válidos para possibilitar uma gestão ou

evolução qualitativa do ensino superior brasileiro. Além disso, essa realidade é obscurecida por uma profusão de discursos a respeito da avaliação sistêmica que deformam a realidade e informam a partir de estratégias e interesses político ideológicos, impossibilitando à população em reconhecer seus reais problemas educacionais.

A título de proposição se sugere revisão quanto à necessidade e pertinência de se manter a avaliação em larga escala do ensino superior a partir de debates e audiências públicas com participação de pesquisadores das mais diversas áreas, considerando-se a melhoria apenas quantitativa dos dados da educação superior brasileira, passados treze anos da implantação da avaliação ENADE. Além disso, sugere-se a realização de outras pesquisas que observem o fenômeno da avaliação sistêmica nos demais níveis, bem como, a efetivação de outras análises discursivas que contemplem outros *corpora* e *mídiuns* de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. p. 113-126. **Revista Sociologia e Política**, v. 24, n. 57, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n57/0104-4478-rsocp-24-57-0113.pdf>. Acesso em 15/11/17.
- ALONSO, Kátia M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out.-dez. 2010 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 07/09/15.
- ALVES FILHO, Emilio M. YOSHITAKE, Mariano. SALLES, Jose A. A. Relationship Between the National Survey of Development of Students (ENADE) and Testing of Sufficiency Federal Council of Accounting (FCA). p. 2967-2974. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, Volume 174, 12 February 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042815010952>. Acesso em: 06/06/18.
- ARAÚJO, Inês L. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004. 276 p.
- ASSEMBLEIA CONSTITUINTE. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 20/10/15.
- BAUER, Martin W. GASKELL, George. ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento - Evitando confusões. p. 17 – 16. In: BAUER, Martin W. GASKELL, George. (eds.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** : um manual prático. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002. 510 p.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Emsantina G. G. Pereira e Marina Appenzellerl. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 230 p. [glossário]
- \_\_\_\_\_. (V. N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 2006. 193 p.
- \_\_\_\_\_. [Mijaíl Bajtín]. **Las fronteras del discurso**: el problema de los géneros discursivos. El hablante en la novela Tradução: Luisa Borovisky. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2011. 108 p.
- BALL, Stephen J. Presentación de Michel Foucault. 5 – 12 In: BALL, Stephen J. (compilador). **Foucault y la educación**: disciplinas y saber. 2ª ed. Madrid: Morata, 1994. 222 p.
- BARONAS, Roberto Leiser. **Enunciação aforizante**: um estudo discursivo sobre pequenas frases na imprensa cotidiana. São Carlos: EduFSCar, 2013. 146 p.
- BARTHOLOMEU, Daniel. **O uso do ENEM e ENADE em um delineamento longitudinal para avaliação da qualidade dos cursos do ensino superior**. 2011. 140 f. Tese (Doutorado

em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade São Francisco, Itatiba, 2011. Disponível em:  
<[www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/604303144098270.pdf](http://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/604303144098270.pdf).> Acesso em: 26/07/15.

BEAUVOIR, Simone de. **Memórias de uma moça bem-comportada**. Tradução: Sérgio Milliet. Edição Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 328 p.

BENDER, William N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Tradução: Fernando de Siqueira Rodrigues. Porto Alegre: Penso, 2014.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. Tradução M<sup>a</sup> da Glória Novak/Luiza Neri. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. 381 p.

BERTOLIN, Júlio C. G. MARCON, Telmo. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira – das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. p. 105-122. **Revista Avaliação**, Campinas/Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00105.pdf>. Acesso em: 24/11/16.

BITTENCOURT, Renato N. **Professor e a crise no ensino**. Revista Filosofia: ciência e vida. São Paulo: Escala Editora, Ano IX, Edição 110, agosto, 2015.

BONAMINO, Alícia. SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. p. 373 – 388. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 2, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>. Acesso em 09/12/17.

BORGES, M<sup>a</sup> Creusa de A. A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. p.367-375. **RBPAE** – v.26, n.2. mai./ago. 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19722/11493>. Acesso em: 06/06/18.

BOURDIEU, Pierre. **¿Qué significa hablar?** Economía de los intercambios lingüísticos. Madrid: Akal Universitária, 1985. 160 p.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas**. Tradução Sérgio Miceli *et al.* São Paulo: EDUSP, 1998. 185p.

BRAGA, Ryon. Setor financeiro avança no comando de unidades de educação privada. **Intellog**, 12/07/2010. Disponível em: [http://newslog.com.br/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=627271&Template=../artigosnoticias/user\\_exibir.asp&ID=324422&Titulo=Setor%20financeiro%20avan%20E7a%20no%20comando%20de%20unidades%20de%20educa%20E7%E3%20privada](http://newslog.com.br/site/default.asp?TroncoID=907492&SecaoID=508074&SubsecaoID=627271&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=324422&Titulo=Setor%20financeiro%20avan%20E7a%20no%20comando%20de%20unidades%20de%20educa%20E7%E3%20privada). Acesso em 16/08/17.

BRAIT, Beth. A natureza dialógica da linguagem. p. 69 – 92. In: FARACO, Carlos A. TEZZA, Cristóvão. CASTRO, Gilberto de. (orgs.) **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: UFPR, 1996. 365 p.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.131/95**: Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9131.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9131.htm). Acesso em: 12/02/2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.394/96**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 12/08/15.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei 10. 861/2004**: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm). Acesso em: 29/09/2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 5.154/04**: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: INEP/MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5154.pdf>. Acesso em: 29/07/17.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto 9.235/17**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm). Acesso em: 06/01/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria 40/2007**: Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília: INEP/MEC, 2007. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/condicoes\\_ensino/2007/Portaria\\_n40.pdf](http://download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/2007/Portaria_n40.pdf). Acesso em: 29/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Portaria 01/2010**: Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, regulamenta a adesão de mantenedoras de instituições de ensino não gratuitas e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

\_\_\_\_\_. **Portaria 23/2010**. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRUNNER, José J. La idea de universidad: tendencias y transformación. P. 89 – 105.  
SCHWARTZMAN, Simon. **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Unicamp, 2014. 282 p.

CÁRIA, Neide P. OLIVEIRA, Sandra M<sup>a</sup>. da S. S. Avaliação em larga escala e a gestão da qualidade da educação. p. 22 – 40. **Revista de Ciências Humanas – Educação**, v. 16, n. 26. Jul., 2015. Disponível em:

<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/1477/1853>. Acesso em: 08/06/2017.

CARMO, Sonia I. S. do. Luz e sombra nos editoriais da Folha de S. Paulo. **Perspectivas**, São Paulo, 16: 255-263, 1993. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/781/642>. Acesso em: 18/07/2018.

CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução: Fabiana Komesu. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso**. Tradução: Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008. 249 p.

CÔRREA, Denise M. M. C. **Indicadores de gestão do TCU e o desempenho dos cursos no ENADE: um estudo de cursos de graduação**. 2013. 252 f. - Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/5943>> Acesso em: 26/07/15.

COSTA, Luciana M. CUNHA, Karina M. VELLOSO, Brunella L. A COP-15 e o Discurso dos Jornais Brasileiros: quem afinal pode falar sobre a Amazônia? p. 1 – 15. **Anais [...]VI Encontro Nacional da Anppas**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT8-560-232-20120619122058.pdf>. Acesso em: 26/09/17.

CUNHA, Kátia S. A teoria do discurso como abordagem teórica e metodológica no campo das políticas públicas em educação. p. 257 – 276. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, n<sup>o</sup> 7, dezembro 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2014/04/7p257-276.pdf>. Acesso em: 28/06/2017.

CUNHA, Luiz A. **A universidade temporã**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1986. 339 p.

CUNHA, M<sup>a</sup> Isabel da *et al.* As políticas públicas de avaliação e docência: impactos e repercussões. p. 5 – 48. In: CUNHA, (org). **Formatos avaliativos e concepções de docência**. Campinas: Autores Associados, 2005. 232 p.

\_\_\_\_\_. A qualidade e ensino de graduação e o complexo exercício de propor indicadores: é possível obter avanços? p. 453-462. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, jul. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a11v19n2.pdf>. Acesso em: 24/11/16.

CURADO, Odilon H. F. Linguagem e dialogismo. **Cadernos de Formação: língua portuguesa**. p. 26 – 33. São Paulo: UNESP, 2011. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40353/4/01d17t02.pdf> Acesso em: 14/08/16.

CYRANKA, Lúcia F. M. MAGALHÃES, Tânia G. Sujeito, educação e o trabalho com a Língua Portuguesa na escola básica. IN: **Rev. Bras. Estud. Pedagógicos**. Brasília, v. 95, n. 241, p. 662-675, set/dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n241/11.pdf> Acesso em: 30/07/16.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christina. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalat. São Paulo: Boitempo, 2016. 402 p.

DEBRAY, Régis. **Introducción a la mediología**. Tradução: Núria Pujol i Valls. Barcelona: Paidós Ibérica, 2001. 280 p.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC:UNESCO, 2001. 288 p.

DIAS SOBRINHO, J. Campos e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. p. 13-62. In: FREITAS, Luiz Carlos de. (Org.). **Avaliação: construindo o campo e a crítica**. Florianópolis: Insular, 2002.

\_\_\_\_\_. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003. 198 p.

\_\_\_\_\_. Políticas y conceptos de calidad: dilemas y retos. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, p. 601-618, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v17n3/a03v17n3.pdf> Acesso em: 23/10/2014.

DINIZ, Rosa Virgínia W. Fundamentos axiológicos e epistemológicos da avaliação: em busca de sentido. p. 33428 – 33439. **Anais [...] EDUCERE**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015. Disponível em: <http://educere.pucpr.br/p1/anais.html?tipo=&titulo=&edicao=5&autor=Rosa+Virg%C3%ADnia&area=>. Acesso em: 09/08/17.

DURHAM, Eunice R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: NUPES/USP, 2003. 42 p. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>. Acesso em 17/11/2016.

ESTEBAN, Mª Teresa. Silenciar a polissemia e invisibilizar os sujeitos: indagações ao discurso sobre a qualidade da educação. p. 5 – 31. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, 21(1), 2008. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v21n1/v21n1a02.pdf>. Acesso em: 19/11/2016.

FERNÁNDEZ, Eduardo. El sistema-mundo del capitalismo académico: procesos de consolidación de la universidad emprendedora. **Archivos Analíticos de Políticas**

**Educativas**, Vol 17 (21), 2009. Disponível em:  
<http://www.redalyc.org/pdf/2750/275019727020.pdf>. Acesso em: 23/08/17.

FIORIN, José L. Tendências da análise do discurso. p. 173 – 179. **Cad. Est. Ling.** Campinas, nº 19 – jul./dez., 1990. Disponível em:  
<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3022/4105>. Acesso em: 16/07/17.

FLORES, Valdir do N. *et al.* **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009. 282 p.

FONTANA, Silene. As produções acadêmicas no campo da política e avaliação educacional: o caso do ensino superior no Brasil. p. 45 – 56. In: JEFFREY, Debora C. (org.). **Política e avaliação educacionais**: interfaces com a epistemologia. Curitiba: CRV, 2015. 248 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 340 p.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz F. B. Neves. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 239 p.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura F. de A. Sampaio. 24ª ed. São Paulo: Loyola, 2014. 74 p.

FRANCISCO, Thiago H. A. MELO, Pedro A. de. NAKAYAMA, Marina K. OLIVEIRA, Fabiano P. de. Análise epistemológica da avaliação institucional da educação superior brasileira: reflexões sobre a transposição de paradigmas. III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. **Anais [...]** Florianópolis/SC, 2013.

FREITAS, Mª Teresa de A. **Vygotsky e Bakhtin**: psicologia e educação – um intertexto. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ática, 1996. 168 p.

FREITAS, Sheizi C. de. **An exploratory study on ENADE evaluation report utilization and its impact on undergraduate accounting program performance in Brazil**. 2012, 176 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-15012013-134543/pt-br.php>>. Acesso em: 26/07/15.

GAVALDON, Luiza L. A qualidade do ensino na visão do aluno. pp. 7 – 16. In: QUELUZ, Ana G. (org.). **Educação sem fronteiras**: em discussão o ensino superior. São Paulo: Nova Fronteira, 2003.

GERALDI, João W. **Pontos de passagem**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 242 p.

GILL, Rosalind. Análise do discurso p. 244 – 270. In: BAUER, Martin W. GASKELL, George. (eds.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** : um manual prático. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002. 510 p.

GIMENO SACRISTÁN, J. **La pedagogía por objetivos: obsesión por la eficiencia**. 12ª. ed. Morata: Madrid, 2009.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004. 451 p.

GONTIJO, Simone B. F. **Implicações do ENADE para a organização do trabalho pedagógico e as práticas avaliativas em um curso de Pedagogia**. 2014. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16027/1/2014\\_SimoneBrazFerreiraGontijo.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16027/1/2014_SimoneBrazFerreiraGontijo.pdf)>. Acesso em: 02/08/15.

GOTTSCHALK, Cristiane. Enem e a ditadura dos *rankings*. **Revista Cult**. Ed. 162. 06/10. São Paulo: Breantini, 2011. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/enem/>. Acesso em 08/01/18.

GRUSCHKA, Andreas. **Frieza burguesa: a frieza como mal-estar moral da cultura burguesa na educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. 448 p.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/2469/1287>. Acesso em: 05/01/18.

GUBA, Egon G. LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de quarta geração**. Tradução: Beth Honorato. Campinas: Unicamp, 2011. 304 p.

GUILHAUMOU, Jacques. MALDIDIER, Denise. ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso**. Tradução: Carolina P. Fedatto. Paula Chiaretti. Campinas: São Paulo, 2016. 258 p.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002. [glossário]

GUIRADO, Marlene. **Psicanálise e Análise do discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico**. São Paulo: Summus Editorial, 1995. 141p.

HALLAK, Jacques. POISSON, Muriel. Fraude académico, acreditación y garantía de la calidad: lecciones aprendidas del pasado y retos para el futuro. In: INFORME LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN EL MUNDO. **Acreditación para garantía de la calidad: ¿Qué está en juego?** p. 109 – 123. Madrid: UNESCO, 2007. Disponível em: <http://upcommons.upc.edu/handle/2099/7516>. Acesso em: 13/01/17.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 4ª. ed. Brasília: INEP, 2007. 224 p.

\_\_\_\_\_. **Resumo técnico: Censo da educação superior 2014**. – Brasília: Inep, 2016. 55 p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>. Acesso em: 12/08/17.

\_\_\_\_\_. **Notas estatísticas:** censo da educação superior 2016. – Brasília: Inep, 2017. 17p. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206). Acesso em: 02/12/17.

\_\_\_\_\_. **Enade.** Sítio eletrônico. [(s.d.)]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enade>. Acesso em: 23/12/17.

\_\_\_\_\_. **Atores na avaliação da educação superior.** Brasília: Inep, 2017. 23 p. Disponível em: [https://inep.instructure.com/courses/42/pages/diagrama-de-atores?module\\_item\\_id=2986](https://inep.instructure.com/courses/42/pages/diagrama-de-atores?module_item_id=2986). Acesso em: 11/06/18.

\_\_\_\_\_. **SINAES. Instrumento de avaliação de cursos de graduação:** Presencial e a Distância. Reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: MEC, 2017. 54p.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO – IPM. **Analfabetismo funcional, opressão de classe e exploração.** 15/07/2015. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/pt-br/noticias/saiunaimprensa/Paginas/Analfabetismo-funcional,-opress%C3%A3o-de-classe-e-explora%C3%A7%C3%A3o.aspx>. Acesso em: 18/12/16.

LANE, Silvia T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. p. 10 – 19. In: LANE, Silvia T. M. CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia social:** o homem em movimento. 8ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1989a. 220 p.

\_\_\_\_\_. Linguagem, pensamento e representações sociais. p. 33 – 39. In: LANE, Silvia T. M. CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia social:** o homem em movimento. 8ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1989b. 220 p.

\_\_\_\_\_. As categorias fundamentais da psicologia social. p. 40 – 47. In: LANE, Silvia T. M. CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia social:** o homem em movimento. 8ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1989c. 220 p.

LIMA, Licínio C. O paradigma da educação contábil: políticas educativas e perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal. **Revista Brasileira de Educação.** 43 – 59. n. ° 4. Jan/Fev/Mar/Abr, 1997. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11788/1/Artigo%20RBE.pdf>. Acesso em: 03/05/15.

LIMA, Paulo G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. p. 85 – 105. **Revista Avaliação,** v. 18, n. 1. Campinas; Sorocaba, SP. mar. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000100006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000100006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 19/07/17.

LIMANA, Amir. BRITO, Márcia R. F. O modelo de avaliação dinâmica e o desenvolvimento de competências: algumas considerações a respeito do ENADE. p. 17 – 44. In: RISTOFF, D. Limana, A. BRITO, M. R. F. (orgs.). **ENADE:** perspectiva de avaliação dinâmica e análise de mudanças.. Brasília: INEP/DAES/MEC, 2006.

LUCA, Andréa Q. de. **Uma análise do discurso da política pública federal de educação ambiental**. 2013, 158 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-04112013-104411/pt-br.php>. Acesso em: 20/06/18.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução: Freda Indursky. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1997. 196 p.

\_\_\_\_\_. **Termos-chave da análise do discurso**. Tradução: Marcos Venício Barbosa, M<sup>a</sup> Emília A. T. Lima. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 155 p.

\_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005. 189 p.

\_\_\_\_\_. **Análise de textos de comunicação**. Tradução: M<sup>a</sup> Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha. 6<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2013. 302 p.

MARCOS, M<sup>a</sup> Lucília. Acto Performativo. **Dicionário Crítico: linguagem**. Lisboa: Fundação Côa. [s.d.]. Disponível em: <http://www.arte-coa.pt/index.php?Language=pt&Page=Saberes&SubPage=ComunicacaoELinguagemLinguagem&Filtro=18&Slide=18>. Acesso em: 13/07/17.

MARQUES, Waldemar. Brasil, terra de contrastes. p. 749 – 771. **Revista Avaliação**. vol.19 no.3 Campinas: RAIES, Sorocaba: UNISO. Nov. 2014.

MARQUES, Welisson. Metodologia de pesquisa em Análise do Discurso face aos novos suportes midiáticos. **Revista Eletrônica de Linguística**. Volume 5, - n<sup>o</sup> 1 – 1<sup>o</sup> Semestre 2011. p. 59 – 73. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/12277>. Acesso em: 17/05/16.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007. 128 p.

MELO, Iran F. de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. p. 1 – 18. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**. Ano 05, n.11, 2<sup>o</sup> Semestre, 2009. Disponível em: <http://www.letramagna.com/adeacd.pdf>. Acesso em: 02/09/16.

MIRANDA, Gilberto J. **Relações entre as qualificações do professor e o desempenho discente nos cursos de graduação em contabilidade no Brasil**. 2011. 203 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) - Programa de Pós Graduação em Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16032012-190355/pt-br.php>. Acesso em: 26/07/15.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB 02/97**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB02\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB02_97.pdf). Acesso em: 26/07/2017.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB 17/97**. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer1797.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1797.pdf).  
Acesso em: 26/07/2017.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB 16/99**. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer1699.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf).  
Acesso em: 26/07/2017.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB 39/2004**. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer392004.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer392004.pdf).  
Acesso em: 26/07/2017.

\_\_\_\_\_. **Catálogo Nacional de cursos superiores na área de tecnologia**. 3ª ed. Brasília: MEC, 2016. 192 p. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category\\_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em 29/07/17.

MORÁN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. p. 15 – 33. In: SOUZA, Carlos Alberto de . MORALES, Ofélia Elisa Torres. (orgs.) **Coleção Mídias Contemporâneas**. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II. PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. Disponível em:  
[http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando\\_moran.pdf](http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf).  
Acesso em 29/07/17.

MOREIRA, Ana M<sup>a</sup>. de A. **Fatores institucionais e desempenho acadêmico no ENADE: um estudo sobre os cursos de Biologia, Engenharia Civil, História e Pedagogia**. 2010. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2010. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8663>>  
Acesso em: 02/08/15.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Tradução: Vera A. Harvey. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 361 p.

MOROSINI, Marília C. *et. al.* A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores. **Revista Brasileira de Educação** v. 21 n. 64 jan.-mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0013.pdf>. Acesso em: 05/11/17.

MUNICIO, Pedro. **Los Sistemas de evaluación en la Educación Superior**. Lima: UNE, 2003. 55 p. Disponível em: <http://www.postgraduone.edu.pe/documentos/evaluacion/lib-evaluacion-de-la-calidad-en-la-educ-superior-modelo-rueca-2003.pdf>. Acesso em: 03/12/17.

NARZETTI, Claudiana Nair P. A apropriação da teoria de Bakhtin na AD francesa. p. 188 – 196. **Anais do Seta**, Número 3. Campinas: UNICAMP, 2009. Disponível em:  
<http://revistas.iel.Unicamp.br/index.php/seta/article/view/531/399>. Acesso em 17/08/16.

NOVOSSATE, Suzele. **O ENADE e os documentos curriculares: um estudo sobre a formação de professores de biologia**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/teses/M10\\_Suzele%20Novossate.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M10_Suzele%20Novossate.pdf)>. Acesso em 28/07/15.

OCDE/PISA. **Las competencias clave para el bienestar personal, económico y social:** definición y selección – resumen ejecutivo. 2006. Disponível em: <http://deseco.ch/bfs/deseco/en/index/03/02.parsys.78532.downloadList.94248.DownloadFile.tmp/2005.dscexecutivesummary.sp.pdf>. Acesso em: 29/10/17.

\_\_\_\_\_. **Education at a Glance 2017.** Paris: OECD Indicators/OECD Publishing, Paris, 2017. 455 p. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/eag/documentos/2017/relatorio\\_education\\_a\\_t\\_a\\_glance\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2017/relatorio_education_a_t_a_glance_2017.pdf). Acesso em 03/12/17.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1988. 117p.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

PAIVA, Giovanni S. (2010). **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE:** recortes da educação superior presencial e a distância. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós Graduação em Educação) Universidade Católica de Brasília. Disponível em: <[http://www.btdt.ucb.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1289](http://www.btdt.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1289)>. Acesso em: 05/08/15.

PEDERNEIRAS, Marcleide M<sup>a</sup>. M. LOPES, Jorge E. RIBEIRO FILHO, José Francisco. FEITOSA, Marcos G. G. p. 381-400. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes na visão de líderes formais. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 71. abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n71/a09v19n71.pdf>. Acesso em: 06/06/18.

PEREIRA, Cleber A. ARAÚJO, Joaquim F. F. E. MACHADO-TAYLOR, M<sup>a</sup> de Lourdes. The Brazilian higher education evaluation model: “SINAES” sui generis? p. 5–15. **International Journal of Educational Development** 61 (2018). Disponível em: [https://ac.els-cdn.com/S0738059317304467/1-s2.0-S0738059317304467-main.pdf?\\_tid=71c90666-7499-4523-b192-55d5b8b32732&acdnat=1528305479\\_366045770ca411f0016b5689864575b0](https://ac.els-cdn.com/S0738059317304467/1-s2.0-S0738059317304467-main.pdf?_tid=71c90666-7499-4523-b192-55d5b8b32732&acdnat=1528305479_366045770ca411f0016b5689864575b0) Acesso em: 06/06/18.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Tradução: Mônica B de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 561 p.

RAMOS, Graciliano. **Angústia.** Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003. 222 p.

RANIERI, Nina B. **Educação Superior, Direito e Estado:** na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96). São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000. 403 p.

REAL, Giselle. Avaliação e qualidade no ensino superior: os impactos do período 1995-2002. p. 573 – 584. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 35, n.3, São Paulo, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/11.pdf>. Acesso em 20/07/2017.

RHOADES, Gary. SLAUGHTER, Sheila. Capitalismo acadêmico en la nueva economía: retos y decisiones. p. 43-59 Tradução: Antoni Furió. **Pasajes: Revista de pensamiento contemporáneo**, Número 33. 2010. Disponível em: <http://roderic.uv.es/handle/10550/45724> Acesso em 23/08/17.

RIBEIRO, Jorge L.L. de S. SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. **Revista Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 1, p. 143-161, mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00143.pdf>. Acesso em 28/11/17.

RISTOFF, Dilvo I. **Universidade em foco**: reflexões sobre a Educação Superior. Florianópolis: Insular, 1999. 240 p.

\_\_\_\_\_. Perfil socioeconômico do estudante de graduação. Uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). **Cadernos GEA**, Brasília, n. 4, jul./dez. 2013. Disponível em: [http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno\\_GEA\\_N4.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N4.pdf). Acesso em: 17/08/17.

ROBIN, Régine. **História e linguística**. Tradução: Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977. 327 p.

RODRIGUES, Viviane. A. **ENADE – contribuições, avanços e limites do processo de avaliação na formação dos estudantes de graduação**. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC5BPAM/disserta\\_\\_o\\_viviane.pdf?sequence=185BPAM/disserta\\_\\_o\\_viviane.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC5BPAM/disserta__o_viviane.pdf?sequence=185BPAM/disserta__o_viviane.pdf?sequence=1) Acesso em: 10/08/15.

\_\_\_\_\_. PEIXOTO, M<sup>a</sup>. do Carmo de Lacerda. Desvendando a caixa preta do ENADE: considerações sobre o processo de avaliação. **Revista Trabalho & Educação** – vol.18, n° 1 – Jan/ Abril 2009. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/427/478>. Acesso em: 21/10/14.

SALMI, Jamil. Novos desafios para o ensino superior no século XXI. p. 47 - 65. In: SCHWARTZMAN, Simon. **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Unicamp, 2014. 282 p.

SAMPAIO, Helena M<sup>a</sup> S. **Ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2000. 392 p.

\_\_\_\_\_. Educação superior na América Latina e os desafios do século XXI. P. 140 – 192. In: SCHWARTZMAN, Simon. **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Unicamp, 2014. 282 p.

SANTOS, Roberta K. dos. A Influência da escolha do mídiu para a criação de novos gêneros textuais, segundo a visão de Dominique Maingueneau. **Revista Philologus**, Ano 17, Nº 49, 2011. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/v\\_jnlflp/02.pdf](http://www.filologia.org.br/v_jnlflp/02.pdf). Acesso em: 26/09/2017.

SARGENTINI, Vanice Maria O. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. **Revista Estudos Linguísticos XXXV**, São Paulo: GEL, 2006. p. 181-190. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/vmos.pdf> Acesso em: 17/08/16.

SAVIANI, Demerval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 44 maio/ago, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>. Acesso em 12/06/18.

SCHWARTZMAN, Simon. A educação superior e os desafios do século XXI: uma introdução. p. 15 – 45. In: SCHWARTZMAN, Simon. **A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Unicamp, 2014. 282 p.

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO – SASE/MEC. Instituir um Sistema Nacional de Educação: agenda obrigatória para o país. Junho/2015. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/SNE\\_junho\\_2015.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/SNE_junho_2015.pdf). Acesso em 06/06/2018.

SEGRERA, Francisco L. La segunda conferencia mundial de educación superior (UNESCO, 2009) y la visión del concepto de acreditación en las conferencias de UNESCO (1998-2009). p. 619 – 636. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v17n3/a04v17n3.pdf>. Acesso em: 11/12/2016.

SERRA, Antônio R. C. **Configuração da gestão da educação a distância**: entendendo os resultados do ENADE para o curso piloto da Universidade Aberta do Brasil. 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9919/Tese\\_AntonioRobertoCelhoSerra.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9919/Tese_AntonioRobertoCelhoSerra.pdf?sequence=1)> Acesso em: 12/08/15.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? p. 867 – 889. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 133, out.- dez., 2015. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00867.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00867.pdf). Acesso em 13/08/17.

SILVA, Antonieta M. O. C. NATIVIDADE, Simone. Políticas públicas no Brasil: análise discursiva da leitura em documentos oficiais em interface com a ideologia neoliberal. **Anais [...] VI SEAD**. Porto Alegre: UFRS, 2013. Disponível em: <http://analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/6SEAD/PAINEIS/PolíticasPublicasNoBrasil.pdf> f. Acesso em 08/01/2018.

SIMÃO, Jussara A. SILVA, Magda M. B. C. FÁTIMA, Maria. APARECIDA, Renata. BATISTA, Rogéria R. ENADE, e eu com isso? Estudo de caso no curso de administração da faculdade casa do estudante. **Revista da Faculdade Casa do Estudante**. Salvador, 2016.

Disponível em: <https://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/Enade.pdf>. Acesso em: 12/08/17.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO (SEMESP). **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 2016. 206 p. Disponível em:

[http://convergenciacom.net/pdf/mapa\\_ensino\\_superior\\_2016.pdf](http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf). Acesso em: 29/07/17.

\_\_\_\_\_. **Revista Ensino Superior**. [site]. Disponível em:

<http://www.semesp.org.br/publicacoes/revista-ensino-superior/>. Acesso em: 12/02/16.

SOUZA, Donaldo B. de. Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2014-2024. p. p. 140-170. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 59, set./dez. 2014.

Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1942/1942.pdf>.

Acesso em: 06/06/2018.

SOUZA, Sandra Z. L. de. OLIVEIRA, Romualdo P. de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. p. 873 – 895. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 873-895, setembro, 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28/06/2017.

SUDBRACK, Edite M<sup>a</sup>. COCCO, Eliane M<sup>a</sup>. Avaliação em larga escala no Brasil: potencial indutor de qualidade? p. 347-370. **Revista Roteiro**, Joaçaba, v. 39, n. 2, jul./dez. 2014.

Disponível em: [http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/4231/pdf\\_44](http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/4231/pdf_44).

Acesso em 20/09/2017.

TACHIBANA, Thiago Y. MENEZES FILHO, Naercio A. KOMATSU, Bruno K. Ensino Superior no Brasil. **Revista Policy Paper**. Centro de Políticas Públicas Insper, nº 14

Dezembro, 2015. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2012/05/Ensino-superior-no-Brasil.pdf>.

Acesso em: 21/06/18.

TAKAHASHI, Fábio. In: Jornal Folha de São Paulo. **Especial Gestão Escolar**. Sábado, 05/9/15.

TÁVORA, Antônio D. F. A subsunção da categoria suporte de gêneros pela noção de interação. p. 299 – 324. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 12, n. 1, jan/abr, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v12n1/v12n1a14.pdf>. Acesso em:

24/02/17.

TERWILLIGER, Robert F. **Psicologia da linguagem**. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira de Mota. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1974. 342 p.

TIBURI, Márcia. **Como conversar com um facista**. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. 194p.

VAN DIJK, Teun A. Ideología y análisis del discurso. p. 9 – 36. **Revista Utopía y Praxis Latinoamericana**, vol. 10, nº 29, abril – junho. Universidad del Zulia. Maracaibo, Venezuela, 2005a. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27910292>. Acesso em

12/07/17.

\_\_\_\_\_. Discurso, conocimiento e ideología. p. 285-318. Tradução: Eva Aladro. **CIC: Cuadernos de información y comunicación**, Nº 10, 2005b. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/CIYC/article/download/CIYC0505110285A/7303>. Acesso em 12/07/17.

VEEN, Wim. VRAKKING, Ben. **Homo zappiens**: educando na era digital. Tradução: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2009. 141 p.

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. p. 603-619. **Revista Avaliação**, Campinas/ Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, nov. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n3/1414-4077-aval-20-03-00603.pdf>. Acesso em: 24/11/16.

VIEIRA, Josimar de A. VIEIRA, Marilandi M<sup>a</sup>. M. Qualidade da educação superior: complexidade, multidimensionalidade, preocupações. p. 2311 – 2326. **Anais [...] EDUCERE**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10562\\_5512.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10562_5512.pdf). Acesso em: 18/04/15

ZOCCOLI, Marilise M. de S. **Educação superior brasileira**: política e legislação. Curitiba: IBPEX, 2009. 227 p.

## Glossário

1. **Análise do Discurso** (Maingueneau – escola francesa): disciplina que não procede uma análise linguística, sociológica ou psicológica do texto em si, mas articula sua enunciação sobre um certo lugar social, estando em relação com os gêneros discursivos trabalhados nos setores do espaço social ou nos campos discursivos.
2. **Assujeitamento discursivo**: refere-se à ausência de autonomia absoluta do sujeito enquanto enunciador dadas as relações interdiscursivas e coerções de gênero e *mídium*. Tal submissão ocorre independente da consciência de sua existência.
3. **Avaliações sistêmicas governamentais ou avaliações em larga escala**: Exames somativos aplicados pelo Poder Público, em seus vários níveis, a estudantes de determinados níveis para verificar a qualidade do ensino ofertado ou a forma como são aplicados financiamentos públicos.
4. **Ciclos avaliativos** (no ensino superior): Desde o advento da Lei nº 10.861/2004, art. 4 § 2º, os ciclos avaliativos do ensino superior ocorrem trienalmente e sua divisão está associada à área do curso.
5. **Coerções discursivas**: relacionam-se às imposições dadas pelos padrões de gênero ou suporte discursivos que limitam as enunciações a partir de características prévias.
6. **Corpus/corpora** (Charaudeau/Maingueneau): extensa e, por vezes, exaustiva coletânea de documentos ou dados.
7. **Dialogicidade** (Bakhtin): relação de sentido que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal, ou seja, enunciados quaisquer, se justapostos no plano do sentido, entabularão uma relação dialógica, mesmo que não intencional. Assim, tal conceito faz referência às relações que todo enunciado mantém com os produzidos anterior ou posteriormente.
8. **Enunciação Performativa**: Derivado do verbo inglês *to perform* ('fazer, realizar'); são enunciações que ao serem proferidas, realizam por si o conteúdo do enunciado. A performatividade depende das circunstâncias da enunciação e da legitimidade e competência reconhecidas ao enunciador, sendo avaliada em termos de sucesso ou insucesso, conforme a enunciação produza ou não o efeito enunciado. Entram nesta categoria ordens, pedidos, promessas, contratos, apostas, nomeações, veredictos. Sendo, portanto, opostas às enunciações constatativas que são representações, tanto quanto possível, fiéis de um segmento da realidade.
9. **Enunciado** (Maingueneau): unidade elementar da comunicação verbal, é a marca verbal da enunciação. Frase inscrita em dado contexto.
10. **Espaços de enunciação** (Guimarães): espaços de linguagem que se misturam e se transformam pela disputa incessante dos sujeitos e seus direitos e aos modos de dizer.
11. **Formação Discursiva** (Foucault): conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma dada época, e para uma dada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício de uma formação discursiva.  
(Orlandi): Aquilo que numa formação ideológica dada determina o que se pode e se deve ser dito.

12. **Interdiscurso** (Orlandi): conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos, deriva do conceito de dialogismo bakhtiniano.
13. **Intradiscursiva**: coleções de discursos produzidos por um dado sujeito discursivo, que não obrigam a coerência argumentativa podendo ser permeado de irregularidades.
14. **Mídium/mídiuns** (Debray): meio de transmissão comunicativa que interfere diretamente na lógica discursiva por atuar simbolicamente.
15. **Polêmica constitutiva** (Charaudeau e Maingueneau): é uma sucessão mais ou menos longa de textos que se opõem sobre uma questão conexa, cuja identidade de concepções é regrada e conservada, embora não haja compreensão convergente, mantendo-se, assim, a discursividade.
16. **Polissemia discursiva** (Orlandi): atribuição de múltiplos sentidos ao texto, que são interpretados a partir das concepções de ordem cultural e histórica dos indivíduos numa dada sociedade.

## Anexos

Mensagens eletrônicas trocadas com a editora Segmento na tentativa de acessar a totalidade do *corpus do mídiu*m de pesquisa Revista Ensino Superior:



Gisele Silva <[gisele@editorasegmento.com.br](mailto:gisele@editorasegmento.com.br)>

qui 18/01, 15:04

Você; Atendimento Segmento ([atendimento@editorasegmento.com.br](mailto:atendimento@editorasegmento.com.br)); [cibele@editorasegmento.com.br](mailto:cibele@editorasegmento.com.br) ✉

Caixa de Entrada

Dra. Rosa.

Conforme e-mail anterior, realmente não temos as edições mais antigas.

Infelizmente, também não dispomos dos exemplares na modalidade Digital.

Nos colocamos a disposição para quaisquer informações.

Obrigada



**Gisele Silva**

Circulação e Assinaturas

☎ (11) 3039-5666

[www.editorasegmento.com.br](http://www.editorasegmento.com.br)

Em 18 de janeiro de 2018 10:55, Rosa Virgínia Diniz <[rosaecologica@hotmail.com](mailto:rosaecologica@hotmail.com)> escreveu:

Prezadas, Bom Dia!

Apenas para alinharmos a informação e garantirmos a lisura em minha pesquisa.

Já que vocês não dispõem de exemplares das edições anteriores.

Existe alguma possibilidade da editora disponibilizar o arquivo digital das edições anteriores para serem utilizados na análise da pesquisa, pois, caso contrário, preciso registrar essa indisponibilidade de dados na pesquisa.

Att.

*Profa. Drda. Rosa Virgínia Diniz*

**De:** Gisele Silva <[gisele@editorasegmento.com.br](mailto:gisele@editorasegmento.com.br)>  
**Enviado:** quarta-feira, 17 de janeiro de 2018 18:24:02  
**Para:** Rosa Virgínia Diniz; Atendimento Segmento  
**Cc:** [cibele@editorasegmento.com.br](mailto:cibele@editorasegmento.com.br)  
**Assunto:** Re: Material para Pesquisa de Doutorado

Dra Rosa, boa noite!

Perdão. Deve ter ocorrido algum equívoco, então.

Mas, de qualquer maneira, em resposta a sua solicitação, posso dar andamento. Temos em estoque disponíveis para aquisição, apenas os exemplares dos anos de 2016 e 2017.

Dos anos de 2015 pra trás, não temos mais.

Estou a disposição para quaisquer informações.

Obrigada

Em 8 de janeiro de 2018 18:29, Rosa Virgínia Diniz <[rosaecologica@hotmail.com](mailto:rosaecologica@hotmail.com)> escreveu:  
Boa tarde, Cibele!

Me chamo Rosa Virgínia, sou professora do ensino superior e atualmente doutoranda em Educação cujo tema-chave de pesquisa é o ENADE. Ocorre que uma das minhas plataformas de análise é justamente a revista Ensino Superior, no período entre 2004 à 2017. Entretanto, em que pese haver conseguido os exemplares entre 2009 à 2017, estou com dificuldades de encontrar os anos anteriores. Assim, gostaria de saber da possibilidade de adquiri-los mas, considerando o tema da pesquisa e a redução necessária de custos, gostaria de adquirir os exemplares desse período que tivessem pauta sobre o ENADE e assim completar os dados. Enfim, não sei se fui suficientemente clara, como não consegui contato por meio do atendimento telefônico resolvi fazê-lo via e-mail, mas me ponho a inteira disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários através do telefone: (19)98161-3461, que também possui whatsapp.

Desde já agradeço a atenção!

*Profª. Drda. Rosa Virgínia Diniz*